

LEONARDO BRASIL BUENO

**A FAVELA (PARA)MILITARIZADA: território contido e o
impacto da violência armada na saúde, na educação e
no cotidiano de moradores de Manguinhos,
Jacarezinho e Maré**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Orlando A. dos Santos Junior

Rio de Janeiro
2018

CIP - Catalogação na Publicação

B928f Bueno, Leonardo Brasil
A favela (para)militarizada : território contido e impacto da violência armada na saúde, na educação e no cotidiano de moradores de Manguinhos, Jacarezinho e Maré / Leonardo Brasil Bueno. -- Rio de Janeiro, 2018.
210 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

1. Território - Rio de Janeiro (RJ). 2. Território - Luta social. 3. Favelas. 4. Violência - Aspectos sociais. 5. Saúde - Aspectos sociais. I. Santos Junior, Orlando Alves dos , orient. II. Título.

LEONARDO BRASIL BUENO

A FAVELA (PARA)MILITARIZADA: território contido e o impacto da violência armada na saúde, na educação e no cotidiano de moradores de Manguinhos, Jacarezinho e Maré

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior (Orientador)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) - UFRJ

Prof.Dr. Henri Acselrad
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) - UFRJ

Prof.Dra. Sônia Maria Fleury Teixeira.
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof.Dr. Álvaro Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof.Dra. Patricia Constantino
Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP/FIOCRUZ atuando no Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES/FIOCRUZ.

*Dedicada a todas as vítimas da violência armada no estado do Rio de Janeiro.
Dedicada a amiga e grande defensora de direitos humanos Marielle Franco...*

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Patrícia Evangelista, a José Leonídio Madureira e a Mônica Cunha, professores e motivações diretas para a realização dessa pesquisa. Pela luta incansável e a produção de conhecimento em defesa da garantia dos direitos humanos dos moradores(as) de favela.
- Aos meus pais, pela criação, pela formação, pelo trabalho e pelo amor sem os quais não chegaria até aqui.
- A Michelle, minha companheira inspiração de vida. Obrigado pelas aulas de solidariedade, inteligência e esperança na humanidade, mesmo ali onde parecia não haver nada além da violência extrema e da miséria humana. Pelo generoso “coração em um mundo sem coração”.
- Aos companheiros e companheiras de trabalho da Cooperação Social, órgão fundamental da presidência da Fiocruz. Em especial, a Elenice Pessoa e a Dj Jefferson Amadeus pela importante participação nessa pesquisa. Aos profissionais da Educação de Jovens e Adultos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e da Rede CCAP pelo valioso apoio a essa pesquisa.
- Ao professor e orientador Orlando Junior pelo apoio e orientação inestimáveis para a realização dessa pesquisa. Também pelas orientações fundamentais do professor Álvaro Ferreira, a produção da monografia, e da professora Ana Clara Torres Ribeiro, durante o mestrado, momentos decisivos até a chegada da pesquisa de Doutorado que aqui apresento.
- A todos os professores(as), coordenadores e profissionais da secretaria do IPPUR/UFRJ. O excelente trabalho dos profissionais do departamento muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa.
- Aos companheiros e companheiras do Movimento Popular de Favelas, aos Agentes Comunitários de Saúde da COMACS Manguinhos, aos militantes do setorial de favelas, do núcleo Manguinhos/ Jacarezinho. Esperanças e lutas em movimento por uma favela desmilitarizada e com garantia de direitos.
- Aos ativistas das Oscip Rede CCAP, do Movimento Moleque, da Ong CEASM e da Ong Redes da Maré, pelos importantes trabalhos na sociedade civil em defesa dos direitos humanos.
- A Leticia, Mariana, Isabelly e Matias pela entrada na minha vida. A todas as companheiras e crianças do Recriando Manguinhos. Porque há muito mais carinho e riqueza humana, onde parece haver apenas violência e pobreza.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar criticamente as causas e os impactos do processo de (para)militarização de território de favelas da cidade do Rio de Janeiro em período de hegemonia neoliberal. Com grande impacto nas condições de vida dos moradores do território de favela, a (para)militarização gerada pela relação pautada na lógica capitalista e territorial entre as políticas de segurança pública e o mercado privado de armas de fogo e drogas ilícitas afeta drasticamente as favelas da cidade. Lógica produtora de homicídios, lesões, diferentes formas de adoecimento, de sofrimento e múltiplas violações dos direitos dos moradores desses territórios. Dialeticamente também refletiremos sobre a luta social contra a militarização da favela, suas ações de prevenção e enfrentamento às formas de violência relacionadas ao processo mencionado. As reflexões e questões desse processo foram construídas a partir de investigação empírica e teórica das contradições, limites e tensões gerados durante a ocupação da favela de Manguinhos, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Território. Favela. Violência e saúde. Luta social.

ABSTRACT

This research's objective is critically analyze the causes and impacts of the militarization of favela's territory in the city of Rio de Janeiro during the period of neoliberal hegemony. With a great impact on the living conditions of the inhabitants of the territory, the militarization generated by the relationship based on the capitalist and territorial logic between public security policies and the private market for firearms and illicit drugs drastically affects the "favelas". It produces murders, injuries, different forms of illness, suffering and multiple right violations to this territory's residents . Dialectically we will also reflect on the social struggle against the militarization of the favela, its actions of prevention and facing the forms of violence related to the mentioned process. The reflections and questions of this process contradictions, limits and tensions were constructed from empirical and theoretical investigation generated during the occupation of the favela of Manguinhos, in Rio de Janeiro's North Zone of the city.

Keywords: Territory. "Favela". Violence and health. Social struggle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Localização do Bairro e do Complexo de Manguinhos.....	74
Imagem 2	Militarização do território de Manguinhos/Rj: contenção territorial expandida e irregular das favelas de Manguinhos em relação a cidade	81
Imagem 3	Concentração de Homicídios por Arma de Fogo: contenção territorial parcial das favelas de Manguinhos por forças policiais..	82
Imagem 4	Mortes com endereço no Rio de Janeiro.....	91
Imagem 5	Saúde em alerta	126
Imagem 6	Ato Contra a Violência em Manguinhos- 2017	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Faixa etária dos moradores e moradoras de favelas entrevistadas.....	23
Tabela 2	Aulas Perdidas no ano letivo de 2012.....	79
Tabela 3	Homicídios antes e depois das UPPs em Manguinhos	89
Tabela 4	Percepção do impacto das UPPs na violência armada contra moradores de favelas de Manguinhos e Jacarezinho.....	98
Tabela 5	Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas – Adoecimento e sofrimento	115
Tabela 6	Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas– Lesões e homicídios por armas de fogo, agressões físicas e verbais	123
Tabela 7	Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas – impedimento ao acesso de serviços públicos	127
Tabela 8	Violência armada e impacto na educação escolar de moradores(as) de favelas	166
Tabela 9	Ações de governo necessárias para reduzir a violência armada na favela pela percepção dos moradores: diretamente relacionadas a órgãos de segurança pública	188
Tabela 10	Ações de governo necessárias para reduzir a violência armada na favela pela percepção dos moradores: perspectiva social ampliada para além dos órgãos de segurança pública	189

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A (PARA)MILITARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE FAVELA NA CIDADE SOB HEGEMONIA NEOLIBERAL	25
2.1	Território contido pela (para)militarização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: a dominação marcada por práticas de exceção	40
2.2	As Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio de Janeiro: a continuidade da (para)militarização sob outras formas e implicações	61
3	CONTENÇÃO TERRITORIAL E RÁPIDO RETORNO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM FAVELAS DE “ALTO RISCO” DA ZONA NORTE DA CIDADE: AS UPPS E OS CASOS DE MANGUINHOS, JACAREZINHO E MARÉ	73
3.1	O território de Manguinhos e a estratégia de contenção territorial das UPPs	73
3.2	As UPPs e a violência armada pelas narrativas de moradores de favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré	92
4	A (PARA)MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE DE MORADORES DE FAVELA : RESTRIÇÕES, ADOECIMENTO E SOFRIMENTO CONTIDO NO COTIDIANO	108
4.1	Narrativas sobre o impacto da (para)militarização na saúde e na educação escolar de moradores de favelas: Manguinhos, Maré e Jacarezinho	110
4.2	Determinação social da saúde e as favelas	128
4.3	Violência e educação escolar	147
4.4	Notificação compulsória da violência: desafios para profissionais de equipamentos públicos de saúde e de escolas	169
5.	TERRITORIALIDADES DE RESISTÊNCIA E LUTA SOCIAL NA FAVELA: COMO CONTER A ESPERANÇA?	178
5.1	Narrativas de moradores de favelas sobre políticas e ações de governo necessárias para a redução da violência armada	185
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
	REFERÊNCIAS	202
	APENDICE	208

APENDICE A - Roteiro de entrevista com moradores do território de Manguinhos- 2016	208
ANEXOS	209
ANEXO A - Documento de profissionais, estudantes e moradores de Manguinhos contra a violência armada nas favelas	209

1 INTRODUÇÃO

O que se lerá aqui é uma pesquisa com seu contexto constituído por problemas e questões que emergem da relação entre as práticas do Estado ampliado capitalista¹ e as condições de vida em favelas, destacadamente em período marcado pela hegemonia de modelo de planejamento estratégico de inspiração neoliberal nas cidades. Enfatizaremos as tensões e os impactos no cotidiano de moradores de favela em decorrência da continuidade do processo de (para)militarização do território das favelas do Complexo de Manguinhos², com a ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa aqui proposta apresenta sua relevância, de fato, em dois sentidos muito marcados. Primeiro, como uma questão de método, como um campo de pesquisa a ser configurado, definido, analisado e traduzido na linguagem articulada de um estudo crítico. Segundo, por entendermos haver ainda necessidade de maior produção científica acerca da forma e sentido da (para)militarização de favelas da cidade ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora, assim como dos impactos percebidos no espaço por seus moradores e moradoras. Por motivos atrelados à própria lógica do capital e suas inflexões sobre a produção do conhecimento científico e também pelas condições excepcionais e restritivas nas quais agem pesquisadores, organizações e movimentos democráticos em favelas, há lacunas consideráveis nessa área de conhecimento que precisam ser preenchidas e

¹ Compreendemos o Estado Capitalista como processo e estrutura de poder com papel central para a sustentação do sistema capitalista, com função determinante na organização de blocos de poder e desorganização das classes dominadas (POULANTZAS, 1980). Entendido em sua relação com as lutas de classe e para tanto, em seu conceito ampliado gramsciano, enquanto sociedade civil e sociedade política, na contradição de sua forma legal com a prática cotidiana.

² O espaço referente ao chamado Complexo de Manguinhos se distingue a delimitação oficial do bairro de Manguinho. Em ambas as delimitações, os espaços para habitação são, em sua grande maioria, território de favelas. O bairro de Manguinhos contém, atualmente, oito comunidades em território de favelas - CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Vila Turismo, Parque Carlos Chagas- Varginha, Mandela de Pedra, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz- Amorim. No entanto, o complexo de Manguinhos abrange, além das comunidades de favelas também contidas na delimitação do bairro, mais cinco comunidades: Embratel, Vitória de Manguinhos- Conab, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis. A inclusão dessas comunidades enquanto espaço delimitado do Complexo de Manguinhos justifica-se pela abrangência das obras do PAC- urbanização de favelas(2008-2011) nas treze comunidades e por, historicamente, serem territórios fisicamente próximos, com características espaciais semelhantes e que estabelecem relações sociais entre suas populações. As comunidades de favelas de Manguinhos estão inseridas na sub-bacia hidrográfica dos rios Faria, Timbó, Jacaré e Canal do Cunha, marcada pela contaminação por dejetos do desenvolvimento industrial de seus rios e córregos que passam na porta de casas e inundam as mesmas em dias de chuva, enquanto outras camadas da população transitam por essa área de carro por grandes vias expressas e arteriais da cidade que cortam o bairro e seu entorno (BUENO e LIMA, 2010).

necessitam de maior participação do trabalho científico na construção de processos contra-hegemônicos.

A literatura científica que nos norteará na pesquisa ancora-se no pensamento crítico da violência, da saúde e do território, transitando entre diferentes referências teóricas, metodológicas. Afirma-se aqui a abordagem crítica da violência, da saúde e do território, enquanto “um caminho de ordenação teórica dos fatos, relações e processos sociais” a ser construído de forma multidisciplinar (por vezes, interdisciplinar), complexa, multicausal e produzida por múltiplas determinações e condições concretas (Minayo, 2014, p. 176).

Portanto, adotaremos aqui o acúmulo de experiências e construção teórica das correntes de pensamento crítico da saúde e da produção do espaço, e de seus conceitos e categorias analíticas como referência fundamental à pesquisa. Destacadamente, são duas correntes críticas relacionadas, porém distintas, que constituem a literatura científica suporte dessa pesquisa: a teoria crítica da determinação social da saúde coletiva e seu “esforço teórico-metodológico e político para compreender a saúde como questão complexa”(), e superar o paradigma da “ausência de doenças”, sobretudo a partir das décadas de 60 e 70 do século passado (Arouca, 1989; Breilh, 1991, Minayo, 2007); e o que chamaremos aqui de teoria crítica do espaço, formada destacadamente por um pensamento marxista e libertário, renovado e heterogêneo, da produção(social) do espaço(social) capitalista, da complexa interação entre materialidade e subjetividade expressa e condicionada pelo espaço social, suas múltiplas formas de dominação e apropriação (Lefebvre,1991;Harvey,1989; Bourdieu,1982; Santos, 1996).

Esta pesquisa tem assim, o seu objeto ou problema elaborado a partir da realidade que se apresenta, e da construção metódica, racional e teórica, o que implica em pensar os limites do conhecimento, ou seja, o que pode ser conhecido, como e porque. Neste caminho, primordial para o fato de que a definição e a delimitação do objeto (problema constituído por questões que por sua vez definirão quais serão os objetivos) não podem ser construídas, elaboradas sem base teórica. A denúncia contra a reificação do método ganha força e expressão a partir dos anos sessenta do século XX. Bourdieu (1982) e Lefebvre (1991) criticam a imitação automática das ciências naturais, mas também a crítica automática a esta utilização: refaz a crítica do positivismo maquinal, tanto quanto do subjetivismo a que sua crítica conduz.

Assim, em nossa pesquisa o caminho a seguir deve ser planejado, mas certamente, ocorrerão mudanças no caminho traçado originalmente. É também já conhecido no campo crítico da epistemologia e sociologia do conhecimento que o objeto da ciência é construído: em outras palavras, que ele existe por força de uma cadeia estruturada de significações, ou que ele existe em referência a um horizonte de visão anterior ao dado, oposto mesmo à percepção rotineira dos fatos, pura derivação da teoria em ato, efeito do *methodos* (Pereira, 2002). O saber nas Ciências é, portanto, provisório e sempre insatisfatório. Ou, ao menos, é esta a certeza do pesquisador que percebe que sua construção, seu objeto, não pode se dar senão como parcial, como inacabado, e faz disto seu método (Pereira, 2002). Como sintetiza Minayo (2014,p.183):

Dialeticamente, porém todas as etapas constituem uma definição e redefinição do objeto que só será plenamente definido em todas as suas determinações ao final do processo. É a dinâmica que Marx(1973) atribui a expressão “concreto pensado” (MARX, 1973,p.79).

Metodologicamente, a presente pesquisa apresentará três momentos, necessários e relacionados, expressos pelos capítulos que organizam esta tese. Em um primeiro momento da pesquisa, no capítulo inicial, desenvolveremos uma revisão crítica, atualizada, da bibliografia científica acumulada sobre o processo de (para)militarização de territórios de favela em contexto espaço-temporal da cidade sob hegemonia neoliberal , definindo as linhas de força que sustentam as principais hipóteses e teses da pesquisa. Complementarmente, mas não menos importante, se realizará o levantamento e análise das fontes e referências básicas produzidas por: instituições localizadas no território de Manguinhos - destacadamente a Fundação Oswaldo Cruz, equipamentos de saúde pública e Escolas Públicas.

Ao segundo capítulo caberá refletir sobre a relação entre a política de segurança pública e o mercado de armas e drogas ilícitas nas favelas enquanto fundamentos do processo de militarização de territórios da cidade do Rio de Janeiro. Realizaremos trabalho de levantamento e análise de documentos oficiais da Unidade de Polícia Pacificadora que definem o programa de segurança pública para as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Caberá também produzirmos reflexão sobre o dramático impacto da militarização nas condições de vida e saúde de moradores de favela e nas de profissionais que atuam nesses contextos através de análise de

entrevistas semi-estruturadas, de diários de campo e de observações descritivas, elaborados ao longo do trabalho de pesquisa no território do Complexo de Manguinhos, favela situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro

No terceiro capítulo construiremos análise que destaquem os desafios e os tortuosos caminhos da luta social que se contrapõe direta ou indiretamente a lógica perversa do processo de militarização do território de favela. Trata-se de destacar as territorialidades de esperança da classe trabalhadora que luta por uma promoção crítica e democrática da saúde na favela. Para tanto, analisaremos ações, fontes e referência produzidas por movimentos sociais e organizações comunitárias em favelas da cidade que desafiam a lógica da militarização e suas violentas práticas de exceção. Levantaremos e analisaremos também fontes e dados da mídia e suas representações concebidas sobre o processo em questão, destacadamente reportagens que se proponham a representar a luta social contra a violência armada em favelas.

A pesquisa e suas indicações metodológicas

Pesquisar é demonstrar que não se perdeu o senso pela alternativa, que a esperança é sempre maior do que qualquer fracasso, que é sempre possível reiniciar. No fundo pesquisa passa a ser a maneira primeira de o ator político se colocar, se lançar, seja no tatear cuidadoso em ambiente desconhecido ou hostil, seja no medir as próprias forças diante de forças contrárias, seja na instrumentação estratégica de ocupação de espaço (DEMO, 2011, p.40)

A referência teórico-conceitual principal orientadora da pesquisa reside no materialismo histórico-geográfico e dialético. Por esse referencial a prática da realidade histórica da produção do espaço é indissociável da teoria necessária para a construção do método de interpretação e questionamento dessa realidade. Enquanto método, é **histórico-geográfico**, pois não considera nenhuma relação social, nenhuma forma econômica, nenhum modo de produção, nenhum espaço social como conjuntos de fatos naturais e positivos - que é **materialista**, pois contesta as formas religiosas, transcendentais, idealistas e abstratas de pensar as formas sociais, os modos de produção, as relações de trabalho e os aparatos políticos, jurídicos e culturais - e é **dialético**, pois elabora dinamicamente os conceitos sempre de forma a fazer aparecer as contradições e as mediações, relacionando o universal e o particular, a parte e o todo, o abstrato e o concreto, o

superficial e o profundo, o local e o global (Bueno,2005). Trata-se de construir análise a partir do presente, do “concreto pensado”, para recorrer à história, suas representações e retornar ao espaço do presente. Um movimento analítico dinâmico que visa não apenas a crítica antidogmática, mas transformações reais e disputa por projetos de futuro e, para tanto, abertos:

[...] as contradições do processo social e histórico – que agrega as práticas e o imaginário, o concreto e o simbólico-, colaborando, assim, para evitar reducionismos deterministas e idealizações afastadas do real, ambas contribuindo para o fechamento do movimento e do diálogo crítico, quando o que buscamos é a abertura (FERREIRA, 2011, p.33).

Adotar o método dialético implica no desafio de enfrentar dogmas pautados em determinações teóricas definidas a priori e a dimensão empírica como uma mera confirmação de um esquema científico ou técnico-científico previamente estabelecido. Em outras palavras, “a aplicação do método dialético não depende apenas de conhecimento técnico, mas de uma postura intelectual e de uma visão social da realidade”, como bem define Minayo (2014, p.123). Questionar e mudar as representações dominantes que concebem a realidade e intervir e transformar a realidade concreta são movimentos dialeticamente indissociáveis, “ou seja, as transformações das idéias sobre a realidade e a transformação da realidade, no pensamento dialético, caminham juntos” (MINAYO,2014, p. 120)

A crítica dialética da realidade e suas ideologias constitutivas, a partir da interpretação e do questionamento, permitem ao pesquisador descobrir e criar. Questionar, interpretar, descobrir e criar forma a condição fundamental para a superação das desigualdades sociais e histórico-geográficas do espaço social no qual o pesquisador é produzido e do qual também é produtor. Como explica Demo (2011, p.35):

“A vantagem de posturas dialéticas está precisamente em colocar o questionamento não apenas no método, mas igualmente na própria realidade, até porque a ideologia não aparece só no sujeito, mas na realidade como tal, por ser histórica e prática. Não somente o método é dialético, sobretudo a realidade é dialética na substância. Por isso nela mesma se elabora o contrário, que leva a superação histórica”.

Ainda de caráter metodológico, há que se registrar que a realização de entrevistas semi-estruturadas, planejadas inicialmente, foi, na verdade, acrescida de narrações pautadas na *memória* ainda recente e também sobre o presente. Isto

levou a necessidade da ajuda da “história Oral” como técnica de pesquisa, em que a há o entendimento que a memória é ao mesmo tempo individual, social e coletiva do trabalho e afetiva. Como nos lembram Jacques Le Goff e Marilena Chauí, a memória é sempre trabalho individual e coletivo. A memória pessoal fundamental na construção deste estudo, é aqui entendida como diz Bosi(198) “*também como uma memória social, familiar e grupal*”. O processo de memória individual no homem proporciona não só a organização de vestígios, mas também a interpretação destes vestígios.

Quando se trata da História Oral, deve-se evitar uma postura acadêmica que se protege, que privilegia a narração *expurgada do sofrimento social, da crueldade e do conflito...*” (Thompson, p.20). A História Oral interessa no sentido de recuperar imagens do passado postas à margem ou esquecidas pela História dos documentos oficiais. Volta-se para a história das pessoas comuns, trabalhando e vivendo o cotidiano. Porém, no presente, não qualquer história, mas a própria memória das sociedades urbanas e industriais, em processos de rápida mudança, e consequentes rupturas das identidades locais, regionais , familiares, culturais. Recuperar a memória das pessoas comuns é sinônimo de não esquecer a opressão. Num sentido muito preciso, é não endossar a vitória dos que não cessam de vencer. Como Walter Benjamin, notar que essa vitória não poupa nem os mortos.

A História Oral se constrói sabendo que a memória individual e coletiva, social e subjetiva. Ou seja, a memória é um trabalho de construção social. Portanto, não se trata da História “como foi”, de fato, mas o trabalho de que suprime, que recorta, acrescenta, distorce, desloca, etc. Significa que os relatos pessoais da História Oral só se tornam legíveis quando localizadas e postas em contexto, fazendo sentido de maneira mais complexa. É o indivíduo referido a uma época, uma posição de classe, e grupos de socialização, como a família, a escola, a religião, os clubes, sindicatos, associações, festas populares. É também deve-se ressaltar ,uma época, uma posição de classe, e grupos de socialização, filtrados pela subjetividade de um sujeito.

Em relação à memória coletiva pode-se afirmar que é objeto de disputa e controle nas lutas sociais pelo poder. A respeito dessa leitura, nos diz Le Goff :

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1996, p.426).

Pesquisa e trabalho de campo no território de favelas

A bibliografia crítica revisada e analisada sobre a área de interesse dessa pesquisa está orientada por reflexões teóricas ancoradas em trabalhos de campo e estudos de caso com o desenvolvimento de entrevistas diretamente realizadas com moradores dos territórios de favela. No caso das análises do processo de (para)militarização de favelas, se mostrou fundamental a opção por tal bibliografia, pois dessa forma foi possível apontar contradições e conflitos com as análises e mesmo com dados oficiais de órgãos de governo direta ou indiretamente ligados às estratégias e mercado de segurança pública.

Especificamente em relação a territórios de favela ocupados pelas UPPs no Rio de Janeiro, também destacamos as possibilidades de discordância e conflitos entre dados e análises produzidos através de trabalho de campo e estudos de caso. Como causas possíveis para tais conflitos estão desde as diferenças entre as referências seguidas para as abordagens analíticas até a própria desigualdade socioespacial da cidade que não permite generalizações fáceis.

Exemplo maior dessa última causa possível, ainda que restrito a uma dimensão da violência letal, talvez seja o caso da ausência de homicídios apontada por estudos e dados oficiais na favela do Santa Marta, no período de aproximadamente 8(oito) anos, e o registro de 11(onze) homicídios em sua maioria cometida por agentes de segurança pública na favela de Manguinhos, feito em nossa pesquisa durante o período de quase 3(três) anos, através de levantamento e análise das fontes produzidos por movimentos e organizações comunitárias, pela mídia; e sobretudo por trabalho de campo com entrevistas(ainda em fase de aplicação) diretamente com familiares e pessoas próximas as vítimas assassinadas, além de observação descritiva do pesquisador.

A favela do Santa Marta apresenta características de extensão territorial e quantidade populacional bastante reduzida se comparadas à favela de Manguinhos, mas a explicação parece estar sobretudo em outra dimensão de análise socioespacial. Enquanto a localização da primeira favela possui valorização

econômica do espaço maior na Zona Sul da cidade e apresentar histórico de relativamente baixas taxas de criminalidade violenta (mesmo antes da ocupação da UPP local), a segunda favela está localizada em espaço pouco valorizado economicamente, com histórico de baixos índices de desenvolvimento social e altas taxas de criminalidade violenta. Há, sem dúvidas, outras variáveis a serem analisadas na explicação, mas o fato é que existe relação dessa dimensão com as formas de ocupação das UPPs nas favelas e as mesmas respondem diferencialmente as desigualdades socioespaciais da cidade. Comparação essa apenas a título de exemplo.

Não é possível estabelecer conclusões definitivas exclusivamente a partir de uma comunidade ou da outra isoladamente, mas por certo apontar para pistas referentes à desigualdade nas formas de implantação reproduzidas pelo programa de segurança das UPPs. No entanto, cabe destacar, a escolha dos territórios de favela pelo planejamento das UPPs seguiu orientação “unificadora” de priorizar “áreas associadas diretamente ‘a cidade dos megaeventos’, junto aos eixos fundamentais de mobilidade de turistas, dos principais pontos de visita e/ou realização dos jogos (da Copa do Mundo e das Olimpíadas)” (HAESBAERT, 2014, p. 265).

Através de bibliografias críticas que apontam históricas dificuldades representadas pelas subnotificações em dados e resultados sobre violência produzidos por órgãos policiais de segurança pública, buscamos nessa pesquisa ampliar a revisão bibliográfica para dados/análises de órgãos oficiais de saúde, além de produções críticas de pesquisas referentes aos conceitos de violência, de saúde e de território, já mencionados anteriormente nesse trabalho. Cabe, nesse momento, destacarmos a importância do trabalho de campo com a realização de entrevistas semi-estruturadas diretamente com moradores da favela de Manguinhos e entrevistas semi-estruturadas com profissionais de saúde atuantes nesse território como parte fundamental da dimensão qualitativa de análise presente em nossa pesquisa.

Partimos do entendimento de que na pesquisa qualitativa, o *Campo* corresponde ao “recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (Minayo, 2011, p.203). Começamos nosso trabalho de campo com entrevistas nas três comunidades contíguas de Manguinhos -CHP2, João Goulart e Vila Turismo-, onde

foram identificadas as maiores incidências de conflitos armados e a maior concentração de homicídios no território (ver imagem da p. 35) a partir do ano de 2013, ano de implementação oficial das Unidades de Polícia Pacificadora em Manguinhos. Posteriormente o trabalho de campo com entrevistas semi-estruturadas, se ampliou para moradores de todas as comunidades de Manguinhos e parte do Jacarezinho e Maré, onde também foram identificadas incidências de conflitos armados, uso de armas de fogo, e homicídios durante o período de pesquisa.

Cabe destacar que a escolha do recorte espacial para trabalho de campo passou não apenas por observação descritiva do pesquisador. A seleção desse recorte ocorreu, sobretudo, a partir de contatos prévios e relacionamento do pesquisador com sujeitos com atuação no território de favela de Manguinhos de membros de movimentos sociais locais, da Igreja São Daniel Profeta, da Comissão Contra a Violência na Favela, do Conselho Comunitário de Manguinhos, da Oscip Rede CCAP, da EJA Manguinhos (Epsjv/Fiocruz) e da Cooperação Social da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. O relacionamento prévio mencionado demonstrou ser fundamental para tal escolha de recorte e também como estratégia para entrada no campo, preparação do roteiro de entrevistas e para a construção de relações de confiança necessários para realização de entrevistas semi-estruturadas com tema tão delicado e costumeiramente silenciado para as pessoas que vivem a favela.

As entrevistas foram realizadas, em menor parte, com pessoas já conhecidas anteriormente pelos entrevistadores, mas sobretudo (em sua maior parte) realizadas com moradores não previamente conhecidos enquanto vítimas diretas dessa forma de violência que vivem em comunidades empobrecidas marcadas por intensas formas de violência decorrente da (para)militarização do território. A já existente inserção prática dos entrevistadores em territorialidades de resistência e luta social, certamente contribuiu para uma maior relação de confiança estabelecida com os entrevistados.

Ressalta-se também que a partir de Novembro do ano de 2013, o pesquisador do presente trabalho tornou-se, por opção pessoal e afetiva, morador da comunidade da Vila Turismo em Manguinhos. A decisão, não previamente planejada como intenção profissional ou de pesquisa, certamente também influenciou a realidade das preocupações científicas do mesmo na definição dos

momentos da pesquisa, incluindo o trabalho de campo e a construção de roteiro de entrevistas semi-estruturadas. Nessa forma de abordagem, o roteiro de entrevistas deve favorecer um processo de interlocução que “permita flexibilidade nas *conversas* e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de estrutura de relevância”(MINAYO, 2011, p.191). . O rigor científico adotado nesse trabalho, por certo, não significa neutralidade na pesquisa, por reconhecermos assim como Minayo (2011,p.203) que “o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade”.

A riqueza do roteiro de entrevista (Apêndice A) talvez esteja em seu processo de construção científica interdisciplinar e com diferentes formas de produção de conhecimento em espaços de pesquisa e luta social. Foi construído pelo presente autor junto com Darcília Alves e Elenice Pessoa, duas importantes moradoras militantes do Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos- o Conselho de saúde local com representantes de moradores(as) em segmentos sociais, por profissionais e gestores da saúde pública local -, além do advogado Dj Jefferson Amadeus, importante defensor dos direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro. O desenvolvimento das entrevistas no campo teve a participação em todos os momentos do pesquisador que desenvolve essa tese , mas contou também com a fundamental participação da conselheira de saúde Elenice Pessoa e com Dj Jefferson Amadeus para a plena realização das mesmas com moradores(as). Ambos são atualmente bolsistas pesquisadores da Cooperação Social da presidência da Fundação Oswaldo Cruz, órgão da instituição que apoiou e pretende ampliar a pesquisa iniciada na presente tese.

O trabalho de campo, com investigação empírica da pesquisa permitiu a produção de dados e análises sobre as narrativas e percepção dos moradores (as) de favelas sobre o impacto da violência com uso de arma de fogo e militarização na saúde, na educação, no trabalho, no cotidiano, na política e nas ações de governo e dos próprios moradores usadas em seus territórios usados. Narrativas produzidas por moradores, por suas famílias, por amigos (as) e vizinhos (as), cidadãos(ãs) da cidade que mais sofrem as violências da (para)militarização de territórios urbanos, sobretudo. Essas narrativas foram analisadas em suas relações e contradições com dados oficiais e representações produzidas por órgãos públicos de segurança

pública, por órgãos de saúde pública, além de representações midiáticas e de frações do mercado.

Torna-se possível inferir que o aprofundamento desses estudos qualitativos contribua analiticamente para refletirmos sobre a extensão e a complexidade do impacto da (para)militarização e da violência com uso de armas de fogo na vida de parcelas significativas de cidadãos e cidadãs da cidade do Rio de Janeiro que residem em favelas/comunidades empobrecidas na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos nos aproximar da complexidade e ampliamos o olhar sobre os impactos da violência armada ao analisar o impacto na saúde, na educação e no cotidiano do território usado para além dos indicadores (sem excluí-los, por certo) de homicídios e roubos, comumente referenciados por órgãos de segurança pública, pesquisas e meios de comunicação. Além da observação descritiva e participante em campo, foram realizadas no total oitenta e oito (88) entrevistas semi-estruturadas com moradores de três extensos e populosos territórios de favela da cidade, com base metodológica na pesquisa social qualitativa em saúde (MINAYO, 2007).

Foram entrevistados(as) sessenta e oito(68) moradores(as) das favelas do território do Complexo de Manguinhos e quatro(4) moradores de favelas vizinhas do Jacarezinho, além de 16 moradores(as) de favelas da Maré. O acréscimo de quatro moradores do Jacarezinho não implica em alteração significativa nas análises e foram incluídos por manterem relações familiares, cotidianas e afetivas com as favelas de Manguinhos, pois são territórios vizinhos, com muita proximidade física e social. Além disso, o histórico recente de ocupação territorial com práticas militarizadas de policiamento ostensivo das UPPs ocorreu no mesmo período, a partir do ano de 2012, ambas inauguradas oficialmente inclusive no mesmo dia, 16 de Janeiro. Soma-se também a essas características, a histórica (para)militarização envolvendo a mesma facção do narcotráfico em sua relação de conflito e acordos, distanciamento e proximidade com parte de agentes do Estado.

No caso dos moradores (as) dos territórios do Complexo da Maré, incluímos as 16 pessoas entrevistadas como base comparativa de favelas situadas na mesma região e área de planejamento (Ap3.1) , igualmente com histórico intenso de (para) militarização nas últimas três décadas, porém sem a experiência de ocupações territoriais militarizadas das UPPs. Analisaremos assim, ainda que com destaque para o período das UPPs, as dimensões múltiplas das violências produzidas pela (para)militarização ampliada e histórica, seus impactos na (re)produção social em

favelas da Zona Norte da cidade. Para tanto, dedicaremos especial ênfase a análise das narrativas de moradores de favelas sobre a saúde e a (para)militarização caracterizada pela violência com uso de armas de fogo. O enfoque qualitativo, ao valorizar a dimensão da experiência e práticas socioespaciais, além da abertura para alguma dimensão de troca de saberes com os pesquisadores entrevistadores propiciou uma riqueza das narrativas escritas e vocalizadas pelos moradores das favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré.

A média de idade registrada das pessoas entrevistadas- moradoras de favelas dos territórios de Manguinhos, Jacarezinho e Maré- foi de 39 anos de idade. Entrevistamos pessoas em diferentes faixas etárias da vida, buscando ao máximo contemplar representações de quem viveu diferentes momentos da favela e também da (para)militarização desses territórios. A pessoa entrevistada de menor faixa etária registrava 18 anos de idade no momento da entrevista e o de mais longa faixa etária ao ser entrevistado registrava 70 anos de idade. Aproximadamente 24% do total de pessoas entrevistadas registrava entre 20 e 30 anos de idade, 21% registrava entre 30 e 40 anos de idade, 21% registrava entre 40 e 50 anos de idade, 15% registrava entre 60 e 70 anos de idade, 10% registrava entre 18 e 20 anos e 9% registrava entre 50 e 60 anos de idade, como expressa a tabela 2 abaixo:

Tabela 1 - Faixa etária dos moradores e moradoras de favelas entrevistadas

Faixas etárias	Proporção em relação ao total de entrevistados(as)
18-20 anos de idade	10% dos entrevistados(as)
20-30 anos de idade	24% dos entrevistados(as)
30-40 anos de idade	21% dos entrevistados(as)
40-50 anos de idade	21% dos entrevistados(as)
50-60 anos de idade	9% dos entrevistados(as)
60-70 anos de idade	15 % dos entrevistados(as)

Fonte: entrevistas realizadas pelo autor e pelos pesquisadores bolsistas da Fiocruz, Djefferson Amadeus e Elenice Pessoa nos anos de 2016 e 2017.

2 A (PARA)MILITARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE FAVELA NA CIDADE SOB HEGEMONIA NEOLIBERAL

No presente capítulo de nossa pesquisa analisaremos as principais estratégias, práticas e impactos das políticas de Segurança Pública e da lógica capitalista e territorial de grupos armados inseridos em período de hegemonia do planejamento estratégico do Rio de Janeiro, centradas na contenção- repressão e inclusão precária, impedir e abranger, abertura e fechamento- e controle autoritário do território de favelas e seus moradores. Esse processo de controle, repressão e contenção do espaço de vida de trabalhadores(as) produzido por uma relação intensa de distanciamento e proximidade das referidas políticas de segurança pública(e sua lógica territorial do poder) com o mercado de armas e drogas ilícitas(sua lógica capitalista do poder), denominamos aqui “(para)militarização de territórios” durante período de hegemonia neoliberal na cidade. Destacaremos em nossa análise das diferentes forma e sentido do processo de (para)militarização, a implementação das Unidade de Polícia Pacificadora em favelas do estado do Rio de Janeiro durante a última década.

No dia 1º dia do ano de 2015, a posse do então “novo” Governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando “Pezão”, foi marcada pela fala de seu antecessor, o ex-governador do estado. O antigo Governador, atualmente condenado e preso, Sergio Cabral expressou a seguinte opinião sobre as perspectivas de continuidade da “nova” gestão de seu sucessor: “o principal desafio do Pezão será a segurança pública, a segurança continuará sendo a mãe de todas as políticas” e ainda completando, “a segurança que determina as condições para as políticas de saúde e educação”.

A fala de Cabral sugere à expansão dos princípios e práticas das políticas de Segurança Pública como principal condição a todas as esferas de produção do espaço social. Delega centralidade a segurança pública enquanto determinação social da saúde, do território, das condições de vida e de trabalho dos moradores da cidade. Nesse contexto, a afirmação do ex-governador implica em uma preocupante inversão analítica, onde planejar significa ter como ponto de partida a análise de índices de criminalidade associados a determinados territórios. Passa a ser uma referência primordial para determinar intervenções de contenção territorial e coercitivas estatais nas dimensões culturais, políticas e econômicas de produção do

espaço social – incluindo a produção do processo relacional de saúde-doença. A pesquisadora Fleury, por exemplo, explica que o processo oficial de ocupação policial e militar do território representando pela mais recente estratégia das Unidades de Polícia Pacificadora tem implicado em uma própria condição de militarização de toda a dimensão social de (re)produção:

[...] traduzir o social como parte da política de segurança, opera um processo de militarização do social, pelo qual se assegura o predomínio do aparato coercitivo sobre a hegemonia, construída em base às relações de sociabilidade, políticas e direitos sociais e as formas de democratização do processo político (FLEURY, 2012, p.219).

Ao analisarem a lógica sistêmica do capitalismo, Arrighi (1994) e Harvey(2003), nos apresentam a importante contribuição teórica de apresentarem que sua dinâmica espaço-temporal (re)produz a permanente tensão contraditória e dialética entre a lógica capitalista de poder e a lógica territorial de poder. A lógica capitalista “opera no espaço e no tempo contínuos[...]” considerando também que “empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si ou encerram operações”, em permanente tensão dialética com a lógica territorial de poder, onde “o político opera num espaço territorializado[...]” e “os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas”(HARVEY, 2003, p.32). As reflexões desenvolvidas pelo autor para analisar o que o mesmo chamou de um “novo imperialismo” contribuem como arcabouço teórico poderoso para entender a realidade, ainda que possamos tecer crítica pontual a restrição no pensamento de Harvey do político e do território a dimensão oficial eleitoral e aos limites territoriais oficiais, por entendermos que a política requer o entendimento de um conceito ampliado de Estado (sua relação permanente de produção política entre sociedade civil e sociedade política, como inspirou Gramsci) e para além dos limites espaciais concebidos pelas esferas federais, estaduais, municipais, e seus desdobramentos formais, uma vez que as relações de poder são produzidas e condicionam territorialidades percebidas e vividas para além desses limites geográficos no território usado.

Parte da lógica capitalista da (para)militarização de favelas da cidade implica na permanente tensão e disputa por controle territorial para o escoamento e

comercialização ilegal de mercadorias(armas de fogo e drogas consideradas ilícitas,destacadamente) e a circulação de dinheiro e poder disputados localmente entre facções do narcotráfico, milícias e agentes policiais de segurança pública. As favelas da cidade são usadas como territórios a serem controlados ilegalmente (tanto por práticas de exceção cometidas por grupos criminosos tradicionais, quanto por parte corrupta de policiais e militares) para responder aos anseios, sobretudo, de um mercado capitalista de armas de fogo e segurança que movimentam altos valores em dinheiro. A ilegalidade dessa forma de mercado capitalista penetra diretamente a produção e em especial a comercialização de armas de fogo e equipamentos de combate da lógica dos Estados em suas forças armadas nacionais e locais de segurança pública. As transações da indústria de defesa, por exemplo, “respondem por quase 40% de toda a corrupção do âmbito do comércio mundial”¹, segundo estudo da organização Transparência Internacional.

No Brasil, a lógica territorial do poder das ações de segurança do Estado é intensamente permeável em diferentes escalas aos interesses da lógica capitalista do mercado de armas de fogo, de equipamentos de combate e de segurança privados marcados por práticas ilegais. No estado do Rio de Janeiro “aproximadamente 70% das armas de fogo que circulam no estado do Rio de Janeiro vieram das forças armadas nacionais e forças de segurança pública do próprio estado”, segundo Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Armas de Fogo realizada por comissão da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro(ALERJ), enquanto o Brasil “tem de 16 a 17 milhões de armas em circulação(sendo 6 milhões registradas) ²”. A lógica territorial do poder, porém, também responde, ainda que minoritariamente, aos anseios recentes da maior parte da população trabalhadora da cidade por redução dos altos índices de crimes violentos cometidos em nome dos interesses ilegais desse mercado que livre para a ampliação espacial de sua lógica capitalista gerou um contexto dramático no país, onde “entre 1980 e 2000, o número de assassinatos [por armas de fogo] saltou de cerca de 14 mil para quase 50 mil [...] e quase 193 mil pessoas foram assassinadas

¹ Retirado de matéria do endereço eletrônico <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/ricos-poderosos-e-sem-limites-2814.html> . Acesso: Junho, 2015

² Retirado de matéria do endereço eletrônico <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/ricos-poderosos-e-sem-limites-2814.html> . Acesso: Junho, 2015

no Brasil de 2004 a 2007, enquanto a soma das vítimas dos 12 maiores conflitos armados internacionais nesse período ficou em 169,5 mil”.

Os anseios políticos de maior parte da população produziram mudanças de estratégia da lógica territorial de políticas de segurança pública para reduzir os impactos da violência armada sem romper com a lógica capitalista da (para)militarização dos territórios de favela, como exemplifica a experiência do Programa das Unidades de Polícia Pacificadora em parte do estado do Rio de Janeiro que analisaremos durante essa pesquisa, em especial enfoque para seus impactos nos territórios de favela. As Unidades de Polícia Pacificadora surgiram também como alternativa a manutenção da acumulação capitalista na cidade para superar constrangimentos pontuais da lógica territorial de poder, com estratégia de contenção territorial para permanecer servindo a lógica do mercado de armas de fogo, de equipamentos de combate e de segurança privados, mas também como forma de produzir “despossessamento” ou espoliação para outras frações de mercados da cidade, com destaque para o imobiliário e o turístico.

Para Souza (2008), a militarização ampliada de territórios da cidade e da própria questão urbana produz a conformação de um estado de medo generalizado. Esta dinâmica insere-se no contexto das principais iniquidades produzidas pela nossa sociedade, interferindo diretamente na vida dos moradores da cidade e produzindo sofrimento e adoecimento de milhões de pessoas. Para o autor (Souza, 2008, p.40), a cidade do Rio de Janeiro sob estas condições pode ser representada enquanto uma fobópole, “uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança”. Semelhante sentido está contido no depoimento, em 2017, do procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, destacando ser a questão preocupante para toda a cidade, ainda que as pessoas mais pobres sofram mais esse impacto na vida e saúde:

“Ainda que os mais pesados fardos recaiam sobre os desfavorecidos, a violência atinge todas as classes. Ainda que as áreas mais impactadas pela desigual distribuição de renda sejam as que mais sofrem, estamos diante de um verdadeiro trauma coletivo. Vivemos

em tensão, com medo, muitas vezes em verdadeiro pânico, com graves efeitos psicológicos ³”

Entendemos que o impacto e efeitos da inversão analítica sobre segurança pública e planejamento urbano devam ser pensados de forma dialética- em suas relações, conflitos e contradições- uma vez que o processo de produção da violência realiza-se de forma dinâmica e conflituosa entre diferentes escalas do território, sujeitos e práticas sociais. Ainda que tal forma de pensamento não seja hegemônica na produção de conhecimento, existem pesquisa e prática críticas promissoras e crescentes que reafirmam uma importante tendência na análise das causas e efeitos da violência, pois a “literatura e os nossos estudos vêm mostrando que esses efeitos decorrem mais de uma combinação do contexto em que as relações violentas ocorrem e menos da violência isoladamente(CONSTANTINO, 2015, p.3) ”.

Para grande parte da literatura crítica contemporânea, as últimas quatro décadas de mundialização do capitalismo sob a prevalência de políticas neoliberais configuraram um momento de acirramento das desigualdades espaciais e das formas de violência na cidade. A produção capitalista da cidade foi bem retratada por estudos que apontaram para uma tendência multiescalar de: crescimento dos processos de flexibilização, terceirização e informalização, como formas de precarização do trabalho; intensificação dos processos de injustiça ambiental; incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, seguida da valorização concentrada e dispersa de bens particulares, serviços de consumo coletivo e valores sociais no e do espaço urbano construído; reconfiguração autoritária da política e da ordem jurídica, militarização de territórios populares (HARVEY, 1994; PEÑALVA, 1993; SANTOS, 1993; RIBEIRO, 2000; VAINER, 2014). Produção capitalista, aqui entendida, como explica Carlos(2000 . p. 63) a partir de Lefebvre ⁴, no seu duplo sentido: “[...] o stricto sensu, que se refere à produção de bens e mercadorias , e o latu sensu, que se liga à idéia de que o que se produz também são relações sociais , uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc [...]”.

³ Retirado do endereço eletrônico <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/45707> . Acesso: Junho, 2017

⁴ Como explica Lefebvre (2001, p.47), tomando o termo ‘produção’ num sentido mais amplo (produção de obras e produção de relações sociais), houve na história uma produção de cidades assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis.

No campo das ideias e valores fora estabelecida uma forma dominante de *pensamento único*, eufórico e integrativo, cuja função é garantir o existente e reduzir ao anacronismo e à irrelevância o pensamento de oposição, crítico do existente e contra-hegemônico, sendo esse o cenário adverso em que se inserem a luta e a resistência social por transformação das condições de vida e garantia de direitos nas favelas das grandes cidades (BUENO, 2008). Na cidade, tal forma hegemônica se estabelece pelas práticas e construção discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. Essa forma dominante, e ainda norteadora do planejamento oficial da cidade do Rio de Janeiro, se torna hegemônica pela conclusão de que não há alternativas além do capitalismo, da necessidade do planejamento da cidade para o mercado, e da produção de um suposto consenso de que os “benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumam um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 1996, p.49). Em escala global, expande-se a ofensiva capitalista sob inspiração neoliberal contra as garantias básicas de proteção social da classe trabalhadora condensadas no Estado e em sua capacidade moderna de planejar:

No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva no estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (market friendly) e orientado pelo e para o mercado” (market oriented) (VAINER, 2011, p.2).

Para manter a hegemonia do pensamento único em mentes e corações, tal forma dominante precisa complexificar e aprofundar combinações de formas de violência legal e extralegal, por vezes de forma praticamente indistinguível quando nos referimos às periferias urbanas, em especial ao território de favela, marcado por práticas de exceção. A relação do Estado ampliado capitalista com as favelas implica não apenas um movimento de marginalização, mas de um processo crescente e complexo de ações estatais nesses territórios:

[...] na verdade, não se trata de territórios completamente à margem do Estado, mas dentro de situações “excepcionais”(de indistinção entre exceção e regra) por ele próprio longa e amplamente toleradas, inclusive através de arranjos ou acordos... entre policiais e traficantes (HAESBAERT, 2014, p. 133)

A problemática aqui eleita para investigação está contextualizada pelo processo histórico de produção capitalista de violência na cidade, das determinações sociais da saúde e da luta social de trabalhadores das periferias urbanas, inseridos, em período marcado pela implementação de políticas neoliberais⁵. Trataremos assim de questões levantadas pela reflexão socioespacial sobre as práticas de exceção, toleradas ou protagonizadas pelo Estado capitalista contra as classes populares, que sustentam o modelo empresarial de cidade representado pelo planejamento urbano estratégico.

O entendimento dos projetos de cidade, presentes nas políticas urbanas desse período de hegemonia do planejamento estratégico - incluído o recente programa de segurança pública que orienta as Unidades de Polícia Pacificadora - necessita dialeticamente da análise do conflito explicitado pela luta social para podermos refletir sobre suas contradições. Pois, *“é a luta social, o conflito aberto o principal, senão o único caminho através do qual grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público - isto é, enquanto sujeitos políticos”* (VAINER, 2007, p. 6). Portanto, pensar criticamente as políticas públicas na favela e o atual modelo de segurança pública para esses territórios exige a análise dos conflitos sociais e de classe como orientadores da reflexão. Caso contrário, os próprios conceitos históricos de política e de cidade estarão inevitavelmente fadados ao alijamento:

[...] a política se referia entre os gregos, aos assuntos de interesse coletivo (de interesse da pólis), sendo o o atributo de político relacionado com o nível do geral (kóinos)” (MEIER apud SOUZA, 2008, p. 149).

Qual é a mediação, afinal, que torna possível este diálogo entre a polis e a cidade? Penso ser a política esta mediação, palavra comum a ambas as realidades históricas. Política como prática da liberdade no mundo público (Arendt, 2005), como apropriação do espaço e do tempo (pois estes não se separam) pela vida (MORALES, 2008, p, 13).

⁵ Em termos crus e diretos, a implementação e aceitação de políticas neoliberais significaram, sobretudo: redução ou corte dos programas de proteção social do Estado; endurecimento de políticas punitivas do Estado Penal; corte de direitos trabalhistas e revisão dos direitos que protegiam o trabalho contra o capital, tornando os trabalhadores vulneráveis diante da perspectiva, sempre presente, do desemprego ou da inserção precária no mundo do trabalho; criminalização e ataque sistemático a movimentos sociais e populares organizados, como estratégia para enfraquecer a resistência aos projetos neoliberais; precarização das condições de vida e injustiça ambiental; sistemático elogio da empresa privada como uma espécie de panacéia universal para as sociedades humanas, seguido de um também sistemático ataque às instituições públicas, representadas sempre como arcaicas, corporativas, obsoletas, ineficientes, anacronismos insustentáveis diante da nova ordem econômica global do capitalismo (BUENO, 2008).

Entendemos as práticas de exceção como historicamente constituintes do Estado capitalista, enquanto práticas inerentes ao Estado, permanentemente acionadas para manutenção das formas espaçotemporais de dominação que sustentam o sistema político, econômico e cultural capitalista (POULANTZAS, 1980; LEFEBVRE, 1991, 2001; HARVEY, 2012, 2003; VAINER, 2010). Na produção capitalista do espaço urbano, a contradição dialética entre apropriação (dimensão simbólica do uso do espaço) e dominação (dimensão concreta do controle do espaço) da cidade (LEFEBVRE, 1991) é atravessada por estratégias de coerção e consentimento, nas quais o Estado “com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo... consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado” (HARVEY, 2003, p. 121), ainda que o poder econômico das grandes corporações capitalistas tenda há ser o norteador da política institucional.

A produção social da vida em favelas se insere na dimensão de conflito gerado pela existência de territórios marcados cotidianamente por práticas de exceção singulares que convivem com um declarado Estado Democrático de Direito. Práticas que também determinam e são condicionadas pela produção espacialmente desigual do país, do mundo, da cidade e suas geometrias de poder. Como explica Ramos (2016, p. 13), a partir de Leeds, as questões referentes a relação do Estado com esses territórios, expressas localmente por problemas entre o narcotráfico e a polícia nas favelas e bairros pobres pode ser situado como “dilema da democracia brasileira, já que a governança democrática local é fundamental para a democratização da sociedade organizada” .

Tratamos, assim, de práticas de exceção protagonizadas pelo Estado capitalista, em uma constituição democrática formal, em um estado de exceção não declarado oficialmente, mas territorializado por práticas recorrentes no cotidiano de quem vive a favela. A cidade do Rio de Janeiro sob hegemonia neoliberal do planejamento urbano estratégico expressa essa contradição. A cidade do Rio de Janeiro sob hegemonia do planejamento urbano estratégico expressa essa contradição histórica do processo de formação social do Brasil. As chamadas transições democráticas dos períodos de regimes de exceção declarados no país não superaram violência ilegal ou extralegal das banalização de práticas de exceção ou de ações de “regimes paralelos de exceção” (PINHEIRO, 1991, p.47), inseridas

em estruturas do estado, com autonomia dos aparelhos policiais e tolerância com a banalizada violência criminal contras as classes populares e seus grupos minorizados. Como explica Pinheiro(1991, p.51):

Os impasses da transição desvendam que essa autonomia dos aparelhos repressivos e as práticas da violência ilegal sobrevivem em níveis tais, não constatáveis em outras transições políticas na América Latina ou em alguns casos europeus com Espanha e Grécia. Tanto a tortura quanto a eliminação de suspeitos e outras práticas rotineiras da ‘pedagogia do medo’, sistematicamente aplicada às classes populares (invasões de domicílio, operações sweeps de limpeza das ruas, espancamentos, sequestros, assassinatos no campo, massacres) são toleradas.

Alertamos aqui, porém, para impossibilidade de transposição das análises teóricas ampliadas sobre Estado de Exceção declarado, ou da definição *strictu sensu* de Regimes de Exceção diretamente para a escala da cidade do Rio de Janeiro, opção analítica que não pretendemos desenvolver ou aprofundar nessa pesquisa. Consideramos, no entanto, que tais análises estimulam reflexões importantes ao apontar possibilidades de caminhos e provocações teóricas relevantes para o estudo sobre a desqualificação da política na cidade e a relação marcadamente violadora de direitos, caracterizada por práticas de exceção, entre Estado, interesses capitalistas e território de favelas. Como explica Vainer (2011, p.8), “...o estado de exceção constitui um tipo de estado capitalista em que se exacerba e ganha novo sentido e eficácia uma característica inseparável deste estado: a autonomia relativa do estado”, qual seja a “relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações do bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suporte” (POULANTZAS, 1986, p.252).

Abaixo seguem duas citações, cada qual com sua abordagem e olhar analítico, que destacam a contradição da impossibilidade de um pleno Estado Democrático de Direito no capitalismo, em espacial na cidade sob hegemonia neoliberal do Rio de Janeiro:

Certamente, a categoria estado ou regime de exceção não se aplica senão de modo parcial à cidade... As formas institucionais de democracia representativa burguesa permanecem, formalmente, operantes. O governo eleito governa, o legislativo municipal legisla... Mas a forma como governa e legisla produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial (VAINER, 2011, p.11).

Além do histórico desrespeito aos direitos essenciais para a sobrevivência e reprodução social..., as favelas da cidade sofrem explicitamente formas cotidianas de supressão de direitos civis e políticos... a atuação do Estado brasileiro nas favelas é inconstitucional, na medida em que não apenas desrespeita os direitos civis previstos no artigo 5º da CF através de seu aparato repressivo, indo muito além de qualquer medida de exceção prevista pela CF... , como deixa de garanti-los, ao não combater esses mesmos desrespeitos quando perpetrados por grupos armados ilegais..., muitas vezes com a anuência do aparato repressivo estatal (BUENO, 2008, p.44)

Existe a institucionalização social da lógica de combate e de extermínio no Estado e nos estados brasileiros, quando há execução de moradores das favelas e periferias da cidade cometidas por agentes de segurança pública, e/ou quando os mesmos toleram que grupos privados criminosos armados executem moradores desses mesmos territórios para manutenção de suas práticas capitalistas ilegais- ou pior quando parte desses agentes concebe nesses extermínios uma possibilidade de maximizar sua renda de forma ilegal. O alerta da Anistia Internacional (2015) sobre a crise, no Brasil, na segurança pública, nas últimas três décadas destaca que nos registros em 2012, 56 mil assassinatos, correspondendo a 29 homicídios por 100 mil habitantes. Do total de vítimas, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos, sendo 90% homens e 77% negros.

Além dos homicídios praticados por membros de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, a atuação da segurança pública e de grupos de extermínios e de milícias relacionados a agentes em exercício de suas funções públicas mostra-se muito significativa nesse aspecto, como aponta o relatório. Demonstra um recorte de classe e espacial entre as principais vítimas dessa forma de violência, além de expressar em parte de suas corporações de segurança pública também um racismo institucionalizado contra populações negras do país. Dentre os agentes de segurança pública, destacam-se os policiais militares do estado do Rio de Janeiro no que tange a cometimento de homicídios pelos mesmos e também pelos altos índices de assassinatos que sofrem.

O impacto da violência, em especial da violência com uso de armas de fogo ampliou significativamente a morbimortalidade do país que cresceu em níveis alarmantes e tornou-se questão fundamental a ser criticada não apenas por órgãos e estudiosos da segurança pública, como também de forma crescente por órgãos e pesquisadores da saúde e também do espaço e suas determinações sociais:

Hoje no Brasil a violência vitima mais pessoas que o câncer, a Aids, as doenças respiratórias, metabólicas e infecciosas. Ela se constitui uma das principais causas de mortalidade geral e na primeira causa de óbito da população de 5 a 49 anos de idade. Para que se tenha idéia da devastação humana que a violência provoca, seja pela perda de vidas, seja pelas lesões físicas e morais que impinge a suas vítimas, ressaltamos que mais de um milhão de brasileiros morreram por esta causa em 10 anos, na década de 1990⁶. (NJAINE, ASSIS e CONSTANTINO, 2013, p. 15).

As práticas e crimes que envolvem a violência extrema, destacadamente com uso de armas de fogo, distribuem-se de forma desigual no território nacional e na escala das próprias cidades. Ocorrem com maior freqüência nas médias e grandes cidades, destacadamente nas periferias urbanas e suas favelas, marcadas por intensa vulnerabilidade socioambiental e civil:

Os dados de morbimortalidade por violência no Brasil mostram que cerca de 80% dos óbitos e das lesões e traumas ocorre nas cidades, principalmente nos municípios com mais de 100 mil habitantes (62,1% de toda a mortalidade por causas externas no país). As armas de fogo aparecem como fator importante para o incremento da violência⁷ (2016, p.3) .

A violência policial, de grupos armados de segurança privada, facções do narcotráfico e milícias e os consequentes homicídios de jovens e adultos trabalhadores nas cidades sob hegemonia neoliberal, não pode ser reduzida a ação de matar do policial ou a do bandido, sob a pecha de uma explicitação causal simplista e fenomênica. Há que se entender este fato como fruto das contradições de um Estado subordinado a interesses capitalistas diretamente ligados ao mercado privado (legal e ilegal) de drogas e armas. Um Estado de orientação neoliberal, marcado por dura restrição das mediações e espaços para a política ampliada com participação dos trabalhadores da cidade, funciona prioritariamente para sustentar

⁶ Trecho retirado do importante Termo de Referência de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, aprovado pela instituição no ano de 2016.

⁷ Trecho retirado do importante Termo de Referência de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, aprovado pela instituição no ano de 2016.

interesses hegemônicos capitalistas e manter a ordem política diante das resistências de trabalhadores, em diferentes níveis de organização.

Funcionários públicos inseridos, muitas vezes de forma corrupta e em escala local, em uma complexa rede multiterritorial bastante lucrativa do mercado privado de armas de fogo, drogas consideradas ilícitas e segurança. Nesse sentido, a moderna definição de “polícia” oferecida pelo pensamento crítico expresso em Gramsci, ainda que genérica, mantém-se atual e provocativa:

O que é a polícia? Decerto não é somente a organização oficial, reconhecida juridicamente e reservada a função de segurança pública, como se entende em geral por este termo. Ela não é mais do que o núcleo central que tem a responsabilidade formal de “polícia”, que é de fato uma organização mais ampla, na qual uma grande parte da população de um Estado participa direta ou indiretamente, com laços mais ou menos definidos e precisos, de forma permanente e ocasional (GRAMSCI apud ANDERSON, 2000, p. 47) .

Continuamente imbricado com interesses privados capitalistas na lógica neoliberal de planejamento do território dos países e das cidades para o mercado e para as elites econômicas, o Estado também é o espaço em que se materializa parte significativa das conquistas das lutas da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, contra a violência armada e a desigualdade social. A produção de políticas ampliadas no mundo majoritariamente reflete a defesa da concentração de poder, renda e capital, mas também possibilita a expansão em abrangência de políticas públicas que refletem a luta social segundo interesses ampliados da classe trabalhadora. Analisar o Estado e suas ações, forma e sentidos da produção de políticas de segurança pública significa também entender suas contradições permanentes.

Piketty (2013, p. 560), ao construir amplo e fundamental estudo sobre a evolução histórica do capital e da desigualdade em diferentes países do mundo, alerta que no século XXI “as instituições parlamentares, o estado de direito não são meramente as instituições burguesas descritas [...] de antes da queda Muro de Berlim”, complementando ainda que isso nos “obriga também a estudar o Estado [...] nessas dimensões concretas e a sair dos esquemas simplistas e abstratos sobre infraestrutura econômica e superestrutura política”. O importante alerta, evidente também embora com suas singularidades no caso do contexto territorial e capitalista do Estado Brasileiro, não é suficiente para responder as seguintes perguntas: é possível existir estado democrático de direitos em espaço nacional com territórios

marcados por práticas de exceção? Ou de forma mais simples e abrangente: pode existir estado democrático de direito que não seja social e espacialmente para todos(as) em sociedades desiguais?

O Estado brasileiro- e suas relações de classe-, pode ser entendido no seu conceito ampliado gramsciano, no qual “[...] o Estado tem sua *gênese* nas relações sociais concretas, e não pode assim ser compreendido como uma entidade em si”. (Coutinho, 1996, p. 18, grifo do autor). O Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes sociais (ou seja, conserva a ‘sociedade civil’) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim é um *Estado de classe*... uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende sobretudo os interesses *comuns* de uma classe *particular* (Coutinho, 1996, p. 19, grifo do autor). Os gritantes impactos negativos ou falência para a sociedade- em especial para trabalhadores e famílias situadas nas periferias e favelas-, e para os próprios objetivos anunciados das políticas de segurança pautadas “combate ou guerra às drogas” no país, é bem definida pela afirmação de Silva(2015, p. 63):

O regular crescimento do consumo e da venda ... no Brasil desde a década de 1980, demonstra que a estratégia de repressão às drogas não tem conseguido reduzir a oferta do produto nem sua distribuição, mesmo com a violência letal tendo triplicado no período, com a maior parte da população carcerária sendo condenada em função do envolvimento com drogas, com o aumento da corrupção policial e judiciária, com os grandes recursos aplicados no combate ao crime, com o aumento da morte de policiais e vítimas inocentes, com o aumento da criminalidade violenta nos centros urbanos, com a universalização da sensação de insegurança..., com a violência cotidiana na favela nas favelas que torna a vida de seus moradores um risco permanente.

No caso da violência policial, torna-se importante observarmos que a característica de classe trabalhadora é negada aos agentes policiais de segurança pública, por processos vários de alienação, para que ele possa representar o aparelho coercitivo do Estado fielmente em defesa de interesses da classe dominante da qual os policiais não são parte, se analisarmos a posição nas relações sociais e o acúmulo de capital. Na cidade do Rio de Janeiro, com a singularidade de termos “a polícia que mais mata e mais morre no mundo”, como destaca Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, e ficou mundialmente conhecida a corporação de segurança pública em suas várias frações e comandos

no estado. Mecanismo semelhante, porém com diferentes motivações, proporção e impactos, acontece com os sujeitos do tráfico ilegal de drogas e armas que cometem crimes violentos contra facções rivais e trabalhadores, ainda que na maior parte das vezes sejam crimes associados “a regulação das relações sociais no espaço local”, a partir das “brechas” abertas pelos movimentos seletivos de ausência e presença do Estado nesses territórios. Ambos, sujeitos e instituições sociais colocadas no extremo humanamente destrutivo de práticas capitalistas que utilizam a “violência com fins lucrativos como método” e marcam o território de favela, as condições de vida e trabalho dos moradores, com suas definições de ordem social e ordenamento do território (RAMOS, 2016, p. 8).

Faz parte dessa mesma lógica eminentemente marcada por práticas punitivas do Estado, a função de um sistema judiciário que contribui para a situação de chegarmos a terceira maior população prisional do mundo, onde de um total de 726.712 pessoas presas 40% não possuem sequer uma condenação legal e muitos vivem em condições insalubres e degradantes, segundo dados do Ministério da Justiça do Brasil (Brasil, 2016). No Rio de Janeiro, a lentidão e em muitos casos também omissão da Polícia Civil e do Ministério Público em investigarem execuções ilegais cometidas por policiais militares em serviço, especialmente em ações nas favelas, costuma resultar em um número muito baixo de resoluções ou posteriormente de possíveis condenações desses agentes de segurança pública, segundo a ONG Human Rights Watch:

"Policiais responsáveis por execuções e acobertamentos raramente são levados à Justiça. A Polícia Civil tem conduzido investigações lamentavelmente inadequadas. Entretanto, a responsabilidade de acabar com a impunidade nesses casos é, em última instância, do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, que tem competência constitucional para realizar o controle externo da atividade policial, fiscalizando o trabalho da Polícia Civil, bem como conduzindo suas próprias investigações"⁸.

Se agentes de segurança pública violam, com o argumento muitas vezes legitimados judicialmente da ordem e pela brutalidade, cotidianamente os direitos fundamentais, incluindo o direito à vida, de trabalhadores(as) e suas famílias nas favelas, não se constata prática e sentido muito distintos nas ações dos membros locais de facções do tráfico de drogas(e armas) e milícias armadas contra

⁸ Retirado do endereço eletrônico <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/policia-do-rj-matou-8-mil-pessoas-na-ultima-decada-diz-ong.html>. Acesso: Agosto,2016

trabalhadores e seus familiares. Situações que envolvam conflitos de relações conjugais, roubos e furtos locais cometidos por crianças e jovens dependentes químicos, agressões entre vizinhos ou mesmo discordância de moradores sobre a destinação de recursos públicos e políticas no território que contrariem interesse das facções e pessoas próximas, são resolvidas com execuções, agressões, torturas, expulsões do local e ameaça a integridade física, como as principais dentre as variadas formas autoritárias de ordenamento e de regulação das relações sociais locais e do território protagonizadas pelas referidas facções.

Nos últimos três anos (2016-2017) no estado do Rio de Janeiro aumentou também lamentavelmente a quantidade de agentes de segurança pública mortos, particularmente de policiais militares, em sua grande maioria sem estar em serviço, ou período oficial de trabalho. A precarização das condições de trabalho desses agentes e a corrupção dentre parte dos mesmos também aparece como fatores agravantes do contexto de (para)militarização das favelas, questões que aparecem tanto nas narrativas dos moradores(as) de favela da cidade, como de agentes de segurança pública, pesquisadores e ex-policiais. O ex-policial do BOPE (Batalhão Operação Especiais da Polícia Militar) e antropólogo Paulo Storani, por exemplo, destaca a “o sucateamento da atividade policial, sobretudo nas UPPs”, como fonte desse retorno do crescimento de policiais assassinados por grupos criminosos.

No entanto, no Rio de Janeiro há uma desproporção significativa entre o crescimento de policiais assassinados e de civis mortos por policiais. Enquanto os homicídios cometidos por policiais mantém-se em altíssimos níveis nas últimas três décadas no Rio de Janeiro, o homicídio cometido contra policiais cresce bem menos e irregularmente, como demonstra gráfico de estudo realizado por Misse (2011), do ano de 1998 até 2009. Enquanto em 2009 a proporção era de aproximadamente de 1 policial assassinado em serviço para 28 civis mortos (Misse, 2011) por policiais no Estado do Rio de Janeiro, em 2015, “para cada policial morto em serviço no Rio de Janeiro, a polícia matou 24,8 pessoas, mais que o dobro do que na África do Sul e três vezes a média dos EUA”, ambos países com elevados índices de homicídios por armas de fogo.

Cabe, como afirmamos anteriormente, destacar que a maior parte dos policiais assassinados é morta quando não está em serviço, o que reduz levemente essa desproporção, mas mantém ainda elevadíssimas taxas de homicídios cometidos por policiais no estado. Relatório intitulado “O bom policial tem medo” construído pela ONG

Human Right Watch que além da quantificação dos dados oficiais agregou também entrevistas realizadas com mais de 30 policiais, registrou os seguintes dados alarmantes em relação a homicídios cometidos pela polícia militar do Rio de Janeiro na última década conforme registrou o jornal “O Globo” em 2016:

Um relatório divulgado [...] pela ONG Internacional Human Rights Watch indica que a Polícia Militar do Rio de Janeiro matou mais de 8 mil pessoas na última década. O número oficial de homicídios cometidos pela polícia – que chegou a mais de 1.300 em 2007 e havia caído para 400 em 2013 – voltou a crescer no ano passado. Pelo menos 645 pessoas foram mortas por PMs em serviço no ano de 2015⁹.

Nesse complexo e conflituoso contexto que não pretendemos esgotar com respostas fáceis, e também gerando perguntas e reflexões, aprofundaremos nossa análise sobre a violência armada e seus impactos a partir da percepção social da saúde, educação, cotidiano do território de vida de moradores de favelas e as resistências sociais à forma singular e (para)militarizada da produção capitalista da cidade sob hegemonia neoliberal. Sem olhares fetichizados, românticos, paternalistas ou populistas, mas pela crítica dialética social do território que permite denunciar o profundo adoecimento, o sofrimento, violações, o terror e o amplo impacto social da (para)militarização e suas práticas de exceção, mas também anunciar a esperança, transformações e a resistência social a partir da luta por garantia de direitos de fato, na concretude das práticas espaciais.

2.1 Território contido pela (para)militarização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: a dominação marcada por práticas de exceção

Orientados pela teoria crítica do espaço e sua concepção de território, organizaremos nossa pesquisa em momentos de análise permanentemente relacionados ao refletirmos: sobre o terror da violência armada de lógica (para)militarizada, seus impactos sociais nas favelas das grandes cidade e das classes populares moradoras; e sobre as condições concretas das lutas sociais e de experiências críticas e democráticas de resistência à violência armada.

⁹ Retirado do endereço eletrônico <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/policia-do-rj-matou-8-mil-pessoas-na-ultima-decada-diz-ong.html> . Acesso: Agosto, 2016.

A palavra território- em sua etimologia do latim interpretado por correntes francesas, inglesas e brasileiras de pensamento crítico- remete simultaneamente: a “terra”, a sua materialidade, concretude, objetiva delimitação física; ao terror, a subjetividade do ato de aterrorizar, ao sentimento de medo representado por determinado território, a expulsão de indivíduos de determinados pedaços de terra juridicamente determinados (Haesbaert, 2004; Gondim & Monken, 2008). A analogia entre terra e terror, cabe ressaltar, influenciou diretamente a diversidade dos usos do conceito de território ao longo da história, pois “muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, estes dois sentidos”(Haesbaert, 2004,p. 43).

Hoje sabemos pela teoria crítica que tanto a dimensão do uso da “terra” ou da concretude da forma espacial usada dos objetos, quanto a dimensão do terror imposto passam pelas dimensões simbólica e funcional da produção, uso e controle do espaço, ou como preferimos passa pelo território. Segundo Haesbaert(2014, p. 61), as abordagens simbólicas e funcionais do conceito de território são indissociáveis, pois:

[...] nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que pareça, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional por menos explícito que seja.

Explorar, dominar, disciplinar, punir, controlar e conter territórios, indivíduos, classes e grupos sociais por diferentes motivações com critérios econômicos, políticos e culturais são práticas espaço-temporais que fazem parte da história da humanidade. No capitalismo, em seus diferentes momentos, a relação entre a exploração econômica e a dominação político-cultural produz formas dominantes de relações sociais, de formação histórica espacial da desigualdade e de construção da violência. Parece haver, no entanto, um consenso que o atual momento histórico do capitalismo de hegemonia neoliberal desenvolveu como poucos as tecnologias bélicas e policiais, cada vez mais imbricadas, com estratégias orientadas para a “segurança” via (para)militarização da vida humana, em especial dos territórios de vida das classes populares.

Muitas vezes identificadas equivocadamente como práticas específicas de determinados governos, a (para)militarização neoliberal se desenvolve como uma

lógica permanente capitalista de política de Estado para contenção e controle de seres humanos e territórios precarizados pela distribuição desigual de renda e direitos. Além de permitir de forma direta a expansão do mercado armamentista legal e ilegal de segurança nas cidades, a (para)militarização neoliberal reconfigura a lógica espacial de poder disciplinar do espaço para a uma “nova” forma de intervenção direta e regular no território via práticas de exceção justificadas pela “segurança” (HAESBAERT, 2014; AGAMBEN, 2002):

Enquanto o poder disciplinar isola e fecha territórios, as medidas de segurança conduzem a uma abertura e à globalização; enquanto a lei deseja prever e regular, a segurança intervém nos processos em curso a fim de dirigi-los. Em suma, a disciplina quer produzir a ordem, a segurança quer regular a desordem (AGAMBEN, 2002, p. 145).

Destacamos aqui serem indissociáveis as práticas chamadas de (para)militarização do território das cidades protagonizadas por “grupos criminosos armados”- ligados a facções do tráfico de drogas ilícitas (e armas ilegais), por “milícias privadas” ou “grupos paramilitares ilegais” – das práticas oficiais de militarização do território, protagonizada por agentes militares e policiais, de governo e de Estado. Por certo adquirem diferenças e singularidades de acordo com as cidades e territórios usados, mas são práticas intimamente relacionadas em sua forma e sentido. Por vezes de forma explicitamente conflituosa via coerção, em outros momentos por relações de convencimento e acordos ilegais com fins políticos e sobretudo econômicos. No entanto, partimos da premissa de que o Estado no capitalismo neoliberal “convive bem com certa taxa de ilegalismo e se veria em grandes dificuldades se quisesse reduzir indefinidamente essa taxa de ilegalismo” e para tanto consideramos o uso do conceito de (para)militarização como mais adequado ao entendimento (FOUCAULT apud LAGASNERIE, 2013, p. 160).

O conceito do território recebe especial importância aqui, pois prioriza a análise nas relações de poder mediadas pelo uso e controle dos espaços praticados por diferentes sujeitos coletivos e indivíduos, para além das delimitações oficiais de Estado formal, pressupondo sua relação com as diferentes formas de territorialização do mercado capitalista da (para) militarização e as de resistência social, formando um dinâmico “acúmulo desigual de tempos”, como explica o

geógrafo Milton Santos. Nos referimos a (para) militarização de territórios de favelas para destacar as diferentes tensões e relações de poder contidas nos diferentes usos e representações do espaço.

As marcas oriundas da criminalização do território e das classes populares definem e delimitam as periferias urbanas e suas relações de poder de forma singular na cidade sob hegemonia neoliberal- espaços urbanos comandados e usados pelos sistemas de valores e práticas capitalistas de inspiração neoliberal. Atualmente, o cotidiano das favelas da cidade do Rio de Janeiro é marcado pelo uso de intenso aparato bélico e de armas de fogo convencionais, além de práticas recorrentes de silenciamento das vozes de seus moradores(as) e trabalhadores(as) através do estigma ou do terror. Marcas, por vezes, indelévels na saúde – social/ mental/física- de trabalhadores e trabalhadoras que vivem a território.

A produção da violência com uso preponderante de armas de fogo e seus impactos na vida de moradores e trabalhadores da periferia exige uma complexa análise multiescalar do território, sua produção espacialmente desigual e de classe. Para o entendimento de complexo processo, há necessidade de pontuarmos uma breve contextualização de momentos históricos fundamentais de relação entre a escala da cidade do Rio de Janeiro e a escala global do capitalismo que produziram variadas formas de violência como marca aos moradores que usam o território de favela.

Em um primeiro momento, no início do século XX, representadas enquanto territórios marginalizados de mão de obra barata necessária para o capitalismo industrial na cidade, as favelas nasceram marcadas pelo estigma de lócus das “classes perigosas”, um estado permanente de perigo a ordem pública do espaço urbano capitalista (Leite, 2015). Em um segundo momento, a partir de 1964, com a instauração do regime da ditadura civil-militar, destacadamente a partir do Ato institucional 5 (AI-5), a condensação de militares e policiais passa a ampliar ações protagonizadas agora pela polícia militar herdeira de práticas de tortura e principalmente contra, não mais apenas os classificados arbitrariamente como “terroristas políticos de esquerda”, mas sobretudo aos “bandidos comuns pobres”, em sua grande maioria moradores de favelas e periferias urbanas da cidade. A partir de 1980, em um terceiro momento, o território de favela, agora inserido precariamente na lógica urbana de hegemonia neoliberal, representado como ponto estratégico de rota e uso pela rede internacional do tráfico de drogas ilícitas e armas

ilegais/ equipamentos bélicos passa a ser marcado de forma cínica e arbitrária como “o epicentro da criminalidade”, com presença de sujeitos que ofereceriam um permanente risco para a segurança pública dos demais territórios da cidade, embora não sejam nesses territórios que se fabriquem armas de fogo, nem em sua grande maioria produzam drogas consideradas ilícitas.

Pretendemos aqui trazer contribuições para entendermos sobretudo o terceiro e mais recente momento histórico das favelas cariocas, a partir de análise do que denominamos processos de (para)militarização do território de favela e a reconfiguração dos conflitos e impactos sociais em contextos marcados por práticas de exceção. O processo de (para)militarização do território de favela passa decisivamente pela incorporação do território da cidade do Rio de Janeiro a rede internacional do mercado de drogas consideradas ilícitas e armas de fogo, tolerado e ampliado por corporações autoritárias de segurança pública e profundamente marcadas pela corrupção e mentalidade militarista de combate e extermínio em agentes públicos enquanto resquícios de estruturas da ditadura civil-militar. Cabe especial atenção a certa análise histórica de Misse(2011, p. 48) ao ressaltar que embora já a houvesse no período do Estado Novo de forma ainda pouco explícita o a uma continuidade da “tradição de se escolher militares para chefia a polícia”, nos anos 50 a lógica dos grupos do “esquadrão da morte” no Rio de Janeiro e outras cidades se estenderá ao período da ditadura civil militar a partir de 1964 no país, quando surgiu “talvez pela primeira vez na República[...] um fantasma condensado da repressão envolvendo os militares e a polícia. Trata-se, portanto, de um marco histórico para compreensão da expansão da lógica da militarização da segurança pública no país e de territórios da cidade do Rio de Janeiro, como desenvolve Misse(2011, p.49):

O regime instaurado pelo AI-5 envolve a todos- quadrilheiros e terroristas - na mesma Lei de Segurança Nacional[...]. A substituição da antiga polícia (civil) de vigilância pela Polícia Militar, nas operações de repressão e policiamento ostensivo, ilustra generalizadamente essa condensação. A extração social dos policiais militares quase sempre originários das mesmas áreas de pobreza urbana e das mesma filiação étnica que constituíam ‘as classes perigosas’ completará o esboço do novo fantasma em gestação.

As favelas da cidade do Rio de Janeiro podem ser representadas historicamente como territórios de: (re)produção incessante de iniquidade e

desigualdade social, material e simbólica; disseminação de diferentes formas de violência no capitalismo. Neste contexto, para parte expressiva da população da cidade, ser pobre sempre foi “estar exposto a riscos específicos e aumentados”(LESSA, 2000, p.292). A perpetuação das variadas formas de violência socialmente produzidas que acompanham as favelas da cidade do Rio de Janeiro desde sua origem é potencializada de forma significativa a partir da década de 1980, quando a um contexto de alastramento da pobreza e do desemprego soma-se uma proliferação do mercado ilegal de armas de fogo, drogas e da organização de grupos criminosos em territórios, necessária à escala que estas atividades ilícitas alcançaram. Nesse mercado, o impacto da proliferação e uso de armas de fogo para os moradores do estado do Rio de Janeiro é devastador quando nos referimos a morbimortalidade da população. Ao analisarem as taxas de mortalidade no estado entre os anos de 1979 e 1992, Szwarcwald & Castilho(1998, p. 163) constataram o processo de proliferação e o duro impacto no perfil epidemiológico no território, apontando que:

Entre 1979 e 1992, a taxa de mortalidade por causas externas no estado do Rio de Janeiro cresceu de 96 para 125 por 100.000 habitantes. Este aumento foi provocado pelas lesões por armas de fogo, que representaram mais de 40% das mortes por causas externas... Enquanto a mortalidade por armas de fogo teve uma taxa de crescimento de 10% ao ano, os coeficientes relativos às mortes por demais causas externas e por todas as outras causas demonstraram estabilidade no período analisado”.

“A grande maioria das armas de fogo existentes no estado do Rio de Janeiro não é registrada legalmente. Acredita-se que o maior volume entre clandestinamente pelo Paraguai e dali chegue ao seu destino pelas estradas, já que não existe fiscalização organizada para prevenir o contrabando de armas. Dada a grande extensão do território brasileiro e do seu litoral, o Brasil oferece muitas perspectivas para este tipo de atividade clandestina, seja pelo ar, por mar ou por terra. (1998, p. 166)

A dimensão espacial do mercado de drogas e principalmente de armas no país expressa a complexidade produzida pela relação entre a lógica capitalista bastante marcada por interesses do mercado privado e a lógica territorial de poder destacadamente marcada por ações de governo e de Estado. A extensão de fronteira do país de 17.000 quilômetros, entre 11 estados e 10 países, somada a diversidade física do território e seu litoral- permitindo vias terrestres, aéreas e

marítimas de circulação-, certamente são complicadores para o controle e combate ao mercado ilegal de armas e drogas. No entanto, não está na dimensão física do território nacional a determinação fundamental para explicar a expansão do mercado, mas nas dimensões econômicas e, subordinadamente, nas dimensões das decisões políticas de Estado. Recentemente, dados produzidos a partir de iniciativa da Câmara dos Deputados, via Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) da Violência Urbana, reforçaram o que estudos sobre o tema já sugeriam. Como reafirmou a referida CPI, são bastante destacadas e conhecidas espacialmente as principais rotas de entrada dessas mercadorias ilegais. Majoritariamente, são o Paraguai(68%) e o Suriname(17%) os países contrabandistas principais de armas de fogo que adentram o Brasil, e a via terrestre se destaca como caminho utilizado dentre os 18 pontos de fronteira brasileira, conhecidos como “corredores” do tráfico de drogas e armas

As oscilações temporárias de curto prazo na intensidade da violência armada, a permanência de altos índices de homicídios por armas de fogo no Brasil e no Rio de Janeiro nos últimos 30 anos expressam a tradição no país de uma forma singular de capitalismo altamente concentrador de interesses de poucas grandes empresas privadas e financeiras, dependente de interesses do mercado de países desenvolvidos, subordinador da política estatal e extremamente violento com as classes populares nacionais e de outros países periféricos. Características que marcam a formação periférica do território nacional desigualmente produzido segundo interesse de uma restrita elite:

A construção de uma elite toda poderosa que habitaria o Estado só existe, na realidade, para que não vejamos a elite real que, que está ‘fora do Estado’, ainda que a ‘captura do Estado’ seja fundamental para seus fins. É uma ideia que nos imbeciliza, já que desloca e distorce toda a origem do poder real. Nesse esquema, se fizermos uma analogia com o narcotráfico, os políticos são os ‘aviõezinhos’ do esquema e ficam com as sobras do saque realizado na riqueza social de todos em proveito de uma meia dúzia (SOUZA, 2017, p. 12)

Cabe ressaltar que embora parte do senso comum e do pensamento conservador destaque em excesso ou restrinja toda a questão da violência armada à permeabilidade ilegal das fronteiras do Brasil com outros países, essa é apenas parte da explicação. O processo histórico e geográfico de produção da violência armada expressa o complexo “acúmulo desigual de tempos”- do qual se referia o

geógrafo Milton Santos- do território nacional onde um de seus resultados atuais é abranger “10% de todos os homicídios do mundo”¹⁰, conforme destaca o sociólogo Ignácio Cano .

Embora a metáfora anterior de Souza possa ser reducionista em diferentes sentidos, nos ajuda como provocação ao olhar ampliado do contexto nacional atual que minimiza o papel decisivo das elites econômicas e frações do mercado na produção do espaço, reduzindo a questão ao poder político oficial, sua ineficiência e corrupção. No entanto, a explicação não se dá por uma mera determinação econômica externa ao Estado(embora seja sua influência seja intensa), a relação entre as lógicas capitalista e territorial do poder é mais complexa. A permeabilidade das fronteiras do território nacional com outros países ao grande mercado de drogas ilícitas não explica o complexo contexto de (para) militarização de parte das grandes cidades. No caso de grandes cidades, como o Rio de Janeiro, a ausência do controle governamental sob a circulação interna de drogas ilícitas e armas ilegais no território nacional, e o papel intenso do Estado e lógica territorial no mercado da segurança em seus próprios estados e municípios é parte fundamental da explicação para a intensa violência armada reinante. Segundo CPI do Tráfico de Armas realizada por comissão parlamentar na Alerj, “aproximadamente 70% das armas de fogo que circulam no estado do Rio de Janeiro vieram das forças armadas nacionais e forças de segurança pública do próprio estado”, conforme afirmou o Deputado Estadual Flávio Serafini. A referida CPI destaca que a maior parte das armas de fogo utilizadas por grupos criminosos no Rio de Janeiro saíram ilegalmente de forças nacionais e de órgãos da segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Somada a essa permeabilidade permanente do Estado e de esferas de governo ao mercado legal e ao ilegal de armas de fogo, destaca-se nas grandes cidades brasileiras um crescimento tolerado do tráfico de drogas ilícitas que passa a ampliar sua comercialização no país, sobretudo a partir da década de 1980. A expansão espacial do tráfico para a comercialização ilícita de drogas com uso (e comercialização) intenso de armas de fogo para proteção de seus negócios encontra nos territórios de favela a condição - em suas formas com becos, encostas, vielas, arruamentos singulares em constante mudança, difíceis de serem mapeadas

¹⁰ Trecho retirado de debate organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, em 2017, realizado no Centro de Referência da Juventude no bairro de Mangueiras.

formalmente- e a oportunidade, pelo uso ilegal da força de trabalho com perfil socioeconômico vulnerabilizado e por proximidade com consumidores de média e alta renda das grandes cidades. Assim fora produzida a expansão da lógica capitalista de poder e seu desenvolvimento nesses territórios. Como bem resume Souza (2008, p,60):

[...] por três razões principais as favelas assumem uma importância muito grande no comércio de tóxicos nas cidades brasileiras: além de serem manancial de mão-de-obra barata e descartável, sua localização e sua organização espacial interna são, via de regra, extraordinariamente vantajosas para a instalação do comércio de drogas ilícitas.

Desde a década de 1980, em contexto intensamente expansivo do mercado de armas e drogas no país, as favelas da cidade passam por uma expansão de formas de (para)militarização de seus territórios. Entendemos os processos de (para)militarização de território no referido contexto enquanto controle e contenção de territórios vulnerabilizados por grupos criminosos armados, com diferentes níveis de organização bélica e paramilitar- necessários à ampliação da entrada e circulação de armamentos e drogas ilícitas- e/ou controle e contenção por estratégias/práticas oficiais bélicas estatais (policiais e militares) direcionadas a estes territórios. A disputa por diferentes usos, controle e contenção do território condensa processos complexos, sustentados fundamentalmente pela representação social da favela enquanto território epicentro de violência criminal:

[...] é somente a partir da década de 1980 que outro elemento passa a ser somado aos estereótipos que banalizam as representações das favelas: o estigma da violência criminal. Por outro lado, as forças policiais reagiram com um belicismo crescente à expansão do domínio das facções criminosas na cidade. Os homicídios mais que triplicaram (eram 15 mil há 30 atrás, atualmente são 50 mil), a corrupção policial se tornou comum, o uso de armas de alto calibre se difundiu, a sensação de insegurança na cidade cresceu desmesuradamente, assim como as situações de violência contra os moradores de favelas. Por fim, a militarização do enfrentamento ao tráfico de drogas acabou por contribuir, contraditoriamente, para consolidar o controle territorial de grupos criminosos nas favelas (BARBOSA, 2014, p.1).

Demanda uma reflexão que exige a articulação das escalas de análise porque a partir do neoliberalismo ampliaram-se significativamente as formas de desregulamentação dos mercados e disseminação de práticas de exceção com uso de estratégia e de aparato (para)militar com expressivo desenvolvimento tecnológico. Destacamos aqui algumas reflexões que sugerem uma transformação

significativa no paradigma de relações de poder na favela, nas formas de dominação e das lutas sociais, possível de apreender a partir de articulações entre as diferenças locais, a história do país¹¹⁷ e os mecanismos globais que os compreendem (KURZ, 1991; ZALUAR, 1995; TORRES RIBEIRO, 2000; LOPES, 2001; MACHADO DA SILVA, 2008; SILVA, 2015). Como explica Zaluar (1995, p.24-5):

[...] o processo de democratização coincidiu com a dramática transformação na organização do crime, a qual afetou principalmente as regiões metropolitanas e, dentro delas, os bairros populares. A entrada dos cartéis colombianos e da máfia ítalo- americana ligadas ao narcotráfico, particularmente, o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo que forma distribuídas entre os jovens traficantes e 'aviões'. Os movimentos sociais foram também afetados por este novíssimo fenômeno que gerou novas dificuldades para os seus militantes.

No contexto ampliado da cidade do Rio de Janeiro podemos entender a favela como território contido e segregado, onde residem as mais intensas e recorrentes práticas de exceção cometidas pelo Estado capitalista em sua relação com grupos criminosos armados representados pelo tráfico de drogas e pelas milícias. Nas favelas, “os agentes de organismos de repressão ao crime mantêm uma relação promíscua com os bandos armados, envolvendo extorsões, negócios, participação ativa nas disputas das quadrilhas por territórios e estabelecendo formas de imposição de interesses por meio de massacres”(MACHADO DA SILVA, 2008, P.17).

As práticas de exceção que segregam e contém territorialmente por violentas práticas espaciais constituem processos sustentados por estigmas e representações espaciais que criminalizam o território e seus moradores (Lima & Bueno, 2010; Machado da Silva, 2008). Tais representações sociais do espaço da favela não são concebidas apenas por esferas de governo ou por órgãos de segurança pública de forma apartada, estão disseminadas na percepção hegemônica da sociedade,

¹¹ Pensando as redes e nós que formam o tráfico de drogas no país a partir dos anos 80, Souza(1995, p.169) atenta para “a tendência de difusão do consumo e do tráfico de drogas pelo território brasileiro”, concluindo que o “nó mais importante dessa rede é, à primeira vista, o Rio de Janeiro, mas seu alcance se amplia rapidamente: da Grande São Paulo, outro nó muito importante, até a ‘cidade- modelo’ Curitiba ...”.

especialmente por moradores(as) que não vivem nesses territórios. Como explica Silva(2015, p.141) :

A maioria da população de outras áreas da cidade, assim como os grandes meios de comunicação, tende a considerar que a população da favela, legítima e defende os grupos criminosos que nela atuam. A percepção nasce equivocada, pois ignora que não há uma participação dessa população no processo de ocupação do território pelos grupos armados; o processo é autoritário, privado e estabelecido através do uso do poder bélico, tal como ditaduras se instalam em geral.

A favela é um território marcado de forma cotidiana por práticas de exceção com características singulares. Práticas protagonizadas por forças policiais oficiais, facções criminosas – tráfico, grupos de extermínio e milícias, destacadamente - que contam com a tolerância do Estado de forma recorrente, quando as mesmas ocorrem em favelas, quando não são diretamente apoiadas logística e militarmente por agentes corrompidos de segurança pública. No caso das milícias, a articulação orgânica com agentes de segurança pública se destaca enquanto forma particularmente perigosa para territórios da periferia e para o estado formalmente democrático de direito, como admitiu o então secretário de segurança pública do governo do estado. Para o secretário, a atividade das milícias:

se configura num crime...muito pior do que qualquer outro que acontece nesses lugares. Em primeiro lugar porque entendo que um policial ou um funcionário público, é um criminoso em dobro porque ele usa a capacitação que o Estado lhe deu..., usa o salário que o salário lhe paga..., e ainda explora o cidadão para que ele pague por isso”(BELTRAME, 2008, p. 138)

Militarização da segurança pública e do território

Em 2009, no período de 27 a 30 de agosto, durante o governo do então presidente Lula, com Tarso Genro como Ministro da Justiça, aconteceu a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) à época vista como um marco político nos debates sobre um novo modelo de segurança no Brasil. Segundo o relatório da 1ª Conseg , esta conferência se constituiu em espaço deliberativo aberto aos três segmentos: Sociedade, Poder Público, e Trabalhadores da Área de Segurança Pública, e o objetivo foi, *além de definir princípios e diretrizes*

para a política nacional, consolidar instrumentos de participação social no âmbito da segurança pública. (Relatório 1ª Conseg, p.23).

A 1ª Conseg foi convocada, em dezembro de 2008, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por decreto, com o objetivo de formular “os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública” (Brasil, 2009). Segundo seu relatório, a referida conferência, entre outros objetivos, pautava promover, consolidar e qualificar a participação da sociedade civil, dos trabalhadores da área de segurança pública e do poder público no ciclo de gestão das políticas públicas de segurança” e “propor a reformulação do Conselho Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional”, de forma a garantir a “gestão democrática e a cooperação entre os entes federativos”, como o coloca o artigo 3º, parágrafo XII (Brasil, 2009, p. 17).

[...] teve ainda, como o primeiro dos seus eixos temáticos a “gestão democrática: controle social externo, integração e federalismo” (...)A Conseg foi precedida por Conferências preparatórias, realizadas nas cidades com mais de 200.000 habitantes, em todas as capitais, nos então 105 outros municípios conveniados com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Ocorreram, simultaneamente, as chamadas ‘conferências livres’, convocadas pela sociedade e sem caráter representativo. Nessas conferências, participaram das discussões 524.461 pessoas, em 514 municípios brasileiros, o que levou a Coordenadora Geral da Conseg, Regina Miki, a considerá-la como uma “Constituinte originária”, em matéria de segurança pública no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009). Deve-se ressaltar que o debate sobre os temas da Conferência extrapolou, em muito, o âmbito interno de suas reuniões. Citemos, apenas a título de exemplo, a realização de uma Conferência Livre sobre política criminal no Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em Belém.

No Rio de Janeiro foram realizadas conferências, dentre as quais a Redes de Desenvolvimento da Maré e mais 18 instituições promoveram no Centro de Artes da Maré, no dia 28 de junho de 2009, uma das Conferências Livres preparatórias da 1º Conferência Nacional de Segurança Pública, em que a violência armada foi tema central de discussão. A 1ª Conseg, dentre outras questões, colocou em debate a desmilitarização das polícias. Um dos resultados dos debates travados foi a aprovação de diretrizes que propõem a desmilitarização das polícias, pois a sua militarização desempenha papel central na militarização do território

Desmilitarização das polícias - Realizar a transição da segurança pública para atividade eminentemente civil; desmilitarizar as polícias; desvincular a polícia e corpos de bombeiros das forças armadas; rever regulamentos e procedimentos disciplinares; garantir livre associação sindical, direito de greve e filiação político-partidária; criar código de ética único, respeitando a hierarquia, a disciplina e os direitos humanos; submeter irregularidades dos profissionais militares à justiça comum.... – Criar e implantar carreira única para os profissionais de segurança pública, desmilitarizada, com formação acadêmica superior e especialização com plano de cargos e salários em nível nacional, efetivando a progressão vertical e horizontal na carreira funcional”(Relatório 1ª Conseg, 2009).

É bom lembrar que Lei n. 10.826/2003, conhecida como o Estatuto do desarmamento, colaborou para o controle oficial da quantidade de armas que circulam no mercado, criando regras mais duras para a compra, porte e uso de armas no país, uma condição para qualquer início de desmilitarização dos territórios de favela. A partir das políticas de desarmamento que começaram a ser implementadas em 2004 e o início tímido do diálogo das políticas de segurança pública com outras secretarias e ministérios como o da Saúde, contribuíram para uma redução de crimes violentos no país, em especial dos homicídios majoritariamente cometidos com uso de armas de fogo no país. Souza(2008, p.220) resume com precisão, estudo importante produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Justiça em 2007, destacando uma redução de homicídios no país, com “a razoável eficácia no recolhimento de armas de fogo, após a aprovação do Estatuto do desarmamento e a existência de uma estrutura municipal para lidar com o desafio da segurança pública, habilitando municípios inclusive a receber investimentos de recursos oriundos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Governo Federal”.

Infelizmente, o golpe a democracia (ainda que formal e desigual) de 2016 que destituiu da Presidência do Brasil a presidente eleita Dilma Houssef e tem provocado uma regressão econômica, política e social, têm como aliados incondicionais os defensores da liberação de compra e porte de armas. Porém, atentamos que a militarização enquanto realidade social é mais ampla e abarca o processo de adoção de modelos, doutrinas, procedimentos, grupos militares em ações civis, indistinção entre práticas militares e policiais, além da existência de “grupos civis armados” (SILVA, 2017). Com o golpe de 2016, já se observa a intensificação do

modelo de “política de guerras as drogas” e a militarização dos territórios, como traduzem as palavras de Souza(2012)

Não à toa que em um contexto de golpe no país, vejamos um plano que tem como foco aprofundar e intensificar a narrativa de guerra às drogas e a militarização de territórios. O excessivo uso de força e de agentes repressivos está articulado aos interesses do capital especulativo. Mesmo em contextos de ampla exploração, a lógica do controle e exclusão são os lugares negados, os “lugares-não-lugares”, das populações vulneráveis na lógica interseccionada do sistema de dominação. Como consequência da lógica da exploração do trabalho, o corpo-máquina ao desprever-se desta característica, que seria seu único objetivo no sistema capitalista, torna-se desnecessário de controle e tem sequestrada sua atuação política, sendo, com isso, passível da desumanização e do aniquilamento (SOUSA 2017, p.2).

De volta à Conseg, estudos publicados destacam que a construção da Conferência mobilizou centenas de milhares de pessoas:

[...] o processo de mobilização desencadeado pela Conseg apresentou características absolutamente inéditas: (1) por não ter havido, até agora, nenhum governo (no Brasil, mas, talvez também, no mundo) que tenha convocado a população para debater, em reuniões de caráter propositivo, envolvendo centenas de milhares de pessoas, propostas de mudança de uma política pública (2) pelo fato desta mobilização se dar em uma área – precisamente a da segurança pública – reconhecidamente pouco permeável, para dizer o menos, à participação popular (3) pelo caráter inovador das propostas do governo federal, que visam construir uma política de segurança pública com cidadania, dando ênfase à participação; à segurança preventiva, combinada com políticas sociais; à articulação das políticas de segurança, e dos órgãos que a operacionalizam, ao protagonismo do município na área (4) pelas propostas de democratização da segurança pública, elevada, como vimos, em seu Regimento Interno, à condição de objetivo específico e eixo temático. Nesse sentido, o próprio texto-base da Conseg esclarece que seu objetivo político “carrega, como premissa, o propósito de tornar-se [a democratização da segurança pública] uma ferramenta permanente do exercício da democracia no campo da segurança pública” (LYRA, 2012, p. 319)

No processo que antecedeu a 1ª Conseg foi instaurado o Fórum Preparatório Nacional, em julho de 2008, composto por mais de 150 entidades (tais como: conselhos nacionais, governos federal, estaduais e municipais; poderes Legislativo e Judiciário; Ministério Público; trabalhadores em segurança pública; especialistas e institutos de pesquisa; universidades; redes da sociedade civil; igrejas; mídia; setor

produtivo; organismos internacionais; fundações de partidos). De acordo com o relatório, *o objetivo desta instância era de orientar a preparação e a construção da 1ª CONSEG, com a consulta ao maior número possível de segmentos da sociedade e com a finalidade de qualificar a mobilização e a discussão sobre a Conferência* (p.25) Numa versão mais ampliada, com cerca de 250 entidades. Em dezembro de 2008, houve o lançamento oficial da Conferência, por meio de Decreto presidencial.

A 1ª Conseg foi organizada em etapas estaduais, municipais e nacional. A Comissão Organizadora Nacional - *composta de forma tripartite por 37 cadeiras distribuídas entre os segmentos Sociedade Civil, Trabalhadores da Área de Segurança Pública e Poder Público*- aprovou o Regimento Interno da Conferência, decidiu os Eixos Temáticos, elaborou resoluções importantes para o processo. As memórias das reuniões, bem como os documentos pela Comissão emanados, foram levados ao público interessado por meio do portal.

Embora a Conseg, na sua etapa nacional, só abarque trabalhadores da área de segurança, o seu processo de construção, através das Conferências Livres e ações em escolas, se relaciona com outras áreas, visando uma certa intersectorialidade, conforme traduz um dos Princípios gerados pela Conseg sobre uma política de segurança pública:

Ser pautada na intersectorialidade, na transversalidade e na integração sistêmica com as políticas sociais, sobretudo na área da educação, como forma de prevenção do sinistro, da violência e da criminalidade, reconhecendo que esses fenômenos tem origem multicausal (causas econômicas, sociais, políticas, culturais, etc.) e que a competência de seu enfrentamento não pode ser de responsabilidade exclusiva dos órgãos de segurança pública. (Relatório 1ª Conseg, p.80)

De acordo com o relatório, o processo de construção da 1ª Conseg contou com um número expressivo de participantes

Pessoas envolvidas no processo = 524.461
Participação direta em todas as etapas = 225.395 participantes
Participação via web (fevereiro a julho) = 256.598 usuários
Municípios integrantes = 514
Atividades de mobilização = 42.468 participantes
Conferências estaduais = 27, com 17.439 participantes
Conferências municipais eletivas = 126, com 25.645 participantes
Conferências municipais preparatórias = 140, com 19.006 participantes
Conferências livres = 1.140, com 66.847 participantes
Seminários temáticos = 13, com 3.270 participantes
Projetos especiais = 24.108 participantes
Cursos de capacitação presenciais e EAD = 1.883 participantes

Consulta aos policiais = 64.137 participantes
 Etapa Nacional = **3.060 participantes** . (*quadro , relatório 1ª*
Coseg,p.)

A Conferência Nacional de Segurança Pública precedida por conferências estaduais e municipais e acompanhadas de 'conferências livres', em certa medida garantiu uma certa socialização do debate sobre a segurança pública. Para Cury (2011)

[...] propostas inovadoras do Governo Federal para essa área, constituem os aspectos democráticos mais relevantes dessas conferências. Contudo, os critérios de representação; composição corporativa; a metodologia de discussão e votação adotadas, assim como a sua condução política, restringiram fortemente o potencial democrático das supramencionadas conferências, configurando uma participação tutelada da sociedade pelo Governo.

Destaca-se a ausência de entidades de moradores, em especial moradores de territórios periféricos e vulnerabilizados, sejam da cidade ou do campo. Talvez por isto, a desmilitarização da polícia não tenha sido discutida como um forte componente da militarização do território, da própria vida cotidiana. Propostas de desmilitarização da segurança pública, dos territórios de favela, periferia e de policiamento comunitário foram secundarizadas e abriram espaço para o crescimento apenas de práticas locais e estratégias de expansão espacial do policiamento ostensivo.

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública defendeu que a Segurança Pública deveria ser uma política de Estado com a autonomia administrativa, financeira, orçamentária e das instituições envolvidas, nos três níveis de governo, com descentralização e integração sistêmica do processo de gestão democrática, transparência na publicidade dos dados e consolidação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, com percentual mínimo definido em lei e assegurando as reformas necessárias ao modelo vigente. (Relatório 1ª Conseg, 2009), No relatório da 1ª Conseg consta referência à Constituição Brasileira de 1988, mais precisamente ao Artigo 144, como orientadora dos órgãos/instituições que constituem a segurança pública:

Título V- Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
 ...Capítulo III - Da Segurança Pública....**Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia

federal;II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.(Constituição Federal , 1988)

Desde a Constituição Federal de 1988 os municípios passaram a poder criar sua “polícia”, que de acordo com o texto constitucional serviria somente para o apoio na fiscalização de serviços públicos e na proteção de patrimônios municipais. Porém, cidades brasileiras vêm formando seus pequenos exércitos armados, “*muitos dos quais carreando poderes de polícia ou auxiliando as polícias em funções essencialmente de combate ao crime*”¹². Não sendo, até então, a ‘guarda municipal’ considerada “instituição” que faz parte da Segurança Pública, em 2014, é aprovado pelo senado a PLC-39/2014 que cria o Estatuto Geral das Guardas Municipais que reconhece o poder de polícia dos guardas.

Em função das fronteiras, em 2010, foi sancionada lei que atribui poder de polícia às Forças Armadas. Os militares passaram a exercer atividades policiais, como revistar pessoas, veículos, embarcações, bem como deter indivíduos, nestas áreas. Porém, há que se registrar que essa ação do exercito já acontecia nas cidades, nas quais moradores de territórios vulnerabilizados pelo efeito de políticas capitalistas, inclusive crianças eram e são revistadas, há detenção de pessoas sem acusação formal, dentre outras práticas à margem da lei. Sobre a militarização crescente da segurança, nos alerta Souza (2008, p. 11):

[...] o Exército, e as Forças Armadas de forma mais ampla, penetra profundamente na organização das polícias militares, mantendo-as sob sua autoridade. Os secretários de segurança são provenientes da carreira militar; as guardas municipais estão sendo comandadas e formadas por membros ou ex-membros das forças e da própria Polícia Militar; há o atrelamento da Polícia Militar aos comandos regionais do Exército; o armamento da polícia é controlado pelos militares; e a formação dos policiais militares ainda tem forte característica de guerra, ou seja, há ainda nas forças uma doutrina que vincula defesa externa e defesa interna.

Estudos como o de Zaverucha(2005), também ressaltam que a rigor a polícia não deve aprender nem usar táticas de guerra, assim como o Exército não deve ensinar ou usar técnicas de policiamento em contextos urbanos. Conforme o autor “...o país adotou um modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado, e não à defesa do cidadão. É um modelo híbrido, no qual

¹² Retirado de endereço <http://diplomatieque.org.br/a-militarizacao-da-seguranca/> .. Acesso: Julho, 2016.

convivem uma polícia investigativa de caráter civil e uma polícia preventiva de caráter militar”.

Embora as competências institucionais da polícia e das Forças Armadas sejam constitucionalmente diferentes, cada vez mais o Exército é chamado para intervir nos territórios do Rio de Janeiro, na chamada ocupação de favelas, no combate ao tráfico e para prevenir contra assalto e roubo de caminhões de mercadoria. Reforçada pela mídia, a ideia de segurança com a presença do Exército ganha força e assume funções que seriam da polícia, o que reforça ainda mais a militarização da cidade, e dos territórios, lugares etc. Souza (2012, p.2) chama atenção para o fato da estrutura e da organização das polícias militares ainda serem feitas de acordo com o modelo e a disciplina militares, onde se pode constatar que a força militar continua sendo aquartelada.

a linha hierárquica é muito forte e pouco flexível; há o sistema de duplo ingresso na carreira policial; os praças têm baixíssima possibilidade de vir a compor a elite da força policial; os cargos superiores passam pelo crivo da seleção, pela formação no ensino médio, e são muito competitivos; o uniforme ainda remete ao modelo militar; os crimes cometidos pelos policiais são caracterizados como militares; há justiça militar e isolamento militar.

Observamos na formação profissional dos trabalhadores da segurança pública, nas “academias militares”, um ensino pouco preocupado com a formação humana, com pouco teor investigativo. A formação humana é sempre histórica e socialmente datada. Não é possível definir, de uma vez para sempre, o que ele seja como se fosse um ideal a ser perseguido e, *como o processo de tornar-se homem do homem não é apenas descontinuidade, mas também continuidade, é possível apreender os traços gerais dessa processualidade*, traços esses que, não obstante a sua mutabilidade, guardarão uma identidade ao longo de todo o percurso da história humana (SAVIANI, 2010).

No caso da polícia militar brasileira, há a “herança ” do golpe militar de 1964 o ideário da força pela arma, a licença à tortura , a banalização da vida em favor da face militarizada do capital. É expurgado da sua formação o pensamento crítico e mesmo o pensamento humanista permitido na lógica liberal, isto acontece também aos seus professores. A necessidade de se pensar uma formação humana pode se pautar, (entendendo que a formação como uma luta entre projetos distintos de sociedade, portanto também das instituições que esta sociedade cria) por um projeto

guiado pelo pensamento a partir dos fundamentos onto-metodológicos, nos ensina, que o processo do indivíduo singular tornar-se membro do gênero humano passa pela necessária apropriação do patrimônio – material e espiritual – acumulado pela humanidade em cada momento histórico. Pensando com Marx sobre a formação humana, percebemos que

Na forma da atividade vital reside o caráter dado de uma espécie, seu caráter genérico, e a atividade livre, consciente, é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece somente como meio de vida. [...] A atividade vital consciente distingue imediatamente o homem da atividade vital animal. Justamente, e só por isso, é ele um ser genérico. Ou, dito de outra forma, somente é ser consciente, quer dizer, somente é sua própria vida objeto para ele, porque é um ser genérico. Só por isso sua atividade é livre. O trabalho alienado inverte a relação, de maneira que o homem, precisamente por ser um ser consciente, faz de sua atividade vital, de sua essência, um simples meio para sua existência. (MARX, Manuscritos, p. 111-112)

Como nos lembra Saviani (2010) que é nesse processo de apropriação que este indivíduo singular vai se constituindo como membro do gênero humano, *por isso mesmo, todo obstáculo a essa apropriação é um impedimento para o pleno desenvolvimento do indivíduo como ser integralmente humano*. Se pensarmos que o trabalho funda o ser social, qualquer atividade exige a cooperação entre os indivíduos, qualquer que seja a forma que esta cooperação assuma. *Por outro lado, também perceberemos que o processo de nos tornarmos humanos vai além da biologia, mas que isto se dá pela apropriação daquilo que se tornou patrimônio do gênero humano* (SAVIANI, 2010).

Ainda sobre a formação da polícia, nos espaços gerados pela contradição podemos encontrar educadores e policiais que não sucumbiram o pensamento à barbárie do mercado privado e das políticas extremistas conservadoras. Mas, é a exceção no contexto brasileiro. A formação esse pensamento minoritário - visto ser uma formação profissional que se dá no e para o trabalho militarizado - deve-se ao fato de que não é só a “escola” que educa, forma, informa, influencia. A família, a religião, a comunicação de massa, os partidos políticos, os movimentos sociais, os contatos do cotidiano também orientam percepções, visões de mundo, valores. Sobretudo que os treinamentos militarizados não vivem isolados da vida na cidade.

A crescente militarização do território, questão mais ampla do que a militarização da polícia, é também percebida na questão de segurança privada, hoje um mercado de homens que fazem segurança armados e outras tecnologias

de segurança de casas, e ruas, incluindo, por vezes, a privatização do espaço público (ruas e militarizando no caso com armas, os locais de vida e trabalho). O crescente armamento do narcotráfico e das milícias no Rio de Janeiro, assim como a sofisticação de armas desempenha papel bastante relevante na militarização do território. Neste caminho das armas de fogo até as favelas, até a imprensa burguesa do Rio de Janeiro se surpreende

Alguns meses depois da megaoperação no Alemão, o Conselho Nacional da Justiça divulgou dados de um levantamento que revelava que do total de apreensões de armas e acessórios pelos Tribunais de Justiça dos estados brasileiros até então, 755 mil, 73%, ou 552 mil, haviam sido registrados no Rio de Janeiro. Os dados apontavam uma liderança ambígua: ao mesmo que ocupava a primeira posição no número de apreensões de armas ilegais, o Rio de Janeiro mostrava-se, também, o território onde os artefatos bélicos entravam com mais facilidade. São Paulo, que ocupava a segunda posição, tinha um número de armas apreendidas mais de 10 vezes menor: 51 mil. <https://oglobo.globo.com/rio/dificuldade-da-policia-em-conter-traffic-de-armas-recorrente-no-rio-21427053#ixzz4z5XjLaDw>

A crescente e real militarização dos territórios de favelas do Rio de Janeiro tem na mídia um veículo poderoso aliado, pois na maioria das vezes defende ações militares ou diretamente o exército nesses territórios. Como já dito, o golpe de 2016 acirrou a repressão. No Rio de Janeiro soma-se a isto a degradação do estado por corrupção dos governos do PMDB fazem com que centenas de bilhões de reais deixem de ser pagos pelas empresas, indústrias e comércio, com isenções que comprometem os mais básicos serviços públicos e políticas sociais.

Soma-se a este cenário, o roubo de cargas, agora também realizados por parcela de pessoas que também estão no tráfico o que pode afetar o lucro das indústrias,. Não à toa, neste ano de 2017, o governo Temer anunciou o início do Plano de Segurança no Rio de Janeiro, que irá alocar 8.500 homens do Exército, 620 da Força Nacional, 380 da Polícia Rodoviária Federal e 740 policiais locais nas ruas do Rio de Janeiro. Lembremos que autores que se debruçam sobre esta questão no Rio de Janeiro, há muito apontam que

A narrativa de “guerra às drogas” é o pretexto de uma ação e ideologia articuladas com o intuito de militarizar e especular territórios e exterminar subjetividades e vidas já que não se “guerreia” contra substâncias. É uma guerra que ocorre cotidianamente de modo silencioso em diversos territórios negros e periféricos e atua apenas na ponta da Economia das drogas. (...) Um imenso aporte de poderio militar nas ruas do Rio de Janeiro, intensificará a lógica de criminalização, marginalização, repressão e extermínio da população

periférica da cidade. A “segurança” e a “paz”, se chegarem, se limitarão aos bairros nobres da cidade, enquanto que uma guerra que já mata 30 mil jovens todos os anos no Brasil, sendo 23mil deles negros, se intensifica nos morros da cidade (Borges, 2017, p. 1).
(Ver Juliana Borges, 03\08/ 2017) *Militarização de territórios e aprofundamento da necropolítica, SITE Fundação Perseu Abrahamo*)

A respeito da coerção e da violência com jovens negros, habitantes dos territórios de favelas, com o golpe ao regime democrático formal de 2016, as forças conservadoras e regressivas do Congresso Nacional apontaram, dentre outros pontos, para a liberação do armamento da população civil e da cidade e do campo, e para o fato de policiais militares passarem a ser julgados por militares, saindo da justiça comum. Porém, mesmo antes:

A definição dos crimes cometidos pelos policiais militares, em funções de policiamento, como crimes militares e, portanto, como transgressões disciplinares, submetidas a um código, a um processo e a uma justiça militar próprios. Esse sistema seriam responsável pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos e daria suporte às práticas violentas dos policiais na sociedade brasileira. (...) Embora na última década os crimes de homicídio cometidos por policiais militares em serviço sejam passíveis de julgamento pela justiça comum, mediante processo investigatório que se inicia tanto na caserna quanto na delegacia de polícia civil, seus crimes ou desvios são investigados e julgados por meio de mecanismos e comissões disciplinares militares. O policial no seu trabalho civil responde à corregedoria de polícia, que tem características essencialmente militares (SOUZA,2012, p.2).

Diante deste quadro de crescente militarização do território, talvez a referencia a 1ª Conseg, com todos os problemas já colocados, principalmente a necessidade que ela abarque a maior parcela de representação dos moradores dos territórios, há que se resgatar, diante do processo regressivo que a sociedade brasileira vive, que constitui um avanço ao trazer nos princípios e diretrizes de uma política de segurança pública o sentido político de um projeto civilizatório, o que pode ser entendido, pelo seu conteúdo humanista de respeito à vida que vai de encontro a uma militarização do território voltada a um ideário de confronto armado e extermínio. Isto porque, embora insuficiente no aporte do relatório, já consta ser este processo de militarização como um fenômeno e expressão materializada que traduz, e ao mesmo gera a violência, na medida em que *Deve ser assumida por todos os segmentos da sociedade com vistas ao resgate de valores éticos e emancipatórios*. Isso posto, é importante frisar que o sentido se constrói de forma conflitual e dialógica. E igualmente

lembrar que para o pensamento crítico, a questão do sentido, na vida social e histórica, é central.

Neste caminho, a 1ª Conseg advoga uma política de segurança pública voltada à defesa (...)da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual e as das pessoas com deficiência. (...) necessidade de combater a criminalização da pobreza, da juventude, dos movimentos sociais e seus defensores,(...)Fomentar, garantir e consolidar uma nova concepção de segurança pública como direito fundamental e promover reformas estruturais no modelo organizacional de suas instituições, nos três níveis de governo, (...)Deve ainda considerar os trabalhadores da área como educadores, enfatizando sua formação humanista. (...)Deve ainda considerar os trabalhadores da área como educadores, enfatizando sua formação humanista. (Relatório 1ª Conseg,2009, p.80-81)

2.2 As Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio de Janeiro: a continuidade da (para)militarização do território sob outras formas e implicações

Os anseios políticos de maior parte da população brasileira, as lutas sociais e a cobrança cada vez maior do ponto de vista eleitoral sobre o tema da segurança produziram mudanças de estratégia da lógica territorial de políticas de segurança pública para reduzir os impactos da violência armada e ampliar a mobilidade de circulação (sobretudo rodoviária) de moradores das grandes cidades. O alastramento espacial dos crimes violentos para fora da periferia e favelas mostrava-se um problema a ser resolvido por esferas de governo. No entanto, tal mudança foi desenvolvida sem o objetivo de romper com a lógica capitalista do processo de (para)militarização dos territórios de favela, como exemplifica a experiência do Programa das Unidades de Polícia Pacificadora em parte do estado do Rio de Janeiro que analisaremos durante aqui, com especial enfoque para seus impactos nos territórios de favela e seus moradores(as). Sobre a circulação de veículos rodoviários, sem deixar de destacar a mobilidade de veículos de moradores de outros territórios da cidade (marcado em amarelo pelo autor na citação abaixo), o então secretário de Segurança Pública do Governo do Estado, assim anunciou a ocupação das UPPs em Mangueiras e Jacarezinho no ano de 2012:

“O importante agora é a devolução do território à sociedade e, **sobretudo, das vias de trânsito que cortam a região**, por onde passam milhões de cariocas todos os dias. Com essa ocupação, não teremos mais uma ‘Faixa de Gaza’”¹³.

As Unidades de Polícia Pacificadora surgiram também como alternativa a manutenção da acumulação capitalista na cidade para superar constrangimentos pontuais da lógica territorial de poder, com estratégia de contenção territorial para poder permanecer servindo a lógica do mercado de armas de fogo, de equipamentos de combate e de segurança privados. No entanto, a ocupação das UPPs também como forma de produzir “desposseção”(ou espoliação) e/ou ampliar a segurança à circulação de veículos e mercadorias que favoreçam frações do mercado capitalista, diretamente interessadas na “venda da imagem da cidade” e em valorizar suas propriedades e negócios, como o mercado imobiliário e de turismo.

Especificamente sobre o mercado imobiliário, processos de gentrificação(“expulsão” de moradores devido ao aumento dos custos de vida) e a valorização de propriedade influenciada pela “pacificação” da favelas foram particularmente identificados em favelas próximas ou localizadas em bairros já com valor econômico de propriedade e renda de seus moradores elevados se comparados a maior parte da cidade, como os da Zona Sul, a Tijuca e Jacarepaguá, onde fora registrada “valorização superior a 100% desde a instalação das UPPs” na “Botafogo, Ipanema, Copacabana, Jacaeraguá e Tijuca” (Cardone apud Valente, 2016, p. 164). No entanto, essa não foi a realidade de favelas em territórios marcados por histórico de desvalorização de propriedade, retirada de indústrias e empresas, alto índice de desemprego, pobreza e intenta violência armada. Nessas favelas, prevaleceu a lógica da contenção territorial para buscar reduzir o alastramento dos crimes violentos e comuns para fora de suas comunidades, somada a continuidade de intensa circulação e uso de mercadorias ilegais (armas de fogo e drogas ilícitas), como analisaremos no caso de Manguinhos.

Se há importantes singularidades sociespaciais que diferenciam os territórios de favela ocupados por Unidades de Polícia Pacificadora na zona sul, na zona norte, na área central e em parte da zona oeste, cabe registrar por certo que há uma lógica

¹³ Retirado de endereço <https://oglobo.globo.com/rio/apos-ocupacao-beltrame-diz-que-rio-nao-tera-mais-uma-faixa-de-gaza-6395463>. Acesso: Janeiro, 2015.

geral abrangente de todos os territórios escolhidos como parte de uma reestruturação neoliberal de valorização da cidade do Rio de Janeiro, impulsionada pelos megaeventos esportivos. Assim, ainda que não esgote as explicações, é possível afirmar que a implantação das UPPs faz parte da preparação para dois megaeventos esportivos na cidade e sua lógica neoliberal de implementar políticas. Como resumem Castro et ali (2015, p. 409), a preparação para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas impulsionou um processo de reestruturação que teve “como base três políticas centrais”:

i) Mobilidade urbana, principalmente... através da instalação de sistemas de transportes BRT, BRS e VLT, e da linha 4 do metro; (ii) moradia, através de um intenso processo de valorização imobiliária destas mesmas áreas [Zona Sul, Área Portuária e Bara da Tijuca], acompanha de processos de remoção decorrentes das intervenções do Projeto Olímpico; e (iii) segurança pública por meio de implantação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs, concentrado sobretudo na Zona Sul e Zona Norte da Cidade.

Consideramos que a política centrada na ocupação do território de favelas por Unidades de Polícia Pacificadora representa uma continuidade do processo de (para)militarização dos territórios de favelas da cidade, embora sob outra forma, sentido, impactos e contradições implicadas. Ainda que siga a mesma lógica, enquanto processo de dominação armada, sem apresentar rupturas no mercado de armas de fogo e drogas ilícitas, torna-se necessária uma análise criteriosa das diferenças na forma de militarização do território promovida pela estratégia de Segurança Pública representada pelo processo de militarização a partir UPPs em relação aos processos iniciados a partir de 1980.

O discurso oficial do programa das Unidades de Polícia Pacificadora construído pelo Governo do Estado sustenta-se em três metas: na “retomada de territórios antes dominados pelo tráfico”, na “parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”¹⁴ e no “fortalecimento de políticas sociais”(Oliveira, 2014, p. 16). Há, portanto, em sua retórica anunciada, o objetivo de permanência da presença de agentes oficiais de segurança pública como garantia a entrada de políticas sociais referendadas pelo oficial estado democrático de direito.

¹⁴ Trechos retirados do endereço eletrônico oficial do Governo do Estado: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso: Janeiro, 2015.

A análise desse novo programa de segurança pública não permite conclusões gerais definitivas e as contradições geradas não foram poucas no conhecimento produzido sobre o tema. A maior parte dos estudos e dados oficiais produzidos entre os anos de 2008 e 2014 apontavam para a redução significativa de crimes, destacadamente de homicídios, como decorrência da implantação das UPPs. Por vezes, mais do que isso, algumas análises demonstravam algum otimismo com as UPPs como um marco histórico de transformação no modelo de segurança pública brasileiro, ainda que a maioria também expressasse certo ceticismo sobre a possibilidade das Unidades poderem ser expandidas para outras favelas do estado do Rio de Janeiro.

A partir de 2014 até 2017, a maior parte dos analistas ou estudiosos do assunto já demonstrava pessimismo e desesperança com o presente e futuro das UPPs, uma vez em que nos últimos cinco anos “o número de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial aumentou 120%, e já beira os tempos pré-polícia pacificadora” e “o número de policiais mortos também cresceu, chegando ao seu maior patamar nos últimos dez anos”¹⁵, além do registro de aumento de 76% de policiais militares e civis mortos “em serviço entre os anos de 2011 e 2015”. O pedido de demissão do então secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, principal defensor em manifestações públicas das UPPs, em Outubro de 2016 em meio a um governo desacreditado por extrema crise política e orçamentária no estado do Rio de Janeiro- após seguidos anos de isenções milionárias para grande empresas privadas, seguidos de grandes esquemas de corrupção e desvio de recursos públicos- também aponta para um enfraquecimento contínuo da estratégia de ocupação territorial das UPPs. Enfraquecimento expresso na emblemática frase do atual Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Sá, sucessor de Beltrame, na qual afirma que “o nome foi equivocado [UPP], foi um sonho. Esse nome traz cobrança que é injusta para o que se propõe tão somente o policiamento ostensivo. O nome foi equivocado”¹⁶.

Atualmente, em 2017, parece mais fácil ou simples questionar a estratégia de ocupação territorial das UPPs em favelas da cidade do Rio de Janeiro, mas em sua

¹⁵ Retirado de endereço <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/04/rio-tem-mais-de-700-mortos-pela-policia-no-ano-pior-marca-desde-a-primeira-upp.htm> .. Acesso: Novembro, 2017.

¹⁶ Retirado de endereço <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/secretario-de-seguranca-do-rio-diz-que-politica-nao-e-de-confronto.ghtml> . Acesso: Novembro, 2017.

origem e início de implementação em 2008, o questionamento mostraria-se contra a corrente hegemônica da grande mídia, parte da produção científica e parte significativa da sociedade brasileira e carioca, entusiasmada com o que se projetava. Para um estado que viveu nas últimas quase três décadas intensamente o impacto da violência com uso de armas de fogo protagonizada por agentes de segurança pública, grupos de extermínio, facções do narcotráfico, milícias e que conviveu com escândalos recorrentes de corrupção envolvendo a segurança pública, torna-se compreensível uma expectativa trazida para a sociedade por um anunciado novo modelo, personificado por secretário sem trajetória pública envolvida em “escândalos” na cidade, como em outros governos. Havia, porém, também motivos relevantes para desconfiar ou ser racionalmente pessimista em relação às UPPs , especialmente em relação aos seus objetivos principais anunciados e sua sustentabilidade a longo prazo.

A desconfiança se inicia quando refletimos sobre a origem das UPPs enquanto uma estratégia inserida na lógica neoliberal de produção do espaço urbano hegemônica no Rio de Janeiro, especialmente a partir de 1993. Tal referida lógica pautada no empresariamento urbano, orienta governos locais como os do Rio de Janeiro a conceberem “as cidades submetidas ao mesmo mundo competitivo que as empresas estão”, portanto nega-se a política com os cidadãos(ãs) trabalhadores(as) e o eixo prioritário desloca-se para “a atração de capital e tecnologias estrangeiros”. Define-se como dogma a ser seguido e pautado pela competição entre cidades através de ofertas cada vez maiores, por parte dos governos locais, de consideráveis concessões e “de ajuda e incentivos fiscais” para grandes empresas nacionais, mas sobretudo às internacionais (FERREIRA, 2011, p. 13). São os interesses de frações do capital as prioridades do planejamento com objetivo de valorizar e “vender” a cidade como mercadoria:

[...] o foco encontra-se nos atributos valorizados pelo capital, tais quais centros de convenção, parques tecnológicos..., as firmas de assessoramento a investidores e empresários, segurança, centros culturais e de entretenimento, world trade center, shopping centers, renovações e enobrecimento de áreas degradadas etc” (FERREIRA, 2011, p. 140).

A origem da estratégia de implementação das UPPs não está em projetos de cidade pensados pela maioria dos gestores públicos eleitos formalmente de maneira formalmente democrática pelos cidadãos(ãs) da cidade - em especial não está nos

servidores públicos agentes de segurança pública e parte significativa seus comandantes, “setores mais conservadores e corporativistas” avessos desde o início a estratégia. A sua implementação, pouco formalizada e sem definição enquanto política pública, só “pôde emergir graças à intervenção de alguns empresários influentes” (Soares,...), em modelo das chamadas parcerias público- privadas (PPPs) reinantes no planejamento estratégico, onde tendencialmente em cidades do mundo “o setor público assume os riscos e ao setor privado cabem os lucros” (Harvey, 2000, p, 141). O contexto espaço-temporal das PPPs no capitalismo contemporâneo reorienta o próprio sentido da gestão pública das cidades no Rio de Janeiro e no mundo:

As denominadas parcerias público-privadas- já tradicionais nos Estados Unidos intensificaram-se com a crise de financiamento das décadas de 1970 e 1980- ganham o mundo e se fortalecem a partir da criação das agências de desenvolvimento (...) e tinham seu conselho administrativo formado por profissionais do setor privado (FERREIRA, 2011, p.144).

No caso das UPPs, a maior parte dos recursos diretos destinados foi pública, arcada pelo Governo do Estado, para ampliação de contratações e gratificações de agentes de segurança pública, além de destinar diretamente recursos para a maior parte dos armamentos, bases, veículos e equipamentos de segurança pública utilizada para a estratégia de ocupação territorial. Ao setor privado, o apoio com menor parte dos recursos investidos ocorreu a partir de compra e doação de equipamentos, em parte viaturas, fardas e bases locais, sem repasse direto ao governo do estado, o que supostamente agilizaria o projeto, por evitar licitação pública, sem grandes questionamentos da origem e do controle dos recursos, como preza a orientação neoliberal de gestão. O grupo EBX, a construtora Odebrecht, a Firjan, a Coca- cola, a Bradesco Seguros e a Souza Cruz destacaram-se como os principais financiadores privados das UPPs, desde sua origem¹⁷.

A implicação territorial dessa hegemonia neoliberal para o estado do Rio de Janeiro, majoritariamente urbano, é a redução significativa de qualquer capacidade ampliada de planejamento voltado para expansão de equipamentos coletivos de consumo e de serviços públicos para o espaço social do estado, para a redução de

¹⁷ Retirado de endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm> . Junho, 2016.

desigualdades sócioespaciais do estado ou a ampliação dos espaços de participação política reivindicados por movimentos sociais em defesa da democratização da cidade. A lógica agora atestada via parceria público-privada e pela flexibilização das leis de ordenamento da cidade presentes na origem das UPPs é harmônica com outra característica fundamental do planejamento estratégico: reduzir os problemas a escala local desigualmente, definir soluções pontuais de curto prazo e com isso reforçar a fragmentação sócio-espacial da cidade e seus processos de segregação territorial. Como resume Binenstein(2001, p.78) “no rol dessas parcerias inscrevem-se aquelas iniciativas concentradas no desenvolvimento pontual e, não mais(...) centradas no território, visando a melhoria das condições de determinado grupo sócio-geográfico de maior porte”.

A estratégia de definição territorial para ocupação das UPPs no Rio de Janeiro começou por ignorar os territórios com os mais altos índices de letalidade produzida por ações criminosas de grupos que amplamente controlam as favelas e periferias da Baixada Fluminense e priorizaram durante a maior parte do tempo favelas situadas em territórios valorizados ou estratégicos para parte do capital a luz dos megaeventos urbanos que estavam por vir, permitindo concluir que o “mapa das UPPs indica que a escolha da maioria delas privilegiou localidades com maior IDH[*índice de Desenvolvimento Humanos*] e alvo de visitas turísticas e não aquelas com altos índices de criminalidade”¹⁸.

Na escala local, materializada nos territórios ocupados pelas UPPs, Ramos (2016, p.28), define uma crítica a três importantes fragilidades presentes no programa governamental das UPPs:

As escassas práticas de diálogo permanente entre policiais e moradores das favelas; o isolamento da Polícia Militar no território, sem apoio de inteligência e trabalho investigativo profissional da Polícia Civil e Federal, com o conseqüente aumento de episódios de tiroteios entre policiais e traficantes; a ausência de programas para a reintegração de jovens envolvidos como os grupos armados que desejam sair das gangues.

Entendemos, porém, que o principal objetivo das UPPs é o de controle social dos moradores pela contenção do território de favela para que a criminalidade - em

¹⁸ Retirado de endereço <https://br.boell.org/pt-br/2014/10/08/os-donos-do-morro-debate-sobre-o-futuro-das-upps>
Acesso: Agosto, 2015.

destaque os crimes associados ao tráfico de drogas- não se alastre espacialmente pela cidade para além da favela. Para tal objetivo, o processo de militarização permanece fundamental e praticado para além da retórica. No argumento do então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o objetivo de contenção da violência “desses territórios” é inequívoco. Como o mesmo explica, não há intenção realista das UPPs acabarem com um problema de violência “estabelecido há décadas” na geografia do estado através de “ações policiais”, pois como enfatiza em diferentes momentos:

O que nós não vamos permitir é que a violência se alastre” (BELTRAME, 2008, p.137)

O que hoje estamos fazendo é não permitir com que esse contexto de violência se alastre” (BELTRAME, 2008, p.138)

Ressalvo que não vamos acabar com a violência no Rio de Janeiro, mas vamos lutar para não deixar com que ela se alastre” (BELTRAME, 2008, p.141)

Porém, como reconhece o próprio secretário, se não seriam as ações policiais, mas as políticas sociais e projetos sociais que poderiam trazer o fim da violência com “dignidade a população, num processo de criação de trabalho, de renda e geração de empregos”(Beltrame, 2008,p.137), cabe perguntar: por que a retomada do controle do território por forças policiais oficiais do Estado, via UPPS, não foi acompanhada pelo desenvolvimento de políticas públicas que contemplem as necessidades sociais e carências históricas do território de favela? Nesse aspecto específico, a afirmação da ausência dessas políticas de forma articulada é o traço comum nas conclusões de todas as pesquisas que adotamos como referência, incluindo a nossa (Oliveira & Nuñez 2014; Alves, 2013; Cano, 2012; Fleury, 2012; Burgos, 2011; Valente, 2016; Bueno, 2017).

As ditas políticas sociais necessárias, até o momento, não cresceram de forma significativa ou inexistiram em territórios ocupados pelas UPPs. Embora possamos registrar especificamente uma ampliação expressiva da política do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) como tendência nos territórios referidos durante o mesmo período de implantação das UPPs, tal fato remete muito mais a uma demanda reprimida cobrada por profissionais do setor saúde e instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz do que propriamente a

qualquer planejamento articulado do setor saúde com secretaria de segurança pública e as UPPs. Inexistem referências prévias oficiais das estratégias das UPPs que interajam especificamente com esse Programa de saúde.

As críticas mais contundentes oriundas de investigação teórica e empírica sobre a relação entre Estado e população local a partir da ocupação territorial das UPPs no Rio de Janeiro afirmam até o momento ser o programa de segurança pública uma estratégia ainda centrada na militarização e distante da superação da condição de sub-cidadania dos moradores das favelas ocupadas. Ao investigar empiricamente a ocupação territorial pela UPP mais longa da cidade do Rio de Janeiro, a experiência no Morro Santa Marta, a pesquisadora Fleury(2012,p.218), por exemplo, identifica em suas análises “uma condição de cidadania de exceção”, seguida de um “tênuo limite entre resistência e desacato na forma policial tem gerado vários episódios de tensão, aonde a liberdade de expressão fica ameaçada”. Fleury explica que o processo oficial de ocupação policial-militar do território representando pela mais recente estratégia das Unidades de Polícia Pacificadora tem implicado em uma própria condição de militarização de toda a dimensão social de (re)produção, aonde... “traduzir o social como parte da política de segurança, opera um processo de militarização do social” (Fleury, 2012, p.219).

A socióloga Maria Alves, ao definir a estratégia de segurança pública das UPPs para as favelas da cidade do Rio de Janeiro como “um estado de exceção”, a partir de “uma invasão militar, com cerco da comunidade e permanente ocupação do território”, onde “vários direitos civis são suspensos”¹⁹. Sua análise sugere, porém, que tal “estado de exceção” e a militarização teriam começado após o período de curto prazo das ocupações militares e posteriormente das Unidades de Polícia Pacificadora. Como reafirmamos aqui, entendemos, diferentemente da autora, que existe sobretudo desde 1980, um processo de (para)militarização crescente do território da favela marcado por práticas de exceção com uso intenso de armas de fogo, protagonizadas por agentes de segurança pública, pontuais intervenções das forças armadas nacionais militares e grupos de extermínio (posteriormente milícias) e facções do narcotráfico, sendo as UPPs uma estratégia de segurança pública ainda incapaz de propor ruptura com tal lógica.

¹⁹ Trecho retirado de entrevista feita pelo jornal Folha de São Paulo com a socióloga Maria Helena Moreira Alves, em 2013. A entrevista na íntegra pode ser encontrada no endereço eletrônico abaixo: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1331602-upps-sao-estado-de-excecao-e-ameacam-democracia-diz-sociologa.shtml>. Acesso: Junho, 2015

Porém, concordamos que o acionamento crescente de intervenções das forças armadas em funções tradicionalmente e legalmente orientadas para forças policiais do governo do estado na cidade, destacadamente nas favelas, revela a dimensão mais explícita da militarização de territórios urbanos e seu aprofundamento. Mais do que isso, fazem crescer nas políticas neoliberais destinadas as cidades, a lógica capitalista e territorial de um “novo urbanismo militar”(Graham,2016). Nessa lógica recorre-se frequentemente a “estados de emergência” variáveis de acordo com interesses convergentes e de curto prazo de empresas capitalistas e governos locais, em especial do ramo imobiliário, das construtoras e empreiteiras, do turismo e do mercado de segurança:

As UPPs fazem parte de um projeto de cidade em que o novo urbanismo militar e a governança empresarial se articulam através do controle militarizado das favelas que favorece a acumulação privada de capital. Trata-se de uma nova forma de autocolonialismo, em que ocupação policial-militar do próprio território se dá em benefício de interesses capitalistas (VALENTE, 2016, p.169)

Cano et all(2012), a partir da coordenação de amplo estudo empírico com outros pesquisadores, Burgos (2011), a partir de análise da percepção dos moradores de favela ocupadas pela UPP e Oliveira et all(2014), a partir do estudo de favelas situadas na Zona Sul e Zona Norte, por sua vez em suas pesquisas identificam possibilidades de amplas mudanças positivas geradas pelo programa de Segurança Pública. Apontam para uma tendência a redução de determinadas formas de criminalidade e, sobretudo, analisam que “a UPP é portadora de novidades importantes que, no limite, poderão permitir a criação de condições favoráveis para uma redefinição dos marcos da segurança pública no Rio de Janeiro”(Burgos, 2011, p. 91). Soares(2012, p. 50) também compartilhava, até então, de grande entusiasmo com o nova estratégia de Segurança Pública, e apesar de ponderações relevantes, não se furtou a afirmar enfaticamente:

[...] considero a UPP um projeto extremamente importante, historicamente importante, independentemente de suas fragilidades, de suas precariedades, de seus problemas — problemas que, de resto, seriam inexoráveis em qualquer programa, ainda mais em um programa assim ousado, ambicioso, criativo.

Após pesquisa nos territórios de favela do Cantagalo, do Vidigal e do Complexo do Alemão, Oliveira & Nuñez (2014, p. 177) se aproximam da conclusão de Burgos (2011) e destacam ainda mais incisivamente alterações positivas,

potencialmente transformadoras, ao apontar que as UPPs “cumprem o objetivo de “consolidar o controle estatal sobre comunidades... e de devolver a população local a paz e a tranquilidade pública”, ressaltando porém que “ainda têm deixado muito a desejar no aspecto de possibilitar o exercício da cidadania plena, que só pode ser exercida por meio da participação direta das pessoas envolvidas”. Difícil não questionar qual seria a capacidade de estímulo ao exercício de uma cidadania plena centralizada em corporações policiais de pouca tradição democrática, marcadas pela “cultura da brutalidade e da corrupção”, aonde a “equação dureza contra o crime com fins lucrativos encontra raízes bem estabelecidas... pelo menos desde os anos 1950” (Ramos, 2016, p.15).

O mais extenso estudo com investigação empírica sobre o tema até o ano de 2012, produzido pela UERJ, organizado por Cano (2012) em parceria com o Fórum de Segurança Pública, constata ainda haver, porém, dificuldades para análises estruturantes de cunho definitivo sobre o tema, ao afirmar que a UPP caracteriza-se como um programa que não nasce de um planejamento totalmente definido, pois as Unidades de Polícia Pacificadora são frutos de um projeto sem formulação prévia e com um baixo nível de formalização(Cano, 2012). Ressalva importante que talvez se considerada somada a análises historicistas e críticas com multiplicidades de escalas geográficas do capitalismo, impedisse conclusões definitivas. Sejam as afirmações de total desqualificação da estratégia de segurança pública com as ocupações territoriais das UPPs, como criadora de um novo e agora real “estado de exceção” ou “militarização” nas favelas, ou, sobretudo, os entusiasmos e excesso de otimismo analítico dos que já rapidamente a definiram como histórica e capaz de superar a violenta e perversa lógica da (para) militarização dos territórios de favelas. Extremamente difícil seria apontar para tanto, como na segunda afirmação, pois implicaria em enfrentar e superar décadas de gestão neoliberal da cidade com lógica territorial de (para)militarização de territórios urbanos.

Tal superação para ocorrer pressuporia romper com a concepção da cidade desigualmente planejada segundo (des)continuidades dos interesses de grandes empresas, desmilitarizar as forças de segurança pública, considerar efetivamente práticas de policiamento comunitário e cidadão, enfrentar com inteligência o mercado ilegal de armas e drogas consideradas ilícitas- controlar a circulação das mercadorias, ampliar o controle social sob as políticas de segurança e debater publicamente as possibilidades de regulamentação das “drogas consideradas

ilícitas” pela lógica da saúde coletiva. Por certo, parte dessas práticas não obteria êxito se aplicadas apenas por governos municipais e estaduais, mas a maior parte poderia e é rejeitada em detrimento da lógica neoliberal de governo de cidades e estados.

A importante redução de homicídios e roubos registrada nos primeiros anos de ocupações territoriais das UPPs, sobretudo em favelas que compõem bairros e regiões valorizadas da cidade, não se sustentou como no início. Voltaram a crescer significativamente na cidade os homicídios de moradores das favelas e de policiais, de lesões geradas por uso de armas de fogo e manteve-se elevada a quantidade de crimes graves envolvendo agressões físicas e violência doméstica, além de indícios de aumento de registros de desaparecimentos (Cano, 2012) nas favelas:

De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, depois de uma redução no número de autos de resistência desde o início das UPPs – 70% entre 2007 e 2013-, os homicídios decorrentes de intervenção policial no estado tiveram aumento de 30% entre 2013 e 2014 (VIGNA apud VALENTE, 2014, p. 150).

Nas últimas décadas, conter, controlar e reprimir o território da favela (para)militarizada e seus moradores para não deixar “a violência se alastrar pela cidade” continuaram a ser os objetivos reais que orientam a política oficial de segurança pública no Rio de Janeiro como resposta, com retórica mistificadora e uso eleitoral, às práticas menos organizadas e com menos capacidade bélica de contenção, controle e repressão protagonizadas por facções do narcotráfico, empresas privadas de segurança e milícias criminosas aos referidos territórios. Tensa relação entre lógica capitalista e lógica territorial que embora tenha experimentado período curto de redução de crimes violentos durante período de ocupação das UPPs nas favelas da cidade, nunca se aproximou de uma superação em outra lógica garantidora de direitos. A estratégia de contenção territorial no território de Manguinhos e a retomada rápida do crescimento da violência armada nas favelas do Jacarezinho, de Manguinhos e da Maré (favela próxima, sem ocupação das UPPs) serão analisadas no capítulo posterior, como casos emblemáticos de permanência da favela (para)militarizada com intensa violência armada durante período de ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora.

3 CONTENÇÃO TERRITORIAL E RÁPIDO RETORNO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM FAVELAS DE “ALTO RISCO” DA ZONA NORTE DA CIDADE: AS UPPS E OS CASOS DE MANGUINHOS, JACAREZINHO E MARÉ

As favelas do estado permanecem (para)militarizadas e a análise dos estratégias(e seus impactos) desenvolvidas pela ocupação das UPPs nos territórios de Manguinhos, do Jacarezinho e a influência dessa ocupação em parte do extenso Complexo de favelas vizinhas da Maré (não ocupada por UPPs) expressa essa permanência. Aprofundaremos na primeira parte desse capítulo a estratégia de contenção territorial desenvolvida durante a ocupação das UPPs em Manguinhos. Analisaremos as estratégias para conter o alastramento das ações criminosas no limite das favelas de Manguinhos através de práticas repressivas de segurança pública como perpetuação da (para)militarização do território, com resultados desastrosos sobretudo após os três primeiros anos de ocupação. Resultados que levaram Manguinhos ao posto de território com maior número de homicídios no primeiro semestre do ano de 2017.

O levantamento de dados oficiais sobre criminalidade violenta, em especial os homicídios, nas favelas do estado do Rio de Janeiro, o estudo de campo sobre a ocorrência de crimes violentos praticados em Manguinhos e a reflexão sobre as produções científicas e jornalísticas durante período de ocupação das UPPs formaram a base para o aprofundamento dessa análise. Como acréscimo necessário ao referido aprofundamento analítico, no segundo momento desse capítulo construiremos reflexões críticas a partir das narrativas e representações percebidas por moradores e moradoras das favelas de Manguinhos, Maré e Jacarezinhos especificamente sobre o impacto das UPPs na violência armada nesses territórios, buscando as contradições e implicações do processo em questão.

3.1 O território de Manguinhos e a estratégia de contenção territorial das UPPs

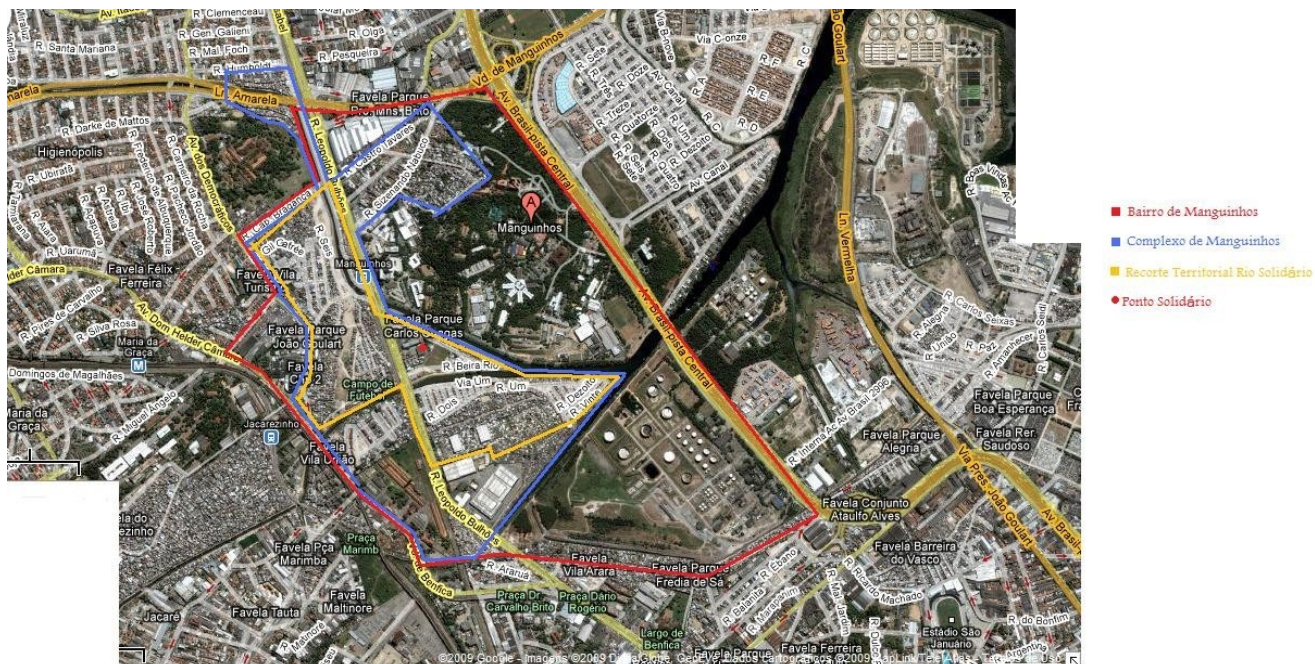
O território referente ao chamado Complexo de Manguinhos se distingue a delimitação oficial do bairro de Manguinho. Em ambas as delimitações, os espaços para habitação são, em sua grande maioria, território de favelas. O bairro de Manguinhos contém, atualmente, oito comunidades em território de favelas - CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Vila Turismo, Parque Carlos Chagas- Varginha, Mandela de Pedra, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz- Amorim. No entanto, o complexo de Manguinhos abrange, além das

comunidades de favelas também contidas na delimitação do bairro, mais cinco comunidades: Embratel, Vitória de Manguinhos- Conab, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis. O bairro de Manguinhos, segundo o Decreto N o 7.980 de 12 de Agosto de 1988 tem a seguinte delimitação geográfica :

Da confluência do Canal do Cunha com a Avenida Brasil seguindo por esta (incluída) até o Ramal de Minérios de Arará; por este (incluído) até o entroncamento com o Ramal Leopoldina da RFFSA; seguindo pelo leito deste, até o cruzamento com o Rio Jacaré; pelo leito deste até a Avenida Suburbana; por esta (excluída) até a Rua José Rubino; por esta (excluída) até a Avenida dos Democráticos; por esta (incluído apenas o lado par) até a Rua Capitão Bragança; por esta (incluída, incluindo a Rua Hespéria), atravessando a Rua Uranos, até o Ramal Leopoldina da RFFSA; pelo leito deste, até o prolongamento do alinhamento da Rua Eurico Souza Leão; por este e pela Rua Eurico Souza Leão - (incluída); Avenida Novo Rio (incluído apenas o lado ímpar) até a Avenida Brasil por esta (incluído apenas o lado ímpar, incluindo o Viaduto de Manguinhos) até o ponto de partida.

A inclusão das comunidades no espaço delimitado do Complexo de Manguinhos justificou-se fundamentalmente pela abrangência das obras do PAC-urbanização de favelas (2008-2011) realizadas nas treze comunidades e por, historicamente, serem territórios fisicamente próximos, com características espaciais semelhantes e que estabelecem relações sociais entre suas populações. As comunidades de favelas de Manguinhos estão inseridas na sub-bacia hidrográfica dos rios Faria, Timbó, Jacaré e Canal do Cunha, marcada pela contaminação por dejetos do desenvolvimento industrial de seus rios e córregos (Bueno & Lima, 2010). Como pode ser visualizado na foto de análise abaixo:

Imagem 1- Localização do Bairro e do Complexo de Manguinhos



Segundo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), construído pelo Instituto Municipal Pereira Passos, o bairro de Manguinhos aparecia no ano de 2000, em 140º lugar de um total de 160 bairros, com um IDS de 0,52. Nova pesquisa feita 10 anos após, no ano de 2010, mostra uma queda de doze posições no ranking, onde Manguinhos passou a ocupar o 152º lugar dentre os 160 bairros identificados pela administração municipal. Apesar dos massivos investimentos que ocorreram no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - começado em 2008, Manguinhos registrou um crescimento de apenas 2% no seu IDS, bem abaixo do crescimento médio da cidade que ficou, no mesmo período, em 5%, saindo de 0,58 e atingindo 0,61²⁰. Esses indicadores, bem como sua evolução, retratam, em alguma medida, a precariedade existente nas condições de vida e as reduzidas possibilidades de acesso aos direitos fundamentais dos moradores de Manguinhos, como atesta análise de José Leonídio Madureira (2015), coordenador da Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz que desenvolve e apoia ações e projetos em território de favelas.

²⁰ Fontes - dados: IBGE. Censo 2000 - 2010; Cálculos: IPP/DIG.

Os territórios de Manguinhos e do Jacarezinho encontram-se ocupados oficialmente, desde Janeiro do ano de 2013, por Unidades de Polícia Pacificadora do Governo do estado do Rio de Janeiro, embora a chamada “retomada do território” pelo Estado já houvesse ocorrido em Outubro de 2012. O território de Manguinhos expressa, em sua história, processo de (para)militarização, destacadamente a partir da década de 1980 quando ocorre um processo de intensificação de variadas formas de violência e práticas de exceção como: ampliação dos confrontos armados, condenações sem direito a defesa jurídica dos acusados, homicídios, desaparecimentos, violação aos lares sem mandados legais, revistas vexatórias, lesões dolorosas e ameaças praticadas por forças policiais e grupos criminosos armados (Machado da Silva & Leite, 2004; Leite, 2008; Cano et al, 2012).

Apelidada de “faixa de gaza” pelo então Governador Anthony Garotinho e por grande parte da mídia comercial- em alusão questionável aos confrontos armados regulares ocorridos entre israelenses e palestinos-, a Avenida Leopoldo Bulhões e parte de Manguinhos, também recebeu com a entrada das UPPs uma forte carga simbólica de “retomada do território” pelo Estado, de local historicamente marcado dentre os maiores registros de violência armada da cidade. O território de Manguinhos, base de nossa investigação empírica, localiza-se na Zona Norte da cidade, próximo a área central da cidade, sendo espaço estratégico para mobilidade urbana com via férrea de trens no bairro, linha de metrô bastante próximo no bairro vizinho de Maria da Graça, e duas grandes via rodoviárias de acesso, a Avenida Dom Helder Câmara e a Avenida Leopoldo Bulhões. Há, sem dúvida, na instalação das UPPs em Manguinhos uma motivação inicial de ampliar a mobilidade de automóveis e veículos rodoviários da cidade, em especial nas duas vias mencionadas, frequentemente fechadas ou evitadas por motoristas devido aos frequentes confrontos armados.

Em Manguinhos, porém, do período preparatório de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora até o presente momento (2012-2107)²¹, identificamos uma situação ainda marcada pela violência armada, expressa pela manutenção de alto grau de letalidade em ações de agentes de segurança pública, confrontos com uso frequente e intenso de armas de fogo, além de ausência de planejamento que parta do reconhecimento político de organizações de moradores

²¹ Oficialmente, as Unidades de Polícia Pacificadora ocuparam o território de Manguinhos a partir do ano de 2013.

do território e permita interação com as reivindicações oriundas de organizações coletivas de moradores ou de instituições públicas situadas no bairro.

Ainda que caiba destacar um esforço inicial de diagnóstico e proposta de planejamento participativo enunciado pelo programa denominado UPP Social desenvolvido um ano após a ocupação policial, a partir do que pretendia ser uma “gestão de programas sociais com função integradora”, a perspectiva da gestão democrática e participativa nunca se consolidou (Henriques, 2011, p.11). Em documento de “Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil”, produzido pelo Observatório de Favelas, consta o seguinte resumo das atribuições do referido programa:

No dia 4 de Janeiro de 2011, foi publicado, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro o decreto que criou a UPP Social Carioca, para integrar as ações sociais e os diversos serviços públicos sob a responsabilidade da prefeitura nas comunidades pacificadas (WILLADINO et al, 2011, p. 161).

O programa da UPP Social, pela ausência de apoio institucional – recursos para infraestrutura, ampliação de profissionais e integração de ações de profissionais da UPP social com agentes de Segurança Pública – mostra-se bastante distante de ser um apoio para a garantia dos objetivos centrais enunciados de: “consolidar o controle territorial das áreas de favela recuperadas pelo Estado mediante o policiamento ostensivo e a expulsão dos grupos armados que ocupavam a área; urbanizar e oferecer serviços formais tais como fornecimento de energia elétrica e água; promover o desenvolvimento social e econômico da área; construir meios que eliminem as fronteiras simbólicas e materiais que separam as favelas da cidade formal” (Cunha & Mello, 2011, p.376).

Leite (2015), a partir de estudo de favela ocupada por UPP na Zona Norte do Rio de Janeiro, resume criticamente a descontinuidade do programa da UPP Social, ao explicar que cerca “de um ano depois da implementação, o Programa UPP Social já se encontrava em franco desgaste. Criticado por grande parte dos moradores de favelas que apreendem como sua ‘inoperância’...” (Leite, 2015, p. 391). Para a autora durante a implementação da UPP Social, há também uma mudança importante representada pela saída do programa da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH/RJ) e sua realocação para a Instituto Pereira Passos do município do Rio de Janeiro (IPP)(...), o que para a mesma “representou um significativo ponto de inflexão na relação do

Estado com as favelas pacificadas, em que o atendimento seus moradores(...) pela distribuição dos direitos através de políticas urbanas e sociais(...) saiu de foco em favor de uma opção pela *inclusão produtiva*”(Leite, 2015, 392).

Nesse cenário de descrédito com seus objetivos iniciais, a UPP Social “não conseguiu ir muito além da produção de estudos e diagnósticos”, esses mesmos ainda bastante comprometidos pela desconfiança e principalmente temor de muitos moradores(as) de favelas em se relacionar com qualquer denominação que lembre a polícia, como a UPP Social, o que compromete qualquer forma pesquisa ou investigação empírica. Temor duplamente justificado pela possibilidade sempre iminente de represália por parte de facções do tráfico de drogas ilícitas locais e pela própria polícia com histórica também real de corrupção e violência direta contra moradores, o que acabou posteriormente justificando a mudança do nome do Programa para “Rio+Social”.

Permanece, no entanto, em Manguinhos uma relação da população local com o Estado capitalista mediada pela ação repressiva policial e com baixa participação de moradores e instituições públicas locais na construção, formulação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública. A relação com os moradores partiu inicialmente de convocações públicas, pouco divulgadas no território de favelas, para raras reuniões com representantes do poder público. Eram reuniões organizadas a partir da figura centralizadora do comandante policial da UPP. A baixa interação das políticas públicas com as organizações democráticas, movimentos sociais e instituições públicas existentes no território e a referência direta de um comandante policial para a mediação oficial entre todas as esferas do Estado Democrático de Direito e os moradores impedem a democratização dessas políticas e sua gestão participativa no território.

Na prática, porém, o modelo de gestão do Programa das Unidades de Polícia Pacificadora tem se configurado nos territórios de Manguinhos e Jacarezinho como uma estratégia que não se submete regularmente a espaços coletivos de diálogo/avaliação de moradores, organizações comunitárias, movimentos sociais e/ou instituições públicas do território (para além dos espaços oficiais e exclusivos a atuação policial). Nos territórios de Manguinhos e Jacarezinho prevalece a dimensão da Segurança Pública enquanto sinônimo de estratégia de contenção e controle armado do território, orientada por lógica geral de repressão e combate a crimes e a contravenções. Os agentes protagonistas da relação entre o Estado- em sua

dimensão oficial-, os moradores e os demais profissionais que usam o território de favela permanecem sendo “as forças policiais, particularmente uma Polícia Militar que é agregada ao exército e que está acostumada a ver o outro como inimigo publico” e “essa mentalidade permanece”(Minayo, 2015, p.4).

Dessa forma, embora as forças policiais da UPP, enquanto representantes do Estado, tenham suas bases e atuação no território de Manguinhos, suas práticas mantêm uma mentalidade militarista de combate. Existe a continuidade de sua própria identificação enquanto “forças invasoras sobre um território dominado por *exércitos inimigos*”, enquanto “a população civil desses espaços também é vista como parte integrante do espaço inimigo e assim é tratada” (Silva, 2015, p.143).

A ampliação dos recursos destinados a aparatos bélicos e a retórica majoritária de apoio incondicional da grande mídia a lógica punitiva do Estado ocultam uma tendência histórica das políticas de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro. Tendência resumida pela lógica de: minimizar a importância da combinação multiescalar e multicausal de políticas de prevenção e enfrentamento a violência; supervalorizar o combate, repressão e contenção com uso de armas de fogo e aparato bélico como formas de controle social dos moradores e moradoras da favela. Como enfatiza Constantino(2015, p.2):

“Talvez não seja o mais eficiente e eficaz ter políticas públicas que incidam só sobre a perspectiva do controle, então se nós pensarmos as Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs nas comunidades mais violentas, estas sozinhas não vão resolver o problema da violência, quiçá vão trazer mais violência para esses territórios. Para pensar na prevenção da violência nós temos que pensar ações que vão desde as macropolíticas até as políticas públicas que afetam diretamente a realidade local e que são vivenciadas pelas pessoas”.

No primeiro ano de ocupação da UPP em Manguinhos, os conflitos armados ou ações policiais com uso deliberado de armas de fogo ocorreram em significativa menor frequência do que se praticava antes da ocupação. No entanto, o que nos parece particularmente grave e se repete destacadamente nas favelas ocupadas da Zona Norte, é a permanência de constantes conflitos armados, do uso regular de armas de fogo por policiais da UPP, da dupla opressão, em intensidade e intenções diferentes, protagonizada por facção criminosa e por agentes de segurança pública contra moradores e, sobretudo, da continuidade de homicídios praticados no

território de Manguinhos. A imagem 1(p.38) abaixo retrata a militarização através de representação espacial dos conflitos armados no território nos de 2015 e 2016.

Dados produzidos pela Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio(EJA/Epsjv/Fiocruz), instituição federal situada no território, em parceria com a oscip Rede CCAP expressam uma redução de operações policiais resultantes em conflitos armados no território no ano preparatório de 2012, no início das bases para implantação das UPPs em Manguinhos. Como podemos perceber nos dados abaixo da tabela 1(p.38), destacados em amarelo em documento produzido pela EJA, foram registradas apenas duas perdas de aulas (dois dias) em decorrência de operações policiais, enquanto “houve semestres em anos anteriores em que perdemos aproximadamente 30% das aulas exclusivamente devido a conflitos armados no território”, explicou Felipe Eugênio dos Santos Silva, o então coordenador da EJA no período citado pelo mesmo. Redução que infelizmente não perdurou nos anos seguintes, extremamente violentos e marcados por uso intenso de armas de fogo.

TABELA 2. Aulas Perdidas no ano letivo de 2012

		Ano letivo de 05/03/2012 a 14/12/2012
09/mar	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
15/mar	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
26/abr	OPERAÇÃO POLICIAL	
27/abr	OPERAÇÃO POLICIAL	
10/mai	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
06/ago	INICIO DA GREVE FIOCRUZ	
30/ago	INICIO DAS AULAS SEGUNDO SEMESTRE	
18/set	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
03/out	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
19/out	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
26/out	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
23/nov	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
28/nov	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
06/dez	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
07/dez	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
13/dez	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	
14/dez	NÃO HOUE AULA POIS FALTOU LUZ	

No entanto, desde o anúncio oficial de ocupação das UPPs em Manguinhos, no dia 16 de Janeiro do ano de 2013 até o mês de Outubro de 2015 foram registrados por nossa pesquisa onze(11) homicídios dolosos no território. Destes homicídios, sete (7) foram cometidos por forças policiais e quatro(4) por causas não esclarecidas, possivelmente segundo narrativas de moradores cometidos pelo traficantes locais armados ou pessoas relacionadas ao crime da facção local.

Cabe destacar em relação à dimensão socioespacial dos homicídios, as seguintes características: todos os onze homicídios foram cometidos no território de favela, oito homicídios foram cometidos em parte do território composta pelas comunidades vizinhas de CHP2, João Goulart e Vila Turismo; sete das vítimas eram jovens, negros, do sexo masculino; todas as vítimas dos homicídios eram do sexo masculino. A concentração espacial dos homicídios pode ser visualizada pela imagem 2 abaixo(pág.38), fundamentalmente em duas comunidades vizinhas, CHP2. Cabe destacar também nos referidos homicídios que seguem a tendência do perfil social/étnico das vítimas das últimas três décadas em escala nacional e no estado do Rio de Janeiro,

[...]são jovens, na faixa etária entre 14 e 19 anos, da cor preta ou parda, residentes nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos, com escolaridade que não ultrapassa o ensino fundamental, com renda por pessoa inferior a um salário mínimo, em ambiente familiar marcado por um histórico de ausências ou de violências (MINAYO, 2015, p.3).

O perfil faz com que no Rio de Janeiro as características de sexo, idade e cor no que se refere à morte intencional coincidam com as do Brasil, isto é, muito desigual (RAMOS, 2016, p. 7).

Imagem 1- Militarização do território de Manguinhos/Rj: contenção territorial expandida e irregular das favelas de Manguinhos em relação a cidade



Fonte: Google Earth. Autores do mapeamento/legendas: Leonardo Bueno; Felipe Bagatoli.

Imagem 2 Concentração de Homicídios por Arma de Fogo: contenção territorial parcial das favelas de Manguinhos por forças policiais



Fonte: Google Earth. Autores do mapeamento/legendas: Leonardo Bueno; Felipe Bagatoli.

Se analisarmos as práticas com uso de arma de fogo e os homicídios cometidos por agentes de segurança pública durante o primeiro ano oficial de ocupação das UPPs em Manguinhos, em 2013, expressos no mapa 2 poderemos interpretar que havia uma intenção de enfocar ações policiais para conter e reprimir intensamente sujeitos localizados nos territórios das comunidades do CHP2 e do João Goulart. Os territórios das comunidades em questão são historicamente locus de conflitos armados e comercialização de drogas ilícitas e armas ilegais. Na prática parecia haver uma prática de contenção e isolamento territorial dos grupos armados em Manguinhos nessas comunidades. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de contenção territorial parcial ou de parte do território de Manguinhos- uma vez que todo processo de contenção territorial é sempre parcial, nunca pauta-se exclusivamente pelo impedimento físico- buscando concentrar as operações policiais ostensivas a duas comunidades, sobretudo, isolando-as dentre as 13 comunidades do Complexo de Manguinhos.

A redução da circulação de grupos armados da facção por outras partes do território ampliado de favela era visível, havendo ainda que em parte “tolerância” por parte de agentes de segurança pública em relação à circulação de indivíduos armados da facção no território mencionado. Os homicídios cometidos por policiais nas duas comunidades destacadas em laranja no mapa 2, foram em sua grande maioria praticados sem confronto armado prévio, ou ataques (que a partir de 2014 se tornaram frequentes) armados de criminosos a policiais. Houve uso de armas de fogo pelos agentes de segurança pública e duas agressões que levaram a óbito de jovens que em sua maioria não estavam portando armas de fogo durante a ação policial, segundo relatos de moradores entrevistados. A estratégia de contenção territorial sempre pressupõe o acionamento de lógicas espaciais de impedimento restrito e de contenção ampliada, de inclusão e exclusão, nunca porém uma estratégia de superação nas favelas da cidade da lógica de (para)militarização, no máximo uma regulação da desordem (Agamben,2002) . Como explica Haesbaert (2014,p. 216) ao se referir a dimensão espacial das lógicas de contenção territorial no mundo contemporâneo:

A circulação, como indicou Foucault, em relação ao meio nas sociedades de segurança, torna-se a grande questão em termos de des-ordenamento espacial. A expressão contenção em um sentido espacial, é importante porque incorpora a dupla condição includente-excludente, ao mesmo tempo o englobar, o abranger, “o estar

contido”(num determinado espaço/território) e conter enquanto barrar, ... de certa forma excluir.

Durante o primeiro ano de ocupação da UPP, parte significativa dos grupos armados relacionados à facção local do tráfico de drogas havia se retirado do território, assim como acontece na grande maioria das favelas ocupadas por UPPs. A parte dos grupos armados locais que ficou para a “contenção” em defesa dos pontos de comercialização e poder da facção procuraram naquele momento abrigar-se em espaços aonde haja relativa dificuldade para entrada de automóveis, com pouca iluminação e variadas e irregulares formas com muitos becos e difíceis de orientação espacial para quem não usa frequentemente o território. O uso do território por esses grupos armados impõe algumas restrições à circulação de moradores, como a colocação de pesados obstáculos de ferros localizados em vias de entrada ou dentro da favela para evitar a circulação de automóveis policiais. A maior parte trabalhadora dos moradores impõem-se diferentes formas de contenção por territorializações (para)militarizadas.

Não pode ser ignorado também o recorte racial nos dados da violência do território. O racismo não envolve apenas os agentes policiais como indivíduos/sujeitos, e eles não se vêem semelhantes àquela população, mesmo quando são esses agentes negros e pobres. Trata-se de um racismo também institucional que penetra esferas de governo, do judiciário e corporações de segurança pública, além de empresas do mercado privado e instituições sociais. As práticas racistas violentas ocorrem com muito mais recorrência contra as classes populares, destacadamente contra moradores de favela.

Pela análise crítica da saúde, o racismo é categorizada enquanto violência cultural “expressa por meio de valores , crenças e práticas, de tal modos repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados”(Minayo, 2005, p.37). Ainda que biologicamente não haja argumento científico que justifique a classificação por raças, é a construção social a definidora do racismo e a etnia como conceitos. No Brasil, o racismo é praticado destacadamente contra pessoas negras das classes populares e manifesta-se de forma singularmente perversa na determinação social da saúde:

[...] ocorre principalmente contra a pessoa negra e tem origem no período colonial escravocrata. Estudiosos mostram que geralmente a

violência racial vem acompanhada pela desigualdade social e econômica: no Brasil, os negros possuem menor escolaridade e menores salários. Vivem nas periferias das grandes cidades e estão excluídos de vários direitos sociais. Também morrem mais homens negros do que brancos e se destacam os óbitos por transtornos mentais (uso de álcool e drogas), doenças infecciosas e parasitárias (da tuberculose a HIV/Aids) e homicídios (BATISTA apud MINAYO, 2005)

As práticas dos homicídios se destacam nesses territórios e seus dados podem ser analisados de forma mais ampla, pois, além da obrigatoriedade de sua notificação criminal, estão entre as poucas estatísticas oficiais de segurança pública que não são produzidas exclusivamente por instituições policiais, mas também pelo setor saúde. No entanto, dados e estatísticas oficiais de órgãos de segurança pública sobre homicídios dolosos e sobre as práticas de exceção aqui mencionadas cometidas em territórios de favela, por vezes, apresentam resultados conflitantes com os apresentados por estudos críticos de caso a partir de trabalhos de campo orientados por metodologias diretamente desenvolvidas com moradores(as) vítimas de violência. Também não tão raro as produções oficiais da segurança pública divergem de produções do setor saúde e colidem com resultados produzidos por organizações/movimentos comunitários. As pesquisas diretamente com pessoas moradoras e vítimas de violência do território de favela busca oferecer:

[...] uma alternativa para o problema das subestimativas presentes nas estatísticas oficiais, o conhecido problema da “cifra obscura” das estatísticas policiais, uma vez que a informação é obtida diretamente junto a vítima. No Brasil, a despeito da preocupação com a violência e a criminalidade ocupar uma posição privilegiada no ranking dos problemas públicos, dispomos ainda de poucas pesquisas (CARNEIRO, 1999, p. 165)

Após o surgimento do Instituto de Segurança Pública (ISP), destacamos uma evolução nos registros e pesquisa dos crimes e práticas violentas no estado do Rio de Janeiro. Quando nos referimos as favelas, em especial as historicamente mais marcadas pela violência armada, ainda existem dificuldades e ausência de registros qualificados ou precisos. São lacunas que poderiam ser preenchidas com maior participação dos equipamentos públicos da realização de notificação compulsória, como escolas públicas, equipamentos de saúde, maior diálogo com movimentos sociais e organizações locais da sociedade civil, e pesquisas realizadas diretamente com moradores(as) e vítimas de violência nos territórios de favela. Somar os

registros e notificações de outros profissionais com participação de moradores(as) em diferentes espaços aos registros realizados pelos agentes de segurança pública em serviço forneceria, muito provavelmente, informações e uma representação mais completa sobre os diferentes motivações e os múltiplos impactos da violência armada para o planejamento de esferas de governo e sociedade civil.

Caso exemplar de ausência de registro pelo ISP no território de favelas em Manguinhos aconteceu Outubro do ano de 2013, com a morte do jovem Paulo Roberto Pinho de 18 anos, após ser brutalmente agredido por cinco policiais militares da UPP, na comunidade CHP2 em Manguinhos. Após a luta por direitos e processo judicial de familiares contra os policiais agressores e investigação da polícia civil, constatou-se que o jovem veio a falecer devido à asfixia causada por agressão, diferente de declaração da primeira perita que disse haver o uso de entorpecente como um dos fatores causadores da morte e da versão dos policiais de que o mesmo havia falecido por “mal súbito”. Embora tenha sido amplamente noticiada por grandes veículos de comunicação e gerado ampla manifestação de moradores da favela e profissionais da Fundação Oswaldo Cruz, não há nenhum registro desse crime no site oficial e tabela de dados do ISP que segundo classificação do instituto, deveria estar registrado na categoria “Lesão corporal seguida de morte” ou poderia estar registrado enquanto “homicídio doloso”. Como relatou em dois momentos o jornal O GLOBO, no ano do crime ocorrido e posteriormente em 2015 sobre o processo contra os policiais:

Na madrugada do dia 17 de outubro de 2013, Paulo Roberto Pinho de Menezes, de 18 anos, estava com três amigos na comunidade. Testemunhas disseram que o grupo foi levado pelos policiais para um beco escuro, onde Paulo Roberto foi atingido com socos, chutes, joelhadas e teve o pescoço comprimido contra a parede. A perita que examinou a vítima concluiu que as lesões externas no corpo eram leves e que a causa da morte foi um somatório de circunstâncias. Entre elas, o suposto uso de cheirinho de loló, que combinado ao estresse e às agressões físicas feitas pelos agentes, pode ter provocado a morte do jovem. Entretanto, o exame toxicológico para substância deu negativo. Na época, os policiais disseram que Paulo Roberto tinha sofrido um mal súbito²².

²² Retirado de <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/pms-sao-indiciados-por-morte-de-jovem-em-manguinhos-rio-em-2013.html> . Acesso: Junho, 2016

A Polícia Civil pretende fazer no dia 10 de dezembro a reconstituição da morte do jovem Paulo Roberto Pinho, de 18 anos, ocorrida na comunidade de Manguinhos, Zona Norte do Rio, em outubro deste ano. Cinco policiais militares, lotados na UPP de Manguinhos, são acusados de matar o jovem. De acordo com informações da 21ª DP (Bonsucesso), o laudo indica que o adolescente morreu de asfixia mecânica — causada por algum tipo de violência como enforcamento ou estrangulamento²³.

Além da histórica sub-notificação de homicídios cometidos por policiais por órgãos de segurança pública, outra importante constatação afirmada nessa pesquisa é a de que agressões físicas, lesões por armas de fogo e homicídios cometidos pelo tráfico de drogas ou grupos milicianos locais contra moradores(as) de favelas ou praticados por pessoas envolvidas indiretamente com narcotráfico muitas vezes também não são notificados ou contabilizados em dados oficiais no estado do Rio de Janeiro. Sobretudo homicídios em que os algozes desaparecem com o corpo da vítima ou de vítimas que tenham relação com o próprio tráfico de drogas local ou de outra facção. Isso ocorre em parte devido a recorrente ausência de interesse dos agentes de segurança pública em registrar esses homicídios contra vítimas consideradas “socialmente menos importantes” ou “matáveis”, mas também pelo medo ou vergonha de parentes e amigos das vítimas em notificar ou denunciar a ocorrência dos mesmos para órgãos oficiais, em especial para os de segurança pública. Gera, assim, também uma sub-notificação em relação aos homicídios relacionados ao tráfico de drogas e também a milícias. Ao pesquisar os dados produzidos pelo ISP a partir do SIM, Misse (2014, p. 696), aponta haver a possibilidade de sub-notificação como forma de superestimar o papel das UPPs na redução de homicídios no estado:

Em pelo menos um exemplo apresentado neste trabalho, pudemos observar que há casos de mortes (homicídio ou auto de resistência) não registrados nos dados oficiais divulgados pelo ISP para as UPPs. O caso Amarildo poderia ter sido outro, não fosse a proporção midiática que alcançou”.

Quatro homicídios foram registrados em nossa pesquisa no período de 2013 até 2015, provavelmente cometidos por facção local do território segundo narrativas de moradores não notificados oficialmente e investigados pela UPP ou por órgãos

²³ Retirado de <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/policia-fara-reconstituicao-da-morte-do-jovem-de-manguinhos-no-rio.html>. Acesso: Novembro, 2016.

de segurança pública. Segundo narrativas de moradores também ocorreram três lesões de moradores que circulavam no território de favelas por projéteis de armas de fogo atirados pela facção local ao tentar alvejar policiais da UPP, duas em momento onde não ocorriam conflitos armados. Uma moradora baleada, por exemplo, narrou a seguinte situação quando saía de sua casa:

“Um domingo eu ia calma para uma das ruas indo pra feira e só me lembro das dores nas pernas aonde eu me reparei que havia levado um tiro”.

(Moradora de Manguinhos, 48 anos)

Como afirmarmos anteriormente, registramos entre o período de 2013 (início oficial da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora) até o ano de 2015, a prática de onze(11) homicídios nas favelas de Manguinhos nesse período na favela, enquanto os dados oficiais divulgados pelo ISP apontam para a ocorrência de quatro (4) homicídios. Evitaremos a divulgação de parte dos nomes das pessoas assassinadas como forma de evitar exposição da parte dos familiares, vizinhos e pessoas próximas que moram na favela. Mencionamos ao longo pesquisa apenas os nomes de casos que foram tornados públicos pela grande mídia ou por familiares.

Ao compararmos com o período de 2007 até 2009, anteriores a implementação da UPP em Manguinhos com os três primeiros anos das UPPs no território também constatamos uma redução dos homicídios no território, ainda que menor do que sugerem exclusivamente os dados oficiais. Ao considerar parte do Complexo de Manguinhos (Manguinhos/Arará/Mandelas), percebemos que nos anos de 2007, 2008 e 2009 foi registrado um total de 20 homicídios, ao considerarmos a soma dos registros oficiais do ISP referentes às categorias “homicídio doloso”, “homicídio culposo”(entendo a ressalva de que também inclui acidentes), “lesão seguida de morte”, “latrocínio”, “policiais civis mortos em serviço”, “policiais militares mortos em serviço” e “Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”. Assim, identificamos uma redução de aproximadamente 45% dos homicídios se compararmos os ocorridos em três anos anteriores à ocupação das UPPs em Manguinhos com os três primeiros anos. No entanto, particularmente preocupante foi o retorno de expressivo crescimento de homicídios em Manguinhos em 2017, com 13 homicídios apenas no primeiro semestre. Se somarmos com o primeiro semestre de 2016, somaremos 17 homicídios apenas em 1 ano, números

assustadores inclusive se comparados aos três anos anteriores a UPPs analisados. Podemos ver na tabela abaixo essas mortes, comparativamente na categorização por períodos.

Tabela 3 – Homicídios antes e depois das UPPs em Manguinhos

Período	Território	Total de Homicídios (dolosos, culposos latrocínios e lesão corporal seguida de morte)	Homicídios decorrentes de oposição a Intervenção Policial	Estratégia de Segurança pública
2007- 2009	Complexo de Manguinhos (Manguinhos/Mandela e Arará)	Total: 20(ISP)	Total: 6	Sem ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora
2013 - 2015	Complexo de Manguinhos (Manguinhos/Mandela e Arará)	Total: 4(ISP) Total:11 (Informações da Tese)	Nenhum registrado pelo ISP	Com ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora
2016(1 semestre) - 2017(1 semestre)	Complexo de Manguinhos (Manguinhos/Mandela e Arará)	4(2016-1 semestre); 13(2017 - 1 semestre) ISP; FGV e Extra	2 (2016- 1 semestre)	Com ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora

Fontes: Instituto de Segurança Pública; Jornal Extra, Fundação Getúlio Vargas.

Cabe ressaltar, porém, que a redução da questão social pela (para) militarização a partir de estatísticas estritamente referentes a homicídios também produz conclusões especulativas concebidas com pretensão de regras gerais que, em alguns casos, dificilmente se sustentariam ou mostrariam-se conflitantes quando submetidas à análise crítica com base empírica socioespacial da realidade a partir de representações e narrativas diretas de sujeitos que vivem e percebem o território de favela.

Não se trata de reificar a representação de classes populares e seu uso dos territórios ou de desconsiderar inteiramente o argumento de pesquisa para o mercado(ou da grande mídia), mas de considerá-los em sua relação social complexa

e conflituosa na produção social dos territórios ocupados pelas UPPs. O uso e interpretação de dados sobre homicídios podem servir a diferentes representações e intenções, inclusive a de consultoria especulativa de um mercado imobiliário que busca valorizar percentualmente suas possibilidades de negócio com base no valor da vida e morte de moradores de favela. Segue abaixo, sem a pretensão de aprofundarmos aqui, apenas como exemplo dessa redução estatística com base estritamente na representação de pesquisa feita por representantes do capital imobiliário na cidade do Rio de Janeiro, destacada em matéria do Jornal “O Globo”, e seu flagrante conflito com a narrativa percebida por moradora da favela de Manguinhos ouvida em nossa pesquisa na cidade sobre a questão:

“ Calculamos que a queda de 10% na taxa de homicídios numa área resulta, em média, no aumento de 1,8% no preço do imóveis”²⁴
Benjamin Mandel, pesquisa para Inter.B Consultoria Internacional de Negócios

“ Estou pensando em sair da favela e vender minha casa e dos meus pais, mesmo que seja por valor baixo porque to com medo. Sempre teve tiro e morte, mas agora com UPPs os tiroteios não tem hora pra acontecer. Meu filho levou um tiro , mas graças a deus escapou”

Moradora da comunidade Parque Carlos Chaga– Varginha, 30 anos, Manguinhos.

Como já mencionamos anteriormente, o primeiro semestre do de ano de 2017 registrou um crescimento exponencial de homicídios e outros crimes violentos no estado do Rio de Janeiro, chegando a 199 homicídios apenas em favelas. Como mostra abaixo tabela registrada pelo jornal Extra com base em dados oficiais de Segurança Pública, dentre esse crescimento proporcionalmente muito maior em favelas do que qualquer outra parte do território do estado do Rio de Janeiro, Manguinhos foi a favela onde mais se matou no primeiro semestre desse ano. Importante destacarmos aqui a singularidade desse ano, pois a maior parte das narrativas das favelas que analisaremos em seguida nesse capítulo, foram colhidas nesse violento semestre de 2017, o que certamente impactou a percepção dos moradores(as) entrevistados(as).

²⁴ Retirado do endereço <https://oglobo.globo.com/rio/efeito-upp-na-valorizacao-de-imoveis-chega-15-11021226#ixzz4ojt3874O> Acesso: Janeiro, 2016

Imagem 4- Mortes com endereços no Rio de Janeiro



As favelas com mais assassinatos



3.2 As UPPs e a violência armada pelas narrativas de moradores de favelas de Mangueiros, Jacarezinho e Maré

As narrativas contidas nas entrevistas, realizadas com moradores de Mangueiros, Jacarezinho e Maré, expressaram as contradições e em parte a desilusão com a ocupação das UPPs no território do Complexo de Mangueiros. Além das entrevistas, a participação do pesquisador em espaços comunitários ou

com participação de moradores(as) da favela para debates e proposta de ações, além da presença em manifestações políticas e culturais contra a violência em Manguinhos e Jacarezinho, reforçou um olhar crítico a partir das práticas locais e suas representações.

Participar de espaços como os do Conselho Comunitário de Manguinhos, da Comissão Contra a Violência na favela, de debates e atividades da Eja Manguinhos e da Rede CCAP, também estar pontualmente em reuniões do Conselho de Segurança Comunitária, permitiu ao autor acessar narrativas de questionamento a UPP que nem sempre aparecem integralmente em entrevistas individuais. Por certo, cumprimos o compromisso do autor em não relatar informações consideradas sigilosas pelos coletivos de movimentos sociais e organizações comunitárias, descrevendo apenas informações e narrativas consentidas pelos moradores e moradoras. Exceção, nesse caso foi o conteúdo de informação colhido em participação no espaço público do Conselho Comunitário de Segurança- pautado pela Secretaria de Segurança Pública da AISP22 -, registrada e possível de ser descrita e analisada. Ressalva-se que nesse Conselho em específico, até o Maio de 2017 não fora produzida regularmente registros oficiais (atas) pela direção do mesmo, nem por outros órgãos da Secretaria de Segurança Pública, o que também trouxera dificuldades para a organização das informações. Fato inclusive relatado e questionado em mais de uma ocasião pelo morador de Manguinhos, André Lima, ao participar de uma das reuniões do referido Conselho na Universidade Unisuam, em Bonsucesso, onde ocorriam e ocorrem os encontros:

"Gostaria de expressar aqui o meu descontentamento pela não realização de Atas que registrem as propostas e os questionamentos que fazemos aqui as autoridades. Já havia questionado isso nas últimas reuniões, mas permanecemos sem resposta. Por isso, quero novamente afirmar a importância desse Conselho Comunitário de Segurança passar a registrar oficialmente seus encontros"

Além das entrevistas e participação em espaços coletivos, não foram poucas vezes em que o autor recebeu ligações telefônicas e foi chamado por moradores pedindo ajuda para lidar com arbitrariedades cometidas com uso da violência armada ou simplesmente querendo relatar situações de violação desde o início da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. Isso ocorre em parte pela

trajetória do autor de trabalho realizado no território pela Cooperação Social da Fiocruz, com formação e apoio a gestão democrática do território, mas também em parte pelo envolvimento em ações e militância por garantia de direitos nas favelas.

Embora a maior parte das análises feitas tenha como base as ricas narrativas contidas nas entrevistas, foi em duas dessas chamadas e na participação em espaço coletivo que o autor pode relatar três importantes situações ocorridas, consideradas emblemáticas como ponto de inflexão e de descrédito das UPPs no território. Aqui e em diversas situações, cabe dizer, o autor participou também indicando acesso a sistema de direitos, apoio psicológico ou por uma solidariedade mais imediata no local temendo um agravamento da violência e novas tragédias no território. Não coube ao autor apenas o papel de relatar e tornar pública as ações em uma pesquisa acadêmica, fora chamado para ajudar na garantia de direitos de moradores(as). Qualquer postura de pesquisador distanciado das situações concretas do território, por certo afastaria alguma possibilidade de aproximação com os sujeitos moradores que sofreram diretamente ou testemunharam as violências narradas, uma vez que há muitas dificuldades para a construção de relações de confiança entre moradores de favelas marcadas por violentas práticas de exceção.

Nas duas primeiras situações o autor encontrava-se no território e foram relatadas pessoalmente por moradores(as) poucas horas após o ocorrido. Em ambas, os moradores(as) pediram sigilo em relação as suas identidades e não serem nominalmente citados, mas afirmaram que confiavam no autor para tornar suas narrativas públicas dada a gravidade das situações. A primeira situação ocorreu em Manguinhos no ano de 2014, segundo ano de ocupação das UPPs, e assustadoramente expressou a indiferença e o preconceito de determinados agentes de segurança pública, em exercício da função pública pelas UPPs, em relação a violações de direitos na favela. Após a realização de uma festa de comemoração de aniversário de morador de uma comunidade de Manguinhos, houve um desentendimento de um vizinho no local da festa com moradores que celebravam. Uma briga do próprio aniversariante com o vizinho que reclamava do alto volume das músicas da festa culminou em agressão com arma branca do segundo no corpo do aniversariante que veio a falecer ainda no local, embora ainda tenha sido levado para hospital pouco tempo após ser ferido. Após o homicídio, o vizinho que cometeu a agressão se trancou em sua casa e toda a ação gerou revolta nos presentes no aniversário e moradores(as) que estavam em casa próximas. Parte

desses moradores e moradoras, indignada procurou policiais que estavam na base da UPP de Manguinhos para denunciar o violento crime cometido no local da festa. Segundo as narrativas de moradores e moradora, assim seguiu o diálogo e a resposta dos oficiais em serviço a denúncia e pedido dos moradores:

“Quando falamos para os policiais que o vizinho tinha acabado de cometer o crime contra o aniversariante que era trabalhador, só por causa da música alta, ouvimos a resposta dos policiais da Upp ‘deixa a comunidade resolver’. Os policiais não fizeram nada, o pessoal da festa que tava revoltado voltou, muitos começaram a quebrar a casa do vizinho que matou o aniversariante. O assassino já tinha fugido da casa, mas foi pego no caminho no mesmo dia. Foi morto e sumiram com o corpo. A esposa e o filho dele tiveram que deixar a favela e ficou por isso”

A situação absurda foi descrita no segundo ano oficial de ocupação das UPPs nos territórios de Manguinhos e Jacarezinho. Embora o período de ocupação em 2012 e a oficialização das UPPs em 2013 tenham produzido resultado de redução significativa dos confrontos armados e homicídios nas favelas de Manguinhos e Jacarezinho, o final do ano de 2013, e, sobretudo, o ano de 2014 foi o período de inflexão simbólica da retomada das práticas de exceção cometidas pela facção criminosa local, por agentes de segurança pública e toleradas por esses mesmos agentes na favela. Além da situação absurda narrada acima, em 2014 voltaram a acontecer com frequência confrontos armados próximos à base da UPP Manguinhos e da base da UPP Arará/Mandela.

Também cabe ressaltar, durante 2013 e 2014 ocorreu uma sequência de homicídios cometidos por agentes policiais de formas distintas e extremamente violentas, com três jovens assassinados das seguintes formas: um assassinado com uso de arma não letal, outro assassinado por asfixia gerada por agressão física e outro por disparo de arma de fogo. Era o ponto de inflexão para o retorno das recorrentes práticas de exceção características de territórios (para)militarizados.

Tal narrativa destacada acima expressou uma situação frontalmente negadora de uma possibilidade de policiamento comunitário democrático, e reafirmou o caráter de “policiamento de proximidade” distinto do anunciado, baseado estritamente na ostensiva repressão e combate com uso intenso de arma de fogo. A declaração atribuída aos policiais de que “deixa a comunidade resolver” demonstra

não apenas indiferença com a flagrante violação de direito, como expressa uma criminalização do território de favelas, ao considerar “comunidade” e “narcotráfico” com sinônimos, e associar todos os moradores potencialmente ao tráfico de drogas. Uma vez que se referia a resolução da situação pela ação do narcotráfico associando-a a comunidade, o que muito possivelmente ocorreu posteriormente com o assassinato do vizinho. A mensagem de “deixa a comunidade resolver” sepultou simbolicamente boa parte da expectativa de confiança que pudesse existir em um policiamento mais próximo e humano com o anseio de garantia de direitos e menos violência da favela.

A segunda situação ocorrida no território que consideramos particularmente grave e um marco para uma escalada definitiva da violência, conflitos armados e operações policiais com intenso uso de armas de fogo no território ocorreu em 2016, para ser mais preciso no último mês desse ano, com a proximidade do Reveillon. O ocorrido expressou a culminância de uma inclinação definitiva de posturas autoritárias por parte dos comandos da UPP no território, em especial no comando da UPP Mandela/Arará.

Durante todo o mês de Dezembro de 2016, e em boa parte dos meses anteriores, houve a proibição de eventos culturais e festas por parte do comando da referida UPP nas comunidades do Samora Machel – popularmente conhecida por quem vive como Mandela 2 e do Nelson Mandela – conhecida como Mandela 1. O argumento da então comandante Major Paula Andressa Frugoni ancorava-se em justificativa legal amparada na resolução da Secretaria de Segurança que regulamenta o tema (Resolução nº 013 da Seseg e Resolução conjunta Seseg/Sedec nº 134), em especial na parte de necessidade de autorização de bombeiros para realização de eventos dessa natureza, com exigências que poucos espaços comunitários em favelas da cidade apresentariam condições de contemplar. No entanto, cabe dizer, a motivação principal das proibições não era, em nosso entendimento, o cumprimento rigoroso(e também interpretativo) legalmente da resolução, uma vez que nos anos anteriores da UPP essas festas e eventos culturais ocorriam sem restrições do comando.

A proibição ou impedimento parecia seguir uma lógica de disciplinamento e punição extensa a todos os eventos dessas comunidades por parte do comando da UPP que também expressava em pronunciamentos públicos a existência de supostas atividades ilegais e criminosas ocorridas especificamente na realização

pretérita de bailes funk da comunidade. Também cabe registrar que falas registradas no Conselho Comunitário de Segurança no ano anterior, em 2015, destacaram o fato grave de que dois policiais haviam sido baleados por criminosos que supostamente saíam de baile funk realizado em uma das comunidades. Portanto, é possível imaginar que não apenas existiu uma preocupação rigorosamente legal com a autorização de bombeiros, mas sobretudo seguiu-se uma lógica de punir a comunidade através da proibição dos eventos locais, como uma resposta ampliada a todos os moradores, por supostas ilegalidades ou ações criminosas cometidas por uma minoria de moradores. Uma lógica de criminalizar o território e as práticas culturais da maioria de seus moradores, com exigência burocrática extrema. Cerceamento frequente durante o ano que culminou nas proibições das festas tradicionais de Natal e de Reveillon das comunidades em 2016. Sobre o período do Natal, o presidente eleito da Associação de Moradores da comunidade do Samora Machel, Francisco Trajano assim se pronunciou a imprensa na época:

“A major não liberou, e a maioria das comunidades vai ter eventos, só nós é que não. Fica chato. Ela alegou que tem de seguir um decreto, pedir autorização da 21ª DP, da prefeitura, do batalhão e dos bombeiros. Só que ela falou com a gente na quinta-feira (22), quando nós fomos lá falar do projeto. Como é que a gente vai fazer isso na quinta-feira, sabendo que a maioria dos órgãos está com os expedientes praticamente encerrados, devido ao Natal?... Todos anos a gente faz a festa. É na rua, como se fosse um baile, a gente comemora. Os moradores vêm para cá, com os seus parentes. Aí como é que faz?”²⁵ ”

(Depoimento dado ao Jornal EBC, Agência Brasil, 24/12/2016)

Aqui também cabe uma ressalva importante, alterações drásticas de comportamento e prática de acordo com comandos e plantões de policiais alternados na semana foram reclamações frequentes por parte de moradores e coletivos locais. Enquanto determinado plantão e comando do momento nas UPPs em uma área se portava de uma determinada maneira a evitar confrontos armados,

²⁵ Retirado de endereço <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/upp-proibe-festa-de-natal-em-comunidade-diz-presidente-de-associacao>. Acesso: Fevereiro, 2017.

outros plantões com diferentes agentes de segurança pública agiam com intensa violência na abordagem aos moradores e fazendo uso intenso de armas de fogo no território de favela. Muitos moradores, além da contenção arbitrária externa de seus desejos de festejarem e de se expressarem, também ficaram indignados pelo prejuízo econômico com os alimentos e bebidas que seriam vendidos nas festas e eventos, uma vez que são momentos importantes de geração de renda para trabalhadores e trabalhadoras das comunidades.

O autor registrou em campo, no último dia do ano, nas horas que antecederam o Reveillon, além da proibição das festas da comunidade, práticas de agentes de segurança pública que fazendo uso do veículo blindado conhecido como “caveirão” faziam insultos e provocavam moradores em ruas das favelas, mencionando a proibição. Ato desnecessário e repudiável devido à hostilidade e incitação a violência. O que se seguiu a partir daí foi um dos réveillons mais violentos já registrados no território, com intenso tiroteio, policial morto e jovens moradores envolvidos com atividades ilícitas assassinados. Abaixo segue a narrativa de moradora sobre o ocorrido e posteriormente parte da situação descrita pelo jornal O DIA sobre operação do BOPE na virada do ano no território:

“ Quando chegou perto de meia noite já aconteceram alguns tiros. Depois de meia noite foram muitos tiroteios por toda a madrugada. Teve morador que foi comemorar em outros bairros porque as festas tavam proibidas e não conseguiu voltar pra casa. Foi horrível, nem o ano novo estão respeitando mais...”

(Moradora da comunidade do Samora Machel, 42 anos)

“O Bope estava em Manguinhos reforçando o policiamento após o soldado Antônio Carlos Paiva Nunes, de 34 anos, ser baleado na cabeça durante patrulhamento na Avenida Leopoldo Bulhões, domingo pela manhã. Mongol [traficante] chegou a ser levado pelos comparsas para o Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, mas não resistiu. PMs da UPP Manguinhos foram até a unidade e confirmaram o óbito. Uma equipe chegou a trocar tiros com criminosos em fuga da ação dos 'caveiras' “

(Jornal o Dia, dia 02 de Janeiro de 2017)

Questionadas especificamente sobre o tema do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora em seus territórios no roteiro de entrevista, os moradores de

favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré(favela próxima, sem implantação das Unidades) demonstraram em sua maioria não acreditar que a UPP tenha trazido melhoria (ou reduzido) a violência armada no território onde vivem, representando 39% do total de entrevistados(as). Ainda, um percentual significativo do total de pessoas entrevistadas dessas favelas apontou para não apenas uma desilusão, mas que a entrada das Unidades de Polícia Pacificadora em suas comunidades piorou e agravou o contexto de violência armada, representando 29% dos entrevistados(as). Apenas 33% das pessoas entrevistadas afirmaram ter percebido alguma melhora no que tange a redução da violência armada como resultado da ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora do território de Manguinhos. Demonstrando uma sensação geral de desapontamento e desesperança em relação ao que parecia se anunciar como uma melhora. Como expressa a tabela abaixo, destacando o impacto, as principais narrativas e a porcentagem em relação ao total de pessoas entrevistadas

Tabela 4- Percepção do impacto das UPPs na violência armada contra moradores de favelas de Manguinhos e Jacarezinho

Impacto das UPPs na violência armada	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Porcentagem em relação ao total de entrevistados(as) que narraram
Não houve melhora com redução da violência armada na favela	“Não mudou nada”; “A violência continuou igual”; “não melhorou, UPP foi só maquiagem”	39% das pessoas entrevistadas
Houve melhora com redução da violência armada na favela	“melhorou sim, tinha mais tiroteio”; “na minha comunidade diminuiu”	32% das pessoas entrevistadas
Piora ou aumento da violência armada na favela	“Piorou bastante”; “tá pior porque não tem hora agora pra dá tiro”	29% das pessoas entrevistadas

Torna-se relevante destacarmos, porém, que partes das narrativas dos moradores e das moradoras entrevistadas expressaram contradições para além de uma definição estrita que denotasse apenas redução ou agravamento ou manutenção do contexto de violência com uso de armas. Destacaram-se em alguns casos respostas que expressaram diferentes avaliações de momentos da segurança pública no território durante ocupação das Unidades de Polícia Pacificadora. Dentre

essas narrativas destacaram-se a crítica: das pessoas entrevistadas que se referiam ao fim da Copa do Mundo, da Olimpíada e da Paraolimpíada como marcos para um retorno ao crescimento da violência com uso de armas que havia sido reduzida nas favelas durante a realização dos referidos megaeventos, segundo entrevistados; das pessoas entrevistadas que se referiam a um momento inicial de percepção de redução da violência com uso de armas, em especial no primeiro ano de implantação das UPPs e uma posterior decepção com retorno do crescimento dessa forma de violência devido a falta de apoio do governo estadual e a corrupção de policiais no território de favela. Destacamos abaixo duas narrativas em entrevistas realizadas em 2017 que representam a primeira forma de perceber essas alternâncias e outras duas narrativas que expressam a segunda forma de percepção (com a observação importante que uma delas trata sobre a percepção de moradora de comunidade vizinha, parte território na Maré onde não houve ocupação das UPPs

“Teve melhora um pouco até acabar as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, e depois voltou tudo de novo”

(Alexandre de Amorim, 41 anos, morador da comunidade do Parque Oswaldo Cruz – Amorim, bairro de Manguinhos).

“Durante a época da Copa sim, melhorou, pois eles queriam manter a falsa aparência de cidade pacífica, mas agora mostra a realidade violenta da polícia”

(Anna Carolina Farias, 22 anos, moradora da comunidade Nova CCPL, Complexo de Manguinhos)

“É difícil responder, tem comunidades que melhorou bastante, outras não porque os próprios policiais se corromperam”

(Werginia Vilaça, 57 anos, moradora do Conjunto Esperança, Maré)

“Por um curto período sim, era novidade, no início até os moradores acharam que daria certo, mas o governo não deu suporte, a UPP entrou sim depois pra prejudicar o morador”

(Paulo Roberto, 57 anos, morador da comunidade Parque Oswaldo Cruz)

Destacamos também que oito pessoas não quiseram responder essa pergunta referente às Unidades de Polícia Pacificadora, por não sentirem-se a vontade de se expressar sobre o tema ou por medo de possíveis ameaças ou retaliações de policiais ou de traficantes, ainda que houvesse sido explicado às mesmas sobre a possibilidade de não se identificarem nominalmente. Em algumas narrativas específicas que reproduziremos aqui, também optamos por omitir nomes como prudência para evitar qualquer possível exposição de moradores(as) no território vivido.

Sobre as narrativas que apontaram para melhora com redução de violência armada nas favelas a partir da entrada da ocupação das UPPs, uma parte pequena das narrativas limitou-se a afirmar que diminuiu a violência armada, mas optaram por não desenvolver a narrativa, o que também expressa um medo de abordar o tema. Como mencionamos em parte anteriormente, algumas dessas narrativas sugeriram apenas uma melhora no começo da ocupação das UPPs que depois não se sustentou, retornando em momento posterior às mesmas condições de antes da ocupação. Na troca por diálogo com morador ou por vezes por nossa interpretação, concluímos nesses casos que a narrativa seria considerada como impacto de “melhora com redução da violência armada”.

As narrativas que destacaram não ter havido melhora ou redução(39%) foram bastante objetivas, curtas e, embora afirmassem não ter piorado a violência armada em relação ao que era antes, foram taxativas em apontar que “foi só maquiagem” ou que “violência continuou igual era antes”. Afirmaram assim não ter nenhuma mudança digna de serem narradas em relação à violência armada antes e após a ocupação territorial das UPPs em suas comunidades.

Dentre as narrativas que apontaram melhoras(32%), destacaram-se em quantidade as narrativas que expressaram apenas uma diminuição geral dos tiroteios onde moravam, sem maiores detalhes. Mas houve também as que em seu conteúdo expressaram uma melhora pela ausência de circulação de traficantes armados nos territórios que permitiam as pessoas não terem medo de serem alvejadas nos trajetos para casa ou trabalho por possíveis trocas de tiro com a polícia; pela perda de poder da facção local ou das facções do narcotráfico; ou por terem diminuído as ocasiões em que suas residências foram alvejadas por tiros. As três narrativas abaixo são emblemáticas em relação a isso e, embora todas tenham

optado pela identificação nominal, o presente autor optou por omitir o nome aqui pelos motivos já mencionados:

“Sim, porque diminuiu os tiros e a minha casa parou um pouco de ser baleada”

(Moradora da Comunidade João Goulart, Manguinhos, 52 anos)

“ Os moradores não via os bandidos com arma na rua e os moradores que não tinha família envolvida gostava que a unidade pacificadora tava na favela”

(Moradora da comunidade Nelson Mandela, Manguinhos, 39 anos)

“Sim, diminuiu bastante, mas para haver essa ocupação tem que ter o treinamento pelos moradores. As facções recuaram por isto diminuição a violência na comunidade”.

(Moradora da Vila do João, Maré, 48 anos)

Dentre as pessoas entrevistadas que narraram uma piora com aumento da violência armada(29%) a partir da ocupação das UPPs, as narrativas apontaram em parte um aumento dos tiroteios em horários nos quais antes não havia, pessoas sendo alvejadas por “balas perdidas” ou executadas. No entanto, as narrativas se referiram principalmente as abordagens desrespeitosas por parte policiais das UPPs com moradores(as) e suas famílias no território, violações de seus lares com arrombamentos e invasões por determinados policiais e agressões físicas sofridas por jovens, uma delas que inclusive levou o jovem Paulo Roberto Pinho a morte em 2013, cunhado de uma das pessoas entrevistadas :

“Meu cunhado foi morto pela UPP e meu irmão baleado pela UPP Jacaré, mas sobreviveu e os tiroteios continuam”

(Ana Paula, 23 anos, moradora da comunidade CHP2, Manguinhos)

“Piorou bastante desde da ocupação só perdi entes queridos amigos jovem, com balas perdida, com o futuro pela frente”

(Tereza Freire, 25 anos, moradora de Manguinhos)

“Não diminuiu não, piorou mais ainda violência na favela e uso de armas aumentou”

(Dilson Mattos, 36 anos, morador da Maré)

“UPP entrou pra dar porrada em morador e quebrar suas portas, sem falar em outras coisas! Volto a falar os governos tem que investir em ações sociais, esporte, música, dança e várias outras atividades”

(Morador do Parque João Goulart, Manguinhos)

Digno de registro também que embora fossem poucos(as), nenhum morador ou moradora do Jacarezinho entrevistado(a) narrou melhora com redução de violência armada na sua favela a partir da entrada da UPP. A maioria narrou piora com aumento dos tiroteios, abordagens desrespeitosas e violadoras de direitos. Como a fala da moradora abaixo:

“Aumentou muito a violência, os policiais não respeitam os direitos dos moradores, agridem os jovens, invadem as casas dos moradores. Já fui vítima de assédio por uma policial, eu e mais algumas mulheres fomos paradas por suspeita de esconder drogas nas escolas e a policial mulher apalpou meu peito e corpo. Policiais já entraram na minha casa, comeram, tomaram café e deixaram bilhete obrigado pelo café“

(M., 43 anos, moradora do Jacarezinho)

De forma geral, as narrativas especificamente sobre impactos da ocupação territorial das UPPs por moradores e moradoras das favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré apontaram para desilusão e contestação (68%) em relação a forma que o programa de segurança pública se instalou nos territórios. A maior parte dos entrevistados avaliou em suas narrativas de contestação que os agentes de segurança pública após a entrada das UPPs mantiveram ou intensificaram práticas pautadas no uso intenso de armas de fogo, policiamento intensivo com abordagem truculenta e não raro ilegal aos moradores, permanência de agressões físicas e homicídios cometidos por policiais e por traficantes armados, além da continuidade das violações de direitos pautadas em lógica de combate e representação de favela como “território hostil” características da (para)militarização anterior a ocupação.

A desilusão apareceu em relatos que apontavam para uma esperança a partir do primeiro momentos da ocupação do segundo semestre de 2012 até 2014, com a percepção de redução dos confrontos armados, homicídios, além de outros crimes relacionados à violência armada. Redução que não se sustentou em narrativas referentes aos anos seguintes quando o espaço voltou a ser percebido como de constante risco de morte, a integridade física e de constante uso de armas de fogo, com conflitos armados territorialmente expandidos e em horários períodos

diferentes, na maioria das vezes imprevisíveis para quem mora se proteger, a suas famílias e pessoas próximas. O ano de 2014, simbólico momento de inflexão da desilusão dos moradores em relação UPP em Manguinhos devido a determinadas práticas já mencionadas no território, também acabou começou a apontar uma derrocada pelo aumento significativo de homicídios contra policiais em territórios ocupados por UPPs no município do Rio de Janeiro. Estudo da DAPP/FGV, apontou que em 2014, “12 dos 13 policiais mortos em serviço no município do Rio de Janeiro foram assassinados em áreas de UPP ²⁶”.

Como as entrevistas foram realizadas nos anos de 2016 e 2017, é plausível conceber que as narrativas estivessem sob o impacto um pouco maior da memória recente dos referidos anos, embora houvesse caso de descrições de eventos traumáticos de décadas atrás envolvendo violência armada na favela. Embora consideremos por análise das narrativas, por observação descritiva e por observação participante que o período do final de 2013 e sobretudo 2014 como simbólicos de uma inflexão para derrocada dos objetivos enunciados pela UPPs em Manguinhos, as descrições mais enfáticas em relação a percepção de aumento dos crimes violentos relacionados a (para)militarização se referiram aos anos de 2016 e 2017. Nesse sentido, podemos afirmar que a percepção dos moradores foi ao encontro dos dados oficiais produzidos pela segurança pública, pesquisas científicas e registros jornalísticos que expressaram um novo crescimento dos crimes violentos em Manguinhos, Jacarezinho e geral em relação ao estado do Rio de Janeiro.

Os anos de 2016 e 2017 registraram um aumento considerável de roubos e crimes violentos no estado do Rio de Janeiro, incluindo um crescimento significativo de policiais assassinados. No território de Manguinhos, em particular, também a relação entre o aumento dos roubos de carga e o aumento de homicídios no território, uma vez que a condução de produtos roubados para a favela gerou uma forte repressão com intenso uso de arma de fogo por parte de agentes policiais para retomada das mercadorias e troca de tiros com grupos criminosos locais. Segundo estudo da FGV(2017) foram “9.870 ocorrências” de roubos de cargas no estado do Rio de Janeiro, quantidade recorde desde 2006.

Em particular, houve mortes de dois idosos nesses momentos de disparos de armas de fogo em operações policiais em busca de mercadoria roubadas levadas

²⁶ Retirado de endereço <https://portal.fgv.br/noticias/indicadores-criminalidade-rio-voltam-patamares-antes-upps-mostra-estudo-dapp>. Acesso: Novembro, 2017 .

para favelas em Manguinhos. Em um dos casos o senhor Evangelista Cordeiro da Silva, morador de 71 anos trabalhava na comunidade do Mandela 2 quando foi baleado. Segundo o relato do filho, o pai foi alvejado quando a polícia entrou atirando na favela para apreender mercadoria roubada por criminosos na favela situada no Complexo de Manguinhos:

Os policiais já entraram atirando, não interessa quem estava na frente. Quem está na frente eles já 'metem bala', não importa se é bandido ou morador, como o meu pai hoje, que foi atingido sentado na cadeira (sic)²⁷" (Jornal O DIA, 03/04/2017)

Os ataques a policiais também passaram a ser mais freqüentes, ampliando o número de vítimas entre os agentes públicos no território de Manguinhos e Jacarezinho em 2016 e principalmente 2017, com pelo menos... policiais assassinados nos territórios. Todos esses eventos no ano de 2016 e 2017 certamente influenciaram as narrativas dos entrevistados e sua percepção da segurança. Segundo o pesquisador Marco Ruediger(2017) da FGV , após um período de redução de mortes de policiais experimentado entre 2006 e 2011, os números voltaram a crescer e o ano de 2012 também registrou retorno do aumento dos roubos a transeuntes e roubos de carga o que impacta diretamente o que o mesmo se refere como "sensação de segurança":

[...] a partir de 2011, a série histórica de mortes de policiais ganhou curva ascendente, atingindo o ápice com 40 mortos em 2016. O ano de 2017 mal começou e o Rio já contabiliza 61 policiais assassinados. Alguns crimes, mesmo com o período de pujança das UPPs, se mantiveram fora do controle. Os roubos, que exercem forte influência na sensação de segurança, cresceram, de modo geral, 50% em dez anos, entre 2006 a 2016. A pesquisa destaca que a falta de estabilidade nos números de roubos a transeuntes contribui para o medo generalizado: de um patamar de 5 mil casos no estado, em 2012, passamos a 9 mil no ano passado. O aumento do roubo de cargas foi de 339% em dez anos, pulou de 1.964 registros em 2006 para inacreditáveis 9.870 no ano passado²⁸"

Os seis primeiros anos de implementação da estratégia das UPPs(2008-2014) em especial, como parte de uma possibilidade de mudança nos rumos da política de segurança pública do Rio de Janeiro, trouxeram grandes expectativas de

²⁷ Retirado de endereço <https://www.odia.com.br/rio-de-janeiro/2017-04-03/idoso-morre-vitima-de-bala-perdida-em-manguinhos.html>. Acesso: Julho, 2017

²⁸ Retirado de endereço <https://oglobo.globo.com/rio/numeros-da-violencia-do-rio-retornam-patamares-antiores-implantacao-das-upps-21274006#ixzz54ZMjnk35>. Acesso: Julho, 2017.

redução da violência armada às favelas de uma cidade marcada pela (para)militarização de territórios. Seu início trouxe realmente redução de crimes violentos, com destaque para o pior deles o homicídio, ainda que com dados questionáveis devido a possível sub-notificação de crimes violentos como os homicídios.

Pelos dados oficiais do ISP houve em comparação do primeiro semestre de 2008 com o primeiro semestre de 2014, uma “queda de 80,7% na letalidade violenta, que envolve crimes de homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte”. O relatório global sobre homicídios da Organização das Nações Unidas (2013) também apontou para “redução dos índices de homicídio em quase 80% no Rio de Janeiro entre 2008 e 2012”, destacando o papel das UPPs para que isso ocorresse. Pesquisas da FGV(2016), organizadas por Cano Et alii(2011) e Misse, 2014, críticas de movimentos sociais, dentre outros ressaltavam porém a permanência de índices elevados em relação a roubos, agressões e desaparecimentos, além da possibilidade de sub-notificação de crimes violentos, como os homicídios também destacados nessa pesquisa.

A derrocada das UPPs como expoente de uma mudança histórica para uma política de segurança pública garantidora de direitos para as classes populares foi exposta justamente em favelas ditas “conflagradas” como Mangueiras. Nas favelas marcadas historicamente por regulares crimes violentos e práticas de exceção ou que estão sempre próximas disso, e apresentam “consideráveis riscos operacionais, [...]que indiquem a adoção de rigorosas técnicas de segurança, inclusive com a possibilidade de acionamento do Comando de Operações Policiais” segundo recente decreto sobre as UPPs referente a comunidades pacificadas(Valente, 2016, p. 174). Esse mesmo decreto nº 45186 de 17 de Março de 2015, como bem resume Valente, foi uma nova tentativa de institucionalizar o Programa das UPPs, classificou as favelas ocupadas por riscos operacionais para os agentes de segurança pública, já demonstrando preocupação no aumento da violência em especial nas favelas classificadas como “vermelhas”, de maior risco.

As recorrentes práticas de exceção com violência armada nunca foram superadas e o período de ocupação das UPPs expressou tempo mais curto de redução de crimes violentos em favelas intensamente marcadas pela (para)militarização, como Mangueiras e Jacarezinho, se comparadas à ocupação nas favelas historicamente consideradas como “menor risco”, com histórico de

menos violência armada. O fato é que as piores práticas da violência armada nessas favelas ocupadas pelas UPPs nunca estiveram perto de serem impedidas ou superadas. A favela continuava (para)militarizada e o impacto de não transformar essa lógica permaneceu sentido e percebido de forma dramática por seus moradores. O processo de (para)militarização perpetuado pelas estratégias das UPPs nas favelas de “alto risco” expressou também como movimento orgânico a continuidade de um complexo impacto na produção social da saúde, educação e cotidiano dos moradores pertencentes às classes populares da cidade sob hegemonia neoliberal, como analisaremos no capítulo seguinte.

4 A (PARA)MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE DE MORADORES DE FAVELA: RESTRIÇÕES, ADOECIMENTO E SOFRIMENTO CONTÍDUO NO COTIDIANO

Após uma tarde inteira de debates e brincadeiras promovidas por movimento social chamado “Recriando Manguinhos” saí com cinco crianças para deixá-las em suas casas. Todas moravam na parte da comunidade chamada de “Coréia” em Manguinhos por quem vive o território. Uma criança de 11 anos, outras de 5, 6, 7 e 10 anos de idade, quatro meninas e um menino, nascidas e criadas na comunidade de CHP2 (Conjunto Habitacional Provisório 2), na parte chamada de Coréia. Moravam em casa de tijolos a mostra que apresentavam marcas de projéteis de armas de fogo. Durante o caminho, nos deparamos com uma operação policial, com agentes de segurança pública vindos do “asfalto” da rua paralela à favela que era provisória, ameaçando entrar, apontando suas armas na direção da favela. Logo em seguida o surgimento de muitos garotos armados com idades um pouco maiores as da criança mais velha que eu acompanhava para casa.

Em poucos minutos, muitos disparos de armas de fogo, troca incessante de tiros, e com uma criança no colo e outras quatro de mãos dadas procurei a casa mais próxima que pudesse abrir as portas para nos abrigar. Nem 18 metros quadrados, simples, com espaço apenas para um aquário, uma mesa, televisão ampla, banheiro e uma poltrona simples, a casa que nos foi aberta pelo morador Robson. Nos recebeu de imediato como se fôssemos sempre muito bem vindos. Imediatamente uma voz de vizinha que passava na rua nos gritou “feche a casa para não entrar ninguém aí com arma”. Fechamos e rapidamente nos apresentei dizendo “nós fazemos parte de um trabalho com as crianças, em espaço de centro de atividades cedido pela igreja São Daniel Profeta aqui do lado”. Ele ligou a TV para distrair as crianças das balas e dos gritos do lado de fora da casa. Quatro das crianças ficaram por um momento com aparência de tranquilidade, embora agitadas, enquanto a outra expressava muito medo e ameaçava chorar. O cachorro de Robson tremia sem parar, e o morador me disse “esse cachorro já tá aqui faz uns seis (6) anos comigo, mas ainda fica assim com medo e tremendo quando dá tiro por aqui”. Rapidamente o cachorro se juntou às crianças, e aos poucos, adormeceu abraçado à criança mais assustada que via uma animação na TV. Na casa vizinha era possível ver uma senhora idosa com uma mão na cabeça e outra próxima ao tórax, expressando muito medo e provável sofrimento ou adoecimento, ou talvez

possível agravamento de doença. Quaisquer que fossem os casos, seria impossível sair da favela para acessar qualquer equipamento de saúde naquele momento de confronto armado. Após pouco mais de 20 minutos, quando pararam os tiros, agradei ao solidário vizinho e consegui deixar as crianças em casa.

Ao retornar, encontrei companheiras moradoras do coletivo do movimento social com fortes dores de cabeça, outra se sentindo mal e suspeitando de piora no quadro de pressão arterial elevada. Todas muito preocupadas com a troca de tiros e a possibilidade de voltar a acontecer, ingeriram remédios por conta própria. Apesar de conseguir manter alguma calma no momento, a noite de sono do mesmo dia foi mal dormida, marcada por uma mistura de ansiedade e indignação em minha casa na comunidade da Vila Turismo onde morava há aproximadamente quatro anos. Toda situação descrita tem similaridade com que acontece de forma recorrente na vida de muitos moradores e moradoras de favelas de uma cidade movida pelo lucro e pelo medo desenfreados.

Após breve narrativa que se confunde com desabafo e motivação à pesquisa do autor, esclarecemos que o objetivo do presente capítulo é investigar e produzir reflexões sobre o complexo impacto, ainda pouco aprofundado cientificamente, da violência armada a partir da percepção de moradores e moradoras que vivem esse contexto. Fazer emergir conflitos entre as representações, práticas e contradições da (para)militarização em territórios de favelas será a prioridade desse capítulo que abrimos. Para tanto, daremos especial enfoque crítico às narrativas e a percepção social do impacto das violências da (para)militarização na saúde, na educação e no cotidiano de pessoas que vivem nas favelas. Trata-se de relação conflituosa entre a representação de moradores da favela com as representações oficiais concebidas pelo Estado, representações de meios de comunicação e com as representações sociais construídas por determinadas produções científicas do espaço das favelas ocupadas pelas UPPs. Almejamos nesse momento da pesquisa, portanto, a construção de reflexões a partir da relação entre saúde, violência e território (ou produção social do espaço) para pensarmos nas dimensões e implicações do processo de (para)militarização de territórios para os moradores de favelas da cidade, considerando suas formas de perceber e representar tal relação.

4.1 Narrativas sobre o impacto da (para)militarização na saúde e na educação escolar de moradores(as) de favelas: Manguinhos, Jacarezinho e Maré, na cidade do Rio de Janeiro

“A violência em geral afeta todos os moradores da comunidade, pois isso nos gera traumas, stress, nervosismos, medos..”

Maria Solange, moradora de favela da Maré

“O corpo na favela sempre ocupa o lugar do castigo, mais do que o da saúde. É o corpo ‘que aguenta’, que resiste a várias adversidades. E essa é discussão pouco trabalhada na escola e na saúde também”

Lourenço da Silva, morador da Maré, Centro de Estudos e Ações solidárias da Maré

Na primeira parte de nossa pesquisa abordamos, sobretudo, a lógica ampliada da (para)militarização de territórios urbanos- suas representações, sentidos e impactos- que produz variadas e graves formas de violência, destacadamente em favelas localizadas em cidades médias e grandes cidades como as do estado do Rio de Janeiro. Analisamos a problemática nas favelas onde se sobressaem os índices elevados de mortalidade por uso de armas de fogo, lesões dolorosas, ameaças e diferentes estratégias militarizadas pautadas pela violência. Nesse segundo momento da pesquisa, analisaremos a representação social dos moradores sobre o impacto da violência armada em sua saúde, educação e cotidiano em territórios de favela. A análise da (para)militarização pelo discursos oficiais que concebem a favela será problematizada a luz das representações de quem usa e vive o território marcado pela intervenção do Estado através de seus aparatos armados de coerção e pela ação violenta perpetrada por grupos criminosos armados.

A abordagem exclusivamente biomédica da violência em sua relação com a saúde produz um reducionismo facilmente apropriado por argumentos justificadores da militarização de territórios de vida das classes populares como orientação fundamental das políticas de segurança pública e do planejamento urbano. Pois, se a proposta é reduzir explicações a determinações genéticas, condições clínicas ou a solução pela ótica da medicalização (diferente da medicação controlada), descoladas de outras dimensões do espaço socialmente produzido e das determinações sociais, precisa-se reduzir a saúde à “ausência de doença”, como

apresentamos anteriormente, e ao espaço atribuir uma condição de “territórios perigosos ou hostis”, naturalizando assim sua (re)produção também social. A representação estritamente biomédica da saúde pressupõe desconsiderar ou minimizar o entendimento crítico da produção social da doença e as transformações políticas necessárias para enfrentamento da violência enquanto questão social. Como expressam as duas citações abaixo:

“ A crítica ao modelo biomédico centrado na doença,[...] nos remete à reflexão de que, na medida em que o foco sai da centralização do tratamento em relação a doença e passa a focar o sujeito, quando se dá ao discurso do sujeito uma possibilidade de vida , para que se transforme, para que ele se resignifique, então sua qualidade de vida, suas potencialidades de inclusão social aumentam significativamente”(CARNEIRO, 2012, p. 16)

“ ... o problema surge justamente no fato de que a violência é considerada uma *epidemia social*, que não aceita os reducionismos impostos pelo modelo biomédico” (ANDRADE et aliii, 2013, p. 213)

Atribuir diretamente ao território uma condição humana ativa gera também um fetiche do espaço como sujeito da ação ou apenas naturaliza sua determinação. O espaço socialmente produzido condiciona ações com suas formas e os tempos sociais desigualmente acumulados implicados, mas não pode ser restrito a uma condição “natural e/ou inevitável de ser “perigoso” ou “hostil” como normalmente a representação (para)militarizada sugere ao conceber a favela:

“ ... há uma grande diferença entre ser sujeito e o fato de, após a produção do espaço, essas formas interferirem no cotidiano da sociedade. O ponto de partida deve ter em conta que o espaço é um produto social e nesse sentido, o processo de construção da cidade constitui-se como produto e como condição dos processos sociais em curso” (FERREIRA, 2011, p,141).

A abordagem redutora da violência, da saúde e do espaço facilmente encontra ressonância nas alternativas propostas por perspectivas conservadoras das ciências humanas, em gestores e nas próprias concepções de segurança, remetendo a metáforas emblemáticas como a frequentemente verbalizada pelo antigo Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, de que “a UPP entrou com a anestesia e precisa o estado fazer a cirurgia”. Entendemos, porém, que o impacto da militarização (ou como preferimos da (para)militarização), deve considerar indissociáveis questões sociais, espaciais e problemas de saúde. A violência - o impacto na vida dos moradores, das formas e usos do território de

favela- é produzida historicamente no capitalismo em diferentes formas e tipos. Uma forma singularmente perversa está expressa pela (para)militarização como lógica de contenção para a “desordem” de territórios precarizados usados pelas classes populares. A violência contra as classes populares que vivem em territórios marcados por práticas de exceção, enquanto determinação social, afeta a saúde dos sujeitos de maneira profunda e complexa. Como organiza Minayo (2012, p.2), de forma ampliada a “violência afeta muito a saúde” das seguintes maneiras:

- ela provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais;
- diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades;
- mostra a inadequação da organização tradicional dos serviços de saúde; e
- evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos.

As narrativas analisadas nessa parte da pesquisa foram expressas por moradores de favelas a partir da pergunta “A violência com uso de armas afeta ou já afetou a sua saúde ou de sua família? Como?”. A opção pela estratégia de não realizar essa pergunta usando conceitos ou referências diretamente a “(para)militarização” justificou-se por dois motivos principais. O primeiro, tornar a linguagem mais acessível ao entendimento da pergunta, uma vez que os entrevistados não são obrigados a entender conceitos e usos singulares da linguagem produzida cientificamente, e em uma sociedade desigual os mesmos tendem a ser excluídos do acesso a essa linguagem. O segundo, não induzir a priori o(a) entrevistado(a) a perspectiva crítica do autor sobre o conceito. Além disso, a metodologia de entrevista semi-estruturada permitiu diálogo sobre eventuais dúvidas das pessoas entrevistadas sobre as palavras e sentidos contidos nas perguntas, sem com isso gerar constrangimento maior, fechamento ou censura a livre expressão de ideias dos mesmos(as), ainda que mantivéssemos a utilização de um roteiro físico como orientador da interação:

“ A modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou

totalmente fechada. Mas neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador” (MINAYO, 2014, p. 267).

De forma geral, as narrativas das pessoas entrevistadas expressaram uma profunda convicção sobre a existência de relação entre o intenso uso de armas de fogo- característicos da (para)militarização dos territórios-, e o adoecimento e mortes de moradores, seus familiares, amigos(as) e vizinhos(as) na favela. Essa relação foi expressa por narrativas complexas, na maioria dos casos, orientadas pelos efeitos do estado permanente do medo de perderem suas vidas alvejas por armas de fogo-, ou do medo do mesmo evento trágico ocorrer com parentes, amigos e vizinhos, além de descrições de variadas formas brutais de violência testemunhadas pela pessoa. Narrativas que revelaram o uso intenso de armas de fogo, de veículos e equipamentos para combate, associados a práticas de agressão física, execuções, ameaças e torturas como práticas recorrentes de facções do narcotráfico e de agentes de segurança pública. Uso e práticas que adoecem de forma recorrente e intensa os moradores das favelas. No entanto, como veremos ao longo dessa parte da pesquisa, as narrativas não percebem a saúde exclusivamente pelo adoecimento ou pelo sofrimento, mas também, ainda que em menor parte, pelas violações de direitos fundamentais- com destaque para o direito a vida e o direito de ir e vir-, independente de restrição a uma específica forma de adoecimento ou de sofrimento.

Tais narrativas referentes à questão apontam para um contexto ampliado de adoecimento, de sofrimento e violação dos direitos humanos nas favelas (para)militarizadas, relacionados ao impacto significativo da referida forma de violência armada, segundo a percepção social de moradores(as) das favelas/comunidades em questão na cidade. Aproximadamente 80% dos moradores(as) entrevistados responderam que a violência, com uso de armas de fogo, afeta sua saúde e/ou de sua família e/ou pessoas próximas, enquanto aproximadamente 20% dos moradores(as) afirmaram que a referida forma de violência não afeta sua saúde e/ou de sua família e/ou pessoas próximas.

Dentre as pessoas entrevistadas que afirmaram não se sentirem afetadas pela violência com uso de armas, nem suas famílias ou pessoas próximas, cabe ressaltar que a maioria reside em favela/comunidade empobrecida do Amorim, localizada no bairro de Manguinhos. A comunidade do Amorim possui singularidades que as diferenciam em relação a todos os outros territórios habitados pelos

moradores entrevistados. Trata-se de um território com um pouco maior nível de urbanização-, dotação de infra-estrutura urbana com arruamentos e maior acesso a saneamento- mas, sobretudo, que é controlado por moradores policiais na ativa, aposentados ou trabalhadores de empresas privadas de segurança armada. Em comunidades com essas características, habitualmente a política de segurança pública não ocorre de forma pautada por violenta lógica de combate com intenso uso de armas de fogo como em comunidades de favelas com uso e controle territorial do narcotráfico. Essa segunda característica, destacada em narrativas de moradores entrevistados, corroborou o mapeamento da militarização do território de Manguinhos que não registrou ocorrência de conflitos armados especificamente naquele local nos anos de 2015 e 2016. Cabe destacar, porém, que outros moradores da comunidade do Amorim, em menor quantidade também descreveram adoecimento e sofrimento como decorrência do impacto da violência armada em suas vidas.

Embora historicamente existam conflitos entre moradores armados do Amorim com as outras comunidades do Complexo de Manguinhos controladas pelo Comando Vermelho- maior facção do narcotráfico do estado do Rio de Janeiro-, é possível afirmar que a sensível menor incidência de conflitos com uso de armas de fogo e criminalidade violenta no território específico produz um impacto menor na saúde dos seus moradores segundo suas narrativas. Abaixo destacamos trechos de respostas à questão que exemplificam o argumento:

“ Não afeta, porque moro no Amorim e lá não tem muitos tiros”

(Natan Ronzu, morador da comunidade do Amorim)

“ Nunca presenciei violência com arma onde eu moro. Nunca afetou graças a Deus”

(Monique da Silva Penha, moradora da comunidade do Amorim)

“ Moro no Amorim, não sofri e nem presenciei atos de violência com armas. Eu ouço tiro e vejo as pessoas que moram na comunidade Mandela 1 e 2 reclamarem”

(Daniel Alves, morador da comunidade do Amorim)

“ Não afeta, porque aonde eu moro não tem bandido armado”

(A., Morador da comunidade do Amorim)

Em relação ainda ao total de pessoas entrevistadas que afirmaram não serem afetadas pela violência armada, também analisamos se tratar de uma maioria de entrevistados do sexo masculino. Há historicamente uma cultura patriarcal e machista brasileira que concebe o relato do adoecimento de homens pela violência como um sinal de “fraqueza” ou de “incapacidade do provedor” que deve defender sua família. Portanto, em parte, essa recusa nas respostas em demonstrar qualquer impacto em sua saúde ou de sua família pela violência armada também pode ser explicada por esse histórico patriarcal e machista. O pesquisador Marco Aurélio Soares Jorge, Epsjv/Fiocruz, afirma que isso ocorre de forma intensa quando se fala em sofrimentos psíquicos ou agravos psicológicos/emocionais, representados pelos homens (indivíduos do sexo masculino), em especial os pertencentes às classes populares, como “frescura”, “fraqueza” ou “como não ser coisa de homem”, levando-os a reprimirem sua emoções e não procurarem o tratamento no sistema público:

“Tivemos a experiência de um projeto no Centro de Saúde da Fiocruz construído especificamente para tratamento psicológico e psiquiátrico de jovens do sexo masculino afetados pela violência em Manguinhos, mas a procura foi muito pequena e não conseguimos manter. Não significa que não exista necessidade, nem adoecimento ou sofrimento desses jovens, mas de que precisamos de outras ações sociais e de sensibilização para que percebam a importância para a saúde desses sujeitos”²⁹

Apenas quatro pessoas entrevistadas que responderam a questão optaram por não descrever como a violência com uso de armas afeta a saúde das mesmas e/ou de seus familiares, embora todos(as) tenham afirmado afetar. Opções justificadas pelo fato de não se sentirem confortáveis em dar detalhes sobre a questão ou, como disse uma delas, “eu não gosto de falar sobre isso”. Cabe ressaltar também que dentre as (88) oitenta e oito pessoas entrevistadas apenas três optaram por não se identificar nominalmente, ainda que tenham sido explicadas sobre o sigilo das informações de uso exclusivo da pesquisa, e tenham concordado em assinar o termo de sigilo. As três justificaram a opção pelo medo de possíveis

²⁹ Fala retirada de Seminário realizado na Fundação Oswaldo Cruz, auditório do Incqs/Fiocruz, em 2017.

represálias ou situações de risco para as mesmas, para familiares e pessoas próximas. Medo característico de territórios de favelas marcadas por violentas práticas de exceção devido ao seu histórico de censura brutal a livre expressão política e cultural, em especial sobre temas que envolvam a violência com uso de armas de fogo.

Para as pessoas entrevistadas que afirmaram que a violência com uso de armas afeta a saúde (80%), construímos onze (11) categorias para sistematizar suas narrativas. Há uma diversidade de formas de perceber a saúde afetada por essa forma de violência, apontando a necessidade de categorizarmos, apenas esquematicamente dessa maneira, entendendo por certo que não estão apartadas no cotidiano concreto. De forma decrescente em relação às categorias utilizadas para identificar as narrativas apontadas sobre o impacto da violência armada na saúde, definimos aqui as seguintes categorias: 1) Sofrimento psíquico, agravos mentais e emocionais; 2) Vítimas fatais alvejadas por projétil de arma de fogo; 3) Alteração significativa na pressão arterial; 4) Impedimento ao acesso a equipamentos culturais, educação e de lazer; 5) Agressão física; 6) Lesão por projétil de arma de fogo sem óbito; 7) Ameaça verbal por pessoa armada; 8) Impedimento ao acesso ao serviço do setor saúde; (9) Alteração cardíaca e enfartos fatais; 10) Desencadeamento e agravamento de Crises respiratórias; 11) Tortura física. Categorias organizadas da seguinte forma nas tabelas abaixo.

Tabela 5- Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas – Adoecimento e sofrimento

Impacto da violência armada na saúde	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Quantidade de menções ao impacto citadas nas narrativas
Sofrimento psíquico, agravos mentais e emocionais	“Estresse e nervosismo”, “traumas”, “depressão”, “problema de nervos”, “tensão psicológica”, “muito medo”, “medo de sair de casa”, “pane mental”, “travamento muscular pelo medo”, “aterrorizada”, “tremores de medo”, “suar frio”	Mencionado (31)trinta e uma vezes por entrevistados(as) para e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as) na favela
Alteração significativa na pressão arterial	“pressão alta”, “subiu pressão”, “piorou problema de hipertensão”	Mencionado (10)dez vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou

		amigos(as)/ vizinhos(as) na favela
Enfartos fatais e alteração cardíaca	“a avó do meu vizinho faleceu com enfarto quando viu o caveirão”, “minha família foi toda expulsa por facção rival e minha mãe teve infarto e não resistiu”	Mencionado (3)três vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as) na favela
Desencadeamento de crises respiratórias	“asma piora muito quando tem tiroteio perto da minha casa”, “minha filha tem crise de bronquite”	Mencionado (2)três vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as) na favela

Sofrimento psíquico, agravos mentais e emocionais foram os mais presentes nas narrativas dos moradores entrevistados, com uso frequente das palavras “estresse”, “nervosismo”, “traumas”, “depressão”, “problemas de nervos”, “tensão psicológica”, “pane mental”, “muito medo dos tiros” e “medo de sair de casa”. Seis pessoas se referiram diretamente a “depressão” para descrever sua condição de saúde afetada pela “violência com uso de armas”. Todas as pessoas associaram diretamente os eventos com intenso uso de armas de fogo com a sua condição de depressão. Apresentaram em suas narrativas a existência de relação direta entre a recorrência dos tiroteios e de outras práticas da violência armada em suas comunidades como causa ou agravamento de terem desenvolvido a doença em questão. Uma das pessoas, porém, destacou-se ao afirmar que já sofria muito com depressão antes de ir morar na favela, mas confirmou no caso específico que os confrontos com uso de arma de fogo no território agravaram bastante sua condição. Também chama a atenção que apenas três entre as pessoas que afirmaram serem acometidas por depressão tenham sido diagnosticadas por um profissional de saúde com “base nos sintomas descritos e a história de vida do paciente” (Varella, 2013, p.1).

Destacaram-se nas respostas das pessoas que apontaram adoecimento por quadro de “depressão”: o medo da morte ao serem atingidas por projétil de arma de fogo durante os confrontos com uso intenso de arma de fogo, os riscos constantes a integridade física das mesmas que poderiam ser agredidas ou alvejadas mesmo em momentos onde não ocorresse confronto, medo de familiares ou pessoas próximas serem baleados ou agredidos por policiais ou por traficantes, além da sensação de

estarem aprisionadas em suas casas ou em sua comunidade. Alguns trechos que se referiram especificamente à depressão estão destacados nas narrativas abaixo:

“Há mais de dois (2) anos tomo medicamentos para depressão ministrados pela Doutora do SUS em Del Castilho... fui obrigado a sair do trabalho porque eu estava constantemente com crise de pressão alta, depressão e esgotamento físico” .

(José Bezerra, 70 anos, morador da comunidade da Vila Turismo, Manguinhos)

“ Tive um pouco de depressão quando começou muito tiro perto da minha casa e não podia sair com medo”

(Luciano, 43 anos, morador da comunidade Parque João Goulart, Manguinhos)

“Tiroteio também me deixa nervoso e com depressão. Meu irmão também fica com depressão e fico preocupado com ele ”.

(Antonio Henrique, 47 anos, morador da comunidade Parque João Goulart, Manguinhos)

“Ando meio depressiva não só por conta deste confronto, porém esse confrontou ajudou”

(M. da S., moradora da comunidade Nelson Mandela, Manguinhos, 23 anos)

As narrativas confirmaram em parte também que o acometimento pela doença pode ocorrer em diferentes fases da vida e faixas etárias, influenciadas diretamente pelas condições sociais em suas narrativas sobre depressão. Conclusão já amplamente reconhecida pela literatura científica do tema:

“ Depressão pode ocorrer em qualquer fase da vida: na infância, adolescência, maturidade e velhice. Os sintomas podem variar conforme o caso. Nas crianças, muitas vezes são erroneamente atribuídos a características da personalidade e nos idosos, ao desgaste próprio dos anos vividos” (VARELA, 2013, p. 1).

Outra questão relevante apresentada ao analisarmos as entrevistas reside na quase total ausência de relatos que apontem para a procura por tratamento para formas de adoecimento referentes a sofrimento psíquico, a agravos psicológicos e

emocionais. Relatos de dificuldade de acesso a tratamento em equipamentos públicos de saúde e ausência de procura por tratamento foram destacados nessa categoria. Embora diferentes doenças ou sintomas referentes a essa categoria tenham sido as mais citadas nas entrevistas, e mencionadas trinta e uma vezes pelas pessoas entrevistadas, apenas uma moradora afirmou estar recebendo tratamento em serviço público de saúde para sua condição:

“ as vezes preciso sair cedo e não posso por causa da violência... tenho forte problemas de nervos e me trato com neuro e psiquiatra”

(Marinete Justino Marques, 67 anos, moradora de Manguinhos)

Durante muito tempo os territórios de Manguinhos e do Jacarezinho não eram dotados de equipamentos públicos direcionados para apoio psicossocial e tratamento para vítimas de violência. Um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) foi inaugurado apenas no ano de 2016 em Manguinhos, a partir de luta de movimentos sociais locais, profissionais de saúde e de membros do CGI(Conselho Gestor Intersetorial) do território. Apesar dos bairros de Manguinhos e do Jacarezinho estarem historicamente entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano e Índices de Desenvolvimento Social do município do Rio de Janeiro e dentre os territórios mais marcados pela violência com uso de armas de fogo da cidade, durante muito tempo não havia esse importante equipamento para a saúde mental da população local. Como destacou a plataforma digital do Observatório Caminhos do Cuidado:

“A estimativa é que o CAPS II Manguinhos preste atendimento diário a 40 novos pacientes por dia e beneficie cerca de 200 mil pessoas que moram na região, incluindo também comunidades dos bairros de São Cristóvão e Benfica. O encaminhamento dos usuários pode ser realizado através de demanda espontânea, por intermédio de uma unidade de atenção primária ou especializada, após uma internação clínica-psiquiátrica, por exemplo³⁰”

A aceitação de maior parte da sociedade da necessidade da (para)militarização das favelas tem como pressuposto não admitir a intensidade impressionante do adoecimento e do sofrimento gerados em contextos de territórios

³⁰ Retirado de endereço <http://observatorio.caminhosdocuidado.org/sobre-o-caminhos-do-cuidado>. Acesso: Novembro, 2017.

como Manguinhos e Jacarezinho, além de taxas de homicídios maiores que países em guerras militares e/ou civis oficialmente declaradas por Estados- mortes consideradas inevitáveis pela maioria dos pesquisadores do tema e membros de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. Além da ausência de formação ampliada de profissionais de saúde para lidarem com variadas, complexas e graves formas de adoecimento e sofrimento existentes nesses territórios, tal processo de aceitação e legitimação social resulta também em uma ausência de reivindicações ampliadas por políticas de segurança e de saúde que priorizem o atendimento a vítimas de múltiplas formas de violência, destacadamente em maior quantidade nesses territórios. Processo que ocorre na periferia de outras metrópoles brasileiras, como em São Paulo, analisada por Endo(2005, p.289) da seguinte forma:

“esta não admissão do sofrimento gerado pelas violências é o que faz com que uma das cidades mais violentas do mundo esteja completamente desaparelhada para reconhecer o s efeitos da violência que gera e permite[...] o Cravi (Centro de Referência e Apoio à Vítima) fundado em 1998 e ligado à Secretaria de Segurança[...] persiste apenas com uma unidade funcionando na cidade[...] na discussão sobre implantação de bases policiais comunitárias no Jardim Ângela, a indisposição dos poderes públicos em ampliar este tipo de atendimento aprovado pela população local, mantendo na região o irrisório número de duas bases”

A aceitação da condição de pobreza com intensa violência armada nesses bairros majoritariamente favelizados - para conter o território de favelas e seus moradores- está presente entre a maioria dos grupos sociais, em diferentes territórios do país e entre parte expressiva de todas as classes sociais, o que comprova serem atualmente hegemônicas políticas ancoradas na militarização dos territórios de favela. Ainda acredita-se pelo senso comum que o problema principal relacionado à violência armada seja a impunidade de criminosos, mesmo com o Brasil atingindo o posto de terceira maior população prisional do mundo em 2016, com 726.712 pessoas presas, e desse total 40% sem possuírem sequer condenação legal e 64% são negras, segundo dados do Ministério da Justiça do Brasil, em seu Levantamento de Informações Penitenciárias. Sobre tais dados, a ONG Justiça Global destaca o crescimento da população prisional nos estados brasileiros e as violações no sistema prisional:

“O estado de São Paulo segue no topo da lista da maior população prisional, com 240.061 presos, seguido por Minas Gerais (68.354), Paraná (51.700) e Rio de Janeiro (50.219). A superlotação das unidades prisionais é também apontada no relatório. A taxa de ocupação em todo o país é de 197,8%, e chega a atingir 484% no estado do Amazonas. O relatório aponta o aprofundamento de um cenário alarmante de encarceramento em massa, estruturalmente atrelado a profundas violações de direitos humanos³¹”.

Ausência de punição estatal – majoritariamente da parte pobre da cidade- a população via encarceramento e homicídios por agentes de segurança pública, portanto não é a questão central para explicar insucessos nas tentativas de redução de crimes por violência armada no Rio de Janeiro, nem no município, nem no estado. No entanto, nas últimas décadas, não apenas a população carioca mantém altas porcentagens de moradores da cidade que ainda acreditam na necessidade de mais prisões, como parcela significativa acredita que retirar totalmente direitos de quem comete algum crime e/ou contravenção e até a execução dos mesmos como solução para redução da violência. Em 1996 /1997 “setenta por cento da população de uma das maiores áreas urbanas do país[...]” concordava ou tendia a concordar “que os bandidos ‘não devem ter seus direitos respeitados“(Misse, 2011, p.36), e atualmente, em 2017, “37% da população do município carioca também acredita na lógica de que bandido bom é bandido morto³²”, como exemplificou o sociólogo Ignácio Cano.

As representações punitivistas são legitimadas por um discurso das grandes empresas de comunicação, de frações do mercado e por vezes do próprio Estado de que estamos em um estado de “guerra as drogas”. Boiteaux(<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/especialistas-apontam-fracasso-da-guerra-drogas-no-pais>) explica que em 2009, 66,4% das pessoas presas no Rio de Janeiro não possuíam antecedentes criminais e foram presos exclusivamente por tráfico de drogas ilícitas, sem condenação por nenhum outro ato ilícito, desmentindo a tese de que a maioria dos presos por tráfico foram condenados por cometer crimes violentos com armas de fogo, “isto quer dizer que quem está preso não é o grande

³¹ Retirado de endereço <http://www.global.org.br/blog/com-726-mil-presos-brasil-ultrapassa-russia-e-tem-terceira-maior-populacao-prisional-do-mundo/>. Acesso: Novembro, 2017.

³² Trecho retirado de debate organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, em 2017, realizado no Centro de Referência da Juventude no bairro de Manginhos.

traficante armado, diferente do que se passa nos jornais. Há ausência de critérios e de bom senso na distinção da quantidade de drogas” (BOITEAUX, 2015, p. 1)

Aceitar o processo de (para)militarização como inevitável e único caminho possível, normalmente significa legitimar a representação de uma situação de “guerra” de forças policiais e militares do Estado contra um “exército” de jovens da favela recrutados por facções do narcotráfico. Embora a percepção de moradores de favelas e os dados brutos permitam uma comparação e indiquem semelhanças entre as consequências e práticas expressas em dados de países em situação de guerra oficialmente reconhecida por Estados e tratados internacionais, a (para)militarização de periferias urbanas expressa diferenças importantes com seus conflitos marcados por práticas de exceção.

Retratar conflitos por motivações primordialmente econômicas referentes, sobretudo, ao mercado de armas ilegais e drogas ilícitas dentre diferentes facções criminosas como sinônimos de guerras declaradas oficialmente por Estados Nações contra outros Estados por forças nacionais militares ou guerras civis reconhecidamente motivadas por variados sentidos e interesses - étnicos, políticos, econômicos- dificulta a análise. Atestar a existência de uma “guerra” segundo o entendimento convencional oficial para o contexto de violência armada e (para)militarização de territórios de favelas e periferias em grande centros urbano, como a cidade do Rio de Janeiro, tende a servir centralmente aos interesses do mercado legal e ilegal de segurança nas grandes cidades, uma vez que o ambiente de medo generalizado é favorável aos negócios de empresas privadas de segurança, de produção de armas de fogo e de veículos de combate.

Cabe destacar que as narrativas também indicaram que as diferentes formas de adoecimento e sofrimento não foram registrados estabelecendo relação com a violência armada pelos profissionais de saúde que atenderam os moradores(as), assim como nenhuma notificação de violência sofrida pelos moradores fora feita. Além do impacto drástico na saúde mental, já apresentado como o mais mencionado nas narrativas, também registramos na pesquisa formas de adoecimento profundamente impactadas pela violência armada que não foram assim registradas em qualquer equipamento dos territórios de favela.

Alteração significativa na pressão arterial, enfartos fatais e alteração cardíaca e desencadeamento de crises respiratórias também apareceram como formas de

adoecimento impactadas por eventos de violência armada nas narrativas dos moradores, embora não tenham sido assim registradas por nenhum órgão público e dificilmente tenham chegado ao conhecimento ampliado da sociedade. São formas de adoecimento desencadeadas ou intensificadas pela violência armada da (para)militarização em moradores das favelas cariocas. As crises respiratórias foram registradas, por exemplo, pela mãe Ana Paula Lopes, 23 anos, que ao se referir a sua filha de cinco anos de idade, disse que “ela tem as piores crises de asma sempre quando tem operação policial e troca de tiro onde eu moro”, e outra moradora de 28 anos, Shirley da Silva que afirmou que sua “asma piora muito quando tem tiroteio perto da minha casa”. Ambas são moradoras da comunidade de CHP2, em Manguinhos, onde já destacamos serem recorrentes os homicídios com uso de armas de fogo e confrontos armados.

As alterações na pressão arterial foram bastante mencionadas também quase sempre relacionadas a momentos de confrontos armados nas comunidades onde as pessoas moram ou próximos. Particularmente chocantes e emblemáticos do impacto drástico do processo de (para)militarização foram dois casos de enfartos fatais narrados. Casos que assim como muitos semelhantes não aparecem em registros, notificações e estatísticas oficiais ou sequer são noticiados pela grande imprensa.

O primeiro caso, de uma filha descrevendo o processo de enfarto fatal de sua mãe após ficar muito nervosa quando fora expulsa de sua casa por facção rival armada em favela na Maré, após invasão ao território anteriormente ocupado por outra facção do narcotráfico, devido a familiar envolvido com facção que atuava na mesma comunidade. Enquanto o segundo relatou o enfarto fatal de uma idosa em Manguinhos no momento em que ocorria uma operação policial e avistou o veículo blindado de combate popularmente conhecido como “caveirão” adentrando sua comunidade de residência. Enfartos geradores de mortes impactados diretamente por práticas da (para)militarização nas favelas, ambos sem nenhum registrado ou notificação que os associassem a violência armada. Seguem abaixo as duas narrativas com alçozes diferentes, mas o mesmo desfecho do enfarto fatal:

“ Meu tio se envolveu com o tráfico e toda a minha família foi expulsa quando entrou outra facção, minha mãe não resistiu, teve um enfarto!”

(Moradora da Maré)

“A avó do meu vizinho faleceu com enfarto quando viu o caveirão entrando e atirando na comunidade do Mandela 2”

(Morador da comunidade Samora Machel, Manguinhos, 37 anos)

Também foram identificados como de saúde afetada pela violência armada, os impactos mais explícitos mais notificados por órgão de segurança pública embora também irregular e suscetível a sub-notificação. Os seguintes impactos da violência armada desse tipo foram percebidos pelos moradores em: vítimas fatais alvejadas por projétil de arma de fogo, por agressão física, lesão por projétil de arma de fogo sem vítima fatal, ameaça verbal por pessoa armada Tortura. Todos crimes cometidos por forças policiais e traficantes de facção local do narcotráfico, como podemos ver na tabela 4 organizada por ordem decrescente de menções, abaixo.

Tabela 6- Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas– Lesões e homicídios por armas de fogo, agressões físicas e verbais

Impacto da violência armada na saúde	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Quantidade de menções ao impacto citadas nas narrativas
Vítimas fatais alvejadas por projétil de arma de fogo	“policial atirou em morador com a mão para o alto”, “idoso foi baleado com bala perdida na janela de casa e morreu”, “minha mãe foi fuzilada por traficantes”, “vizinho foi assassinado”, “irmão foi morto”, “policial da upp assassinou morador”, “a polícia matou meu primo”, “amigos levaram tiros e morreram”, “meu tio foi assassinado por traficantes e jogado no rio”, “meu sobrinho foi morto na favela”	Mencionado (18)dezoito vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as)
Agressão física	“polícia bateu no garoto perto da minha casa”, “os meninos deram um surra no rapaz que morava aqui perto”, “polícia bateu no meu filho voltando do trabalho”, “meu cunhado foi muito foi agredido por policiais da UPP e morreu”	Mencionado (5)cinco vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as)
Lesão por projétil de arma de	“minha amiga foi baleada pelo	Mencionado (4)quatro

fogo sem vítima fatal	caveirão e sobreviveu por milagre”, “vizinho levou bala perdida”, “fui baleada de raspão na perna” e “meu pai foi baleado no braço por bala perdida”.	vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as)
Ameaça verbal por pessoa armada	“polícia invadiu minha casa, me ameaçou e disse que meu marido era bandido”, “outra facção invadiu e expulsou toda minha família”, “policiais me xingaram de vagabunda e ameaçaram”	Mencionado (4)quatro vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as)
Tortura	“vi vizinho ser torturado”, “já vi morador aqui ser torturado pelo tráfico”, “conhecido foi torturado pelos meninos”	Mencionado (3)três vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as)

O impedimento ao acesso de serviços públicos também apareceu como impacto na saúde, segundo as narrativas de moradores. Embora, tenha sido narrado menos vezes que as categorias referentes ao “Adoecimento e Sofrimento psíquico” e as “Lesões e homicídios por armas de fogo, agressões físicas”, o impedimento aos serviços públicos devido à violência armada apareceu treze vezes nas narrativas das pessoas entrevistadas. As pessoas entrevistadas moradoras das favelas em oito momentos narraram o impedimento de acesso via interrupção de funcionamento de equipamentos e três vezes o acesso aos serviços de saúde públicos por decisão de seus gestores em dias de confrontos armados e também o impedimento de poder circular até equipamentos públicos em momentos de intensos confrontos armados ou pela possibilidade dos mesmos ocorrerem.

As narrativas realizadas por um grupo minoritário de moradores(as) entrevistados(as) expressaram com ênfase o sofrimento e o agravamento de quadros de adoecimento pelas dificuldades geradas pelo impedimento ao acesso aos equipamentos de saúde em momentos de emergência e para tratamentos contínuos. Lidiane Malanquini ao se referir a pesquisa na Maré da qual participou da produção pela ONG Redes da Maré e o entrevistado por nossa pesquisa Mateus Santos, 18 anos, morador do conjunto do Desup(Complexo de Manguinhos) ao se referir a sua experiência em Manguinhos, destacam, respectivamente e cada um a sua forma de narrativa, a gravidade da situação:

“Segundo informações da ONG Redes da Maré, em 2017, os postos de saúde locais fecharam as portas por 19 dias em razão de episódios de violência armada. Um total de 480 atendimentos que deixam de ser feitos por conta de operações policiais e seus desdobramentos. Como fazer promoção da saúde no território nessa situação?”³³

(Lidiane Malanquini, ONG Redes da Maré, situada na comunidade da Nova Holanda)

“ Quando minha avó passa mal, aí a gente fica nervoso querendo levar ela para hospital, mas não dá porque tá dando muito tiro. Isso é problema grande”

(Mateus Santos, 18 anos, morador do conjunto do Desup, Complexo de Manguinhos)

Cabe destacar também que existem recentes pesquisas importantes e diferentes matérias jornalísticas que enfatizam, cada uma a sua forma, o impacto da violência armada no funcionamento de equipamentos de saúde – Unidades de Pronto Atendimento(UPAs), Clínicas da família, hospitais públicos e CAPS situadas em territórios de favela marcados por práticas de exceção. Ressaltamos a pesquisa realizada pela Ong Redes da Maré(2017) e a série de reportagens dos jornais O Globo e Extra sobre o que seria a “guerra no Rio de Janeiro”. Dessa série, por exemplo, a partir de dados da secretaria municipal de saúde, os jornalistas Patrícia Teixeira e Felipe Grandin do jornal O Globo contabilizaram no ano de 2017 houve “1.266 notificações por eventos de violência que resultaram no fechamento parcial ou total das unidades de saúde (Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde)”, e ilustraram na tabela abaixo:

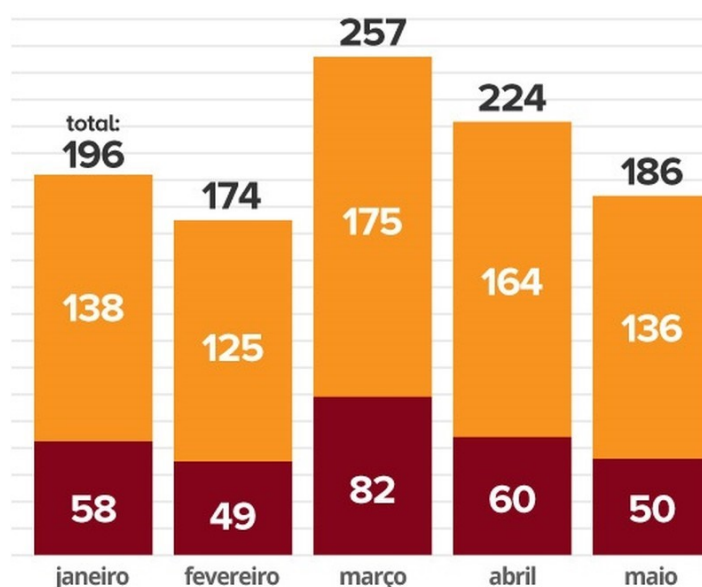
³³ Retirado de endereço <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/seminario-discute-impacto-da-violencia-armada-nas-escolas>. Acesso: Janeiro, 2018.

Imagem 5- Saúde em alerta

Saúde em alerta

Unidades de saúde da rede municipal pediram fechamento 358 vezes este ano por causa da violência

- notificações de eventos de violência que levaram fechamento da unidade de saúde
- notificações de eventos de violência que levaram suspensão de atividades externas*



* Visitas domiciliares, busca ativa, atividades de promoção



Em relação à cultura, educação e lazer, o campo society de futebol situado na comunidade João Goulart, em Manguinhos, a Biblioteca Parque de Manguinhos, situada no limite entre Manguinhos e Jacarezinho, na Avenida Dom Helder Câmara, diferentes escolas públicas de educação infantil- creches situadas na Maré, no Jacarezinho e Manguinhos, a Educação de Jovens e Adultos da Escola Politécnica

Joaquim Venâncio da Fiocruz situada em Manguinhos foram os espaços de equipamentos públicos mais narrados como impactados pela violência armada. Interessante analisarmos que as dimensões culturais, de lazer e educação do território de favelas também foram entendidas por determinados(as) moradores e moradoras enquanto parte da saúde e suas determinações sociais, para além exclusivamente do setor saúde. A tabela abaixo resume as narrativas referentes às duas formas de impedimento analisadas aqui.

Tabela 7- Percepção do impacto da violência armada na saúde de moradores de favelas – impedimento ao acesso de serviços públicos

Impacto da violência armada na saúde	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Quantidade de menções ao impacto citadas nas narrativas
Impedimento ao acesso a equipamentos culturais, educação e de lazer – mencionado oito vezes pelos entrevistados para si próprio e/ou familiar e/ou amigo(a)/ vizinho(a).	“Não dá pra ir a escola com esses tiroteios”, “não tem um lugar para as crianças brincar, fazer esporte segura”, “biblioteca fecha com tiroteio”	Mencionado (8)oito vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as) na favela
Impedimento ao acesso ao serviço do setor saúde	“teve tiroteio e a UPA estava fechada”, “muito tiros e o posto fechado”, “com tiroteio não deu pra levar minha vó com crise de pressão alta”	Mencionado (3)três vezes por entrevistados(as) para si e/ou familiares e/ou amigos(as)/ vizinhos(as) na favela

4.2 Determinação social da saúde e as favelas

A saúde não está restrita ao paradigma da “ausência de doenças” ou “ao combate a doença”, assim como a violência não se reduz a análise do enfrentamento ao “crime ou a contravenção”. Abordar tais conceitos desta forma reducionista implica na armadilha de delegarmos ao momento superficial e a parte do processo social a condição de totalidade ou epicentro da explicação. Como afirma Brasil et alii (2013, p. 44), existe uma explicação simplista quando o “crime é visto como o todo e não a ‘ponta de um iceberg’, assim como afirmamos ser uma redução analítica restringir a saúde apenas em sua relação de negação com a doença já constituída no indivíduo, desconsiderando a complexidade de processos físicos e sociais constituintes do processo histórico de produção dialética da saúde e

doença. São abordagens “ainda presentes na interpretação do cotidiano social” a serem questionadas por um olhar crítico ampliado da saúde que considere a dialética entre: indivíduo e sociedade, território e mundo, parte e todo. Produzir elementos para a reflexão sobre essa complexa relação entre (para)militarização e saúde das favelas da cidade constitui um desafio.

A busca de explicitar questão que constitui o contexto analisado nesse momento – a partir da percepção dos moradores de Manguinhos sobre os conflitos armados no território sua inflexão na saúde da população e as formas de luta da população contra este tipo de violência- relacionando, portanto, a Segurança Pública com a Saúde Pública -, tornou necessário retomar conceitos e concepções, tais como : determinação social da saúde fundamentando o conceito de saúde ampliada , o processo saúde doença e a abordagem crítica que entende a qualificação, conscientização e as formas de luta e resistência dos moradores como ação de Promoção à saúde. Reafirmamos, desse modo que promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável. (OPAS, 1986).

É sempre bom avisar que as análises feitas nesta Tese não propõem nem pautam uma medicalização do processo de violência gerado por conflitos armados no território. A denúncia crítica a medicalização, como veremos mais adiante neste estudo, está imbricada, no Brasil, com concepções pautadas pelo entendimento da determinação social da saúde, e com o Movimento da Reforma Sanitária.

Há que se afirmar a determinação social como uma concepção fundamental para o pensamento crítico da saúde coletiva e pública. Neste sentido, como ponto de partida a classe social a que pertence esses trabalhadores, essa população, oriundos das camadas populares, nesta nefasta construção histórica chamada capitalismo, de estrutura excludente, ou de inclusão social forçada e precária, da sociedade brasileira

Torna-se importante ressaltar que os conceitos referidos ganham força no Brasil a partir do Movimento da Reforma Sanitária e vão influenciar políticas públicas que se materializam em Programa como o Programa, hoje, Estratégia da Saúde da Família e Programa de Agentes comunitários de saúde, ambas as políticas que se materializam em programas voltados para territórios empobrecidos e violentados pelo capital. Essas concepções progressistas da Saúde Pública, que permitem identificação de lutas travadas pelos moradores como Promoção à saúde, são parte

do cenário histórico e social da criação do Sistema Único de Saúde no Brasil, tendo como referência a Constituição de 1988. Como sabemos, um cenário contraditório e complexo, em que se confrontam as posições progressistas, defendendo a Saúde como um direito universal, extensivo a todos os cidadãos do país, sem distinções, e a realidade da formação recente do capitalismo em nosso país, fazendo da Saúde uma mercadoria, um privilégio daqueles capazes de pagar por planos e seguros de saúde ou então, minoria da minoria, daqueles capazes de pagar diretamente pelo bom atendimento médico nos melhores centros do Brasil. No vértice, uma contradição forte, tencionando o público e o privado, o direito e o privilégio, a inclusão e a exclusão social, o corpo humano e a saúde como um valor humano, a ser protegido, versus a redução do corpo e da saúde a meras mercadorias num sistema baseado em valores de troca, abstratos e impessoais, agravado pela ausência de uma sociedade civil suficientemente organizada para contrapor os interesses coletivos ao egoísmo da acumulação privada da riqueza social.

Nesse caminho, a determinação social é intrínseca a construção do conceito de saúde ampliada, sem perder de vista questões específicas do setor saúde. Neste momento da Tese é relevante um breve histórico que permita entender essa abordagem social e crítica no âmbito da construção do projeto da Reforma Sanitária Brasileira, oriunda do Movimento Sanitário. Nas reivindicações e projetos de políticas de saúde e na produção científica das décadas de setenta e oitenta, do século XX, no campo da Saúde Pública, a construção de um paradigma em saúde tem o seu marco em dois conceitos centrais: “a determinação social das doenças e *processo de trabalho em saúde... que vão orientar muitas das proposições do movimento reformista de democratização da saúde*” (Paim, 1992). Segundo a literatura produzida, a partir da análise dos processos de trabalho, pode-se operar uma abordagem social e política da crise da medicina mercantilizada, que enquanto organizadora de um sistema de saúde se revela incapaz de responder às demandas e de inserir práticas democráticas em relação à gestão. No mesmo caminho crítico, a tese da determinação social da saúde está presente nas correntes do pensamento pela explicitação da concepção do processo saúde doença, assim como fortalece a concepção de uma promoção à saúde, com envolvimento da comunidade, e a prevenção em lugar de uma medicina somente curativa.

Uma das referências teóricas que tem seus estudos epidemiológicos críticos pautados na determinação social é a de Breilh. O autor parte da análise da relação

dialética entre o biológico e o social e do estudo da reprodução dos grupos sociais. Breilh propõe que as várias dimensões - natural, econômica e política - devem ser levadas em conta, na detecção do perfil epidemiológico das classes sociais. Como fundamental a análise, em uma dada formação social, às classes sociais e frações de classe em que se segmenta a sociedade. Há que se ressaltar que estudos na saúde que operam com o conceito de classe social são escassos, porém, no Brasil ganham relevância crítica e política com o Movimento Sanitário

O Movimento Sanitário e seu desdobramento, a proposição de uma Reforma Sanitária tem na sua abordagem crítica política e social, uma perspectiva de concepção de saúde e de organização dos serviços de saúde. Há, naquele momento, influência do pensamento marxiano e marxista na Reforma, o que faz com a *classe* social seja categoria fundamental e inerente à concepção da determinação social para se pensar a Saúde Coletiva e Pública.

Memória recente, a noção de um conceito ampliado de saúde que abarcasse a vida cotidiana da população e os serviços já estava presente na 7ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 1980, cujo objetivo principal visava à reestruturação e a ampliação dos serviços de saúde, incluindo as áreas de habitação e saneamento. (BRASIL. Ministério da Saúde, 7ª Conferência Nacional de Saúde, 1980). Com maior organicidade na década de oitenta, tem como desdobramento significativo na história das políticas de saúde, a construção da Reforma Sanitária e consequente desdobramento de uma reformulação de um sistema de saúde e descentralizado. Em outras palavras, a proposta da Reforma Sanitária se constitui como um processo político construído a partir do Movimento Sanitário, e nasce como um movimento reativo e ao mesmo tempo propositivo frente às políticas implementadas pela ditadura militar. Pode então ser compreendida, nos seus passos iniciais, como uma proposta de democratização, como contraponto a uma política autoritária e privatizante, já em cena, e conceitualmente referida a um processo de transformação.

A Reforma Sanitária pode ser considerada como um detonador a favor de construção de novas leis no aparelho de Estado, responsável pela saúde da população e que *corresponde a um efetivo deslocamento do poder político em direção às camadas populares, cuja expressão material concretiza-se na busca do direito universal à saúde, e na criação de um sistema único de serviços sob a égide do Estado*. (TEIXEIRA, 1995). Como projeto de criticidade a um Estado coercitivo,

militarizado e privatista. Trata-se de um movimento da sociedade civil brasileira pela democratização da saúde. Portanto, não é um projeto governamental, e sim, “um projeto político-cultural, no interior dos movimentos sociais, cujo corpo doutrinário sedimentou-se na Oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986”. (PAIM, 1989). A intenção era também produzir documentos que não privilegiassem a visão oficial no que diz respeito à Saúde, de modo que as idéias engendradas pelo movimento sanitário fossem difundidas e incorporadas ao projeto constitucional a ser elaborado pela Assembléia Constituinte e, posteriormente, na Lei Orgânica da Saúde. O movimento reformista questiona o paradigma biomédico hegemônico e vai construir, através de espaços acadêmicos, como os Departamentos de Medicina Preventiva e social e as Escolas de Saúde Pública concepções de saúde que constituíram o “paradigma sanitário”. Naquele processo, recuperam-se conceitos do movimento preventista, dando destaque à Medicina Integral nos currículos de Medicina, e a sua forma de operacionalização nos serviços, a Medicina Comunitária (DONNANGELO, 1976).

Como nos ajuda a entender Arouca (1976), nos conceitos fundamentais eleitos pelo movimento preventista estavam o modelo da história natural das doenças e as noções de multicausalidade, normal, patológico e processo saúde /doença. Traduzia-se, dessa forma, uma visão ontológica e uma dinâmica acerca dos movimentos da doença, sugerindo modos de combate aos agravos à saúde, eliminando o agente e resgatando o equilíbrio. Observa-se na Medicina Comunitária a ênfase em noções como regionalização e hierarquização de serviços, participação comunitária e a multiprofissionalidade (evidenciando o trabalho em equipe) como estratégia de operacionalização dos serviços de saúde. Ao mesmo tempo em que a Medicina Preventiva e a Comunitária vão sendo objeto de crítica, observa-se um resgate da Medicina Social que concebe a saúde e a doença como único processo, que *“Resulta da interação do homem consigo mesmo, com outros homens na sociedade e com elementos bióticos e abióticos do meio e que se desenvolve nos espaços sociais , psicológico e ecológico, e como processo tem dimensão histórica...”* (Silva, 1973). O surgimento da Medicina Social, fortalece a concepção de saúde como o resultado de condições econômicas , sociais e políticas. Nesse passo, a Reforma Sanitária recupera e constrói conceitos, bem como sistematiza os princípios que levaram à construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

É sempre bom lembrar que a 8ª Conferência, realizada em 1986, é um marco na história das políticas de saúde e teve como tema “Democracia e Saúde”. Seus debates foram fortalecidos por grupos da sociedade civil. A saúde foi, neste fórum, discutida como direito civil, de todos os cidadãos, elaborando o sentido forte do termo política, ao contrário das variações mais ou menos demagógicas e populistas que atravessam a história do Brasil. (Pereira, 2002) . No Brasil , até a Constituição de 1967, não era reconhecido o direito à saúde. Na mais otimista das interpretações, o que era garantido , até então, era o acesso à assistência médica ao trabalhador.

Em 1978, na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, em Alma-Ata URSS, promovida pela OMS, foi firmada uma declaração, que estabelece em seu artigo 1º: A Conferência reafirma enfaticamente que a saúde (estado de completo bem-estar físico mental e social e não simplesmente ausência de doença ou enfermidade) é um direito humano fundamental,(...) que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde “(Controle Social do SUS, p.1)

No Brasil, essa concepção de saúde orientou e deu unidade política ao processo de luta pela democratização da saúde. A já mencionada Reforma Sanitária teve como palavra de ordem “*Saúde – Direito de Todos e Dever do Estado*”.A 8ª Conferência assim definiu o conceito de saúde:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades de vida.

Como proposta na esfera do Direito, a concepção de saúde avança na 8ª CNS, e é inserida no texto constitucional. O avanço político no texto da Constituição de 88 pode ser demonstrado no sentido de que o *Direito à saúde significa a garantia pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade*”

O sentido construído pela 8ª Conferência Nacional de Saúde foi feito mediante uma abordagem crítica, de resgate histórico do conhecimento e de

práticas sociais, engendrando uma nova concepção de saúde, um sentido de cidadania não mais reduzido ao trabalhador formalmente empregado. Nas palavras de Paim (1997, p.14)

O conceito ampliado de saúde e dos seus determinantes assumidos pela 8ª Conferência Nacional de Saúde e incorporado pela Constituição da República fundamenta-se em parte da produção teórico-crítica da Saúde Coletiva no Brasil. Do mesmo modo, os princípios e diretrizes relativos ao direito à saúde, à cidadania, à universalização, à equidade, a democracia e a descentralização conferem uma atualidade dessa produção...Já as propostas de sistema único de saúde, de rede regionalizada e hierarquizada, de atendimento integral, de participação da comunidade, e de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde...tiveram como matriz conceitual o paradigma originário do movimento preventista e da saúde comunitária.

A referida Conferência tem papel central na construção dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser promulgado na Constituição de 1988. O SUS define-se na Constituição Brasileira de 1988 por meio de um princípio básico, o da *universalidade*. De maneira mais clara, a orientação que rege o SUS pode ser entendida por meio dos princípios que o definem em termos de universalidade; equidade; integralidade; e em princípios que regem a sua operacionalização. São os princípios da: descentralização; municipalização; participação popular; regionalização/hierarquização. A universalidade garantiria que todo e qualquer cidadão brasileiro tivesse direito de acesso aos serviços e às ações de saúde, em todos os níveis da assistência, independente de vínculo empregatício ou contribuição previdenciária. O princípio de *equidade* traduz a idéia de que todo o cidadão brasileiro tem direito igual aos serviços públicos de saúde em todos os níveis de atendimento, sem preconceito ou privilégio de qualquer ordem. Este princípio é baseado na compreensão de que todos são iguais perante a lei e devem receber atendimento de acordo com suas necessidades, em qualquer extensão do país, dentro dos limites que o sistema oferece. A *integralidade* nos diz que o sistema deve estar organizado de modo a atender a saúde em todos os seus níveis, dando assistência tanto aos problemas mais básicos, quanto àqueles mais complexos de saúde. A integralidade consiste no entendimento do Sistema de Saúde “Como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos, curativos,

individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, Cap. I, artigo 7º)

A descentralização política e administrativa, com direção única em cada esfera de governo (União, Estados e Municípios), enfatiza a transferência de poder entre as esferas de poder, principalmente em direção aos municípios. Compreende-se a descentralização como um processo de transferência de responsabilidades e recursos da União para os Estados e destes, principalmente para os Municípios, onde deve constituir-se a maior parte da estrutura assistencial em saúde. O Estado cumpre funções complementares e de caráter de apoio em relação aos municípios, assim como pode ser responsável por sistemas públicos de alta complexidade que apresentem abrangência estadual e regional. A União cumpre funções de formulação de políticas de saúde em nível nacional que devem servir de orientação para as demais instâncias. A municipalização faz parte do processo de descentralização, constituindo-se em sua estratégia principal no sentido do fortalecimento do poder local. Para o SUS, o município representa a instância privilegiada no processo de definição, gestão e execução das ações e serviços de saúde. Segundo as diretrizes do SUS, a redistribuição de poder das três esferas de governo complementa-se pela participação popular e o controle social na definição de políticas de saúde nessas esferas do governo, assim como na gestão e na execução das ações de saúde e serviços de saúde. (Pereira, 2002).

As instâncias formais de participação e controle social em saúde são: os conselhos municipais, estaduais e nacionais de saúde, as conferências municipais, estaduais e nacional de saúde e os conselhos gestores de unidades. Em alguns municípios distritalizados, existem ainda conselhos e conferências distritais de saúde. Na década de noventa do século passado os ataques às políticas públicas e o “quase desaparecimento” do conceito de classe social nos estudos da saúde fez com que a “herança” da importância da concepção de determinação social passe a trabalhar com os determinantes sociais da saúde. Conceito polêmico e polissêmico, os determinantes, na sua vertente crítica, tem fundamento na determinação social da saúde. Como explicam de Buss e Pellegrini (2007) é fundamental analisar o conceito de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde.

Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), estabelecida em 2006, os DSS são: “os fatores sociais, econômicos,

culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”. (Buss; Pellegrini Filho, 2007). Importante na concepção de saúde a determinação social fortalece o processo saúde–doença ao concebê-lo como conjunto de relações e variáveis que produzem e condicionam o estado de saúde e doença de uma população, que variam em diversos momentos históricos e do desenvolvimento científico.

A Promoção à Saúde antagonista da Medicalização

Talvez seja relevante lembrar que o conceito de Promoção à saúde, no pensamento médico sanitário do século XIX, pauta com ênfase na existência da relação da saúde com as condições de vida . Porém, sem uma abordagem crítica que levasse em conta a comunidade e o território como agentes dessas ações e que entendesse a qualificação dos moradores do território também como qualificação política , expressas através das lutas que a comunidade trava. Já no século XX, a promoção á saúde é chamada a responder a uma nova concepção de saúde, ganhando força por se opor a *medicalização* da saúde que tem na dicotomia assistência e prevenção, um teor somente curativo.

O conceito de medicalização se constitui com mais força nas ações de saúde a partir de estudos da década de 1970 assim como a crítica a essa concepção tem referências iniciais as correntes marxistas e liberais humanistas. A Crítica à medicalização entende esse fenômeno como a criação ou incorporação de um problema “não médico” e seu modo de resolução ao aparato da Medicina. A Medicina é também vista como uma instituição de controle social e nesse contexto, problemas sociais passaram a ser cada vez mais medicalizados (Zolla, 1972).

A crítica à medicalização pauta um enfrentamento às análises baseadas a ideia de que a Medicina cumpria um papel central – e só positivo – para a manutenção do equilíbrio social e correção de desvios que colocassem em questão a ordem capitalista. A medicalização pode-se dizer que traduz a concepção higienista de controle social em nome da saúde , acrescida do contexto da ordem capitalista do século XX e desse início do século XXI. Para melhor entendimento entenda-se o movimento higienista no conjunto de alterações resultantes da Revolução Industrial, do Iluminismo do século XVIII, da própria Revolução Francesa

de 1789, que atravessaram o século XIX, influenciando também no Brasil, um país de ordem escravocrata nem industrializados, nem revolucionados como os países da Europa.

Para manter “sadio’ o corpo social”, o movimento higienista precisava basicamente: determinar certas práticas e valorizar outras, afirmar a família e a moralidade como fundamentos da “saúde social”. Note-se que as práticas da medicina higienista supunham, sempre, uma intervenção normativa do Estado na vida social, o que tornava o discurso “humanista” bastante ambíguo.

Na história das sociedades capitalistas, a intervenção das práticas da medicina higienista passou a ter um sentido mais prático, mais direto: quando as taxas de mortalidade tornam-se muito altas entre a população trabalhadora, o sistema de produção e maximização de lucro ficou comprometido, ameaçando a classe dirigente e a reprodução da ordem burguesa.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, manter os corpos sadios, intervir para controlar a reprodução do sistema, passou a ser um objetivo econômico. Progressivamente, foram combatidas as imagens da prostituta, dos cabarés, da boêmia, da malandragem, da vida noturna em geral, porque improdutivas do ponto de vista da ordem capitalista, e valorizadas as imagens da mãe, do lar, da virtude doméstica, da moralidade cristã, do corpo “pobre porém limpo”, da “pobreza limpa e decente”, em oposição ao prazer, ao ócio, reservados como privilégio da classe dominante. (RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*. RJ, Paz e Terra, 1985). Sobre a medicalização, informa Carvalho (2015, *Physis Revista de Saude Coletiva*, *Medicalização: uma crítica (im) pertinente?*) *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1251-1269, 2015

Na raiz desse fenômeno, o autor com ordem de grandeza tal como a religião e a lei. Em nome da produção de saúde, a Medicina tornava-se um repositório de verdade, um campo no qual juízos eram sentenciados por especialistas que portavam uma objetividade e uma moral supostamente neutras. Nesse contexto, o enfrentamento das doenças assumia ares de uma batalha moral, instigada por uma retórica que imputava responsabilidade e culpa ao indivíduo pelo seu próprio adoecimento. (ROSE, 2007). Tal crítica trazia à tona a expansão da jurisdição da profissão médica junto a domínios que se consideravam estranhos ao campo da saúde, tais como o espiritual, o moral, o legal e, por fim, o criminal. Nesse contexto, problemas sociais passaram a ser cada vez mais *medicalizados*, ou seja, tomados sob o prisma da Medicina científica como “doenças” a serem tratadas. É o que ocorreria, por exemplo, com fenômenos

como o alcoolismo, o aborto, as “anomalias” e “desvios” da sexualidade, as homo e transexualidades (RUSSO, 2004) e o uso de drogas ilícitas, que, ao serem transformados em questões médicas, possibilitaram o controle e a vigilância populacionais por parte dessas instituições.

O autor lembra considerações de ILLICH (1975) em que o estudioso entende que ao medicalizar processos sociais significa que a própria Medicina e ações de saúde passaria a ser “*uma oficina de reparos e manutenção, destinada a conservar em funcionamento o homem usado como produto não humano*” (ILLICH, , I. *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975). Dentre os estudos no Brasil que fortaleceram e fortalecem a denúncia crítica à medicalização e desvelam a imbricação deste fenômeno com o capital destaca-se o de Donnangelo (1976), analisou o potencial papel disciplinar e normatizador da Medicina, servindo de operador do Estado capitalista, ao fixar os indivíduos nas suas diferenças e desvios. Há que se também registrar os desdobramentos de projetos capitalistas de expansão dos serviços médicos e o avanço do complexo médico-industrial. Estudos como o de Pereira (2009) resgatam que:

A promoção à saúde desponta como “nova concepção de saúde” internacional em meados dos anos 70, resultado do debate na década anterior sobre a determinação social e econômica da saúde e a construção de uma concepção não centrada na doença. Nesse sentido, apontam-se dois acontecimentos importantes: a abertura da China Nacionalista ao mundo exterior, com duas missões de observação de especialistas ocidentais da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1973-1974, e o movimento canadense desenvolvido a partir do Relatório Lalonde: uma nova perspectiva na saúde dos canadenses em 1974, posteriormente reforçado com o “Epp Report” *Health and Welfare Canadá*, 1986(...) Assim, em meados dos anos 80, começa a surgir um discurso alternativo de promoção e, em 1984, a OMS/Europa produziu um documento preliminar contendo os elementos-chave da nova promoção à saúde, reforçando a noção da determinação social da saúde.

Afirma ainda a autora,

O “informe Lalonde, feito no Canadá e, 1974 é o primeiro documento que se tem registro como o nome de Promoção à Saúde O moderno movimento de promoção à saúde surge no Canadá em maio de 1974, com a divulgação do conhecido “Informe Lalonde” que teve motivação política, técnica e econômica para enfrentar os aumentos do custo da saúde.(...) (PEREIRA, Rafaela R. Território, Saúde e Ambiente: Novas Formas de Articulação Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina

Marco histórico no campo da Saúde Pública, o Informe Lalonde questiona oficialmente o impacto e o custo elevado dos cuidados médicos na saúde. Destacara a limitação das ações centradas na assistência médica, insuficientes para atuar sobre os grupos de determinantes originais da saúde identificados por ele: os biológicos, os ambientais e os relacionados aos estilos de vida. Propusera, então, ampliar o campo de atuação da Saúde Pública, priorizando medidas preventivas e programas educativos que trabalhassem com mudanças comportamentais e de estilos de vida (Fundação Oswaldo Cruz, 2000).

A conhecida Carta de Ottawa de 1986 reafirma a importância da promoção à saúde e a influência dos aspectos sociais sobre a saúde dos indivíduos e da população é ressaltada. O documento traz a concepção da promoção à saúde como *"processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo"*. Nas palavras de Pereira (2009) A saúde passou a ser *"construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida e pela luta para que a sociedade ofereça condições que permitam a obtenção de saúde por todos os seus membros"*. Não há dúvida da importância do Informe Lalonde, de 1974, porém Ottawa avança no conceito de promoção, a determinação da saúde e incluir a "capacitação" da comunidade para controle e participação de processos sociais. Isto favoreceu a compreensão pública de que a luta por direitos sociais e contra a violência é promoção à saúde.

Em 1992, foi realizada a Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em Bogotá, organizada pelo Ministério da Saúde da Colômbia e pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Há que se registrar a disputa de sentido da Promoção à Saúde e interesses diversos entre os países capitalistas e Cuba

550 representantes de 21 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) se reuniram para definir o significado da promoção da saúde na América Latina e debater princípios, estratégias e compromissos relacionados com o sucesso da saúde da população da Região. (Carta de Bogotá sobre Promoção da Saúde, OPAS, 1992)

Outra conferência importante para a concepção de que a qualificação dos moradores para a luta social é ação de Promoção à Saúde foi a de Jacarta (1997) Com o tema “Novos Atores para uma Nova Era”, foram definidas prioridades para o campo da promoção da saúde, dentre elas: *Aumentar a capacidade da comunidade e fortalecer os indivíduos para influir nos fatores determinantes da saúde, o que exige educação prática, capacitação para a liderança e acesso a recursos.*

No Brasil, em 2002, antes da criação da Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006, que institui a denominada Política Nacional de Promoção da Saúde, a Secretaria Nacional de Saúde divulga documento institucional intitulado “Política Nacional de Promoção da Saúde (Documento para Discussão, Brasília, 2002). Neste documento a promoção à saúde é vista como “educar para autonomia”

A promoção da saúde lida com as formas de viver constituídas nas sociedades modernas, onde a população perde de vista o que é uma vida saudável e passa a adaptar-se a uma forma de vida sedentária e estressante (...) Doenças determinadas também por problemas mais comuns nas populações menos favorecidas como o medo, a desesperança, a dificuldade de acesso a bens e valores culturais e de cidadania. Promover saúde é educar para a autonomia como construído por Paulo Freire, é tocar nas diferentes dimensões humanas Política Nacional de Promoção da Saúde (Documento para Discussão, Brasília, 2002).

Vários estudos apontam a polissemia da expressão promoção da saúde, porém, a importância de uma Promoção à saúde que fortaleça as denúncias das práticas de violência no território e suas inflexões na saúde tem um sentido claro civilizatório e como sabemos o sentido é socialmente e historicamente construído. Estudos importantes como o de Buss (2004), por exemplo, buscam de maneira didática dividir as concepções de promoção à saúde em duas grandes vertentes: as ações de promoção relacionadas a prevenção de doenças, pois tem como foco evitá-las por meio da transformação dos comportamentos tidos como de risco; e na outra vertente estão as fundamentadas com um conceito ampliado de saúde, em que defendem o envolvimento dos sujeitos na construção de melhores condições de vida e se propõem atingir os determinantes da saúde, tais como: moradia, alimentação, transporte, educação e violência.

Violência e saúde

“Já presenciei violência por diversos tipos de armas. A arma da desigualdade social, a da falta de estrutura, a da falta de cultura, conflitos familiares que resultou em mortes. A violência é um processo de coisas que levam a sua face cabal por confrontos com armas de fogo”

Darcília Alves, 58 anos, entrevistada, moradora da comunidade da CCPL.

Podemos afirmar que a teoria crítica da saúde possui, em seu interior, contradições, disputas e ainda forte influência de explicações orientadas por interpretações majoritariamente biomédicas ou socialmente reduzidas à condição individual de saúde e ao comportamento. No entanto, cabe ressaltar que o pensamento crítico da saúde no Brasil, nas últimas três décadas, consolidou a violência como conceito importante a ser considerado em suas práticas, mas certamente enfrentou e ainda enfrenta resistência de uma série de profissionais para tal inserção prática (MINAYO, 2007).

O conceito crítico, relacional e dialético de território, oriundo do diálogo com a teoria crítica do espaço, não é amplamente aceito ou usado na atualidade pela saúde, mas existem conquistas importantes. As práticas e reflexões interdisciplinares críticas da saúde já não reduzem o território a localização física/geográfica, defensoras do entendimento de que “territórios estruturam habitus e não são simples e nem dependem de um simples ato de vontade para sua transformação que inclui a luta pelo amplo direito à saúde” (Gondim & Monken, 2008, p.395).

Parte da literatura crítica brasileira da saúde aponta para a relevância e a necessidade de investigação das causas, tipos, impactos e natureza das violências analisadas, pois “sabe-se que uma gama significativa dessas formas de violência ou causas externas não chega ao conhecimento institucional oficial...” e “outras tantas não são sequer reconhecidas pela sociedade e, conseqüentemente, por suas

instituições” (Mello Jorge et al, 2008, p. 38). A própria Classificação Internacional de Doenças reconhece violência junto com a ocorrência de acidentes em uma mesma categorização de “causas externas” gera dificuldades, tende a homogeneizar dimensões distintas em sua forma e sentido ao entender ambos de maneira genérica como “um conjunto de eventos e lesões que podem ou não levar a óbitos” (Minayo, 2009, p.26). Por outro lado, há um frágil limiar que distingue as categorias violência e acidentes, não permitindo simplificações apressadas:

“... muitos acontecimentos violentos são tidos como acidentes, o que leva à sua banalização. É o caso, por exemplo, das mortes e dos traumas que ocorrem no trânsito. Considerando a dificuldade de estabelecer o caráter da intencionalidade dos acidentes, no seu documento oficial o Ministério[da Saúde] entende que tanto os dados como as interpretações referentes a ele comportam sempre certo grau de imprecisão[...] é difícil dizer ou ter certeza de que eles realmente são violências que poderiam ser evitadas [...] ou fatalidades totalmente fora de controle ou previsão”(MINAYO, 2009, p. 26).

Há relevantes contribuições de pesquisas produzidas pelo pensamento crítico da saúde e do território ou espaço socialmente (re)produzido que ampliam o alcance analítico ao reconhecer que a “situação violenta atinge vários segmentos, tanto micro, quanto macro”(Constantino, 2015, p.3), em escalas múltiplas, fazendo parte de contextos complexos de relações sociais e produção capitalista do espaço. A relação entre violência e saúde se apresenta por várias formas em territórios em situação de extrema vulnerabilidade socioambiental e civil, como a favela de Manguinhos, quer pelo viés epidemiológico do processo saúde e doença na impossibilidade de êxito das ações de educação e saúde frente às condições ambientais do território no qual essas ações são insuficientes; ou no mapeamento do acesso a precários serviços de saúde; dentre outras formas possíveis de análise. Uma das formas destaca a influência nos indicadores de saúde, especialmente os indicadores de morbidade e mortalidade, ou morbimortalidade.

Existe, por certo, uma tendência nas práticas de profissionais do setor saúde de conceber a violência prioritariamente na dimensão do indivíduo vitimado, com destaque para as concepções de atendimento hospitalar, apoio psicossocial e ao âmbito da assistência social. No entanto, o principal desafio reside no fato de que a formação dos profissionais de saúde e a gestão das políticas em saúde não raro negligenciam essa dimensão fundamental da relação existente entre violência e

saúde. Em equipamentos públicos de saúde situados em territórios marcados por múltiplas e recorrentes formas de violência e também de acidentes- como as periferias urbanas e favelas das grandes cidades e das cidades médias, onde vivem as classes populares-, os profissionais de saúde, muitas vezes sem considerar essa relação, tendem a ter intensificada sua dupla condição de vítima e gerador de violências, destacadamente a violência institucional. Como salienta Minayo(2009, p.25), o próprio Ministério da Saúde do Brasil, em documento denominado *Política Nacional de Redução de morbimortalidade por acidentes e violência* (BRASIL, 2001), reconhece essa dificuldade e aponta necessidade de mudanças:

“... é preciso intervir na formação e na sua atuação institucional, pois frequentemente os serviços e seus profissionais são vítimas, mas, principalmente, também são atores de violência e precisam ter consciência de que contribuem com sua cota para a crueldade de que é vítima a população. Isso ocorre, sobretudo, nas relações com os mais pobres que recorrem ao Sistema Único de Saúde(SUS), quando tratam mal e burocraticamente , são insensíveis, discriminam e negligenciam cuidados”

Dentre as várias associações feitas à ocorrência de mortes violentas em espaços urbanos, Yunes (1993) identifica que a desigualdade na distribuição de riquezas, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, tráfico de drogas. Minayo(2014) afirma a segurança pública, suas políticas , suas ações como uma questão de saúde pública e ainda explica que os confrontos armados , sobretudo nas favelas, produz violações de direitos, tais como fechamento de escolas, postos de saúde, comércio, invasão de casas, o ir e vir dos moradores. Há que se ressaltar um número significativo de pessoas feridas e mortas em confrontos armados com facções e milícias, ou em incursões policiais que operam com uso intenso de armas de fogo. Reforça a autora que as incursões policiais e os tiroteios na disputa entre facções do tráfico produzem um sofrimento psicológico, repercutindo na vida das pessoas que apresentam vários tipos de adoecimentos como consequência.

Minayo chama a atenção que os efeitos do estresse pós-traumático acontecem para os moradores e para agentes de segurança pública, embora afirmamos nós, dificilmente sejam diagnosticados entre as classes populares, por sua dificuldade de acessar profissionais preparados para isso ou mesmo de marcarem consultas para isso.

Sem pretensão de fazer genealogia do conceito de violência, lembremos que na origem latina se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro, como sua forma básica. O Ministério da Saúde conceitua violência como “[...] ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual” (Brasil, 2001).

Já em Engels (1979), *a violência não é um mero ato de vontade, pressupondo, pelo contrário, condições prévias bastante reais para o seu exercício, a saber: instrumentos, entre os quais, o mais perfeito esmaga o mais imperfeito*. As armas, as tecnologias voltadas às guerras são produzidas para aniquilamento do outro, mentalidade de “extermínio” do inimigo também presente no caso das ações policiais e ações criminosas contra a classe trabalhadora situada em territórios vulnerabilizados de favela. Ainda nas palavras do autor *“temos de reconhecer que a vitória da violência se reduz à produção de armas, que, por sua vez, se reduz ao ‘poderio econômico’, à ‘situação econômica’, aos meios materiais colocados à disposição da vontade de violência”* (Engels, 1979, p. 145).

Para Minayo (1998) a violência é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade. A violência afeta muito a saúde: provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais, diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades. Para a mesma autora, toda violência social tem, até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classe, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações), e surge como expressão de contradições entre os que buscam privilégios e os que se rebelam contra. Até a delinquência, ou principalmente a delinquência, pode ser interpretada à luz dessas relações sociais conflituosas. As desigualdades sociais, a expropriação econômica e cultural são ingredientes que importa compreender como base da criminalidade [...] (Minayo, 1998, p. 522).

A violência estrutural revela estruturas de dominação a partir das quais diversas outras expressões de violências ganham contorno. Revela também, de acordo com Minayo (1994) mecanismos institucionais de opressão que limitam e segregam parte da sociedade do usufruto das riquezas e forjam formas naturalizadas de concepção da realidade. Reúne também, como meio de

resistência, a rebeldia através do surgimento de movimentos sociais em torno de um ideal mais democrático e emancipatório.

O conceito ampliado de saúde aprovado na 8ª Conferência de Saúde, em 1986, foi definido para além de bem estar físico, social e mental, e enterra de vez a saúde como ausência de doença. Desvelando a determinação social da saúde, a 8ª Conferência assim definiu o conceito de saúde:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grande desigualdades de vida (Relatório 8ª CNS, 1986)

O conceito ampliado de Saúde aborda a determinação social dos processos e prática da violência, traduzindo como questão de saúde a complexidade sócio-ambiental, os conflitos territoriais assim como as estratégias de resistências da comunidade frente às relações de poder do território e a perspectiva da alternativa política. Há que se ressaltar, portanto, a abordagem da determinação social da saúde nas análises pertinentes à relação violência e saúde materializada no território. Para esta abordagem, há o entendimento da determinação dialética em que a causalidade constitui uma das possíveis maneiras de determinação, não a única. Para Breilh (1991) é preciso considerar o todo presente nas partes no processo saúde-doença. Dito de outra maneira, ainda que as partes tenham sua própria história, esta somente se dá dentro do movimento do todo. Reafirma o autor que a explicação da determinação não se dá de forma determinística, mecânica e linear. A presença do movimento dialético fica evidente.

Breilh (1991) ao citar o trabalho de Engels, sobre a situação da classe operária, as doenças causadas pela exploração no processo capitalista de urbanização, nas reflexões sobre a determinação social da saúde, destaca o papel que o revolucionário pensador confere para a exploração capitalista na configuração das fábricas e seus efeitos na saúde, e não somente as condições das fábricas como causas da doença. Breilh (1991) também destaca o sujeito social como categoria importante ao se pensar a determinação social da saúde, por ajudar ao entendimento da coletividade, ressaltando a formação da consciência em processos coletivos e a capacidade de resistência reativa e instituinte nas reivindicações pela

saúde. A organização política é percebida enquanto um valor de uso para a saúde, atuando contra os processos destrutivos e regressivos que produzidos pela sociedade de classes.

Em Breilh e certamente, já em Engels está a compreensão de que as lutas contra as mazelas produzidas pela sociedade de classe, portanto, as lutas travadas pelos movimentos sociais contra o capital são parte da “Promoção à Saúde”. Dessa maneira há que se considerar que os conflitos vividos pelos moradores e suas práticas espaciais durante os processos de militarização do território de favelas podem ser interpretadas como parte da ampla luta pelo direito à saúde na cidade, ou como parte fundamental do próprio direito à cidade:

Dentre os profissionais do setor saúde de Manguinhos, destacam-se nessa perspectiva, os agentes comunitários de saúde da Comissão de Agentes Comunitários de saúde (COMACS), com olhar crítico as determinações da saúde, a necessidade de ampliação das práticas de prevenção e redução da violência armada junto com os moradores de favelas e com seus diferentes espaços comunitários. O trabalho de pesquisa e apresentações orais de membros da COMACS, junto ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSGSF/Fiocruz), aponta a necessidade de maior aprofundamento de pesquisa com moradores e profissionais de saúde que atuam diretamente no território de favela e sofrem intensamente os impactos da violência armada em sua saúde. Os trabalhadores da COMACS formam uma voz relevante na denúncia dessa relação entre violência armada e a saúde nas favelas de Manguinhos, como sugerem as duas falas³⁴ abaixo:

“A maioria dos Agentes Comunitários de Saúde têm hipertensão, muitos são diabéticos, têm problemas psicológicos, síndrome do pânico. Temos que problematizar que tipo de capacitação está sendo feita com esses trabalhadores que moram, trabalham e vivem essa realidade tão intensamente”.

(Anastácia dos Santos, Agente Comunitária de Saúde e membro da COMACS)

“A operação [antes da UPP] tinha horário para acontecer, hoje não tem. Você é surpreendido. Trabalha sempre estressado, olhando para o lado”

³⁴ Retiradas de oficina do Programa Institucional de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, em 2017.

(Jorge Nadais, Agente Comunitário de Saúde e membro da COMACS)

4.3 Violência e educação escolar

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor (Paulo Freire)

Para educar crianças, adolescentes, adultos, a escola pensa métodos, organiza currículos, elabora avaliações críticas. Mas não ignora os limites do trabalho: não é só a escola que educa, forma, informa, influencia. A família, a religião, a comunicação de massa, os contatos do cotidiano também orientam percepções, visões de mundo, valores.

A escola não vive isolada da vida do território. E não pode ir além, sozinha, dos limites, exclusões e desigualdades que marcam o cotidiano do território. Neste caminho e sentido, as contradições postas desvelam, como traduz Singer (1992), que a educação escolar é luta entre projetos distintos e antagônicos de sociedade. Cabe lembrar aqui do projeto civilizatório dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), com todas as contradições, em que se discutia a melhor forma de se educar e cuidar dos educandos, ou seja um crédito ao lugar da escola como proteção e socialização em contraponto a projeto de Segurança Pública que mata e causa adoecimento aos estudantes.

O desrespeito e a violência a escola e da escola, e portanto, a um projeto civilizatório da sociedade, espelha a violência contra jovens e crianças, na sua maioria negras e pobres que acontece em outras esferas da vida sua cotidiana, neste projeto histórico chamado capitalismo. O Senado Brasileiro divulgou relatório da CPI sobre o Assassinato de Jovens (2016). O relatório é baseado nos números divulgados no Mapa da Violência, coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. O último Mapa é de 2014 e contabiliza os homicídios de 2012: *cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil, e 77% são negros (soma de pretos e pardos).*

Neste contexto, a contribuição de Adorno (1995) nos auxilia a pensar no sentido dessa relação entre educação e violência. Nas palavras do autor, a *educação só tem sua validade se colocada contra a barbárie, e a favor do processo*

civilizatório. E o conceito de barbárie de Adorno (1995) diz respeito ao fato de vivermos *numa época em que em que convive alto desenvolvimento tecnológico com o sentimento de ódio primitivo, o adoecimento da sociedade*. Entendendo ser a Educação um processo individual e coletivo, e concordando com teses já sabidas de que o processo de individuação ocorre em sociedade, Adorno (1995, p.119) afirma que a *“barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão”*.

Fenômenos educacionais como evasão escolar e repetência ganham destaque e podem ser relacionados à distribuição espacial da maioria destes jovens, e dos policiais que os reprimem. Não obstante a Região Sudeste apresentar o mais alto índice de escolaridade do país, é fato que, entre a população de jovens e adultos residentes nos espaços periféricos do município do Rio de Janeiro apresenta-se nível de escolaridade menor do que as da Zona do Sul do mesmo município.

É inevitável partir da premissa de que a distribuição de renda, riqueza e poder do país determina o acesso e permanência dos estudantes na escola, e que o acesso e o aumento da permanência dos estudantes na escola também estão relacionados com a realização do direito ao saber implementado pelas políticas públicas. É igualmente imprescindível, para a validade de qualquer análise que envolva o campo educacional, a premissa de que a *“educação não pode tudo”*, como almejado pelo ideal iluminista. Ou seja, por si só não resolverá as mazelas da sociedade, como o desemprego, as desigualdades e outros fenômenos deste processo histórico chamado capitalismo. Mas, é importante entender, como ressalta Cury (2002, p.44) que *“afirmar a determinação sócio-econômica sobre a educação não é negar as determinações internas a ela”*.

No que pode a educação contra barbárie como um caminho, a sua validade e necessidade podem ser demonstradas, publicadas em matérias da imprensa em que representantes da política de Segurança Pública praticam ações armadas contra pessoas sem relação com práticas criminosas, em claro ato de violência à escola e ao ser humano.

A estudante Maria Eduarda Alves da Conceição, 13, foi atingida por tiros de fuzil de PMS desta unidade, em 30 de março de 2017,, durante troca de tiros com traficantes. Na mesma ocasião, dois policiais foram flagrados em vídeo atirando em suspeitos no chão --

os homens morreram... Maria Eduarda bebia água em um bebedouro no intervalo de um treino no pátio da sua escola quando foi atingida por três tiros de fuzil: dois na cabeça e um no quadril. Morreu na hora enquanto os colegas, assustados, corriam para dentro do Ginásio para se proteger. - Desde que foi criado, em 2011, até maio de 2016 (dado mais recente do Instituto de Segurança Pública), o batalhão registrou 502 mortes. . Em decorrência de intervenção policial, como são chamadas oficialmente as mortes em suposto confronto com a polícia. Acerca de 25 km do centro do Rio de Janeiro, o 41º BPM (Batalhão da Polícia Militar), em Irajá, zona norte da capital fluminense, é o responsável pelo maior número de mortes cometidas por policiais em todo o Estado³⁵.

Sobre o referido homicídio da jovem estudante Maria Eduarda, comprovadamente por exame de balística morta com tiros disparados por policiais militares, o atual secretário municipal de Educação, Cesar Benajmin disparou dura crítica, destacando que a maior parte da violência armada que afeta as escolas situadas em favelas ou próximas se inicia por operações policiais “espalhafatosas e inúteis”:

Foi a polícia quem matou. Eu fui no dia seguinte, nós reconstruímos tudo, e quando a polícia atirou não havia confronto. Os policiais se posicionaram, mais ou menos a 150 metros da escola, e havia dois homens armados transitando na frente, mas isso é uma situação normal aí. Esses policiais tiveram tempo de fazer a mira, escolher os alvos e atirar. Só que atrás desses homens estavam as crianças jogando vôlei. E nós temos uma polícia que é incapaz de usar uma arma de guerra como um fuzil automático, porque ela não tem discernimento de quando pode ou não pode atirar. A polícia via nossos alunos. Não vou dizer 100%, mas 90% dos conflitos que atingem as escolas começam nas operações policiais”.

(https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/politica/1498079260_522993.html)

As ações militarizadas da PM/RJ são alvo do Secretário de Educação do Município do RJ, que exige responsabilidade na política de Segurança Pública, contra ações regressivas. Numa atitude pouco comum, talvez um dos poucos secretários municipal e estadual que enfrentou, e denunciou, pela imprensa, ações regressivas da PM. Cesar Benjamin é Secretário Municipal de Educação do Prefeito Marcelo Crivella - portanto um governo de perfil conservador, ainda muito jovem, teve presença destacada na luta contra o golpe de 1964 – e certamente não desconhece o processo de militarização da Segurança Pública:

³⁵ Retirado de endereço <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/20/batalhao-de-pms-responsaveis-por-morte-de-menina-na-escola-e-o-que-mais-mata-no-rio.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>

O secretário municipal de Educação, César Benjamin, decidiu nesta segunda-feira fechar por tempo indeterminado 15 escolas localizadas na comunidade do Jacarezinho. Outras 11 escolas -- duas do entorno do Jacarezinho e nove de Manguinhos -- farão horários alternativos para não expor seus alunos a riscos de tiroteios. A decisão foi tomada depois de prolongada reunião hoje à tarde com 26 diretores de escolas do Jacarezinho e de Manguinhos. (...)

(...) O secretário municipal de Educação, Cesar Benjamin, atacou duramente a Polícia Militar no caso da operação que culminou na morte da estudante Vanessa do Santos, de 10 anos, atingida por um tiro na cabeça dentro de casa na comunidade de Boca do Mato, no Complexo do Lins de Vasconcelos. Ele acusou a PM de ter colocado a estudante na linha de tiro.

(...) O modo de atuação da PM está errado. Isso precisa mudar. Nenhuma morte pode ser aceita e de modo algum uma operação da PM pode ser executada de maneira que coloque a vida de inocentes em risco - disse Benjamin Durante encontro com professores da 3ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), na Escola municipal José Eduardo de Macedo Soares, no Lins, onde Vanessa cursava o 5º Ano... () o secretário lamentou o fato de que as reuniões que teve com comandantes de batalhões não terem resultado: Já estivemos várias vezes conversando com os comandantes de batalhões para que nos avisem previamente sobre operação ³⁶

Ações regressivas executadas tais agentes de Segurança Pública são evidências da militarização dessa polícia, e do ideário repressivo e de contenção que promove aos trabalhadores, e seus filhos, na esfera individual e coletiva. Mais uma vez esta Tese recorre ao pensamento de Adorno (1995), que décadas depois do holocausto, pensa a educação contra a barbárie a partir da realidade e da experiência trazida do nazismo.

É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos. Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca destes mecanismos. Os culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles o seu ódio e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se

³⁶ Retirado de endereço <https://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-educacao-diz-que-pm-colocou-menina-na-linha-de-tiro-21555869#ixzz4tdrWwVrD>. Acesso: Outubro, 2017.

a tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem pra os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. (ADORNO, 1995, 119).

Observar as ações regressivas policiais, não há como não relacionar, uma vez mais, o coração das trevas, o mal absoluto e também a banalidade do mal, encarnada pela figura do funcionário alemão e nazista, Eichmann, que apenas cumpria ordens, se via apenas como um burocrata cumprindo ordens dentro de uma estrutura hierárquica em que bastava obedecer, conforme nos mostra Hannah Arendt (1963). Essa lógica se desdobra nos comandantes de operações, burocratas, policiais e torturadores, no passado e no presente, nos vários territórios do planeta, que apenas *cumprem ordens*. Dando-nos uma relevante indicação sobre o sentido de uma educação voltada para a obediência, o conformismo, a reprodução irracional de normas e valores, o culto cego de alguma tradição mítica e mistificadora, como inimigos constantes do que pudesse vir a ser uma sociedade de sujeitos autônomos e emancipados, capazes de crescer, criticar, fazer escolhas, construir uma subjetividade complexa e contraditória, como complexa e contraditória é a vida cotidiana, social e histórica, respeitando sua liberdade e a do outro.

Ou seja, se *a prosa do capitalismo*, tão bem analisada por Marx, é sempre seca e impessoal, abstrata e descolada de valores éticos e morais, quem vai providenciar as justificativas será a própria ideologia, como uma espécie de *poesia do capitalismo*, nutrindo a imaginação das massas com belas promessas, irrealizáveis, de progresso, fartura e felicidade e de sentimento de estar “cumprindo o seu trabalho”. Mas, se não há dúvidas que a militarização embruteceu e tornou a polícia mais violenta, de que modo um comportamento individual de cada policial e, principalmente o coletivo, pode ser educado - no que pode a educação - contra a barbárie?

Sobre isto, não esquecer nunca o alerta de Freud que nos lembrou o tempo todo que a razão humana é uma deusa muito frágil e tênue, porém muito necessária, que pode ser destruída, mas que pode ser cultivada com muito cuidado, para que o mal-estar na civilização não se resolva, por exemplo, em patologias coletivas como os regimes totalitários. (O Mal-estar na Civilização, Freud, 1992)

Muitos autores apontam a necessidade de pensar a formação humana dos trabalhadores de modo a incluir formas e conteúdos em que o processo civilizatório

não seja esquecido e sempre lembrado. Para tanto, desde o iluminismo, com afinidade com a filosofia da Grécia antiga, prega-se educar a razão e educar os sentimentos, neste último estariam não só a educação dos sentidos, mas também sentimento nacionalista, ético, dentre outros. Coube a Marx, e a outros pensadores que desenvolveram as suas idéias, lançar os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de formação humana, diferente da Paidéia e da *humanitas* romana, do *humanismo* renascentista e a *Bildung* alemã que também expressam, cada uma com nuances próprias, esta mesma idéia de uma ampla e sólida formação do ser humano. E o fundamento desta concepção radicalmente nova encontra-se exatamente na apreensão da correta articulação entre espírito e matéria, entre subjetividade e objetividade, entre a interioridade e a exterioridade no ser social (Tonei, 1969).

Sobre a ótica do trabalho considerado como o ato ontológico do ser social, Marx constata que este ser se define pela práxis, e marca a centralidade do trabalho na formação humana Tonei (1969, p.3) exemplifica esta afirmação :

o fato de a produção da riqueza material ser realizada pelos escravos ou pelos servos que permite entender o privilegiamento concedido ao espírito na formação humana. No caso da sociabilidade capitalista, é a centralidade do trabalho abstrato que permite entender a subordinação da formação cultural/espiritual/humana aos imperativos da produção da riqueza e, portanto, a impossibilidade de uma autêntica formação humana integral.

A impossibilidade de uma formação humana a favor do processo civilizatório numa sociedade capitalista, enfatizada por correntes do pensamento crítico, funda-se no fato de uma vida cotidiana, vida social alienada como um *outro*, uma *estranheza*, uma distância a separar os sujeitos daquilo que eles mesmos criaram. Cisão que só tem feito se acentuar, sobretudo nos desencantos e derrotas que ocupam o espaço neste nessa segunda década do século XXI. Lembremos, que desde os escritos mais antigos, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, até chegar a *O capital - crítica da economia política*, Marx estará ocupado em pensar as formações sociais, as classes, a política, o aparato cultural, científico e burocrático, tendo como vértice crítico o mundo dos que trabalham. Com uma ênfase e abrangência até então desconhecidas.

Ainda hoje, quem lê os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* não deixa de notar a ênfase numa humanidade possível, emancipada, de sujeitos inteiros, chegando a uma história de fato humana. E não deixará de perceber, sobretudo, a crítica à mutilação, às fragmentações, à estranheza e alienação a que são submetidos os sujeitos - trabalhadores, mas não apenas, posto que essa renúncia à autonomia e à liberdade que atende pelo nome de alienação diz respeito a todos os grupos sociais - nessa formação histórica chamada capitalismo.

De maneira, por alguns, considerada romântica e apenas filosófica, Marx percebe no processo de formação e trabalho típicos do capitalismo uma mutilação das melhores qualidades, sensíveis e práticas, do ser humano. Entendido aqui, não como entidade abstrata, fora da história, transcendente e metafísica, conforme as várias correntes idealistas ensinam, mas como sujeitos em situação, postos em contextos específicos e vivendo sob condições determinadas, que as mais das vezes não foram resultado de uma livre escolha, mas da pura necessidade de sobreviver.

Contra os críticos de um Marx romântico e juvenil, lembremos que *O capital*, ao mesmo tempo, negará, conservará e indicará a possível superação desse sujeito dividido, submetido ao reino da necessidade mas aspirando à liberdade e à autonomia. Como nos lembra Fiori (2000), nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, publicados em 1844, Marx afirma que se não existisse coerção e necessidade o trabalhador fugiria do trabalho aviltante “*como foge da peste*”. (FIORI, A Derrota dos Trabalhadores e do Movimento Sindical. Caderno Idéias/livros, JB, 29 de janeiro de 2000).

Partindo dos maus tempos presente, conforme nos ensina Brecht, vivemos numa época anti-utópica por excelência, reduzindo à irrelevância ou ao mero esquecimento os projetos e as lutas emancipatórias vindas dos séculos XVIII, XIX e mesmo XX. A desigualdade instituída pelo capitalismo, no Brasil ganha materialidade de maneira desumana, como nos apontam dados recentes:

Seis homens concentram juntos a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões). São eles: Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim). (<https://www.revistaforum.com.br/2017/09/25/>)

(...) Caso o ritmo de inclusão no mercado de trabalho prossiga da forma como foi nos últimos 20 anos, as mulheres só terão os mesmos salários dos homens no ano de 2047, e apenas em 2086 haverá equiparação entre a renda média de negros e brancos. De acordo com projeções do Banco Mundial, o país terá, até o fim de 2017, 3,6 milhões a mais de pobres. Essas são as constatações do relatório "A distância que nos une, um retrato das desigualdades brasileiras", divulgado nesta segunda-feira (25) pela Oxfam Brasil.(Folha de São Paulo 25/09/2017)

A revanche do capital contra o trabalho, no Brasil teve no golpe parlamentar-jurídico - determinado por interesses do capital financeiro, das grandes empresas, do agronegócio e do rentismo- de 2016, que destituiu a Presidente Dilma Youself , eleita legalmente por votos da população-, um aliado poderoso . O governo do presidente imposto Michel Temer, sob a égide da corrupção segue a cartilha do projeto neoliberal. As conquistas dos trabalhadores de décadas são ameaçadas por Reformas neoliberais, como a Trabalhista e a da Previdência . Aprovada em dezembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/241 - Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) se destina a limitar despesas com políticas públicas e programas sociais para liberar recursos para pagamentos de juros, priorizando o sistema financeiro em vez da vida dos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias.

O golpe de 2016 da elite brasileira, como já afirmado, pelos arautos do capital, conduzido pelo legislativo e pelo judiciário teve e tem, enfatizando, como objetivo principal atacar a estrutura de proteção de direitos à classe trabalhadora, e atacar políticas públicas quer de governo, materializadas em programas, quer de Estado, constitucional. A idéia central é desmontar direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora e fortalecer o capital privado. No que tange à educação, e a saúde a PEC 241 (55 Senado) reduz drasticamente o financiamento destas áreas.

Soma-se a isto o ataque ao pensamento educacional crítico com a Reforma do Ensino Médio e o acolhimento de grande parte da direita pelo movimento e projeto de semelhança fascista, denominado Escola sem partido. A Escola sem partido, não é a violência armada contra a escola, mas também é coercitiva, vai contra todos os preceitos do pensamento que orienta projetos como os da educação crítica e outros voltados à emancipação da classe trabalhadora. Trata-se então, mais uma vez de partir dos tempos violentos que se anunciam para reafirmar que a educação deve servir à emancipação do ser que se cria, visando o enfrentamento das desigualdades e do sistema capitalista que as produzem ,ou então é vã e perniciosa. Neste sentido, a educação não visa o veredito, mas à possibilidade; ela

permite que a razão redescubra sua auto-limitação, na medida em que não incorpora de maneira automática a reflexão das outras formas de saber. Diante cenário regressivo, a impossibilidade da educação parece insuperável. Nas palavras de Tinei (1969)

O que, segundo nos parece, se pode e deve pensar são atividades educativas que estejam inseridas na luta pela transformação radical da sociedade. Contribuir para uma educação, hoje, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos – teórica e praticamente – com a construção de uma forma de sociabilidade em que aquela formação possa efetivamente ser realizada.

A formação humana é sempre histórica e socialmente datada. Por isso mesmo não é possível definir, de uma vez para sempre, o que ele seja como se fosse um ideal a ser perseguido. O autor acima referido traz para o centro da questão o sentido que a formação humana pode ter.

É bom lembrar que para o pensamento crítico sobre a Educação, a questão do sentido, na vida social e histórica, é central. Desde Marx, passando para todos os ramos da Teoria Crítica, sabemos todos que o mundo da Linguagem, dos sentidos e representações sociais nunca é neutro, transparente, diretamente acessível à consciência do sujeito. Ou seja, toda representação ou sentido social passa necessariamente pela Ideologia.

Cabe ao educador fazer a crítica da Ideologia, relacionando-a de forma dialética, os sentidos, as representações e suas estruturas formais. Isso posto, é importante frisar, com Mikhail Bakhtin, que o sentido se constrói de forma conflitual e dialógica. A começar pela própria palavra e seus possíveis sentidos, e chegando às vozes sociais em diálogo, quer no discurso, quer na sala de aula, nos currículos, nas formas de defender a escola pública e valorizar a vida humana.

Com sentido emancipador e crítico experiências educativas tem sido desenvolvidas pelos movimentos sociais. Na contramão de uma escola que exclui, e que promove uma educação para o capital, escolas como Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em parceria com várias instituições públicas. Não cabe aqui analisar as atividades da ENFF, porém pertinente, é registrar que a escola sofreu violência policial marcante em 2017, quando forçadamente agentes de segurança pública adentraram o seu espaço de funcionamento.

Também é bom registrar que escolas públicas do Rio de Janeiro, por ter um sindicato atuante na defesa da escola pública e suas categorias profissionais, como o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE), ou por parcerias com universidades públicas também desenvolvem projetos educativos dentro de projeto de formação humana visando à consciência crítica da realidade. De interesse para esta Tese, há o destaque da escola pública federal, unidade da Fiocruz, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que fica em Manguinhos/RJ, orientada a uma educação emancipatória, como podemos ler em seu Projeto Político Pedagógico:

A EPSJV concebe a educação como projeto de sociedade. Nesse sentido, é defensora de uma concepção politécnica que dialoga com as circunstâncias societárias atuais e, deixando explícita a sua concepção de mundo, compreende que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, e que a aquisição, pela classe trabalhadora, dos saberes elaborados pela humanidade serve de instrumento para a luta contra a divisão social do trabalho e a dominação. Trata-se, assim, de defender que a todo trabalhador deve ser garantida a Educação Básica, como essência para um processo de formação dos profissionais de nível médio e fundamental que os possibilite tornar-se dirigentes. (PPP 2005, p5)

A EPSJV/Fiocruz desenvolve também parcerias como os movimentos populares de Manguinhos, com o MST, e ações em nível nacional e de cooperação internacional. No caso desta Tese, há que se destacar o curso de Educação de Jovens e Adultos Manguinhos (Eja/Epsjv) realizado com as comunidades de Manguinhos, Jacarezinho, Maré e outras em espaço na favela, e parcerias com as universidades públicas. Curso que muito inspirou e contribuiu para pesquisa aqui realizada.

A experiência da EJA-Manguinhos, por exemplo, como é conhecida na Fiocruz e pelos moradores do território busca uma educação que resgate para o conhecimento escolar os conhecimentos educacionais postos fora da escola, assim como realiza participação em atos, palestras que tragam debates importantes para a formação política, uma dimensão forte da formação humana. Isto é importante porque, como nos ajuda a compreender como Pereira (2002) que:

a redução do conhecimento educacional ao conhecimento escolar na formação tem contribuído para a perda ou enfraquecimento de

conteúdos e práticas que possibilitem a compreensão da totalidade social, fundamental para uma educação que se quer emancipatória. Lembrando épocas diversas, em que de modos opostos tratam a relação da vida social com o processo educativo temos o Clássico da Antiguidade - em que o conhecimento educacional é conhecimento social -, e, no advento do capitalismo, - em que a busca pela totalidade social é cada vez mais expurgada da escola e do ensino, apartando cada vez mais a cultura do território da cultura escolar.

A violência armada contra a escola pública, projetos como a “escola sem partido denota o tempo de derrota para o pensamento educacional crítico e revolucionário”, somadas às reações organizadas ou não, traduzem que é também tempo de luta e resistência social. A forte resistência dos estudantes, filhos da classe trabalhadora, da Escola Pública da cidade e do campo a ruptura democrática formal do país com golpe a presidente eleita e ao ataque à educação e demais investimentos públicos e direitos da classe trabalhadora nos permite ter uma leve impressão de que a ação dos educadores transformadores, embora não hegemônica, se fez e se faz presente

Voltando á questão da militarização dos agentes de Segurança Pública e sua constante violência contra a população e escolas em áreas empobrecidas pelo capital, outro dado, nada desprezível, deriva do próprio crescimento das populações urbanas, que passam a funcionar como poderosa ameaça, real ou imaginária, ao sossego do bom burguês, ao bom funcionamento dos negócios e à azeitada reprodução das formas instituídas de exploração do trabalho e da energia dos seres humanos. No plano real, lembremos a Revolução Francesa, as revoltas de 1848 e a Comuna de Paris, os massacres dos trabalhadores e, como consequência, as reformas urbanas, tanto para modernizar, como para mais bem controlar as massas urbanas e impedir revoltas, barricadas, becos e vielas da cidade perigosa.

Em contraponto a uma educação que favoreça ao ideário da dominação, Adorno, Paulo Freire e demais autores que pensam sobre a educação, educar, no conflito e nas contradições e mazelas do capitalismo, para a autonomia é formar para a emancipação visando a não formação de personalidades autoritárias, formadas para o monólogo, a heteronomia e a aceitação ,passiva de regras e valores. No sentido referido acima, emerge o educar, que é sinônimo de crescer enfrentando resistências de todo tipo, sem por isso aderir à maré mansa do conformismo e da adesão ao que existe, é injusto e violento. Aderir ao existente significa concordar e afirmar a violência e a injustiça.

A violência armada da PM do RJ que caracteriza uma das formas de violência contra as escolas, em especial, àquelas situadas em territórios empobrecidos pelo capital, revela uma política de segurança voltada e orientada aos interesses capitalistas do mercado - em que a todo custo devem ser combatidos o roubo às cargas, às drogas - a mercadoria em detrimento da vida da população e sua garantia de direitos.

O secretário municipal de Educação, César Benjamin, decidiu nesta segunda-feira fechar por tempo indeterminado 15 escolas localizadas na comunidade do Jacarezinho. Outras 11 escolas -- duas do entorno do Jacarezinho e nove de Manguinhos -- farão horários alternativos para não expor seus alunos a riscos de tiroteios. A decisão foi tomada após prolongada reunião hoje à tarde com 26 diretores de escolas do Jacarezinho e de Manguinhos. O secretário [...] atacou duramente a Polícia Militar no caso da operação que culminou na morte da estudante Vanessa do Santos, de 10 anos, atingida por um tiro na cabeça dentro de casa na comunidade de Boca do Mato, no Complexo do Lins de Vasconcelos. Ele acusou a PM de ter colocado a estudante na linha de tiro. O modo de atuação da PM está errado. Isso precisa mudar. Nenhuma morte pode ser aceita e de modo algum uma operação da PM pode ser executada de maneira que coloque a vida de inocentes em risco - disse Benjamin, durante encontro com professores da 3ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), na Escola municipal José Eduardo de Macedo Soares, no Lins, onde Vanessa cursava o 5º Ano... () o secretário lamentou o fato de que as reuniões que teve com comandantes de batalhões não terem resultado: Já estivemos várias vezes conversando com os comandantes de batalhões para que nos avisem previamente sobre operação ³⁷.

Como nos informa estudo da FGV (2017) entre julho de 2016 e julho de 2017, o Rio de Janeiro registrou 3.829 tiroteios, o que vem afetando o funcionamento de boa parte das 1.809 instituições de ensino fundamental e médio e as 461 creches e serviços de educação infantil .

Das 1.537 escolas e creches municipais no Rio, 381 escolas ficaram fechadas um ou mais dias durante o primeiro semestre de 2017 por causa de tiroteios ou relacionados a esses eventos. Nas escolas municipais, 129.165 alunos ficaram sem aulas por períodos que variaram entre um e 15 dias, o equivalente a 20,12% do total da rede municipal (641.655 alunos). No primeiro semestre deste ano, em 99 dias dos 107 dias do ano letivo, as escolas e creches tiveram de fechar as portas. Das 388 escolas e creches municipais que tiveram as aulas paralisadas por causa de tiroteios, 36 escolas e creches não

³⁷ Retirado de endereço <https://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-educacao-diz-que-pm-colocou-menina-na-linha-de-tiro-21555869#ixzz4tdrWwVrD> . Acesso: Outubro, 2017.

funcionaram nove dias ou mais. (*Educação em Alvo: Os Efeitos da Violência Armada nas Salas de Aula, FGV, 2017*)

O referido estudo subsidiado por mapas e estatísticas sobre o impacto da violência armada na população em idade escolar no Rio de Janeiro e visa à elaboração de políticas públicas que atendam às diferentes necessidades de crianças e adolescentes em idade escolar, que vivem em áreas vulneráveis com altos índices de violência. Registra no município do RJ que os bairros de Acari e Costa Barros com o maior número de escolas públicas municipais, estaduais e creches no RJ exposta à violências armada, Em Acari, 72 registros de tiroteio/disparos de arma de fogo, e Costa Barros, com 54. Como era de se esperar as escolas públicas localizadas em territórios vulnerabilizados pelo capital, em que há presença do tráfico são as que mais sofrem com o conflito.

Ao fazer análise sobre a relação violência armada e o território, o relatório aponta o que sabemos: *“a exposição à violência gera efeitos duradouros e afeta diretamente as possibilidades de vida dos cidadãos”*

O referido estudo constata *impactos diretos da violência na capacidade de aprendizado e de desenvolvimento de novas habilidades, o que compromete as possibilidades de vida de crianças e jovens*. Em relação à segurança pública o relatório afirma que *os problemas são de difícil solução e de longo prazo e defende a necessidade de priorizar ações (FGV 2017)*.

Matéria trazida pela Agencia Brasil (2017) se reporta ao estudo da FGV e entrevista pesquisadora da instituição:

Para a pesquisadora Barbara Barbosa da FGV/DAPP, há também que se “garantir a presença de profissionais de saúde mental especializados em atender crianças e adolescentes com comportamentos similares ao transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), capazes de lidar com os traumas advindos da exposição rotineira à violência”. Na avaliação da pesquisadora, “essas políticas devem ser continuamente aplicadas em toda a cidade”. Ela entende ainda que, numa perspectiva de justiça social, o estudo, ao trabalhar sobre dados georreferenciados de violência armada, indica as áreas de urgência de atendimento (Agencia Brasil, dia, 2017).

As afirmações da pesquisadora reafirmam a tese central aqui defendida de que o processo de militarização da PM, da segurança Pública provoca mortes e adoecimento dos trabalhadores e seus filhos. Em entrevista a Revista Poli, o pesquisador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Eduardo Ribeiro, reafirma *que a violência urbana, sobretudo a*

violência armada e a de grupos armados organizados, impacta as escolas de diferentes formas. Segundo a matéria:

Ele destaca que, além dos confrontos, as escolas podem ser forçadas a fechar as portas por “ordem” de traficantes, por exemplo. Assim, o tempo de aula em territórios conflagrados costuma ser menor, sobretudo nas áreas onde tais confrontos são mais recorrentes. “Os tiroteios não afetam as escolas apenas diretamente”, afirma. Para o pesquisador, mesmo que as instituições não fechem suas portas, os alunos podem não aparecer por conta de confrontos em outras áreas, perto de sua residência ou no trajeto casa-escola. Além disso, há sempre a expectativa de ocorrência de novos confrontos. “São comuns os relatos de mães que não deixam os filhos irem à escola depois de uma noite conflituosa ou em situações de confronto iminente”, acrescenta. Ele conta que também são comuns os relatos de professores e diretores de escolas sobre o crescimento do abandono escolar, após uma escola permanecer fechada vários dias consecutivos por conta da violência (Revista Poli, 2017).

Na entrevista, o pesquisador chama a atenção para o fato de que estar em uma área conflagrada interfere negativamente na organização do trabalho da escola, na contratação de novos professores e novos alunos, principalmente no horário noturno.

As paralisações e o risco no entorno marcam algumas das escolas com um estigma de ‘escola ruim’ em relação a outras escolas da rede, exemplifica. Outro aspecto negativo é a rotatividade dos docentes que tende a ser maior, além dos pedidos de licença crescentes. “Há relatos de professores que afirmam que as crianças rendem menos porque chegam com sono por conta de tiroteios ouvidos durante toda a noite”, revela Eduardo. Segundo o pesquisador, a exposição à violência provoca estresse, traumas e problemas psicológicos ou comportamentais, nos professores e alunos, atrapalhando todo o processo de ensino-aprendizagem. Revista Poli, 2017

O debate sobre a violência armada contra a escola tem mobilizado instituições conhecidas na esfera mundial e local, como exemplo: neste ano de 2017 a Cruz Vermelha prestará apoio, segundo a Prefeitura para a Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro no enfrentamento dos problemas com a violência armada, que tem afetado escolas em imediações de comunidades mais empobrecidas. Segundo Coordenação da Cruz Vermelha , Nas palavras da Coordenadora dessas ações

A proposta atual do Comitê Internacional da Cruz Vermelha é capacitar profissionais de educação para se proteger e, também, a comunidade escolar nessas situações . O treinamento que vai formar

multiplicadores deve ocorrer em julho, com cerca de 40 pessoas, integrantes das coordenadorias regionais de educação.

Essas ações da Cruz Vermelha com a rede municipal de educação já haviam sido feitas entre os anos 2009-2013, o que demonstra a continuidade dessas ações militarizadas da PM, é certo que com períodos mais acirrados, nas últimas décadas. No ano de 2008, também foi construído o documento “Violação dos Direitos Educativos da Comunidade do Complexo do Alemão” (Rio de Janeiro)(s/data) feito pela Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação - vinculada à Plataforma Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), uma articulação de quarenta e três organizações e redes nacionais de direitos humanos - traduz medidas investigativas realizadas sobre denúncias de ações repressivas e militarizadas com escolas e a população do Complexo do Alemão no ano de 2007.

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação realizou, no período de 8 a 11 de outubro de 2007, missão de investigação para apurar denúncias de violação dos direitos educativos de crianças, jovens e adultos que freqüentam as escolas públicas do Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A missão foi motivada por matérias divulgadas pelos meios de comunicação e por denúncias recebidas pela Relatoria, apresentadas por entidades locais, que informaram sobre o confronto entre as forças de segurança e o narcotráfico, entre maio e julho de 2007, e seus impactos no atendimento educacional. Tais confrontos geraram o fechamento de escolas e creches; a diminuição da jornada escolar nas unidades que mantiveram o funcionamento; e o impedimento do exercício da função de profissionais da educação, o que causou forte impacto emocional e contribuiu para o aumento do risco de vida e a piora das já precárias condições de subsistência da população dessa área.

Explicita ainda o relatório que as visitas às escolas, as audiências com autoridades públicas, as reuniões e entrevistas com comunidades, organizações da sociedade civil e com profissionais de educação desvelaram

[...] que a violência na qual as escolas estão imersas é permanente, cotidiana e não episódica (restrita à fase da megaoperação policial de maio de 2007), situação esta informada também por algumas autoridades. Esta violência tem picos, decorre de conflitos entre forças policiais e narcotraficantes e entre grupos rivais do narcotráfico, e é sentida de forma diferenciada nas áreas do Complexo do Alemão e áreas similares.

No referido relatório já se aponta o crescimento da violência nos últimos anos em várias áreas do Rio de Janeiro. Embora, sem relacionar, diretamente, a crescente militarização da PM nas suas ações regressivas, o documento Violação dos Direitos Educativos da Comunidade do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, pontua questões importantes sobre essas ações, dentre elas;

[...] o conhecimento limitado das autoridades públicas referentes à complexidade e às dinâmicas sociais envolvidas na constituição do poder, funcionamento e reprodução das redes do narcotráfico na região. Essa visão é muitas vezes marcada por preconceitos diversos e pela estigmatização das comunidades; • a inexistência de estratégias articuladas entre níveis de governo (municipal, estadual e federal) e entre áreas de governo (sociais, de segurança e de trabalho) que visem garantir os direitos humanos das comunidades e impactar as causas estruturais do conflito. Desta forma o Estado brasileiro, mais uma vez em sua história, apresenta-se para a população de baixa renda em sua face predominantemente repressiva; (Violação dos Direitos Educativos da Comunidade do Complexo do Alemão (Rio de Janeiro s/d)

A denúncia de violência da Força de Segurança Nacional contra a população das favelas abarca torturas, mortes, desaparecimentos, em 2007, assim como a inexistência de estratégias de prevenção, de redução de danos ou de qualquer outra iniciativa que vise à proteção das comunidades envolvidas. Voltando ao Relatório da FGV(2017) com dados atuais , o referido estudo apresenta não só pesquisa exaustiva e qualificada sobre os impactos da violência armada nas escolas públicas do Rio de Janeiro, como faz proposições para serem implementadas imediatamente , tais como:

[...] a garantia da segurança das áreas de exposição à violência, priorizando o horário de funcionamento das escolas e creches; a realização de capacitações para os professores, de forma que eles possam atender às necessidades especiais de seus alunos decorrentes da exposição à violência; e o oferecimento de condições especiais de contratação para os profissionais que atuam nessas áreas visando garantir estabilidade nas relações escolares para diminuir a alta rotatividade de professores. Estas condições especiais devem envolver desde adicionais salariais pelas condições de insegurança até o acompanhamento psicológico continuado para os próprios professores, passando por cursos de capacitação mais frequentes e pela proibição de a polícia de usar creches e escolas como bases operativas.

Não há dúvidas quanto à validade das proposições, o que não impede o debate sobre a formação do professor necessária a estas situações regressivas.

Deixando claro que nenhum treinamento (exceto os voltados à integridade física das pessoas) será suficiente para garantir a permanência do professor nas escolas em áreas pobres e conflituosas, a aposta deve ser na esfera da formação política, pois o professor é educado no conflito e na contradição e se depara com as mazelas trazidas pelas desigualdades oriundas do capitalismo.

Na terceira das Teses sobre Feuerbach, Marx publicizadas em 1845 Marx afirma que *são os homens que transformam as circunstâncias e, por isso, é necessário primeiro mudar os homens e sua consciência para só depois mudar as circunstâncias.*, Marx propõe uma prática educacional transformadora, em que a escola teria que desvelar todas as relações de dominação e exploração estabelecidas pelo capitalismo no âmbito da sociedade, tornando cada indivíduo consciente da realidade social na qual ele está inserido; também deveria constar na formação a luta militante pela abolição das desigualdades sociais, pelo fim da dominação e exploração de uma classe sobre outra (Marx, Karl. Teses contra Feurbach. In: Marx. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978)

Tomando como ponto de partida a formação docente voltada à tomada de consciência, e pensando junto com Alves (1986) que, didaticamente, busca sistematizar as “*esferas de formação do professor*” em esferas principais em onde a formação acontece, destaca pelo menos cinco: a esfera da vida cotidiana; a acadêmica; a do cotidiano da sala de aula; a da pesquisa; e a esfera da formação política (A Formação do jovem professor para a educação básica. In: Cadernos do CEDES. N° 17. O profissional do ensino: debates sobre a sua formação. São Paulo: Cortez/CEDES, p. 5 - 20, 1986). Giroux (1992) ao pensar a formação docente, baseada na função social do professor, traça categorias quanto ao papel intelectual do professor. Apresenta o autor, o professor como intelectual: hegemônico, adaptado, crítico e transformador. Sobre este último perfil, embora idealize um pouco, Giroux o descreve como aquele que torna “*o pedagógico mais político e o político mais pedagógico*” (p.132). O autor declaradamente se inspira na categoria de intelectual orgânico de Gramsci (19...) ao traçar estes perfis por ele observados.

Ao trazer Gramsci para estudo, compartilhamos da ideia de Giroux sobre essa instituição, para o pensador marxista devemos entender a contradição da própria escola no capitalismo para validá-la, ou seja, a escola é sim um local de reprodução da ordem dominante, mas ao mesmo tempo leva à classe trabalhadora os conhecimentos produzidos pela humanidade (Gramsci, 1971).

O quadro de professores da educação básica das escolas conta com parte significativa de professores “adaptados” o que pode gerar conformismo e/ou desistência ao trabalhar em áreas de confrontos armados. Isto, se acontece, deve-se em grande parte a uma formação acadêmica/escolar acrítica, com a esfera da formação política esvaziada, em que a face da escola reprodutora aparece nitidamente. Sem formação voltada á conscientização crítica do real e desconhecimento da função social do trabalhador, e tendo como realidade lidar com um recorrente e alto risco à vida, o medo em excesso vence e faz a escola apresentar alta rotatividade entre seus docentes.

Por outro lado, este mesmo segmento de professores está entre os mais politizados enquanto classe e tem sido também combativo cobrando das autoridades o fim dessas ações regressivas e extremamente violentas da PM e denunciando a interferência de facções do tráfico ao “mandar” as escolas suspenderem as aulas”, proibirem ocupações de estudantes e outros tipos de autoritarismo:

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), prometeu na última segunda-feira (13) blindar muros e paredes de escolas da rede municipal para protegê-las de confrontos armados.

A representante do Sepe afirmou que, em vez de blindar escolas, “Crivella deveria negociar com a Secretaria de Segurança Pública a proibição de operações policiais no entorno das escolas cariocas, em especial nos horários de entrada e de saída dos alunos. Há muito tempo a gente vem denunciando isso. Alunos morrem no entorno das escolas por causa dessas incursões. Não há uma política de segurança pública efetiva para isso.”

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2017/04/05/>

Um fato que não deve passar como natural é que a maioria das escolas que fazem parte dos territórios é pública. O desrespeito a esta instituição tem sido feito de muitas formas. No caso da violência armada contra a escola pública, não há como não reconhecer a falta de pertencimento e de respeito dos que mandam e dos executam ações contra ela, pois como nos ajuda a entender Valle

Se a educação está sempre necessariamente ligada a um ideal, a um projeto de nação, a Escola pública é a forma de ação educativa que nasce a partir do momento que, para os homens e as sociedades, este ideal se apresenta e a fidelidade a ele já não se esgotam na reiteração dogmática de um passado, mas se concebem como criação da sociedade - ou da parcela que fala em seu nome. Quando, enfim, a atividade política toma, objetivamente, a forma de ação educativa. Em resumo, ainda que seja forçoso admitir que, ao longo de sua história, a Escola pública não raro atuou como um dócil instrumento, afinado ao tom das práticas de dominação e de

mistificação da razão, do status quo e seus valores, quer-nos parecer que ela seja mais do que isto.(Valle, 2017, p.3)

Não se pode esquecer que a escola pública não é apenas *um* dos lugares onde se dá esta socialização dos indivíduos: ela é, por excelência, o lugar onde se institui, na vida do futuro cidadão, esta participação, e um dos lugares mais visíveis de instituição daquilo que, na sociedade, foi decidido que, definitivamente, não pode ficar sob o controle exclusivo de alguns, para não se tornar privilégio privado de uns poucos.

Na base das análises sobre violência praticadas contra a escola, (na maioria públicas) por ação de conflito armado, em que a ação da PM se revela barbárie, não podemos deixar o entendimento da formação do capitalismo periférico no Brasil, desigual e combinado, em que tempos históricos diferentes convivem no mesmo presente, gerando conflitos e problemas de toda ordem. E, acrescente-se, com uma urbanização modernizadora, tardia e muito acelerada, que gerou nossas metrópoles do subdesenvolvimento, uma rápida passagem do campo para a cidade, sem que fossem resolvidos os problemas estruturais herdados de nossa formação como Colônia Portuguesa. De fato, a miséria apenas migrou, das regiões do campo para a cidade, das regiões mais pobres para a mais desenvolvidas, girando em torno da necessidade material e das promessas de felicidade trazidas pelo capitalismo em expansão e pela mitologia do progresso. Promessas, sabemos ou deveríamos saber muito bem, sempre adiadas e, de fato, jamais realizáveis, funcionando como ideologia, um poderoso cimento social para criar consenso, obter adesões, eleger governantes, manipulando as populações, o mais das vezes contra seus próprios interesses e, pior, criando e recriando um mecanismo perverso em que o oprimido se identifica com o opressor, reproduzindo a servidão e a submissão. Adiado sempre a educação política, cultural e moral para a emancipação desses mesmos trabalhadores.

Seguindo com o exemplo do Brasil, em curto período histórico tivemos a formação capitalista modernizada como sinônimo de rupturas, desenraizamentos, deslocamentos rápidos e brutais das populações pobres, de suas tradições familiares, suas culturas orais, sua religiosidade, seus hábitos rústicos e modos de vida arcaicos, para um mundo urbanizado, impessoal e fragmentado, ou seja, como mercadoria-trabalho no mundo da indústria, do comércio e dos serviços expandidos pelo capitalismo.

Ao modo dialético, que inspira a construção deste trabalho, cabe indicar que essas rupturas e desenraizamentos, velozes e violentos, não tiveram sentido apenas negativo, mas também implicaram em avanços - políticos, científicos e culturais - para certas parcelas avançadas dos trabalhadores brasileiros e das classes médias urbanas, formadas no mesmo processo. Num rápido balanço, indiquemos que às populações urbanas manipuladas pela indústria da cultura, televisão à frente, podemos contrapor movimentos organizados, em diversos momentos de nossa história recente, voltados para a superação real do atraso, do mandonismo, do descaso para com a população pobre, da violência contra os despossuídos que tão bem caracteriza a formação do Brasil.

Isso implica em pensar as formações urbanas como algo complexo e contraditório, deixando de lado as reduções mais óbvias, evitando-se assim as idealizações, positivas ou negativas. Assim, não há como demonizar a urbanização, em favor de uma idílica vida rural e campestre, que teria sido o repositório dos mais sagrados e nobres valores - econômicos, religiosos, culturais, familiares - destruídos pela vida nas cidades. No caso brasileiro, tal idealização levaria, em linha reta, ao elogio da sociedade colonial e escravista, gerando um evidente disparate que ignora o conflito e resistência dos trabalhadores do campo. Nem há como fazer uma idealização positiva da urbanização, fazendo da vida nas cidades o repositório do moderno, do avançado, do desejável, do próprio progresso da humanidade. Oram as evidências, bastando ligar a televisão, ler os jornais ou, de forma mais prosaica, andando por nossas cidades e percebendo as formas de violência, de dominação, exploração e segregação, que separam as classes, os grupos sociais, as etnias e as expressões culturais.

Resulta daí uma lição amarga: os trabalhadores(as) podem ser educados contra a civilização, sua própria classe, a garantia dos direitos humanos. Pela educação do capital, como afirma Mézaros, os trabalhadores(as) podem aderir às mitologias mais regressivas e autoritárias, podem canalizar suas frustrações para um líder carismático num sistema totalitário, podem participar de um mal absoluto visto de um ângulo burocrático, impessoal, onde se *cumprem ordens*, apenas. E podem ter personalidades sensíveis à submissão, ao carisma, à demagogia, ao populismo, ao preconceito, ao nacionalismo estreito, aos mitos racistas, que desembocaram na violência contra o melhor de toda uma época produzida pela classe trabalhadora: a

própria cultura urbana de Weimar, incluindo os artistas de vanguarda, a psicanálise, os socialistas, os comunistas, os homossexuais, etc.

No entanto, ao pensamento crítico ainda cabe a tarefa de não aderir ao existente, não ser contido em sua esperança, não confirmar a violência, o esquecimento e a alienação, mesmo quando essa tarefa parece quase impossível, uma miragem sem memória, um vasto convite para que nos integremos ao mesmo, à reprodução ou mesma à repetição, ao presente vazio que essa etapa avançada do capitalismo oferece, na forma de um fetichismo da mercadoria que atravessa toda a vida social, objetiva e subjetivamente. (Marx, O Capital, Livro I, vol 1)

Dentre as narrativas dos moradores(as) de favelas entrevistados(as), analisamos que 91% dos moradores(as) entrevistados afirmaram que a violência armada prejudica a sua educação escolar e/ou de familiares e/ou pessoas próximas, enquanto 9% afirmaram que a violência armada não afeta sua educação escolar e/ou de familiares e/ou pessoas próximas, como mostra a tabela abaixo. As narrativas dos 91% expressaram uma intensa interferência nociva da violência com uso de armas de fogo na educação escolar, especialmente pela quantidade excessiva de aulas perdidas, mas também por prejudicar o aprendizado na escola devido à dificuldade de concentração por preocupação com familiares que estão em risco em suas casas e a dificuldade de estudarem para conteúdos escolares em suas casas mediante ameaças e realização de confrontos armados nas comunidades onde moram, como podemos analisar na tabela 6 abaixo.

Tabela 8- Violência armada e impacto na educação escolar de moradores(as) de favelas

Impacto da violência armada na educação escolar	Principais narrativas de moradores de favelas	Porcentagem em relação ao total de entrevistados(as)
Violência armada no território prejudica a educação escolar do(a) morador(a)	“meu irmão e família ficam sem aula pelo tiroteio[Manguinhos]”, “insegurança ao retorno escolar[Manguinhos]”, “ tirei minha neta da creche porque botaram um boca de fumo perto e começou a ter tiroteio quando aparecia a polícia[Manguinhos]”, “um mês quase todo sem aulas por causa dos tiros”, “fico com medo pra ir para a escola com essa violência[Manguinhos]”, “saí muito de baixo de tiroteio pra buscar meu filho	91% do total de pessoas entrevistadas

	na creche na Maré”, “tiroteio sempre no horário de buscar meu filho [Maré]”, “medo de não poder voltar para minha própria casa[Maré]”, filhos sempre sem aula quando tem operação na favela” [Jacarezinho]	
Violência armada no território não afeta a educação escolar do(a) morador(a)	“Nunca afetou minha educação escolar[Manguinhos]”, “a mim não afeta, onde mora na Maré, mas afetava quando morei na Baixada”	9% do total de pessoas entrevistadas

Cabe destacar também os efeitos descritos nas crianças, em sua concentração e aprendizado. São narrativas que descrevem como crianças, normalmente filhos(as) e netos(as), passavam a ter medo de ir a escola e dificuldade de se concentrar depois de vivenciarem confrontos armados muito próximos a escolas. Embora os efeitos particularmente contra crianças sejam preocupantes por estas estarem em condições mais vulneráveis à violência, narrativas também expressaram dificuldades de concentração e aprendizagem geradas pela violência armada na adolescência e na vida adulta. As falas abaixo expressam esse amplo impacto geracional da violência armada no processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos:

“[...] com a violência as crianças não conseguem se concentrar e nem obter o mesmo desempenho de crianças que vivem em local sem violência tão explícita”
(Viviane Cruz, moradora da comunidade CHP2, Manguinhos, 36 anos)

“Já afetou ao levar meus filhos no colégio. Na hora da busca na escola o tiroteio era sempre nesse horário, a violência as vezes eram contínuas, as crianças tinham medo, ficavam acuadas”
(Maria de Fatima de Lima, comunidade Vila do João, Maré, 48 anos)

“[...] impactou meu rendimento escolar saber que meus familiares estavam na favela, e eu na escola nervosa quando eu era adolescente”
(Michelle Santos de Oliveira, 36 anos, moradora da comunidade Vila Turismo, Manguinhos)

“[...] em casa quando tem tiro, eu não posso estudar na laje que tem iluminação melhor porque fica perigoso”
(Antonio Henrique, 47 anos, morador do Parque João Goulart, Manguinhos)

Outro aspecto fundamental de ser destacado reside no adoecimento e sofrimento gerado pela violência armada como obstáculos à aprendizagem ou mesmo como geradores de abandono do estudo escolar, sejam nos frequentes confrontos com uso de armas de fogo ou pela ameaça permanente de ocorrerem. O profundo impacto percebido que analisamos anteriormente pode afetar de forma ainda mais danosa as crianças no que tange o adoecimento, sofrimento e dificuldade de aprendizagem. Como explica Lent (2017), em entrevista:

Para aprender é preciso focar a atenção na leitura, no professor, na lousa . Mas quem consegue focar a atenção nessas atividades escolares, quando é forte a expectativa de um tiroteio, de um assassinato, uma terrível situação de pânico? A violência, portanto, não é danosa apenas quando ocorre: deixa rastros definitivos.

Em relação a perda de aulas devido ao cancelamento do funcionamento das escolas públicas do território segundo opção dos gestores desses espaços devido a violência armada, cabe destacar que moradores (as) chegaram a narrar situações em Manguinhos e Jacarezinho em que suas escolas ou de seus familiares ficaram fechadas de 15 a 30 dias em sequência devido aos confrontos armados ou possibilidade dos mesmos ocorrerem. Há, portanto, um objetivo e trágico impacto da violência armada na educação escolar dos três referidos territórios de favela, ainda pouco pesquisado, notificado ou publicizado por instituições públicas e de governo. Impacto descrito de forma impressionante por dados expressos por Lidiane Malanquini da Ong Redes da Maré, situada na Nova Holanda, ao destacar que nesse território os estudos da referida Ong chegaram ao seguinte apontamento:

“No percurso formativo letivo de 12 anos, um aluno da Maré tem um ano a menos de aula em razão dos fechamentos das escolas em dias de conflitos”.

4.4 Notificação compulsória da violência: desafios para profissionais de equipamentos públicos de saúde e de escolas

Não foram poucas as medidas recentes por aprovação de documentos, decretos, portarias e leis, principalmente no setor saúde, que apontaram para a

necessidade e exigência legal de registros por notificação compulsória por profissionais de saúde das diferentes formas de violência em seu espaço de trabalho. A portaria 104 de 25 de Janeiro e 2011, oficializada pelo Ministério da Saúde, por exemplo, reforça a obrigatoriedade da realização por profissionais do setor saúde e de estabelecimentos públicos de ensino de notificação compulsória dos diferentes tipos de violência sofridos e narrados por cidadãos e cidadãs usuárias (em especial a inclusão da violência sexual e agressão física contra mulheres) desses equipamentos públicos às secretarias municipais ou estaduais de Saúde. Além das exigências do Estatuto da Criança e Adolescente instituído em 1990, é possível afirmar que houve uma considerável ampliação conceitual e legal produzida destacadamente pelo pensamento crítico da saúde e oficializada pelo Ministério da Saúde sobre as diferentes formas/tipos de violência e suas relações fundamentais com a saúde da população brasileira, ainda que na prática existam desafios importantes para sua concretização.

Desde 2001 até 2017, foram realizadas ações legais relevantes oficializadas pelo Ministério da Saúde (MS) no que se refere à relação entre violência e saúde. Com bases nos documentos de “Instrutivo Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada” (2015) e “Notificação de Violência Interpessoais e Autoprovocadas” (2017), podemos destacar como referências legais fundamentais nesse aspecto:

Em 2001, o MS publicou a Portaria nº 1.968 que estabeleceu a notificação, às autoridades-competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes...”; em 2003, o MS publicou a Lei nº 10.778 que estabelece a notificação compulsória em caso de violência contra a mulher nos serviços de saúde públicos ou privados; Decreto nº 5.099, de 03 de junho de 2004, regulamentou, para todo o território nacional, a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher...; em setembro de 2005, foi aprovada a Agenda Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle dos Acidentes e Violências; em 2006, mediante a Portaria MS/GM nº 1.876, de 14 de agosto, foram instituídas as diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, apontando para a necessidade da notificação dos casos de tentativas de suicídio; em Janeiro de 2011, a portaria 104 que define relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional...; em 2011, o artigo 19 do Estatuto do Idoso foi alterado pela Lei 12.461, que estabeleceu a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde; em 2014, a Política Nacional de Promoção da Saúde foi revisada e publicada a Portaria nº 2.446, reafirmando como uma de suas prioridades, o enfrentamento das violências; ”a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde

pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

O planejamento concebido para os espaços onde estão situados os equipamentos em saúde e educação é, porém confrontado com a realidade de profissionais e cidadãos usuários do SUS em suas práticas espaciais no cotidiano, em especial nos territórios de favelas marcadas pela violência armada e práticas de exceção. Poucas são as notificações registradas ainda pela Atenção Básica de Saúde, e poucos são os desdobramentos de notificações de violência que resultem em ações de prevenção e/ou enfrentamento a violência, apesar do recente crescimento de experiências com “esforços que a gestão que a gestão tem realizado em treinamentos e capacitação de Recurso Humanos em Saúde para a minimização e enfrentamento da violência”, como explica Rolim et alii(2013,p.94) ao pesquisar a Atenção Básica de saúde em Fortaleza.

A contradição entre o concebido legalmente e o praticado nos locais de trabalho (e de vida) ocorre, dentre outros fatores, por dois motivos principais: a ausência de formação profissional de parte significativa dos trabalhadores(as) de saúde e educação pública para lidar e agir com situações envolvendo diferentes tipos de violência; e o medo dos referidos trabalhadores(as) diante de riscos e violências sofridas pelos mesmos. Como resume Rolim et alii (2-13, p. 94), “enfrentar a violência e suas consequências sempre foi um grande desafio na trajetória da saúde”.

Em relação ao medo dos trabalhadores e as violências sofridas em escolas e equipamentos públicos de saúde que impedem a notificação, podemos ressaltar:1) a violência de determinados gestores que intimidam nas relações de trabalho outros profissionais que buscam prevenir e enfrentar a violência; 2) ameaças, agressões verbais e físicas de parte de cidadãos(as) usuários(as) do SUS, estudantes e familiares contra profissionais de saúde e educação; 3) ameaças de grupos civis armados, facções do narcotráfico, milicianos e de parte dos agentes de segurança pública. Embora a última remeta mais diretamente a violência com uso de armas de fogo, é possível afirmar que em territórios de favela e periferia urbana a violência armada influencia direta ou indiretamente todas as formas descritas.

A primeira, embora nem sempre se relacione com a violência armada, ocorre, por exemplo quando “um gestor utiliza o poder local para intimidar ameaçar

professores e estudantes que querem registrar violências, até da polícia”, ou quando “ o diretor usa um trabalhador familiar de alguém do crime local para silenciar profissionais que querem denunciar violências contra moradores para o governo”, como dois moradores de Mangueiras e Jacarezinho, respectivamente narraram oralmente em entrevistas, solicitando o sigilo nominal. Nessa pesquisa, não aprofundamos diretamente entrevistas com profissionais de saúde local que atuam em favelas, buscando em pesquisas e mídias jornalísticas essas referências, priorizando como destacamos anteriormente, entrevistarmos moradores e moradoras de favelas que em sua grande maioria usam equipamentos públicos locais de educação e saúde, mas não são necessariamente profissionais de educação e saúde.

Para aprofundamento de pesquisas com análise sobre as representações dos profissionais de saúde e de educação sobre o tema destacamos aqui as pesquisas de Minayo et alii(2007), Lima & Peixoto (2007), Guimarães e Silva et alii(2013) , Gavidia et alii(2013), Andrade et alii(2013), que analisam situações nas quais profissionais de saúde e de educação são vítimas de violência interpessoal, mas também ressaltam momentos em que os mesmos podem ser promotores de violência institucional. Ainda sobre esse impacto da violência, Andrade et alii(2013, p. 213) analisa que “cotidianamente esse fenômeno comparece nas relações estabelecidas entre os vários agentes envolvidos no processo de trabalho”.

No caso dos trabalhadores de espaços de educação e saúde situados em favelas ou próximos, reproduz-se uma tendência de ausência ou dificuldades grandes desses profissionais dialogarem com gestores e agentes de Segurança Pública em relação ao impacto da violência armada que impacta profundamente o cotidiano de trabalho. Há sem dúvida um conflito, já destacado anteriormente nessa pesquisa, entre as concepções que formam os profissionais e suas atuações bastante distintas, uma vez que, por exemplo, que “o setor Saúde, além da tradição de prevenção, tem a ótica do cuidado como *ethos*, no que se diferencia da práxis da segurança pública, que visa a reprimir crimes e contravenções”(Minayo, 2007, p. 29).

Entretanto, existe também uma contradição relevante, latente em territórios de favela, que reside na questão da violência atribuída ao outro profissional e assim reciprocamente, por vezes com a busca de se eximir de responsabilidade em relação a sua atuação profissional. É comum o profissional de saúde atribuir

exclusivamente a forças policiais a tarefa de lidar com violências ocorridas na escola, em equipamentos de saúde ou em comunidades onde estão inseridas, assim como também é usual ouvir declarações de profissionais da segurança pública justificando a violência pela ausência de estudo ou tratamento de saúde adequado.

Enquanto a maior parte dos agentes de segurança pública, em especial os policiais militares e civis que atuam em favelas, prioriza o entendimento de seu trabalho que deveria ser de “servir, proteger” pelo caráter violentamente repressor, negando qualquer postura formativa e preventiva na relação com moradores, atribuindo esse trabalho aos profissionais de educação e de saúde; os profissionais de saúde e educação quase sempre reduzem o trabalho de lidar com a violência armada (e outras diferentes formas de violência) aos agentes de segurança pública. Abaixo, respectivamente, seguem análise crítica de pesquisadora da saúde e declaração de agente de segurança pública da UPP Mangueiras³⁸, que expressam essa contradição de difícil superação:

Chamou a atenção o despreparo dos trabalhadores para lidarem com as violências, em que muitos profissionais associam as violências a questão de polícia e não interligados ao setor saúde, uma vez que é para os serviços de saúde que habitualmente indivíduo vítima de violência é encaminhado, sendo dessa forma um problema que é também do setor saúde (ANDRADE et alii, 2013, p. 214)

“ Após a ocorrência de uma operação devido a roubo de carga em que meus policiais tinham sido recebidos a tiros por criminosos na comunidade, um jovem muito alterado por uso de drogas respondeu a abordagem policial agressivamente e pulou do segundo andar na direção de policial que se defendeu. Jovem como ele que usa droga, é dependente, e deveria ser tratado pela saúde, mas sobra para o trabalho da polícia”.

(Policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora de Mangueiras)

No caso da maioria das escolas dos territórios de Mangueiras, Jacarezinho e Maré, também identificamos uma ausência de notificações compulsórias de violência feitas por profissionais de educação que resultassem em ações diferentes das usuais por parte das secretarias de educação municipal e estadual. Algumas narrativas de moradores registraram uma reclamação frequente de familiares com o fechamento de escolas públicas e também de clínicas da família em momentos de

³⁸ Depoimento dado diretamente por agente de segurança pública da UPP Mangueiras, após evento de violência na favela em 2017.

confrontos com uso de armas de fogo no território. Familiares de crianças em creche, em especial, narraram situações em que foram buscar seus filhos(as) ou netos(as) nas referidas escolas de educação infantil, durante o trajeto os confrontos foram iniciados e encontram os espaços com portões fechados, e não puderam lá se abrigar. No entanto, durante os intensos confrontos armados, não é simples ou fácil para professores, diretores e gestores de espaços de educação e de saúde decidirem a melhor alternativa em relação ao encerramento ou não das atividades. Há um elevado risco também de traficantes com armas de fogo ou policiais usarem esses espaços como abrigo ou rota de fuga, o que expõem significativamente estudantes e profissionais a serem alvejados também. A decisão fica ainda mais complexa quando tratamos de espaços com maioria de crianças estudando ou sendo atendidas/acolhidas, uma vez que a tarefa de acalmar, organizar e proteger crianças sempre traz desafios ainda maiores, devido ao desespero e as dificuldades de autoproteção das mesmas, inerentes à idade, em momentos de flagrante violação ao “direito a proteção à vida e à saúde” e ao “nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Destaca-se também a falta de sensibilidade sobre a questão da maior parte dos secretários (as) de educação e de saúde do Rio de Janeiro de 2013 a 2017 para cobrar e ampliar debate com gestores, diretores, professores e comunidade ampliada de profissionais, estudantes, familiares, organizações comunitárias e movimentos sociais locais sobre ações de prevenção e enfrentamento ao processo de (para)militarização com violência armada. Dentre as exceções a insensibilidade sobre questão tão impactante no território, podemos destacar os pronunciamentos em audiência pública e para a grande mídia do secretário municipal de Educação, César Benjamin contra a violência e chamando as escolas e comunidade escolar para uma reação contra a violência armada:

Nossa rede é muito grande, cerca de 20% da cidade gravita no entorno dela, é poderosa e tem legitimidade. No momento em que as instituições brasileiras perderam sua legitimidade, a sociedade quer reagir ao quadro de violência que esta vivendo, mas ela não encontra caminhos e a rede pública de educação vai começar a abrir caminhos para a sociedade reagir. E para reagir a gente tem que enfrentar o tamanho da crise. Não quero esconder a realidade, porque eu estou vendo que o Rio de Janeiro está morrendo aos poucos. O nível de violência atual não permite mais a vida social, dificulta muito o turismo, o comércio, a vida cultural... Vejo áreas da

cidade que estão morrendo, às 19h30 não tem ninguém na rua, as pessoas estão trancadas em casa. Eu estou fazendo um chamamento à reação da cidade³⁹.

As exceções a essa lógica de silenciar a questão da violência armada e seu impacto identificadas durante o período de pesquisa foram, na escala dos territórios de Manguinhos e Jacarezinho, os valiosos esforços para planejamento integrado das atividades letivas com diferentes movimentos sociais e instituições empreendidos por direções e professores(as) do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, do Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro e da Escola federal Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. Em relação aos colégios mencionados destacou-se o diálogo, manifestações e ações conjuntas dos mesmos com coletivos do Conselho Comunitário de Manguinhos, com o Movimento Favelas Contra a Violência, grupos culturais comunitários, Movimento Popular de Favelas, Fórum Social de Manguinhos, com a própria Fundação Oswaldo Cruz e seu sindicato, a ASFOC, a COMACS e o CGI. Esforços que resultaram, em ações nas escolas e Fiocruz, mas também em manifestações ampliadas contra a violência armada realizados no território de Manguinhos. Nesses atos, ações e manifestações, importantes declarações de moradores de favelas e de sensibilização de gestores das escolas não apenas com o impacto que sofrem em seus locais de trabalho, mas sobretudo em solidariedade a grande maioria dos moradores das favelas de Manguinhos e Jacarezinho:

"Desde o começo do ano estamos convivendo com conflitos intensos de forma recorrente. Esse ato é uma luta pela segurança não só nossa, mas dos moradores da área, pois, se pararmos para pensar, alunos, professores e funcionários só estão aqui numa certa faixa de tempo durante o dia. Agora, e os moradores que estão sujeitos a uma bala perdida 24 horas por dia? Precisamos lutar contra a violência⁴⁰"
Marcela Pronko, Vice- diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz, em 2016.

³⁹ Retirado de endereço https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/politica/1498079260_522993.html. Acesso: Outubro, 2017.

⁴⁰ Retirado de endereço <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/fiocruz-promove-ato-contra-violencia-no-rio>. Outubro, 2017.

A análise das narrativas dos moradores, de parte dos meios de comunicação midiáticos e também de pesquisas sobre o tema, revelam a extensão e a complexidade dos danos gerados pela violência armada da (para)militarização na saúde, na educação e no cotidiano dos moradores das favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré. Diferentes formas de violações de direitos, de lesões com uso de armas de fogo, de homicídios, de sofrimento e de adoecimento são recorrentes no cotidiano de vida daqueles que vivem a favela. As analisamos e as apresentamos aqui organizadas em três grandes grupos, com onze(11) categorias referentes ao impacto na saúde percebido por moradores e moradoras de favelas consideradas de “alto risco”, com histórico de intensa (para)militarização. Essa percepção, sem dúvida, revelou ser influenciada pela posição espacial dos moradores e dos diferentes usos e ocupações do território.

Em relação ao impacto da violência com uso de armas de fogo na educação escolar, destacou-se a perda das aulas devido aos tiroteios. No entanto, as narrativas sugeriram também que os impactos danosos da violência armada na aprendizagem dos moradores das favelas estudadas não são simples, e sua complexidade está para além da sala de aula, contendo diferentes partes do território de vida dos estudantes crianças, jovens e adultos. O impacto na aprendizagem de crianças foi destacado pelas narrativas, e mostrou-se particularmente preocupante e exige pesquisas que aprofundem o entendimento da extensão de seus danos. O cotidiano das favelas estudadas expressa diferentes formas de violação ao acesso a equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e cultura, além dos direitos de ir e vir e do próprio direito fundamental a vida. Expressa também formas de resistência e luta social, necessárias protagonizadas pelos moradores e moradoras, como única alternativa para visibilizar e apontar possibilidades de transformação do território e suas relações de poder. São essas formas, em contexto de extrema coerção e cerceamento político, que possibilitam apresentar para o restante da cidade a gravidade desses impactos na favela (para)militarizada, e simultaneamente propor novas formas de vida e política no território. Como discutiremos no próximo capítulo, a resistência e a luta social são não apenas reações urgentes necessárias, mas também ação que contém a esperança em novas formas de existência dos moradores e moradoras.

5 TERRITORIALIDADES DE RESISTÊNCIA E LUTA SOCIAL NA FAVELA: COMO CONTER A ESPERANÇA?

“Tentar fazer a luta política pra melhorar a vida do morador da favela é ter que viver sempre no olho do furacão, quando não é um poder é o outro”. Com essas palavras, uma importante militante de coletivos em defesa de direitos humanos nas favelas de Manguinhos me narrava sobre uma realidade da luta social na favela da qual nunca mais consegui me afastar. Nascida e criada em Manguinhos, a militante descrevia os riscos permanentes ao direito à vida de quem se contrapõe ao que é violentamente imposto na favela. O ano era 2008, início do Programa de Aceleração do Crescimento, voltado destacadamente para a urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Muitos recursos públicos, somando um montante ‘nunca antes visto na história daquela favela’. Recursos suficientes em projeção para transformar significativamente o território e as condições de vida dos moradores. Seu impacto, porém, foi muito aquém da esperança dos moradores e trabalhadores que se organizaram e lutaram por habitação saudável, saneamento ampliado, direito à vida e para participar diretamente da política que ditaria os rumos de suas vidas. As transformações desejadas ficaram restritas ao âmbito da projeção e as esperanças concebidas foram desmanchadas por uma confluência perversa de interesses capitalistas, territoriais e práticas de exceção. Como se pudesse presentificar naquele espaço o extremo da natureza violadora da cidade sob hegemonia neoliberal, essa confluência insistia em gritar aos coletivos locais que lutavam por garantia de direitos: a favela não é o lugar da política! Não é lugar para falar dos direitos para quem a vive! Mas as resistências da favela insistiam em dizer o contrário, em perceber o território também como esperança.

O relato acima em tom de desabafo, expressa os rigorosos limites para a política e a redução da violência em territórios (para)militarizados de favela. Defendemos, porém, que as escolas e os equipamentos de saúde não podem viver isolados, ou fechados ao cotidiano de vida nos territórios da periferia urbana e de favelas, de suas múltiplas territorialidades e relações de poder. Não podem ir além ou superar suas contradições, isolados, ou distantes das lutas sociais, do diálogo com instituições próximas e da realidade da violência armada e múltiplas outras formas de violência que marcam o cotidiano do território de vida dos seus moradores. Essa articulação é a única que permite real poder para diálogo ampliado

questionador do processo de (para)militarização com violência armada e cobranças de mudanças na política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

A dialética do território nos permite denunciar o terror e simultaneamente anunciar formas- frequentemente ocultadas-, solidárias e/ou emancipatórias de luta social. Permite libertar o olhar para *“uma ‘outra cidade’ potencial, indiciada pelo teor dos conflitos urbanos, que não se deixa apreender facilmente por discursos únicos ou por entidades que atuando ‘por cima’, visem a eficiente unificação política das práticas sociais”* (Ribeiro, 2006, p. 29). Construir conhecimento e práticas emancipatórias em diálogo permanente com as territorialidades democráticas de luta social é o desafio posto para a concepção crítica de planejamento das periferias urbanas. Para tanto, nesse terceiro momento da pesquisa pretendemos analisar brevemente a forma e o sentido das lutas sociais que se contrapõem a lógica da militarização das favelas. Refletir sobre como a luta social, entendida enquanto determinação social da saúde, produz enfrentamento e prevenção as formas de violência produzidas pelo processo de militarização das favelas.

A representação do espaço urbano como uma abstração aterrorizante e imobilizadora colide cotidianamente com variadas formas concretas e simbólicas de resistência territorializadas, de (re)significação do espaço, enquanto condição e meio para o resgate de múltiplas identidades coletivas. Ribeiro (2006, p. 29) torna mais amplo nosso olhar ao atentar para as múltiplas faces e sentidos da resistência ao atual padrão de cidade neoliberal, afirmando:

Há sim insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado. Nesta insurgência, que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea; conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão.

As cidades, marcadas espacialmente por práticas de exceção, são também territórios múltiplos de experiências coletivas vividas pela luta social e de classe, por resistência cultural e política às violências da urbanização capitalista. Dessas experiências, historicamente construídas, florescem novas formas de apropriação do

espaço que confrontam a opressão, a exploração e a dominação no cotidiano urbano - entendido também como “lócus da geração de demandas e espaço da luta política” (Brandão, 2007, p.193). São experiências que povoam o reino da necessidade produzida pelo desenvolvimento desigual capitalista, mas não são somente estratégias de sobrevivência material. Coletivamente, tentam reparar carências, desejos, projetos políticos e modificar o sentimento de que muito se perdeu em trajetórias até então determinadas por um modelo de cidade a que a maior parte de sua população trabalhadora pertence apenas precariamente e de forma subalterna (Bueno,2008).

Como resistência social entendemos os processos de reivindicação e criação social que se inscrevem e (re)escrevem o espaço urbano em disputa. Trata-se, dessa maneira, de uma noção que abrange uma dinâmica que inclui, mas não se restringe a “particularismos militantes” ou a “ativismos acomodatórios e apaziguadores”, e que se insere em um contexto de lutas sociais organizadas por transformação social na cidade (Harvey, 1996; Ribeiro, 2006). Pensar o território como resistência significa entendê-lo a partir de um cenário de ações, individuais e silenciosas ou coletivamente ativas e protagonizadas por movimentos sociais organizados a partir da luta pelo território - a luta pela apropriação e resignificação do tempo/espaço dominante. Território, portanto, aqui entendido enquanto processo social, pressupondo relações de poder mediadas no e pelo espaço (Haesbaert, 2004).

O conceito de movimentos sociais que nos norteia procura fugir de interpretações simplistas e genéricas que o associem a qualquer forma de ação coletiva ou mobilização reivindicativa da sociedade, mas que considerem fundamentais os seguintes elementos para sua definição: “a existência de um conflito”; “a consciência da situação de opressão” e/ou exploração e/ou dominação, “que está relacionada à perspectiva de reprodução ou de transformação social”; “a existência de relações de poder e a ação coletiva organizada em objetivos comuns”(Aguiar e Bollmann, 2011, p. 63).

Quando direcionamos o olhar crítico do planejamento urbano para conflitos e à luta social, contextualizada na singularidade das relações de poder que constituem a território de favelas da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que se caracteriza centralmente pela resistência dos movimentos sociais e organizações comunitárias democráticas às práticas de exceção protagonizadas por agentes de segurança

pública, milícias e facções do narcotráfico em escala local e espacialmente definida, porém não exclusiva, de violência legal e extralegal.

As variadas formas de violência e desrespeito a que são submetidas às classes populares nas favelas produzem medo e adequação, mas também resistência e luta coletiva. Como sintetiza Kowarick(2009, p.301),ao refletir sobre a periferia e a favela, é “de se esperar que a ‘experiência de desrespeito’, profundamente presente nos bairros populares, venha a se constituir na matéria-prima de resistência e lutas coletivas que façam os grupos escanteados escaparem da vulnerabilidade socioeconômica e civil que caracteriza o cotidiano de suas existências”.

Pensar no território enquanto esperança significa reconhecer o revelador olhar de estudantes moradores de favela sobre a violência armada no território, sua capacidade de apontar os limites do ainda autoritário modelo seguido pelas políticas de segurança pública desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro. Por exemplo, a experiência de educação de jovens e adultos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, instituição situada em Manguinhos, busca produzir conhecimento em diálogo permanente com movimentos e organizações do território. A partir de um eixo transversal denominado “Meio Ambiente e Modelo de Desenvolvimento”, as aulas de história e geografia em uma das turmas séries iniciais do ensino fundamental trouxeram o seguinte recorte temático: “Meio Ambiente de Manguinhos”. Como primeira etapa da metodologia, o semestre em dois blocos temáticos: 1) Manguinhos que temos, 2) Manguinhos que queremos. Foram apontadas as principais questões e problemas que afetam a vida dos moradores no território de favela.

Das temáticas abordadas, o assunto mais difícil a ser debatido foi o da segurança pública. Foi percebido que os estudantes não se sentem à vontade de falar abertamente sobre o tema, pela cultura do silêncio e do medo das forças armadas que atuam no território. Os estudantes relataram suas dificuldades de chegar à escola diante do intenso tiroteio na favela do Jacaré, inclusive, muitas aulas na EJA-Manguinhos foram perdidas em períodos de confrontos armados. Como parte da atividade pedagógica proposta, fora apresentada a construção de um cartão com mosaico de imagens e palavras recortadas de revistas e jornais que expressassem para eles o que é segurança pública e como gostariam que fossem.

Após a construção coletiva de um texto, um dos grupos expressou a seguinte opinião a respeito:

“A segurança da gente é péssima. O carro não respeita o sinal. O ciclista não respeita o pedestre. Ter segurança é ter trabalho e casa segura. Não ter barulho na porta de casa. Fé e luta da juventude! Em Manguinhos não tem rua adequada para os cadeirantes. Segurança é não ter morte de jovens e crianças assassinadas”.

Poucos meses depois, a partir de iniciativa de estudantes e profissionais da Eja/Epsjv/Fiocruz que se estendeu para organizações comunitárias, movimento social, Fiocruz, sindicato, biblioteca, igrejas e escolas localizadas em Manguinhos, Jacarezinho e Maré, formou-se um coletivo denominado comissão contra a violência na favela. A referida comissão buscou priorizar uma organização ampliada que refletisse a diversidade política de posicionamentos coletivos dos moradores e moradoras dessas favelas, sem desconsiderar a necessidade de união desses posicionamentos em torno de propostas objetivas para a redução da violência armada a partir de cobranças para uma segurança pública garantidora de direito. Após debate ampliado com presença de aproximadamente 60 pessoas, produziu a seguinte uma carta-documento (anexo A) enviada como cobrança a secretarias de governo no ano de 2016. O texto que compõe a carta expressa dialeticamente denúncia e anúncio, indignação e projeto de transformação.

Destaca-se também a reorganização de lutas no território do Movimento Popular de Favelas a partir de 2016, formado especialmente por militantes das favelas de: Manguinhos, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Dendê. Movimento herdeiro de uma herança progressista de movimentos democráticos de base de favelas com maior força nos anos 80, em especial durante governos de Leonael Brizolla. Influenciado por novas e antigas gerações de militantes e ativistas sociais sob inspirações políticas progressistas distintas- socialistas, brizolistas ou do chamado “campo popular democrático”- o movimento busca retomar uma identidade política das favelas que vislumbre uma perspectiva de segurança pública garantidora de direitos humanos, preventiva, “desmilitarizada” e que valorize a participação popular e comunitária dos moradores em políticas públicas que reduzam a violência armada.

Além da construção de manifestações, atos, o Movimento Popular de Favelas liderou construção de audiência pública sobre o “O genocídio da população negra e periférica do Estado do Rio de Janeiro”, em 2017. Participaram dessa importante Audiência: movimentos populares, ONGs, Comissões parlamentares de Direitos Humanos, de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, Combate às Discriminações, Racismo, Intolerância Religiosa e LGBTfobia e Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários. Da referida audiência surgiram propostas importantes, dentre as quais uma aprovada publicamente de criação de um Fórum de Segurança Pública das Favelas, tendo como membros lideranças de movimentos sociais de favelas, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos da Alerj e com indicativo de convite a participação de órgãos de saúde pública, educação pública e cultura.

Parte relevante dessas propostas de prevenção e enfrentamento a violência armada foram desenvolvidas em 2017 para os territórios de favela estudados. Não pretendemos aprofundar análise sobre essas lutas sociais ou audiência em específico, uma vez que não constituem o contexto e objeto fundamentais dessa tese. Destacamos aqui, porém, três propostas importantes realizadas pelo Movimento Popular de Favelas e a Comissão Contra a Violência na Favela, apoiadas pelo na construção pelo autor que aqui escreve e que apontam para um caminho diferente do existente para a política de segurança pública do Rio de Janeiro. As propostas abaixo dos movimentos fazem parte de documento em construção com outros atores da sociedade civil denominado “Protocolos de Segurança Pública e Redução de Danos do Rio de Janeiro” em construção, a ser encaminhado a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e ao MP-RJ :

- **Operações policiais:** Que a Secretaria de Segurança pública tenha como prioridade o combate ao tráfico internacional de armas ilegais e drogas ilícitas, quando essas chegam as nossas fronteiras regionais, para diminuir cada vez mais o poder ostensivo de armas do tráfico e também os utilizados pelas forças de segurança, pois nenhum protocolo de segurança nos territórios terá efeito sem a eficiência dessas medidas. Levando-se em consideração a CPI do Tráfico de Armas realizada pela Alerj que informa ser a maior parte das armas ilegais que circulam no

Estado do Rio de Janeiro oriundas de forças de segurança pública e de segurança nacional, destacamos a necessidade de maior controle de órgãos públicos sob tais forças. Todas as operações policiais, em áreas sensíveis, deverão ser de conhecimento do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Secretaria de Segurança Pública e demais órgãos de segurança envolvidos, para que sejam operações com o máximo rigor do controle, dos objetivos traçados e compartilhados, além dos resultados conseguidos. Para que prevaleça o respeito a vidas e o direito de ir e vir das pessoas. Todas as operações policiais, em áreas sensíveis, deverão na mesma proporção da intensidade e quantidade de força empregada ser disponibilizada no combate de armas e drogas antes de entrarem nas comunidades, fortalecendo as operações dos setores de inteligência e informações. Que a secretaria de segurança disponibilize para a sociedade os investimentos e procedimentos que estão sendo feitos em recursos e ações que priorizam a investigação, as informações e apreensões de transportes de armas e drogas antes de chegarem nesses territórios. Que a cada seis meses seja disponibilizado para a sociedade um balanço dessas operações.

-Abordagens de agentes de Segurança Pública pautadas pela garantia de direitos da favela enquanto cidade: Todo o efetivo policial destinado para essas operações em locais de grande aglomeração de residências e pessoas deve obedecer a princípios éticos que não afetem a dignidade humana, física e psicológica dos moradores. Nesse sentido, todos os agentes devem estar possibilitados de serem vistos e identificados, estarem fardados com vestimentas dentro de princípios dignos do respeito ao território e aos moradores, com o mesmo traje que seria utilizado em outras regiões da cidade, para que não se promova, a partir da própria Secretaria de Segurança, um clima de guerra e de medo na Cidade. Restringir a utilização dos carros blindados apenas a operações com o mais amplo acompanhamento dos órgãos responsáveis e fiscalizadores, como Ministério Público e Defensoria Pública e com estratégia, procedimentos e objetivos traçados. Nesse sentido, que cada operação que se utilize desse instrumento gere um relatório obrigatório. Fica proibido qualquer tipo de som em veículos das forças de segurança pública, principalmente nos carros blindados, durante as operações.

- **Campanhas Educativas** (para os batalhões, delegacias e moradores de favelas): Fica instituído pela secretaria de segurança, em conjunto com outras secretarias e órgãos campanhas permanentes de conscientização e informações nos batalhões e delegacias do respeito a vida, aos direitos humanos e, acima tudo, a garantia da lei. Que seja implementado a cada semestre uma campanha com cartilhas, cartazes, panfletos, palestras e debates sobre temas que desenvolvam a empatia ao ser humano. Que produza campanhas com os movimentos populares, lideranças comunitárias, ongs, MP, Defensoria, universidades, laboratórios, entre outras entidades de campanhas pela prevenção da vida nas favelas. Que se produza, pelas Secretarias de Saúde e de Segurança Pública, de cartilhas/materiais sobre “o uso de drogas ilícitas e lícitas como questão de saúde pública” a serem distribuídas pelas: Secretarias estadual e municipal de Educação do Rio de Janeiro nas escolas para profissionais e estudantes; Secretaria de Estado de segurança pública do Rio de Janeiro para seus agentes de segurança pública.

5.1 Narrativas de moradores de favelas sobre políticas e ações necessárias para a redução da violência armada

As narrativas dos moradores(as) sobre as ações de governo necessárias para reduzir a violência armada revelaram duas formas gerais de percepção: pela importância diretamente relacionada a órgãos de segurança pública; pela necessidade de uma perspectiva social ampliada para além dos órgãos de segurança pública. Foram registradas 51(cinquenta e uma) menções de ações diretamente relacionadas à segurança pública com atividade policial, e 68(sessenta e oito) menções de ações segundo perspectiva social ampliada, direcionadas a outros órgãos de governo para além dos de segurança pública.

A partir da organização das formas gerais de percepção expressas nas narrativas, categorizamos quatro grupos de ações na primeira, relacionadas diretamente a: qualificação de policiais, combate à corrupção policial e melhores condições de trabalho para policiais; aumento de policiamento e mais prisão de bandidos; controle de drogas ilícitas e de armas de fogo nas fronteiras do país, operações policiais com menos disparos de armas de fogo na favela; uso do exército na favela, liberação de porte de armas e pena de morte.

Dentre as formas de perceber as ações de governo necessárias, tomando separadamente por grupo de ações, destacaram-se as narrativas sobre a ausência de qualificação e/ou capacitação dos policiais que atuam nos territórios ocupados pelas UPPs em Manguinhos e Jacarezinho para garantir a segurança da maioria dos moradores(as) que não cometem atos criminosos. Nas narrativas de moradores da Maré se destacou a corrupção policial e como isso incentiva os confrontos armados entre facções rivais do narcotráfico no território, geradores de riscos aumentados de violência armada contra a maioria dos(as) moradores(as). Embora a corrupção policial também tenha sido mencionada por moradores de Manguinhos e Jacarezinho, a maior parte da percepção dos mesmos se referiu à falta de capacidade dos policiais garantirem a lei sem expor a maioria dos moradores a tantos riscos e violência, demonstrando em sua maioria uma expectativa frustrada disso poder ser diferente com a entrada das UPPs. Em especial se referiram à violência abordagem policial da abordagem policial aos moradores e o fato de suas ações considerarem a favela enquanto lugar de viver bandido, como expressam duas narrativas abaixo de morador e moradora de Manguinhos ao apontarem a necessidade de os agentes terem outra qualificação:

“Tem que ir qualificando a PM, pois para ela todos que mora na favela é bandido. Já chega atirando para todos os lados”

(José Hélio de Oliveira, 43 anos, morador da comunidade do Mandela 1, Manguinhos)

“O governo deveria dar mais atenção para a favela e colocar PM preparado e capacitado para nos dar mais segurança”

(Moradora C., 38 anos, Manguinhos)

Importante registro também reside na quantidade significativa de narrativas orientadas para a necessidade de ações de inteligência preventivas da segurança pública para diminuir a circulação ilegal de armas de fogo para não chegarem até as favelas. A necessidade de maior controle e restrição a entrada de drogas ilícitas normalmente foi mencionada como geração de recurso para a compra de armas para traficantes, associados como geradores de intensa violência armada, assim como a maior parte das forças policiais que atuam nas favelas. Nesse sentido,

especificamente se destacaram as narrativas voltadas para importância de ações de governo direcionadas a controle dessas mercadorias ilegais/ilícitas, mas também sobre o uso desproporcional de armas (legalmente registradas) por agentes de segurança pública. As narrativas abaixo exemplificam esse grupo de ações reiterado em diferentes momentos pelas narrativas da favela:

“Fiscalizar melhor as fronteiras, colocando um efetivo maior nas fronteiras ara evitar contrabandos, e assim evitando que as armas entre nas favelas e chege nãoos mãos dos bandidos, eu acho que o governo está banalizando tudo isso e preocupados com seus salários”

(Morador da Comunidade Parque Oswaldo Cruz, Manguinhos, 58 anos)

“ Precisa colocar mais policiais nas fronteiras e revistar ônibus e carros”

(Morador de Manguinhos, Parque João Goulart, Manguinhos, 67 anos)

“Polícia tem que diminuir o número de tiros para várias direções, sem se importar com os moradores, as famílias. Quando os meninos respondem, fica ainda mais perigoso para o morador que pode ser baleado a qualquer momento”

(Morador da comunidade Samora Machel, 41 anos)

“Nós não temos segurança, policiais contra bandidos trocam tiros, geralmente a bala perdida atinge morador, gente inocente”

(Tereza Freire, 25 anos, moradora da comunidade de CHP2, Manguinhos)

Embora ações explicitamente de caráter ultraconservador com uso do exército na favela, liberação de porte de armas e pena de morte tenham sido as menos presentes nas narrativas dos moradores das favelas, com apenas três menções, a força ideológica do conservadorismo se mostrou significativa. Convergente em parte com o crescimento recente no Brasil da lógica punitivista, repressiva e conservadora direcionada a criação de penas mais duras foram as narrativas orientadas para necessidade de ações de governo que envolvam mais policiamento repressivo na favela, mais prisões e punições maiores. Dentre as formas de percepção diretamente relacionadas a ações de órgãos de segurança pública, esse foi o segundo grupo de ações com mais menções contidas nas narrativas dos moradores.

Contraditório com as posições expressas no grupo mais mencionado de ações direcionadas a necessidade de ações governamentais que priorizem mudanças na qualidade dos agentes de segurança pública (em especial a Polícia Militar), o grupo de narrativas de caráter destacadamente conservador apontou a prioridade para um aumento quantitativo de policiais para ações de combate direto aos bandidos, maior armamento da polícia e medidas mais duras para prender e manter maior tempo pessoas encarceradas no sistema penitenciário. Como expressam abaixo duas narrativas sobre a necessidade de maior quantitativo e repressão nas favelas como ações de governo prioritárias para diminuir a violência armada:

"O governo deveria coloca mais polícia na favela para reprimi a violência. Coloca os polícia que não sai bandido pra trabalha"

(Moradora da comunidade Nelson Mandela, Manguinhos, 39 anos)

" Tem que ter mais policiamentos, ter mais treinamento com arma, os bandidos tem mais armas do que os policiais"

(Morador de Manguinhos, 25 anos)

Destacaram-se os primeiros grupos de narrativas prioritariamente preventivas, com o dobro de menções (34 menções) em relação aos segundos grupos de caráter prioritariamente repressor (17 menções), como podemos observar na tabela 7 abaixo. Houve assim uma tendência maior das narrativas que perceberam a necessidade de ações de "qualificação de policiais, combate à corrupção policial e melhores condições de trabalho para policiais" e de "controle de drogas ilícitas e de armas de fogo nas fronteiras do país e operações policiais com menos disparos de armas de fogo na favela", que somaram 34 menções. Ainda que também tenham sido expressivas as narrativas que priorizaram ações orientadas para "aumento de policiamento e mais prisão de bandidos" para "uso do exército na favela, liberação de porte de armas e pena de morte", somando 17 menções. Como podemos visualizar na tabela 7 abaixo, organizada por ações de governo, principais narrativas e quantidade de menções.

Tabela 9 – Ações de governo necessárias para reduzir a violência armada na favela pela percepção dos moradores: diretamente relacionadas a órgãos de segurança pública

Ações de governo necessárias para redução da violência armada	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Quantidade de menções as ações de governo citadas nas narrativas
Qualificação de policiais, combate à corrupção policial e melhores condições de trabalho para policiais.	“colocar PM preparado”, “capacitar os policiais”, “precisa tirar os policiais corruptos”, “pagar salário melhor”	Mencionadas (23) vinte e três vezes por entrevistados(as)
Aumento de policiamento repressivo, mais prisões e punições maiores	“mais policia pra acabar com crime”, “tem que prender os bandidos e não soltar”	Mencionadas (14) quatorze vezes por entrevistados(as)
Controle de drogas ilícitas e de armas de fogo nas fronteiras do país e operações policiais com menos disparos de armas de fogo na favela	“não deixar entrar arma na fronteira do Brasil”, “reduzir o número de armas que entra na favela”, “entrar sem atirar tanto”, “não deixar entrar droga porque com o dinheiro eles compram armas”	Mencionadas (11) onze vezes por entrevistados(as)
Uso do exército na favela, liberação de porte de armas e pena de morte	“chamar o exército”, “ditadura militar voltar”, “tem que liberar armas pro trabalhador também e ter pena de morte”	Mencionadas (3) três vezes por entrevistados(as)

Na segunda forma geral de percepção, marcada por narrativas sobre ações de governos segundo uma perspectiva social para além de órgãos de segurança pública estritamente, destacamos seis grupos de ações apontados pelos moradores e moradoras. Em ordem decrescente de menções, definimos os grupos referentes à: Melhoria e ampliação de ações de educação pública; Ampliação de ações de cultura, esporte e lazer; Ampliação de ações para crianças e jovens; Ampliação de políticas e projetos sociais; Abertura de postos de trabalho e geração de renda; Melhoria e ampliação de ações de saúde pública. Organizamos da seguinte forma na tabela abaixo.

Tabela 10 – Ações de governo necessárias para reduzir a violência armada na favela pela percepção dos moradores: perspectiva social ampliada para além dos órgãos de segurança pública

Ações de governo necessárias para redução da violência armada	Principais narrativas de moradores(as) de favelas	Quantidade de menções as ações de governo citadas nas narrativas
Melhoria e ampliação de ações de educação pública	“tem que investir em educação das pessoas”, “escola melhor para os jovens”, “só a educação diminui a violência”	Mencionada (21) vinte e uma vezes por entrevistados(as)
Ampliação de ações de cultura, esporte e lazer	“Política pra trazer mais cultura para os jovens; “Ter mais escolinha de futebol”; “Abrir de novo a Biblioteca Parque e ter lugar pra o jovem se divertir”;	Mencionada (15) quinze vezes por entrevistados(as)
Ampliação de ações para crianças e jovens	“Mais atividade pra ocupar os jovens”; “as crianças ter lugar seguro pra brincar fora da creche também”; “não tem política nenhuma pras crianças na favela”	Mencionada (10) dez vezes por entrevistados(as)
Ampliação de políticas e projetos sociais	“Só chegou polícia, e não chegou projetos sociais”, “Precisa de política social para o morador”; “mais assistente social pras famílias”	Mencionada (8) oito vezes por entrevistados(as)
Abertura de postos de trabalho e geração de renda	“Ter mais oportunidades de trabalho tira o pessoal do caminho errado”; “Precisa incentivar o comércio e as festas na favela pra gerar renda”; “proibir as festas prejudica as vendas, tem que melhorar, não proibir”	Mencionada (8) oito vezes por entrevistados(as)
Melhoria e ampliação de ações de saúde pública	“mais saúde e menos violência”, “funcionar melhor a upa e a clínica pra quem é vítima da violência”	Mencionada (6) seis vezes por entrevistados(as)

Foi particularmente marcante a quantidade de pessoas que não quiseram responder ou disseram não haver ações possíveis a serem realizadas por moradores(as) de favelas para reduzir a violência armada. Foram vinte e duas (22) pessoas no total que não responderam especificamente essa pergunta, cinco (5)

delas porque tinham medo de ficarem expostas no território onde moram e 17 (dezessete) por não saberem no momento quais ações seriam possíveis ou por entenderem que não há ações possíveis a serem feitas por moradores(as) para reduzir essa forma de violência. Desse modo, registramos a maior ausência de narrativas sobre essa questão, sem respostas de 25% do total de pessoas entrevistadas. Também foi a questão com maior quantidade de pessoas que optaram por não responder. O medo e o sofrimento foram expressos em algumas narrativas, assim como a vontade de mudança profunda contida pela violência sofrida, como expressa a narrativa da moradora da Maré:

“ [...] a tensão psicológica é grande por presenciar tanta violência de facção contra outra. Afeta a saúde pelo estado físico, emocional, sem poder fazer nada mas com vontade de interferir em tudo isso. Gostaríamos de ter atitudes, porém não podemos por questões de segurança”

(Moradora da Maré, 48 anos)

Dentre as narrativas sobre ações possíveis e necessárias de moradores(as) para diminuir a violência armada na favela, destacaram-se: manifestações e atos; necessidade de união entre as comunidades; não comprar produtos roubados e drogas ilícitas; educar seus familiares para não serem vítimas do tráfico ou de policiais corruptos. Foram marcantes e apareceram de forma mais significativa, as narrativas que apontaram para a necessidade de maior união dos moradores de favelas e da realização de manifestações contra a violência, como expressam as narrativas abaixo de moradores de Manguinhos:

“Falta um pouco de união e de falar a mesma língua, pois eu vejo muita desunião, pois tem pessoas ou grupo que se não tiver benefícios para si mesmo, não querem para o grupo. Esse é o mal do povo”

(Gildo Barbosa, morador da comunidade da Vila Turismo, Manguinhos, 52 anos)

“Fazer manifestações, se unirem contra a violência na comunidade”

(Tereza Freire, 25 anos, moradora de Manguinhos)

A ação do movimento social organizado da favela por ampla garantia de direitos, em sua interação com determinadas instituições públicas e comissões parlamentares expressam as formas mais potentes e/ou potencialmente transformadoras de resistência e luta social na favela. É a única ação que apresenta condições à superação da (para)militarização da favela, com caminhos para a lógica de uma política de segurança pública ampliada e garantidora de direitos nesses territórios. As narrativas dos entrevistados, a representação das pesquisas e dos meios de comunicação mostra também que o isolamento das lutas locais dos moradores de favelas não é um caminho possível, uma vez que o cerceamento aos direitos políticos e civis das classes populares que vivem nesses territórios é singularmente brutal na cidade. Há necessidade urgente das lutas sociais nas favelas se reinventarem e construírem alianças com sujeitos e instituições para além dos limites territoriais de seus locais de vida, também marcados por divisões ideológicas e contradições entre seus moradores. A violência armada na favela (para)militarizada, porém, não é capaz de conter a esperança dos que resistem e insistem nas práticas espaciais de uma outra existência pautada na solidariedade, na ampla garantia de direitos e no pleno uso do território de vida apropriado pela classe trabalhadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do início da pesquisa até as presentes considerações finais, os diálogos com meu excelente e companheiro orientador, o sociólogo Orlando Santos Junior, sempre me faziam lembrar do rigor científico sem perder o carinho de meus professores da Geografia Crítica, em especial da orientação do geógrafo Álvaro Ferreira, e também minha saudosa orientadora do mestrado e amiga, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro. As conversas e aulas com Ana Clara, por exemplo, não me fugiam a memória, quando insistia em 2007, com muito respeito à “liberdade estilística de cada pesquisador”, em lembrar que “é preciso sempre fazer perguntas em uma tese de Doutorado, não apenas produzir respostas nas pesquisas”, e completava “as indagações que incitam a produção do conhecimento científico nunca deixarão de serem também as perguntas da curiosidade originariamente humana típica das crianças: Como? Por quê?...”. Ana Clara também muito motivava o autor que aqui escreve ao dizer que “sua forma de pesquisar é muito honesta, porque não esconde, nem mede esforços para atingir seu compromisso e envolvimento para mudar o contexto pesquisado que nunca será um objeto estritamente distanciado”.

Desde meu início de vida profissional, enquanto pesquisador e professor, pude ser contemplado pela riqueza da formação crítica social do espaço e do tempo. Professores, coordenadores e em especial orientadores me ajudaram a compreender a ciência como um chamado a liberdade de reflexão com o compromisso da organização crítica que produz possibilidades de transformação da realidade.

À busca por explicitar as questões e perguntas que constituem o objeto e contexto desta Tese, não podemos ignorar que a pesquisa não visa veredictos ou verdades absolutas, mas possibilidades, sem com isso abandonar a constante pretensão necessária de razão e objetividade científica. Isto significa não estar indiferente às mediações inerentes a crescente (para)militarização do território, suas causas e os impactos da violência armada em favelas da cidade do Rio de Janeiro em período de hegemonia neoliberal.

Ao modo dialético, analisamos as diferentes escalas da relação entre a política de segurança pública e o mercado de armas e drogas ilícitas nas favelas enquanto fundamentos do processo de (para)militarização dos territórios da cidade

do Rio de Janeiro, profundamente prejudicial aos seus moradores(as). Diferentes perguntas nortearam e surgiram durante nossa pesquisa. Qual o impacto da (para)militarização nas condições de vida e saúde de moradores de favela e nas de profissionais que atuam nesses contextos? Como a (para)militarização e a violência armada se relacionam com a educação escolar? Qual a forma e o sentido da luta social contra a (para)militarização da favela, suas ações de prevenção e enfrentamento às formas de violência relacionadas ao processo mencionado? Por que existem lacunas em pesquisas com base empírica nas representações e narrativas de moradores(as) de favelas?

Não tivemos a pretensão de esgotar respostas para todas essas perguntas, mas de buscar reflexões críticas para o aprofundamento do entendimento dessa realidade e questões que contribuam para a superação do paradigma de contenção, controle autoritário e repressão que historicamente norteiam as políticas de segurança pública nas periferias e favelas das grandes cidades brasileiras.

Produzir conhecimento que relacione criticamente hegemonia da cidade neoliberal, (para)militarização do território e as condições de vida (e luta social) de moradores da cidade - incorporando a reflexão sobre a produção das representações do espaço e práticas sociais em torno desses temas pelos moradores de favela e pelas instituições públicas que trabalham em territórios vulnerabilizados - representa um desafio que precisa ser encarado com maior participação do trabalho científico na construção de processos contra-hegemônicos, emancipatórios e/ou de enfrentamento e/ou prevenção à violência armada. A pesquisa que aqui desenvolvemos pretendeu levantar perguntas e, dentre possíveis interpretações, contribuir para a construção de processos críticos que busquem:

Apontar para o enfrentamento do déficit democrático e das possibilidades de as pessoas, que moram em comunidades, se organizarem e se transformarem em sujeitos coletivos, enfrentando inclusive a corrupção e a perversidade de um mercado que invade não somente o mundo da política e o do imaginário social, mas o do próprio campo acadêmico (PORTO, 2012, p. 88).

Sustentamos aqui a tese de que o processo de (para)militarização territorial e capitalista das favelas da cidade do Rio de Janeiro produz territórios contidos por violentas práticas de exceção geradoras de impactos drásticos, não somente nos homicídios com uso de armas de fogo, mas na saúde, na educação e no cotidiano

de seus moradores e moradoras. São indivíduos, familiares, vizinhos, pessoas próximas, coletivos comunitários que são vítimas, de forma recorrente, de práticas de violência armada e eventos traumáticos. Práticas geradoras de mortes, terror, intenso cerceamento das liberdades civis e políticas, redução da capacidade de aprendizagem formal, impedimento parcial ao direito a educação e ao acesso a equipamentos públicos, sofrimento e diferentes formas de adoecimento singulares no espaço urbano do Rio de Janeiro.

A produção da cidade e de territórios de favelas contidos pela (para)militarização implica no entendimento das indissociáveis lógicas capitalista e territorial de poder- suas formas de produzir mortes evitáveis, profundo adoecimento e marcar o espaço com lamentáveis formas de sofrimento imposto. Viver na favela implica estar intensamente sujeito aos mais intensos riscos e às práticas extremas geradas pela violência armada, mas também viver as mais resistentes formas de solidariedade e esperança por outra cidade, sem territórios contidos.

Embora tenha contribuído para a redução geral de crimes comuns e crimes violentos em seus primeiros anos de implementação, em particular os homicídios no período de 2008 a 2014, a estratégia de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora não superou a lógica histórica do processo de (para)militarização de territórios de favelas da cidade. Além da possibilidade de sub-notificação dos crimes por parte de órgãos de segurança pública, as UPPs expuseram seus limites e a continuidade da (para)militarização, sobretudo nas suas experiências em favelas com histórico de intensos aparatos de violência armada contra os moradores, com acirrada disputa armada por territórios necessários para a comercialização de drogas consideradas ilícitas e armas ilegais, com mercado ampliado para circulação de mercadorias e dinheiro, como , como as de Manguinhos.

O retorno avassalador dos crimes violentos e também de comuns contra moradores e agentes de segurança pública em 2016 e 2017 registrados por pesquisadores e jornalistas especialmente nessas favelas de “alto risco”, somado a análise das narrativas dos moradores e observação em campo, indicaram a permanência de impactos drásticos prejudiciais à saúde, educação e cotidiano de vida durante o processo de (para)militarização nos territórios de Manguinhos e do Jacarezinho.

Os impactos da violência armada na educação, saúde e cotidiano de vida dos moradores de favelas da cidade não são óbvios, nem estão amplamente amparados

em notificações formais por escolas e equipamentos públicos de saúde - ainda menos por órgãos de segurança pública. Sobre as diferentes formas de violência armada também identificamos haver na sub-notificação uma realidade ainda não superada em relação aos territórios de favela estudados, principalmente nas notificações realizadas por órgãos de segurança pública, mas também em lacunas nas poucas notificações realizadas por escolas e equipamentos de saúde. A notificação compulsória sobre violência, embora legalmente prevista também para espaços públicos de educação e saúde, ainda é pouco realizada nos territórios de favela devido ao medo dos profissionais diante de possíveis retaliações efetuadas pelos grupos armados do território, mas também por uma ausência de formação desses mesmos profissionais para lidarem com diferentes formas de violência, seguida de uma compreensão ainda existente de que violência precisa ser resolvida pela polícia.

A partir de nossa pesquisa empírica nos territórios de Manguinhos, do Jacarezinho e da Maré, podemos destacar de forma resumida as seguintes considerações fundamentais relativas ao impacto da violência armada na saúde, cotidiano de vida e educação escolar de moradores das favelas das cidades estudadas:

- O sofrimento psíquico, os agravos mentais e emocionais são os impactos na saúde mais associados à violência com uso de arma de fogo por moradores(as) e afetam diretamente o desempenho escolar de crianças, jovens e adultos moradores das favelas estudadas.
- O impacto percebido como maior da violência com uso de armas de fogo na educação escolar de moradores de favela é a perda de aulas, canceladas devido a confrontos armados, mas existe o impacto também da violência armada no processo de aprendizagem dos moradores(as) em suas residências
- A posição espacial da comunidade, somada as formas de ocupação do território e suas relações de poder com órgãos do Estado influenciam no impacto percebido da violência armada na saúde dos moradores.

Pelas narrativas colhidas nas entrevistas com moradores destacaram-se as pessoas que expressaram haver impacto prejudicial da violência armada em sua educação formal, somando 91% do total de pessoas entrevistadas. Não apenas para a perda de aulas, com necessidade das escolas cancelarem seu funcionamento

devido aos confrontos armados, apontaram as narrativas das favelas, embora fossem as mais descritas por seus moradores e as mais destacadas por meios de comunicação e pesquisas. As narrativas expressaram um duplo impacto da violência armada na educação: na redução forçada do período letivo das escolas e nas dificuldades extras geradas a aprendizagem de estudantes em diferentes faixas etárias. Dificuldades de concentração para a aprendizagem, geradas pela tensão, pelo adoecimento e pelo sofrimento são obstáculos significativos adicionais para crianças, adolescentes e adultos moradores de favelas em seus processos de educação escolar.

Aproximadamente 80% dos moradores(as) entrevistados responderam que a violência, com uso de armas de fogo, afeta sua saúde e/ou de sua família e/ou pessoas próximas. Como principais impactos da violência armada na saúde dos moradores das favelas estudadas foram: o sofrimento psíquico, agravos mentais e emocionais; vítimas fatais alvejadas por projétil de arma de fogo; alteração significativa na pressão arterial; impedimento ao acesso a equipamentos culturais, educação e de lazer; agressão física; lesão por projétil de arma de fogo sem óbito; ameaça verbal por pessoa armada; Impedimento ao acesso ao serviço do setor saúde; alteração cardíaca e enfartos fatais; desencadeamento e agravamento de crises respiratórias; Tortura. Tais múltiplos impactos e conseqüências drásticas da violência armada na saúde dos moradores de favela, porém, ainda são pouco registrados, publicizados e analisados, enquanto o imaginário da necessidade de aumento das práticas oficiais violentas da segurança pública continua norteando as idéias dominantes e o senso comum de maior parte da sociedade sobre a questão. Em uma cidade desnordeada pela sensação permanente de medo superdimensionada pela grande mídia e o mercado de segurança e armas, conter território de favelas para “não deixar o crime violento se alastrar” para além das favelas produz um ilusório ou falsa sensação de conforto, onde se aceita: “...o isolamento, o apoio a ação policial dura, e à permissividade, ao desrespeito dos direitos civis... É uma população assustada, muitas vezes em pânico que, frequentemente, não vê outra forma de combater a violência a não ser violentamente” (ENDO, 2005, p. 287)

As narrativas de moradores das favelas estudadas sobre ações de governo que consideram necessárias para reduzir a violência armada em seus territórios

expressaram contradição e conflito importantes. Primeiro, dentre narrativas de ações relacionadas a órgãos de segurança pública, identificamos contradição de difícil superação de demandas por ações preventivas e ações repressivas, em alguns momentos expressas na mesma narrativa. De forma geral, é possível ressaltarmos um conflito central entre: narrativas de moradores orientadas para ações de governo que alterassem radicalmente a estrutura dos órgãos e agentes de segurança pública *versus* narrativas que reforçaram a necessidade de ações governamentais que aumentassem o poder de repressão e penalização dos policiais (e sistema penal).

Nesse sentido, as ações propostas por movimentos populares de favelas com ampla participação de moradores(as) e seus coletivos democráticos em diálogo e cobrança com órgãos públicos e instituições públicas- reconhecidamente democráticos em âmbito formal- ainda nos parecem imprescindíveis como forma de prevenir a violência armada e reduzir seus múltiplos e drásticos impactos a sociedade. Delegar aos moradores a possibilidade de enfrentarem o processo de (para)militarização isoladamente na escala local, estritamente com denúncias nos parece uma forma necessária, mas distante de gerar transformações concretas e ampliadas suficientes para redução da violência armada nas favelas. Para tanto, torna-se estratégica também a ampliação de debate na esfera pública construída por coletivos de moradores de favelas e instituições/meios produtores de conhecimento sobre os reais impactos da (para)militarização de territórios de favelas. Boa parte do conhecimento produzido atualmente mostra-se redutora da questão ou incapaz de conseguir atingir corações e mentes dos moradores(as) das cidades brasileiras, em suas diferentes escalas espaciais.

As narrativas de favelas de Manguinhos, Jacarezinho e Maré também demonstram essa incapacidade dos moradores individualmente ou isolados em seus grupos se contraporem a lógica(para)militarizada territorial e capitalista da violência armada. O maior percentual de entrevistados(as) a não responder uma questão, por opção ou por não saber dizer, foi quando questionados sobre possíveis ações de moradores de favelas para diminuir a violência, com 25% do total demonstrando medo ou dificuldades para ações dos moradores diante de contexto extremamente violento e complexo. Dialeticamente, porém, também entendemos que não há transformação possível com as lutas sociais locais únicas capazes de perceber a complexidade dos impactos no território de favelas. As narrativas expressaram assim também o forte cerceamento existente em relação aos direitos civis e políticos

de expressão, com especial dificuldade diante de cenário de violência exercida por facções do narcotráfico, mas também por agentes de segurança pública que violam frequentemente a lei nesses territórios, como expressa a narrativa de moradora da Maré abaixo que optou por não se identificar:

“ Não sei nem dizer que ações os moradores podem fazer pra diminuir a violência, pois quem manda nas comunidades é o tráfico, podemos até tentar, mas só Deus para nos ajudar, pois a polícia também é corrupta”

(Moradora A., 34 anos)

Como enfatizamos aqui durante essa tese, são os moradores(as) de favelas os mais impactados de forma amplamente prejudicial pela violência armada no estado do Rio de Janeiro, e os efeitos da (para)militarização são complexos e seus danos ainda pouco publicizados para além dos necessários registros de homicídios. Não há solução imediata, nem respostas prontas, mas tudo sugere que apenas a mobilização política e a luta social protagonizada por coletivos de moradores de favelas com outros movimentos sociais da cidade, em cobrança permanente e construção coletiva com instituições públicas de ensino, saúde, pesquisa, sindicatos e representações de categoria de trabalho, além de órgãos de governo- que precisam ser disputados de forma democrática realmente na prática - pode permitir uma contraposição aos processos de (para)militarização desses territórios e de seu cotidiano de vida.

Entendemos que a mudança no paradigma das políticas de segurança pública reside em entendermos as diferentes representações do espaço/território, suas práticas espaciais e seus conflitos, que não podem se restringir a uma lógica binária estigmatizada entre “traficante de varejo” representado como o “grande produtor da barbárie contra a civilidade urbana e a ordem”, ainda que produza barbárie; o “policial” que representaria a “única solução para impor a ordem na violência caótica de territórios que precisam ser contidos de forma permanente”, ainda que a violência e as práticas de exceção sejam marcas a serem enfrentadas. Por assim entendermos, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, apontamos para horizonte de possibilidades de transformação na política de segurança pública do Rio de Janeiro com base em quatro pilares fundamentais para a construção de um paradigma preventivo e redutor de violência armada na favela:

- **Ampliação significativa do controle público das operações policiais em territórios de favelas**, uma vez que a ausência de órgãos de controle público e acesso a garantia de direitos no território- como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público, e seus poucos representantes na escala local- geram um déficit democrático acentuado se comparado aos demais territórios da cidade;
- **Produção de conhecimento Interdisciplinar, práticas intersetoriais e campanhas educativas na cidade com favelas sobre questões referentes a desmilitarização e a regulamentação de substâncias consideradas ilícitas**, para agentes de segurança pública, profissionais de saúde, de educação e moradores de favelas;
- **Orientação integral para mudança na abordagem de agentes de Segurança Pública aos moradores de favela com base na garantia de direitos desse território enquanto cidade;**
- **Desmilitarização dos órgãos de segurança pública e melhoria das condições salariais e de trabalho para seus agentes(o que não implica necessidade de ampliação de uso de armas de fogo e veículos de combate para os mesmos);**
- **Políticas preventivas de controle a circulação ilegal e legal em empresas privadas de armamentos, de segurança, em órgãos de segurança pública, de força/segurança nacional e no território da cidade (destacadamente em favelas).**

“Não poder fazer nada, mas com vontade de interferir em tudo isso”. A frase de uma entrevistada, moradora de favela na Maré, expressou um sentimento que parece comum à maioria das pessoas que vivem a favela. Ser contido pela violência em território contido pela (para)militarização não significa conter a esperança, a vontade de mudar tudo isso que de pior existe no ser humano quando porta armas de fogo e se entende acima da dignidade de outros seres humanos. Marx, o maior crítico até hoje do sistema capitalista, escreveu certa vez que “a situação

desesperada da sociedade em que vivo me enche de esperança“, frase que também expressa uma vontade de superação de um sistema que tolera a barbárie histórica e produz socialmente novas formas de violência. A experiência na favela nos também ensina que a esperança é a forma mais resistente à violência, e resiste aos tempos mais difíceis. Afinal: como conter a esperança da cidade?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua** – Belo Horizonte: Editora UFMG - (Humanitas), 2002.

AGÊNCIA FIOCRUZ. **Fiocruz realiza ato contra violência em Manguinhos**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-realiza-ato-contra-violencia-em-manguinhos>. Data de Acesso: 20 de Maio, 2017.

AGUIAR; BOLLMANN. **Movimentos sociais e educação de adultos na ibero-américa**. Brasília: LiberLivro, 2011.

ANDRADE. **Rio tem mais de 700 mortos pela polícia no ano pior marca desde a primeira UPP**.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/04/rio-tem-mais-de-700-mortos-pela-policia-no-ano-pior-marca-desde-a-primeira-upp.htm>. Data de Acesso: 20 de Nov. 2017.

ANDRADE. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,medicos-e-escolas-serao-obrigados-a-relatar-violencia-sexual-e-domestica,671473> . Data de Acesso: 24 de Jan. 2015.

ARENDT, H. **Eichmann à Jerusalme- rapport sur la banalité du mal**. Paris:Mouton, 1963.

BORGES, J. **Militarização de territórios e aprofundamento da necropolítica**, Fundação Perseu Abrahmo, 2017.

BOURDIEU, P. **Le Metier de Sociologue**. Paris:Mouton, 1982.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, R. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/ricos-poderosos-e-sem-limites-2814.html>. Data de Acesso: 03 de Fev. 2015.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Relatório **1ª Conferência de Segurança Pública**, 2009.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: UNESP, 1991.

BRITO, G. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/policia-fara-restituicao-da-morte-do-jovem-de-manguinhos-no-rio.html> Data de Acesso: 14 de Janeiro, 2015.

BURGOS, M. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, Rio de Janeiro, 2011.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANO (Org). **“Os Donos do Morro”**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Ed. Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, L. Para medir a violência. In: **Cidadania, justiça e violência**/ Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CORREIO BRASILIENSE. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/17/internas_polbraeco,648286/quem-sao-as-empresas-que-querem-o-mercado-das-armas-brasileiro.shtml Data de Acesso: 18 de Dezembro, 2017.

CORREIO BRASILIENSE. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/17/internas_polbraeco,648286/quem-sao-as-empresas-que-querem-o-mercado-das-armas-brasileiro.shtml. Data de Acesso: 20 de Dez 2017.

CURY, J. E. O papel do gestor público municipal na segurança pública. Campinas, Faculdade Comunitária de Campinas.Vol.XI, n14, 2008.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** Cortez Editora, 2011.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, L. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/seminario-discute-impacto-da-violencia-armada-nas-escolas> Data de Acesso: 22 de Agosto, 2017.

_____. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/violencia-provoca-panico-e-deixa-sequelas-em-trabalhadores-e-moradores-de-favelas> . Data de Acesso: 10 de Jul. 2017.

GOMES, P. <http://www.falamanguinhos.com.br/index.php/2017/04/19/nos-queremos-mudanca-paloma-gomes/> Data de Acesso: Junho, 2016.

GONÇALVES, QUEIROZ; DELGADO.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v29n1/1984-0292-fractal-29-01-00017.pdf> Data de Acesso: 28 de Maio, 2017.

GONÇALVES, QUEIROZ; DELGADO.
<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=311> Data de Acesso: 10 de Janeiro, 2016.

GONDIM, G; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. in: **Dicionário da educação profissional em saúde** / 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, Ed Fiocruz, 2008.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Formação da Cultura**, 1971.

GUIMARÃES, C ; RODRIGUES, M. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/violencia-afeta-rotina-de-aulas-e-atividades-na-fiocruz> Data de Acesso: 21 de Junho, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HENRIQUES; RAMOS. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**. In: <http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>, 2011.

ILLICH. **A expropriação da saúde: Nemesis da Medicina**. Editora Nova Fronteira, 1975.

ISP. <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/MetodologiaDeAgreagregacaoSet2015EmDiante.pdf> Data de Acesso: 10 de Janeiro, 2016.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed.34, 2009.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford and Cambridge: Blackwell, 1991.
_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. IN: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ANAIS.NOVOS REGIMES TERRITORIAIS EM FAVELAS CARIOCAS. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2015.

LIMA, L.; BUENO, L. **Território, Participação Popular e Saúde: Manguinhos em debate**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

LYRA, Rubens Pinto. Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 37 - pp. 317-334, Out. 2012.

MACHADO DA SILVA, L. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**.- Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2008.

MARTÍN, M. Disponível

em:https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/21/politica/1498079260_522993.html Data de Acesso: 10 de Julho, 2017.

MPCE. Disponível

em:<http://www.mpce.mp.br/wpcontent/uploads/2015/12/NOTCOMPULSORIAinstrutivo-ficha-sinan-5-1-vers-o-final-15-01-2016.pdf> Data de Acesso: 29 de Janeiro, 2016.

MPCE Disponível em:

<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/NOTCOMPULSORIAinstrutivo-ficha-sinan-5-1-vers-o-final-15-01-2016.pdf> Data de Acesso: 29 de Janeiro, 2016.

MARX, K. **Manuscritos econômicos** –filosóficos. RJ: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Editora Civilização Brasileira, 1973.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MENEZES et ali. **Medicação ou Medicalização?**. São Paulo, 2014.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Sp; Editora Hucitec, 2014.

MORALES, F. Disponível <http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1925/1437>. Data de Acesso: 17 de Março, 2015

MPRJ. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/45707> Data de Acesso: 12 de Agosto, 2017.

MS. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html Data de Acesso: 07 de Março, 2016.

MS.Disponível:file:///C:/Users/Isabel/Desktop/Doutorado%20Tese/cartilha_notificacao_violencias_2017.pdf Data de Acesso: 02 de Junho de 2017

O GLOBO. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/policia-do-rj-matou-8-mil-pessoas-na-ultima-decada-diz-ong.html> Data de Acesso: 23 de Julho, 2016.

O GLOBO. Dificuldade da policia em conter tráfico de armas é recorrente no Rio. 02/08/2017. Data de Acesso: 02 de Agosto, 2017.

PEREIRA, I.B. **A formação profissional em serviço no cenário do Sistema único de Saúde**. Tese de Doutorado de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade. SP: PUC/SP, 2002.

PEREIRA,I.B; Lima.J. **Dicionário da educação profissional em saúde / 2.ed. rev. ampl.** - Rio de Janeiro: EPSJV, Ed Fiocruz, 2008.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

_____. State, power and socialism. London: Verso, 1980.

Relatório. Você Matou Meu Filho! – Homicídios Cometidos pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, divulgado pela Anistia Internacional, 2015.

RAMOS, S. **Violência e Polícia**: Três décadas de políticas de Segurança no Rio de Janeiro. FGV Editora, 2016.

RIBEIRO, A.C.T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **Revista OSAL** N ° 21/ Movimientos sociales: Nuevas Realidades, nuevos desafios. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RUEDIGE, A. Org. **Educação em alvo [recurso eletrônico]**: os efeitos da violência armada nas salas de aula / Coordenação Marco. – Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

TEODORO; JEZINE (Org.). **Movimentos Sociais e educação de adultos na ibero-america**: lutas e desafios. Brasília; Liber Livro, 2011.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí: 2005

VAINER, C.B. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2005

_____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In.: ARANTES, O. (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Vozes. Rio de Janeiro, 2000.

SÁ,A. <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/especialistas-apontam-fracasso-da-guerra-drogas-no-pais> Data de Acesso: 14 de Junho, 2016.

SAVIANI, D; DUARTE, N A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

SOARES, R. <https://extra.globo.com/casos-de-policia/favelas-tem-taxa-de-homicidios-por-tiros-tres-vezes-maior-do-que-as-demais-areas-do-rio-21728048.html> Data de Acesso: 19 de Outubro, 2017.

SOARES,R. <https://extra.globo.com/casos-de-policia/saiba-quais-sao-as-favelas-onde-policia-mais-mata-no-rio-21733342.html> Data de Acesso:19 de Outubro, 2017.

SOUZA, L.A.F. Políticas de Segurança no Brasil: Desafios Diante das Novas Agendas. **Revista Estudos de Política**, v. 1, p. 9 - 29, 2012.

_____. **A Militarização da Segurança**. Jornal Le Monde Diplomatique, Ed 56 , 7/03/ 2012

SOUZA NETO, C. P. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos e execução das políticas. **Atualidades Jurídicas**,n. 1, mar./abr. 2008.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SOUZA, L. <http://diplomatique.org.br/a-militarizacao-da-seguranca/> . Data de Acesso: 10 de Fevereiro, 2015

TEIXEIRA; GRANDIM. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/protocolo-de-guerra-e-acionado-12-mil-vezes-em-unidades-de-saude-do-rio-em-6-meses-profissionais-relatam-traumas.ghtml> Data de Acesso: 12 de Outubro, 2017.

WERNECK; RAMALHO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/numeros-da-violencia-do-rio-retornam-patamares-anteriores-implantacao-das-upps-21274006> Data de Acesso: 21 de Junho, 2017.

VARELLA, D. Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/letras/d/depressao/> Data de Acesso: 29 de Junho, 2015.

ZAVERUCHA, J. FHC, **Forças Armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZAVERUCHA, J. A doutrina da garantia da lei e da ordem e o crescente envolvimento das Forças Armadas. In: LIMA, R. K. et al. **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Vol II

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO TERRITÓRIO DE MANGUINHOS- 2016

1 - Você já sofreu ou presenciou uma situação de violência com uso de armas na favela? Poderia falar sobre esta situação(em caso de resposta positiva anterior)?

2 - A violência com uso de armas já afetou ou afeta sua saúde e de sua família? Como isso aconteceu(em caso de resposta positiva anterior)?

3 - Você acha que a violência com uso de armas afeta ou já afetou sua educação escolar ou de sua família? Como isso aconteceu? (em caso de resposta positiva anterior)

4 - Que ações de governo deveriam acontecer para diminuir a violência na favela

5 - Que ações de moradores de favela deveriam ser feitas para diminuir a violência na favela?

6- Você acredita que houve uma melhora em relação à violência armada durante período da Unidade de Polícia Pacificadora(2013-2016) ?

ANEXO

ANEXO A - DOCUMENTO DE PROFISSIONAIS, ESTUDANTES E MORADORES DE MANGUINHOS CONTRA A VIOLÊNCIA ARMADA NAS FAVELAS

Nós, profissionais da educação e da saúde, estudantes, trabalhadores, moradores organizados de Manguinhos manifestamos por meio desta nota nossa profunda preocupação e indignação com a violência e os últimos confrontos armados no território que resultaram na morte do jovem Caio Daniel Faria e lesionaram outros três jovens moradores na última noite do dia 09/03/2016. A ação efetuada por agentes de segurança pública, marcada por intenso uso de armas de fogo e veículos blindados de guerra, vitimou quatro jovens e colocou em extremo risco os moradores e profissionais de escolas públicas e unidades de saúde pública que funcionam no território. Nos últimos meses, cresceu de forma preocupante o número de vítimas de arma de fogo em Manguinhos em diferentes eventos e situações, dentre as quais em ações realizadas por agentes de segurança pública no território. O uso cotidiano de armas de fogo e os constantes disparos efetuados por agentes de segurança pública em localidades próximas a áreas residenciais, escolas e unidades de saúde em Manguinhos têm representado um risco elevado à integridade física de cidadãos e cidadãs, profissionais e moradores. Tem significado não apenas um impedimento ao direito à educação pública e à saúde pública de qualidade, como também tem colocado em risco direto o direito à vida[...]

Pessoas em suas casas, em escolas, unidades de saúde e demais locais de trabalho do território têm vivido momentos de terror e constantemente precisam se refugiar aonde fora possível para não serem baleados. Suas vidas não são menos importantes do que as vidas de outros cidadãos e cidadãs residentes em territórios “nobres” da cidade, onde confrontos recorrentes dessa natureza ocorrem de forma muito menos constante ou inexistem. Confrontos que vitimam também de forma significativa e lamentável os próprios agentes de segurança pública.

Ações como as que resultaram na morte de Caio Daniel ocorrem com frequência no território de Manguinhos e na maioria das favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro. Nos últimos quatro anos em Manguinhos seis jovens foram assassinados em operações efetuadas por agentes de segurança pública: Mateus Oliveira Casé, Paulo Roberto Pinho de Menezes, Cristian Soares da Silva,

Afonso Mauricio, Johnatha de Oliveira Lima e Caio Daniel Faria. São ações que vitimam em quantidade e de forma inaceitável, principalmente, jovens, negros, do sexo masculino e suas famílias. Para garantir segurança pública às condições de vida e trabalho das pessoas precisamos de maior apoio e investimento em educação pública, em saneamento e moradia dignos, em equipamentos públicos de saúde, em transporte público e em áreas públicas de lazer.[...]. Nossas instituições e organizações, por meio dessa carta documento, apontam a necessidade de respostas das secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Segurança Pública em relação ao preocupante contexto apresentado, incluindo ações de prevenção e enfrentamento a violência que dialoguem com a opinião de trabalhadores (as) e moradores (as) que vivem e trabalham no território de Manguinhos.

Subscvem essa Carta Documento:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; PASTORAL DA CRIANÇA DE MANGUINHOS;PASTORAL DA CRIANÇA DE VILA CRUZEIRO; TRABALHADORES DA ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VÊNANCIO; ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE MANGUINHOS; ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO CRUZ; OSCIP REDE CCAP; ESCOLA MUNICIPAL ESTADO DA GUANABARA;GRUPO DE TRABALHO DE URBANISMO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE MANGUINHOS; ORGANIZAÇÃO MULHERES DE ATITUDE;MUSEU DA MARÉ; COLETIVO DE PROFESSORES DO SEJA-MARÉ; BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS;CONSELHO GESTOR INTERSETORIAL DE MANGUINHOS;COLETIVO RECRIANDO MANGUINHOS;COLETIVO EXPERIMENTALISMO BRABO;SINDICATO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ(ASFOC-SN);PROJETO MARIAS: COMO POSSO AJUDAR MEU FILHO ESPECIAL?; CAPELA SÃO DANIEL PROFETA; PARÓQUIA SANTA BERNADETE; PROJETO TRANSFORMA MANGUINHOS; IGREJA PENTECOSTAL UMA NOVA UNÇÃO